

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA-EXECUTIVA

Prestação de Contas do Exercício de 2016

Brasília, 2017

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

SECRETARIA-EXECUTIVA

Prestação de Contas do Exercício de 2016

Prestação de Contas do exercício de 2016 apresentado ao órgão de controle externo a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, alterada pela IN TCU Nº 72/2013, Decisão Normativa TCU nº 154 e 156/2016.

Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional (SE/MI), considerando as Unidades relacionadas ao contexto das contas da SECEX.

BRASÍLIA, 2017

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

SIPEC	Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal –
SISP	Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação
SISG	Sistema de Serviços Gerais
SIORG	Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos.
SICOM	Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal
SISCOR	Sistema de Correição
CENAD	Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos de Desastres
SINPDEC	Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SESAN	Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SINIR	Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação
REIDI	Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura
RENER	Rede Nacional de Emergência de Radioamadores
SISPAC-MP	Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
GIDES	Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais
SIC	Serviço de Acesso à Informação

LISTA DE QUADROS

QUADRO 3.3.1 INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS – SECRETARIA EXECUTIVA	17
QUADRO 3.3.2 INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS - GABINETE DO MINISTRO	21
QUADRO 3.4.1 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	28
QUADRO 4.3.1 INDICADORES – PROGRAMA 2029	37
QUADRO 4.3.2 INDICADORES – PROGRAMA 2040	45
QUADRO 4.3.3 CAPACITAÇÃO DE JOVENS NO "PROJETO AMANHÃ"	56
QUADRO 4.3.4 INDICADORES – PROGRAMA 2077	66
QUADRO 4.3.5 RESTOS A PAGAR SECRETARIA EXECUTIVA	83
QUADRO 4.3.6 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DE EXERCÍCIOS ANTERIORES - 530020	85
QUADRO 4.3.7 RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS.	85
QUADRO 4.3.8 RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS E DOS MONTANTES TRANSFERIDOS NOS ÚLTIMOS TRÊS EXERCÍCIOS	86
QUADRO 4.3.9 RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NAS MODALIDADES DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE. ..	87
QUADRO 4.3.10 RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NAS MODALIDADES DE CONVÊNIO, CONTRATOS DE REPASSE E INSTRUMENTOS CONGÊNERES.	87
QUADRO 4.3.11 SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO	88
QUADRO 4.3.12 SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO	88
QUADRO 4.3.13 PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS	89
QUADRO 4.3.14 PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS	89
QUADRO 4.3.15 DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO	91
QUADRO 4.3.16 DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA.....	93
QUADRO 4.3.17 VARIAÇÃO FÍSICA DA FORÇA DE TRABALHO DO MI.....	96
QUADRO 4.3.18 CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	104
QUADRO 4.3.19 CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	104
QUADRO 4.3.20 UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	105

QUADRO 4.4.1 DÉFICIT DE PESSOAL DO MI	114
QUADRO 4.5.1 INDICADORES DE DESEMPENHO.....	120
QUADRO 4.5.2 ÍNDICE DE EFETIVAÇÃO DO EMPENHO	123
QUADRO 4.5.3 ÍNDICE DE ESTOQUE DE RESTOS A PAGAR	124
QUADRO 4.5.4 3. ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DAS PROPOSTAS. (SDR)	125
QUADRO 4.5.5 3. ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DAS PROPOSTAS. (SENIR)	126
QUADRO 4.5.6 3. ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DAS PROPOSTAS. (SEDEC)	127
QUADRO 4.5.7 3. ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DAS PROPOSTAS. (SIH)	127
QUADRO 4.5.8 4. ÍNDICE DE ADERÊNCIA DOS RECURSOS APLICADOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS À POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR).-FCO ...	128
QUADRO 4.5.9 4. ÍNDICE DE ADERÊNCIA DOS RECURSOS APLICADOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS À POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR).-FNE....	129
QUADRO 4.5.10 4. ÍNDICE DE ADERÊNCIA DOS RECURSOS APLICADOS DOS FUNDOS CONSTITUCIONAIS À POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR).-FNO ...	129
QUADRO 4.5.11 5. ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO DOS AGENTES.	130
QUADRO 4.5.12 ÍNDICE DE CONCESSÃO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DE DEFESA CIVIL (CPDC).	131
QUADRO 4.5.13 ÍNDICE DE ADEÇÃO AO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE DESASTRES (S2ID).....	132
QUADRO 4.5.14 ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS (OM) DE DEFESA CIVIL AO SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL (SINPDEC).....	133
QUADRO 4.5.15 DISTRIBUIÇÃO DE MANIFESTAÇÕES POR TIPO EM DETERMINADO PERÍODO.....	134
QUADRO 4.5.16 IDENTIFICAÇÃO DOS 5 ASSUNTOS MAIS DEMANDADOS.	135
QUADRO 4.5.17 PERCEPÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DO CIDADÃO.....	136
QUADRO 4.5.18 QUANTIDADE DE RELATÓRIOS DE TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS (TCES) CONCLUÍDOS.....	137
QUADRO 4.5.19 PROCESSOS ANALISADOS COM DÉBITO	138
QUADRO 4.5.20 PROCESSOS COM DETERMINAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DE TCE.....	139
QUADRO 4.5.21 TAXA DE ROTATIVIDADE.	140
QUADRO 4.5.22 TEMPO MÉDIO DE EXCLUSÕES.....	142
QUADRO 4.5.23 GASTO COM CAPACITAÇÃO	143
QUADRO 4.5.24 PERCENTUAL DE SERVIDOR CAPACITADO	144
QUADRO 4.5.25 TAXA DE EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO	145
QUADRO 6.1.1 FORÇA DE TRABALHO DA UPC	157
QUADRO 6.1.2 DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA	157

QUADRO 6.1.3 DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UPC	158
QUADRO 6.1.4 QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	158
QUADRO 6.1.5 FAIXA ETÁRIA DA FORÇA DE TRABALHO	159
QUADRO 6.1.6 SERVIDOR DO QUADRO QUE PREENCHEU OS REQUISITOS DE APOSENTADORIA.....	159
QUADRO 6.1.7 CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO MI	163
QUADRO 6.1.8 VARIAÇÃO FÍSICA DA FORÇA DE TRABALHO DO MI.....	165
QUADRO 6.1.9 SOLICITAÇÃO DE CARGOS PARA CONCURSO	166
QUADRO 6.1.10 DEMONSTRATIVO DA DISTRIBUIÇÃO DOS QUANTITATIVOS DE GSISTE E DE GSISP NO MI.....	169
QUADRO 6.1.11 VARIAÇÃO FÍSICA DA FORÇA DE TRABALHO DO MI.....	173
QUADRO 6.1.12 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NÃO ABRANGIDOS PELO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE.....	174
QUADRO 6.1.13 ESTAGIÁRIOS DA UPC	178
QUADRO 6.1.14 DISTRIBUIÇÃO DE ESTUDANTES PELAS ÁREAS.....	179
QUADRO 6.2.1 QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO OU NA RESPONSABILIDADE DA UPC- VEÍCULOS OFICIAIS	183
QUADRO 6.2.2 QUANTIDADE DE VEÍCULOS EM USO OU NA RESPONSABILIDADE DA UPC- VEÍCULOS LOCADOS.....	183
QUADRO 6.2.3 IDADE MÉDIA DA FROTA (VEÍCULOS OFICIAIS), POR GRUPO DE VEÍCULOS	184
QUADRO 6.2.4 IDADE MÉDIA DA FROTA (VEÍCULOS LOCADOS), POR GRUPO DE VEÍCULOS	184
QUADRO 6.2.5 DESPESAS ASSOCIADOS À MANUTENÇÃO DA FROTA	184
QUADRO 6.2.6 VALORES DISPENDIDOS MENSAL E ANUALMENTE COM OS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE VEÍCULOS FIXOS	185
QUADRO 6.2.7 DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS IMÓVEIS DA UNIÃO.....	186
QUADRO 6.3.1 SISTEMAS	192
QUADRO 6.4.1 CONSUMO DE ENERGIA DE 2013 A 2016	200
QUADRO 6.4.2 CONSUMO DE ÁGUA DE 2013 A 2016:.....	202
QUADRO 7.1.1 TOTAL DE MANIFESTAÇÕES POR ÓRGÃO OU ENTIDADE.....	206
QUADRO 7.1.2 TOTAL DE MANIFESTAÇÕES POR ÁREA RESPONSÁVEL DO MI	206
QUADRO 7.1.3 MANIFESTAÇÃO POR TIPOLOGIA.....	207
QUADRO 8.3.1 BALANÇO FINANCEIRO- TODOS OS ORÇAMENTOS (530001).....	213
QUADRO 8.3.2 BALANÇO PATRIMONIAL-TODOS OS ORÇAMENTOS (530001)	215

QUADRO 8.3.3 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS (530001)	219
QUADRO 8.3.4 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO- TODOS ORÇAMENTOS (530001).....	223
QUADRO 8.3.5 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA- TODOS OS ORÇAMENTOS (530001).....	228
QUADRO 8.3.6 BALANÇO FINANCEIRO- TODOS OS ORÇAMENTOS (530002).....	231
QUADRO 8.3.7 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO- TODOS OS ORÇAMENTÁRIOS (530002).....	233
QUADRO 8.3.8 BALANÇO PATRIMONIAL- TODOS OS ORÇAMENTOS (530002)	237
QUADRO 8.3.9 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA- TODOS OS ORÇAMENTOS (530002).....	242
QUADRO 8.3.10 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS- TODOS OS ORÇAMENTOS (530002)	245
QUADRO 8.3.11 BALANÇO FINANCEIRO- TODOS OS ORÇAMENTOS (530025).....	249
QUADRO 8.3.12 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO- TODOS OS ORÇAMENTOS (530025).....	250
QUADRO 8.3.13 BALANÇO PATRIMONIAL- TODOS OS ORÇAMENTOS (530025).....	255
QUADRO 8.3.14 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA- TODOS OS ORÇAMENTOS (530025).....	259
QUADRO 8.3.15 DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS -TODOS OS ORÇAMENTOS (530025)	262
QUADRO 8.3.16 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO- TODOS OS ORÇAMENTOS (530001).....	266
QUADRO 8.3.17 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO- TODOS OS ORÇAMENTOS (530002).....	267
QUADRO 8.3.18 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO- TODOS OS ORÇAMENTOS (530025).....	268
QUADRO 9.1.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	270
QUADRO 9.3.1 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO E RESSARCIMENTO AO ERÁRIO	279
QUADRO 9.5.1 PUBLICIDADE E PROPAGANDA.....	282

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 3.3.1 ORGANOGRAMA SECRETARIA EXECUTIVA.....	16
FIGURA 3.3.2 ORGANOGRAMA GABINETE DO MINISTRO	20
FIGURA 3.4.1 MACROPROCESSOS	25
FIGURA 3.4.2 PROCESSOS ORGANIZACIONAIS.....	26
FIGURA 3.4.3 DIVISÃO DOS MACROPROCESSOS.....	27
FIGURA 4.1.1 MAPA ESTRATÉGICO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO	31

FIGURA 4.3.1 ALOCAÇÃO E EXECUÇÃO DOS RECURSOS, INFLUÊNCIA DOS RESTOS A PAGAR E FATORES INTERVENIENTES NO PROGRAMA 2029.	39
FIGURA 4.3.2 OBJETIVO 53000 0789 – PROGRAMA 2029	40
FIGURA 4.3.3 OBJETIVO 53000 0792 – PROGRAMA 2029	42
FIGURA 4.3.4 OBJETIVO 0840 – PROGRAMA 2029	43
FIGURA 4.3.5 ALOCAÇÃO E EXECUÇÃO DOS RECURSOS, INFLUÊNCIA DOS RESTOS A PAGAR E FATORES INTERVENIENTES NO PROGRAMA 2040.	46
FIGURA 4.3.6 OBJETIVO 53000 0169 – PROGRAMA 2040	48
FIGURA 4.3.7 OBJETIVO 53000 0172 – PROGRAMA 2040	49
FIGURA 4.3.8 OBJETIVO 53000 0174 – PROGRAMA 2040	50
FIGURA 4.3.9 ALOCAÇÃO E EXECUÇÃO DOS RECURSOS, INFLUÊNCIA DOS RESTOS A PAGAR E FATORES INTERVENIENTES NO PROGRAMA 2042.	53
FIGURA 4.3.10 OBJETIVO 22000 1005 PROGRAMA 2042	53
FIGURA 4.3.11 ALOCAÇÃO E EXECUÇÃO DOS RECURSOS, INFLUÊNCIA DOS RESTOS A PAGAR E FATORES INTERVENIENTES NO PROGRAMA 2044.	55
FIGURA 4.3.12 OBJETIVO 20101 0988 PROGRAMA 2044	56
FIGURA 4.3.13 ALOCAÇÃO E EXECUÇÃO DOS RECURSOS, INFLUÊNCIA DOS RESTOS A PAGAR E FATORES INTERVENIENTES NO PROGRAMA 2052.	58
FIGURA 4.3.14 ALOCAÇÃO E EXECUÇÃO DOS RECURSOS, INFLUÊNCIA DOS RESTOS A PAGAR E FATORES INTERVENIENTES NO PROGRAMA 2068.	60
FIGURA 4.3.15 ALOCAÇÃO E EXECUÇÃO DOS RECURSOS, INFLUÊNCIA DOS RESTOS A PAGAR E FATORES INTERVENIENTES NO PROGRAMA 2069.	63
FIGURA 4.3.16 OBJETIVO 55000 0614 PROGRAMA 2069	64
FIGURA 4.3.17 ALOCAÇÃO E EXECUÇÃO DOS RECURSOS, INFLUÊNCIA DOS RESTOS A PAGAR E FATORES INTERVENIENTES NO PROGRAMA 2077.	66
FIGURA 4.3.18 OBJETIVO 53000 0175 PROGRAMA 2077	68
FIGURA 4.3.19 ALOCAÇÃO E EXECUÇÃO DOS RECURSOS, INFLUÊNCIA DOS RESTOS A PAGAR E FATORES INTERVENIENTES NO PROGRAMA 2084.	72
FIGURA 4.3.20 OBJETIVO 53000 0479 PROGRAMA 2084	74
FIGURA 4.3.21 OBJETIVO 53000 0480 PROGRAMA 2084	78
FIGURA 4.3.22 OBJETIVO 53000 0549 PROGRAMA 2084	80
FIGURA 4.4.1 QUADRO DA VARIAÇÃO FÍSICA DA FORÇA DE TRABALHO DO MI	112
FIGURA 4.4.2 QUADRO DE CARGOS PERMANENTES DO MI	113
FIGURA 4.5.1 PORCENTAGEM POR TIPO DE MANIFESTAÇÃO	134

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 6.4.1 DADOS DE CONSUMO TOTAL DE ENERGIA, NOS ANOS 2013 A 2016.	201
GRÁFICO 6.4.2 DADOS DE CONSUMO MÉDIO MENSAL, NOS ANOS DE 2013 A 2016	201
GRÁFICO 6.4.3 DADOS DE CONSUMO TOTAL DE ÁGUA, NOS ANOS 2013 A 2016.	202
GRÁFICO 6.4.4 DADOS DE CONSUMO MÉDIO DE ÁGUA, NOS ANOS 2013 A 2016.	203
GRÁFICO 7.1.1 PERCENTUAL DE MANIFESTAÇÕES POR ÓRGÃO E ENTIDADE.....	206
GRÁFICO 7.1.2 DISTRIBUIÇÃO DE MANIFESTAÇÕES POR ÁREA DO MI.....	206
GRÁFICO 7.1.3 PORCENTAGEM POR TIPO DE MANIFESTAÇÃO	207

APRESENTAÇÃO	12
3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	13
3.1. Finalidade e Competências.....	13
3.1.1. Gabinete do Ministro.....	14
3.2. Ambiente de atuação.....	15
3.3. Organograma	16
3.3.1. Secretaria Executiva	16
3.3.2. Gabinete do Ministro.....	19
3.4. Macroprocessos finalísticos.....	25
4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTDOS.....	31
4.1. Planejamento Organizacional da Secretaria Executiva (Unidade Prestadora Contas)	31
4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	32
4.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	32
4.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	33
4.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.	34
4.3. Desempenho Orçamentário.....	36
4.3.1. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados	36
4.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	82
4.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	82
4.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores	83
4.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos	85
4.3.6. Informações sobre a realização das receitas	91
4.3.7. Informações sobre a Execução das despesas.....	91
4.4. Desempenho operacional.....	106
4.4.1. Unidade Consolidada - Gabinete do Ministro	117
4.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	119
5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	146
5.1. Descrição das estruturas de governança	146
5.1.1. Escritório de Processos (EP)	146

5.1.2.	Comitê de Convênios	147
5.1.3.	Comitê de Desenvolvimento de Pessoas - CDP	147
5.1.4.	Comitê Diretivo de Governança Digital do MI	147
5.1.5.	Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação do MI e das Entidades Vinculadas	148
5.1.6.	Comitê de Gestão das páginas da Internet e da Plataforma Integra.....	149
5.1.7.	Acesso à Internet e Intranet	149
5.1.8.	Comitê Diretivo de Segurança da Informação e das Comunicações	149
5.1.9.	Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais-ETIR.....	150
5.1.10.	Política de Segurança da Informação e das Comunicações-POSIC	151
5.1.11.	Política de Gestão de Riscos de Segurança da Informação e das Comunicações-PGRSIC.....	151
5.1.12.	Política de Governança de Tecnologia da Informação	151
5.1.13.	Plano Estratégico de Tecnologia da Informação-PETI	152
5.1.14.	Plano Diretor de Tecnologia da Informação-PDTI	152
5.1.15.	Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação	153
5.1.16.	.Utilização do Correio Eletrônico.....	153
5.1.17.	Utilização de Equipamentos Portáteis	154
5.1.18.	Serviços de Telefonia	154
5.1.19.	Comitê Gestor do Processo Eletrônico – CGPE.....	154
5.2.	Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	155
5.3.	Gestão de Riscos e Controles Internos	156
6.	AREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	157
6.1.	Gestão de pessoas	157
6.1.1.	Estrutura de pessoal da unidade	157
6.1.2.	Demonstrativo das despesas com pessoal	161
6.1.3.	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	163
6.1.4.	Contratação de pessoal de apoio e estagiário	174
6.1.5.	Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	180
6.2.	Gestão do patrimônio e infraestrutura	182
6.2.1.	Gestão da frota de veículos própria e terceirizada.....	182
6.2.2.	Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso	186
6.2.3.	Gestão do patrimônio imobiliário da União	186

6.2.4.	Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas	188
6.2.5.	Informações sobre imóveis locados de terceiros	189
6.3.	Gestão da tecnologia da informação (CGTI)	190
6.3.1.	Principais sistemas da informação	190
6.3.2.	Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).	195
6.4.	Gestão ambiental e sustentabilidade	197
6.4.1.	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	198
6.5.	Gestão de fundos e de programas	203
6.5.1.	Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade	203
7.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	204
7.1.	Canais de Acesso ao Cidadão	204
7.2.	Carta de Serviço ao Cidadão.....	207
7.3.	Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	207
7.4.	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	207
7.5.	Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	208
8.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÃO CONTÁBEIS	209
8.1.	Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	209
8.2.	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	212
8.3.	Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	213
8.3.1.	Demonstrações contábeis e Notas Explicativas da Unidade confrontando realizações de 2015 com 2016.	269
9.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	270
9.1.	Tratamento de determinações e recomendações do TCU.....	270
9.2.	Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	278
9.3.	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	278
9.4.	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	280
9.5.	Informações sobre ações de publicidade e propaganda.....	281

APRESENTAÇÃO

O Relatório de Gestão da Secretaria Executiva (Secex) do Ministério da Integração Nacional (MI) é composto pelas ações voltadas para a gestão desenvolvidas pela Unidade Jurisdicionada, no exercício de 2016. O documento foi elaborado em observância às disposições da IN TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010, alterada pela IN TCU nº 72, de 15 de maio de 2013, e em cumprimento ao que preceitua as Decisões Normativas TCU nºs 154, de 19 de outubro de 2016, e 156, de 30 de novembro de 2016, e a Portaria TCU nº 59, de 17 de janeiro de 2017.

Conforme a Portaria nº 270, de 28 de julho de 2014, alterada pela Portaria nº 450, de 23 de dezembro de 2014, que regulamenta o Decreto nº 8.161, de 18 de dezembro de 2013, compete à Secex/MI; auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implantação das ações da área de competência do Ministério; coordenar a representação do Ministério em órgãos colegiados e encontros técnicos, orientar e acompanhar a sua atuação; assistir o Ministro de Estado na supervisão e na coordenação das atividades das secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas; coordenar e acompanhar os projetos de cooperação técnica celebrados com organismos internacionais no âmbito do Ministério; planejar, coordenar e promover a execução de atividades de desenvolvimento organizacional e modernização administrativa que assegurem a eficácia e a efetividade das ações do Ministério e entidades vinculadas; e supervisionar as políticas e as diretrizes de concessão na área de atuação do Ministério.

A Secex exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipep, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - Sisp, de Serviços Gerais - Sisp, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg, e do Sistema Nacional de Arquivos - Sinar, por intermédio dos Departamentos de Gestão Estratégica e de Gestão Interna.

O Relatório está estruturado nos itens (i) Apresentação; (ii) Visão Geral; (iii) Planejamento Organizacional e Resultados; (iv) Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos; (v) Áreas Especiais da Gestão; (vi) Relacionamento com a Sociedade; (vii) Desempenho Financeiro e Informações Contábeis e (viii) Conformidade da Gestão e Demanda dos Órgãos de Controle.

Especificamente, o Relatório apresenta o desempenho das seguintes unidades administrativas que compõem a estrutura organizacional da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional: (i) Gabinete; (ii) Departamento de Gestão Estratégica – DGE; (iii) Departamento de Gestão Interna – DGI; (iv) Representação Regional do Rio de Janeiro – RRJ e (v) Representação Regional do Rio Grande do Sul – RRS.

Apresenta, também, uma visão gerencial da atuação do MI nos programas temáticos em que atua, realizando uma análise situacional sobre os resultados observados em relação às metas previstas do PPA, bem como evidenciando os fatores intervenientes que concorreram para esses resultados.

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2016

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1. Finalidade e Competências

O Ministério da Integração Nacional (MI) foi criado com a edição da Medida Provisória nº 1.911-8, de 28 de julho de 1999, posteriormente convertida na Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, na qual foram estabelecidas as seguintes competências:

- I - formulação e condução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR);
- II - formulação dos planos e programas regionais de desenvolvimento;
- III - estabelecimento de estratégias de integração das economias regionais;
- IV - estabelecimento das diretrizes e das prioridades na aplicação dos recursos dos programas de financiamento de que trata a alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição;
- V - estabelecimento das diretrizes e das prioridades na aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento regional;
- VI - estabelecimento de normas para cumprimento dos programas de financiamento dos fundos constitucionais e das programações orçamentárias dos fundos de investimentos regionais;
- VII - acompanhamento e avaliação dos programas integrados de desenvolvimento nacional;
- VIII - proteção e defesa civil;
- IX - obras contra as secas e de infraestrutura hídrica;
- X - formulação e condução da política nacional de irrigação;
- XI - ordenação territorial;
- XII - obras públicas em faixas de fronteiras.

Posteriormente, foram sancionadas as Leis nº 12.742, de 17 de dezembro de 2012, e nº 12.766, de 27 de dezembro de 2012, que criaram cargos em comissão e funções gratificadas para o reforço das estruturas do MI e de suas entidades vinculadas.

A estrutura regimental do MI, em vigor no ano de 2014, foi aprovada pelo Decreto nº 8.161, de 18 de dezembro de 2013, que adequou a estrutura regimental e estabeleceu as seguintes competências da Secretaria Executiva – Secex:

- I - auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implantação das ações da área de competência do Ministério;

II - coordenar a representação do Ministério em órgãos colegiados e encontros técnicos, orientar e acompanhar a sua atuação;

III - assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

IV - coordenar e acompanhar os projetos de cooperação técnica celebrados com organismos internacionais no âmbito do Ministério;

V - planejar, coordenar e promover a execução de atividades de desenvolvimento organizacional e modernização administrativa que assegurem a eficácia e efetividade das ações do Ministério e entidades vinculadas; e

VI - supervisionar as políticas e diretrizes de concessão na área de atuação do Ministério.

A Secretaria Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - Sisp, de Serviços Gerais - Sisg, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg, e do Sistema Nacional de Arquivos - Sinar, por intermédio dos Departamentos de Gestão Estratégica e de Gestão Interna.

O atual Regimento Interno foi aprovado pela Portaria MI nº 270, de 28 de julho de 2014, em adequação à nova estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 8.161, de 2013. Esse ato normativo passou por alteração, de acordo com a Portaria MI nº 414, de 10 de novembro de 2014 e Portaria MI nº 05, de 25 de janeiro de 2016.

3.1.1. Gabinete do Ministro

Conforme estrutura regimental do MI em vigor desde 2014, aprovada pelo Decreto nº 8.161, de 18 de dezembro de 2013, são competências do Gabinete do Ministro:

I - assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social, nas relações públicas e no preparo e despacho de expedientes;

II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse ou iniciativa do Ministério em tramitação no Congresso Nacional, e assessorar o Ministro de Estado no atendimento às consultas e requerimentos formulados por parlamentares;

III - exercer as atividades de comunicação social relativas às realizações do Ministério e de suas entidades vinculadas;

IV - apoiar o Ministro de Estado nos assuntos de cooperação e assistência técnica internacionais;

V - planejar, coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades de ouvidoria no Ministério;

VI - planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério e de suas unidades descentralizadas e vinculadas e;

VII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

3.2. Ambiente de atuação

A Secretaria Executiva (Secex/ MI) atua na definição de diretrizes para implantação das ações de competência do Ministério; na supervisão e na coordenação das atividades das secretarias finalísticas e das entidades vinculadas; na coordenação e no acompanhamento de projetos de cooperação técnica; no planejamento, na coordenação e na promoção da execução de atividades de desenvolvimento organizacional e modernização administrativa.

Para tanto, a Secex/MI relaciona-se com os seguintes Órgãos, dentre outros:

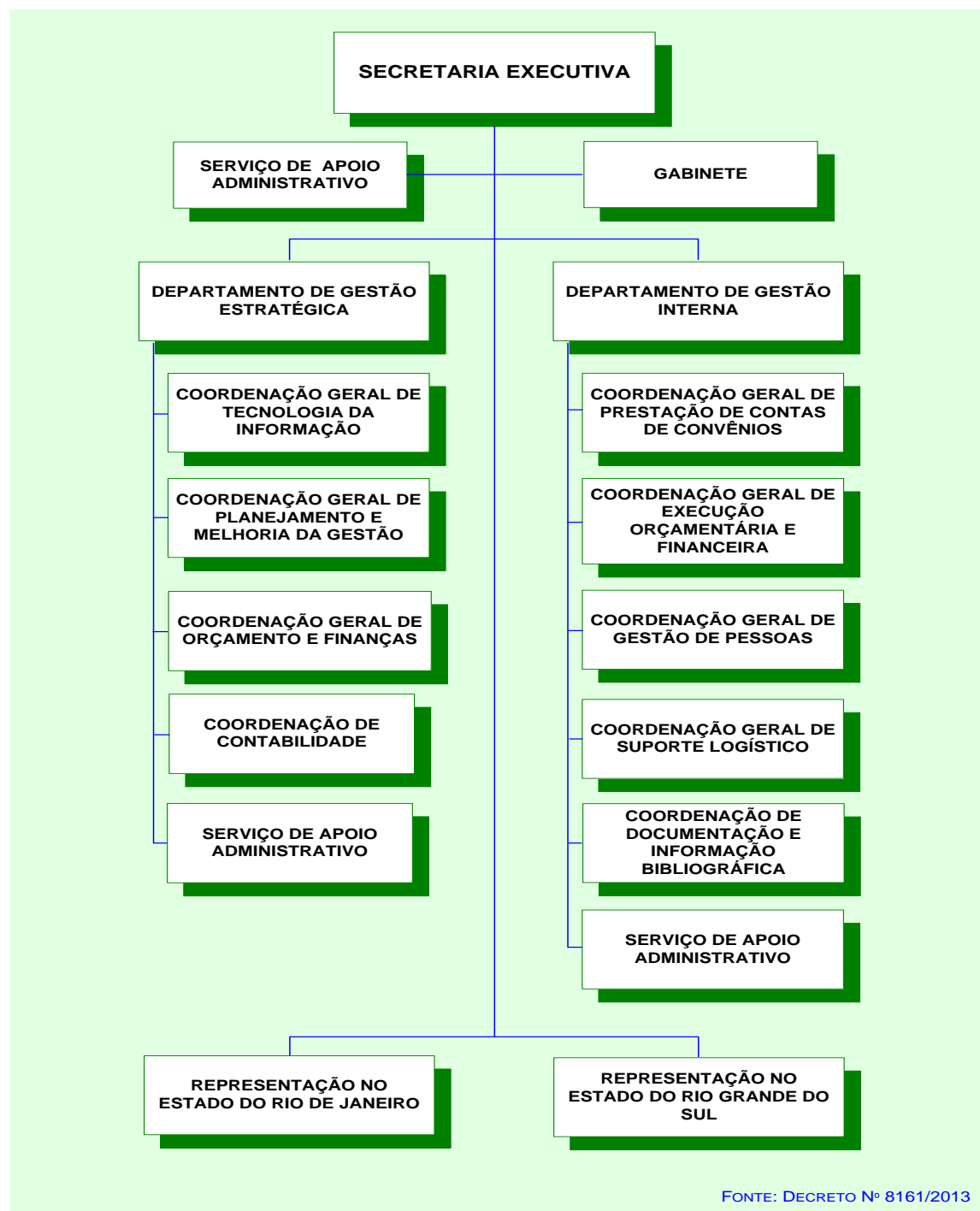
- Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (Sistema de Pessoal, Tecnologia da Informação, Planejamento e Orçamento, Capacitação, Organização e Inovação Institucional);
- Ministério da Fazenda (Contabilidade e Finanças);
- Casa Civil (Elaboração de Relatórios);
- Controladoria-Geral da União (Apoio à elaboração de relatórios).

3.3. Organograma

3.3.1. Secretaria Executiva

De acordo com o Decreto nº 8.161/2013, vigente em 2014, a Secretaria Executiva está estruturada de acordo com o seguinte organograma:

Figura 3.3.1 Organograma Secretaria Executiva



Quadro 3.3.1 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas – Secretaria Executiva

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Secretaria Executiva	Auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implantação das ações da área de competência do Ministério; coordenar a representação do Ministério em órgãos colegiados; assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas, coordenar e acompanhar os projetos de cooperação técnica celebrados com organismos internacionais no âmbito do Ministério, planejar, coordenar e promover a execução de atividades de desenvolvimento organizacional e modernização administrativa que assegurem a eficácia e efetividade das ações do Ministério e entidades vinculadas, além de supervisionar as políticas e diretrizes de concessão na área de atuação do Ministério.	Carlos Antônio Vieira Fernandes	Secretário Executivo	De 12/02/2015 a 28/04/2016
		Laércio Roberto Lemos de Souza	Substituto	De 29/04/2016 a 23/05/2016
		Luiz Otávio Oliveira Campos	Secretário Executivo	De 24/05/2016 a 22/06/2016
		Emília Maria Silva Ribeiro Curi	Secretário Executivo	De 23/06/2016 a 07/08/2016
		Diogo Peres Neto	Substituto	De 08/08/2016 a 09/01/2017
Gabinete da Secex	Assistir o Secretário Executivo na execução de suas atribuições e coordenar a sua pauta de trabalho, proceder ao exame prévio dos processos e dos demais documentos submetidos à consideração do Secretário; acompanhar e providenciar as indicações de representações do Ministério em órgãos colegiados; bem como acompanhar e participar dos assuntos de interesse estratégico para o MI.	Lilian Almeida Veloso	Chefe de Gabinete	De 30/11/2015 a 12/07/2016
		Erlane de Cássia Silva Mendes		Desde 15/07/2016
Departamento de Gestão Estratégica	Supervisionar, coordenar e promover as atividades relacionadas ao planejamento, à programação orçamentária e financeira, e as atividades de organização, de melhoria da gestão e desburocratização, de tecnologia da informação e de contabilidade.	Laércio Roberto Lemos de Souza	Diretor	De 26/01/2015 a 24/05/2016
		Diogo Peres Neto		Desde 25/05/2016
Coordenação de Contabilidade	Coordenar, acompanhar e orientar a execução das atividades inerentes aos registros contábeis de gestão orçamentária, financeira e patrimonial de suas unidades jurisdicionadas e vinculadas.	Leonizia Virgolino Ramos	Coordenador a	Desde 28/01/2014
Coordenação	Planejar, coordenar, orientar,	Luciano de	Coordenador	Desde

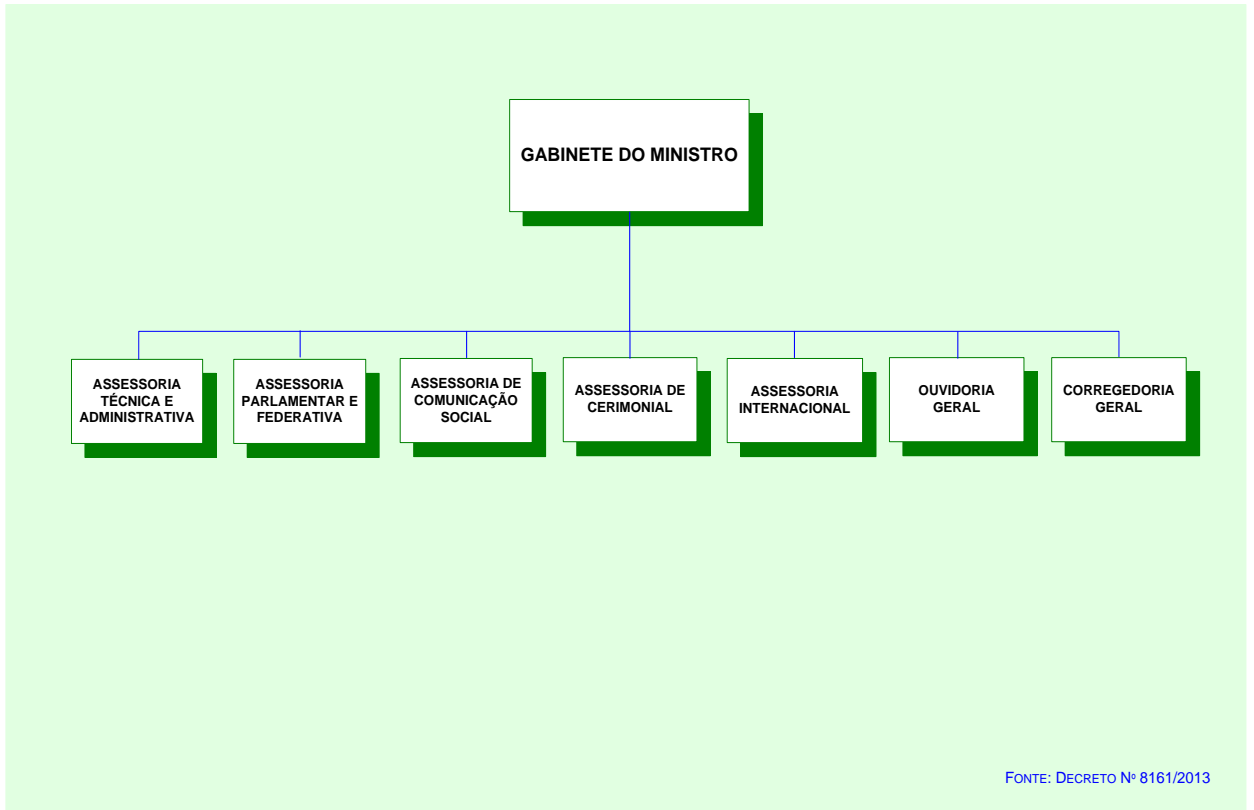
Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão	acompanhar e avaliar a execução das atividades de planejamento setorial e operacional, organização e inovação institucional, no âmbito do Ministério.	Mendonça Fonseca	-Geral	13/12/2013
Coordenação Geral de Orçamento e Finanças	Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de programação orçamentária e financeira, bem como participar da elaboração do PPA no âmbito do Ministério, segundo as diretrizes emanadas dos órgãos centrais dos Sistemas de Planejamento e Orçamento.	Gilma Gomes Maciel	Coordenador -Geral	Desde 06/04/2015
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	Gerir os programas, projetos, ações e processos relativos aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicações - TIC, no âmbito do Ministério, segundo as diretrizes emanadas pelo órgão central do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação - Sisp.	Flávio Ferreira dos Santos	Coordenador -Geral	De 04/04/2011 a 13/07/2016
		Alionésimo Lobo Souza Junior	Substituto	De 14/07/2016 a 24/07/2016
		Jorge Fernandes Nadler	Coordenador -Geral	De 25/07/2016 a 25/01/2017
Departamento de Gestão Interna	Supervisionar, coordenar e promover as atividades relacionadas à gestão de pessoas, de convênios, de logística, de administração financeira e de documentação e arquivo no âmbito do Ministério.	Djair Fiorillo Lopes	Diretor	De 26/11/2013 a 24/05/2016
		José Pereira da Silva	Substituto	De 25/05/2016 a 29/05/2016
		Reynaldo Aben Athar de Sousa	Diretor	Desde 30/05/2016
Coordenação de Documentação e Informação Bibliográfica	Planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de gestão de documentos e biblioteca.	Arlete Cristina da Silva Ramos	Coordenador a	Desde 04/04/2003
Coordenação Geral de Prestação de Contas de Convênios	Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de análise financeira das prestações de contas de convênios, termos de compromisso e outros instrumentos congêneres, celebrados pelo MI.	Rosani Aparecida de Araújo	Coordenador a-Geral	De 03/03/2011 a 24/08/2016
		Cristianne Martins Ferreira Fidelis	Substituta	De 25/08/2016 a 28/08/2016
		Bruno Nunes Vianna Dourado	Coordenador -Geral	Desde 29/08/2016
Coordenação Geral de Execução	Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à execução orçamentária e	José Pereira da Silva	Coordenador -Geral	Desde 10/07/2006

Orçamentária e Financeira	financeira, no âmbito do Ministério, segundo as diretrizes emanadas dos órgãos centrais dos Sistemas de Planejamento e Orçamento e de Administração Financeira Federal.			
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas	Planejar, coordenar, orientar, acompanhar, supervisionar e avaliar a execução das atividades de administração e de desenvolvimento de gestão de pessoas no âmbito do Ministério, em consonância com as diretrizes e normas emanadas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec.	Andréa de Castro Ribeiro	Coordenador a-Geral	De 18/11/2011 a 05/10/2016
		Nilson Ferreira Santos	Substituto	De 06/10/2016 a 17/10/2016
		Leci Maria Barata de Castro Barroso	Coordenador a-Geral	Desde 18/10/2016
Coordenação Geral de Suporte Logístico	Planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relativas à administração de material, patrimônio, contratos, compras, manutenção de edifícios, transportes, telecomunicações e demais atividades auxiliares no âmbito do Ministério.	Ivancir Gonçalves da Rocha Castro Filho	Coordenador -Geral	De 03/03/2011 a 03/08/2016
		Geraldo Antonio de Oliveira	Substituto	De 04/08/2016 a 08/08/2016
		Adriano Guedes Ferreira	Coordenador -Geral	Desde 09/08/2016
Representação Regional no Estado do Rio Grande do Sul	Auxiliar no planejamento e monitoramento e supervisão das ações do Ministério; promover a articulação do Ministério com outros órgãos e entidades do Governo Federal e com entes federativos; auxiliar os entes federativos na formulação de suas demandas às unidades do Ministério; auxiliar as unidades do Ministério em outras ações, conforme determinação do Secretário Executivo.	Alexandre Wessner Kapper	Representant e Regional do Rio Grande do Sul	Desde 23/12/2013
Representação Regional no Estado do Rio de Janeiro		Sandro da Silva Barboza	Representant e Regional do Rio de Janeiro	Desde 03/09/2015

3.3.2. Gabinete do Ministro

De acordo com o Decreto nº 8.161/2013, vigente em 2014, o Gabinete do Ministro está estruturado de acordo com o seguinte organograma:

Figura 3.3.2 Organograma Gabinete do Ministro



Quadro 3.3.2 Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas - Gabinete do Ministro

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gabinete do Ministro	Assistir o Ministro de Estado em sua representação política e social, nas relações públicas e no preparo e despacho de expedientes; acompanhar o andamento dos projetos de interesse ou iniciativa do Ministério em tramitação no Congresso Nacional, e assessorar o Ministro de Estado no atendimento às consultas e requerimentos formulados por parlamentares; exercer as atividades de comunicação social; apoiar o Ministro de Estado nos assuntos de cooperação e assistência técnica internacionais; planejar, coordenar, supervisionar e desenvolver as atividades de ouvidoria no Ministério; planejar, coordenar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério e de suas unidades descentralizadas e vinculadas.	Ana Cristina Augusto da Cunha Wanzeler	Chefe de Gabinete	De 05/05/2015 a 24/05/2016
		Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto		Desde 25/05/2016
Assessoria Técnica Administrativa	Coordenar, acompanhar e executar as atividades necessárias ao apoio técnico e administrativo do Gabinete.	Obdúlia Almeida Belmonte	Chefe de Assessoria	Desde 14/01/2011
Assessoria Parlamentar e Federativa	Assistir o Ministro de Estado da Integração Nacional no que concerne às atividades legislativas do Congresso Nacional de interesse deste Ministério e de suas entidades vinculadas, de acordo com o Sistema de Informações de Atividades Legislativas - SIAL, bem como no acompanhamento das demandas de parlamentares e dos entes federativos junto a esses órgãos.	Maíra Rodrigues Paiva	Chefe de Assessoria	De 16/07/2015 a 06/06/2016
		Silvio Arthur Pereira	Chefe de Assessoria	De 07/06/2016 a 29/09/2016
		Glauto Wolfgang da Silva	Substituto	De 30/09/2016 a 05/12/2016
		Ricardo Mendes de Lima	Chefe de Assessoria	Desde 06/12/2016
Assessoria de Comunicação Social	Planejar, promover, coordenar e orientar as atividades de comunicação social, compreendendo publicidade, relações públicas e imprensa, no âmbito do Ministério e das entidades vinculadas, de acordo com a orientação do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal - Sicom.	Luiz Carlos Silva Costa	Substituto	01/01/2016 a 24/05/2016
		Maria Helena Lopes Campos Sales	Chefe de Assessoria	De 07/07/2016 a 16/01/2017

Assessoria de Cerimonial	Encaminhar, cadastrar, acompanhar e arquivar as correspondências recebidas e expedidas, relacionadas a convites e cumprimentos ao Ministro; acompanhar a agenda do Ministro e confirmar a presença nos casos dos eventos selecionados para participação; levantar as informações sobre os eventos em que o Ministro for comparecer; verificar a indicação de representantes para os eventos em que o Ministro não for comparecer, adotando as providências cabíveis; coordenar, organizar e participar das solenidades oficiais que irão contar com a participação do Ministro; organizar e coordenar as ações voltadas para as datas comemorativas a serem realizadas no âmbito do Ministério; manter atualizado o cadastro de autoridades de interesse do Ministério; organizar e acompanhar a recepção de autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Ministério; fiscalizar e acompanhar a execução do contrato de prestação de serviços de organização de eventos; auxiliar os órgãos e unidades do Ministério na organização e coordenação de solenidades, eventos, exposições, palestras e seminários do Ministério; assessorar o Ministro em eventos no DF e nos Estados; elaborar cronograma de eventos do MI no DF e nos Estados, dentre outras.	Alecsandra de Oliveira Brasil	Chefe de Assessoria	De 20/03/2015 a 01/06/2016
		Alexandre Campos Ferreira		Desde 02/06/2016

Assessoria Internacional	<p>Apoiar o Ministro de Estado no cumprimento de sua agenda externa; promover e facilitar a relação do Ministério com instituições e autoridades brasileiras e estrangeiras; colaborar para intensificar a relação do Ministério com agências de cooperação internacional e instituições financeiras brasileiras e internacionais interessadas em apoiar o Brasil em seu esforço de desenvolvimento nas áreas de competência do Ministério; apoiar os órgãos do Ministério na organização e realização de eventos internacionais e nas atividades de cooperação mútua e de relacionamento entre o MI e entidades, instituições estrangeiras e organizações internacionais que atuem na sua área de competência, em outros países, visando ao intercâmbio de informações e experiências; assessorar as Comissões e Comitês do Ministério, instituídos em função de tratados firmados pelo Brasil ou de acordos de cooperação assinados entre o MI e outras instituições estrangeiras congêneres, ou, ainda, que envolvam questões inerentes à área de relações internacionais; desenvolver as ações necessárias à representação do Ministério em congressos, reuniões, simpósios, seminários, cursos e eventos de caráter internacional, bem como providenciar a divulgação dos resultados decorrentes desses eventos; participar de missões, conferências e demais eventos relacionados aos assuntos de competência deste Ministério, principalmente infraestrutura hídrica, desenvolvimento regional e defesa civil; assessorar o Ministro de Estado e os Secretários na elaboração de suas agendas externas; assessorar o Ministro de Estado e os Secretários na recepção de diplomatas, autoridades estrangeiras e representantes de instituições internacionais; organizar a correspondência internacional do Ministro de Estado e dos Secretários; organizar missões do Ministro de Estado e dos Secretários ao exterior; redigir minutas de discursos, conferências ou artigos do Ministro de Estado e dos Secretários, na área internacional; articular a participação do Ministério em atividades internacionais de promoção comercial e de atração de investimentos para projetos; e providenciar serviços de intérprete e a tradução de correspondências, relatórios, publicações, textos técnicos e outros documentos submetidos à unidade.</p>	Francieli Franciscatto Covatti	Chefe de Assessoria	Desde 16/04/2015
--------------------------	--	--------------------------------	---------------------	------------------

Ouvidoria Geral	Receber, examinar e encaminhar reclamações, sugestões, elogios, informações, denúncias e representações; responder ao interessado acerca das manifestações apresentadas; estabelecer canais de comunicação com o cidadão que venham a facilitar e agilizar o fluxo das informações e a solução de seus pleitos; exercer as competências relativas ao Serviço de Informação ao Cidadão - SIC; exercer a supervisão técnica sobre as ouvidorias das entidades vinculadas ao Ministério, dentre outras.	Flávia Castro de Andrade	Ouvidor	Desde 02/01/2014
Corregedoria Geral	À unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, compete supervisionar, orientar, executar, controlar e avaliar as atividades de correição desenvolvidas, no âmbito do Ministério; articular com os órgãos central, setoriais e seccionais do Sistema de Correição - Siscor, com vistas ao aprimoramento da atuação da Corregedoria Geral, mediante o intercâmbio e disseminação de boas práticas, experiências e informações; promover ações destinadas à valorização e ao cumprimento de preceitos relativos à ética funcional e a conduta disciplinar dos servidores; verificar os aspectos disciplinares dos procedimentos administrativos, de ofício, ou sempre que demandada pelos Dirigentes de área, pela Ouvidoria Geral, pelos órgãos de controle, bem como a partir de denúncias e resultados de procedimentos internos; propor medidas que visem a inibir, a reprimir e a diminuir a prática de faltas ou irregularidades cometidas por servidores contra o patrimônio público ou com inobservância de dever funcional; autuar processos, promover exame de admissibilidade, instaurar, prorrogar e reconduzir procedimentos prévios de investigação, sindicâncias administrativas e processos administrativos disciplinares, e determinar, de forma fundamentada em manifestação técnica, o arquivamento de procedimentos prévios de investigação ou a instauração de procedimentos administrativos disciplinares deles decorrentes, sem prejuízo de sua iniciativa pela autoridade a que se refere o art. 143, da Lei nº 8.112/1990; propor ao Órgão Central do Sistema medidas que visem à definição, padronização, sistematização, racionalização e normatização dos procedimentos operacionais atinentes à atividade de correição; apoiar e prestar orientação técnica às unidades	Johnny Wilson Araújo Cavalcanti	Corregedor	De 03/11/2014 a 21/11/2016
		Daniel Xavier Lara	Substituto	Desde 22/11/2016

	jurisdicionadas, aos órgãos e entidades vinculadas ao Ministério, na implementação de atividades correicionais; promover manifestação técnica em procedimentos prévios de investigação, Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares, após a entrega de Relatório Final pelas Comissões; propor medidas de correção, apuração, prevenção de falhas e omissões na prestação de serviços públicos, dentre outras.			
--	---	--	--	--

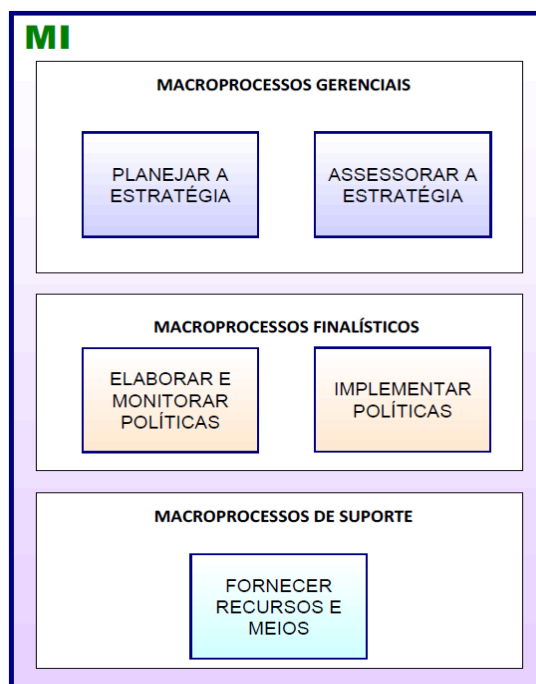
3.4. Macroprocessos finalísticos.

Por meio da Portaria nº 08, de 22 de março de 2013, foi instituído o Escritório de Processos (EP), responsável por planejar e coordenar as ações de implementação da gestão por processos no Ministério.

Em 2014, a Portaria 450, de 23 de dezembro de 2014, estabeleceu o modelo institucional da gestão por processos no MI, consolidando as práticas voltadas ao estabelecimento da cultura desse modelo nas unidades da estrutura organizacional, definindo os papéis e a participação dos representantes de todas as Secretarias do Órgão.

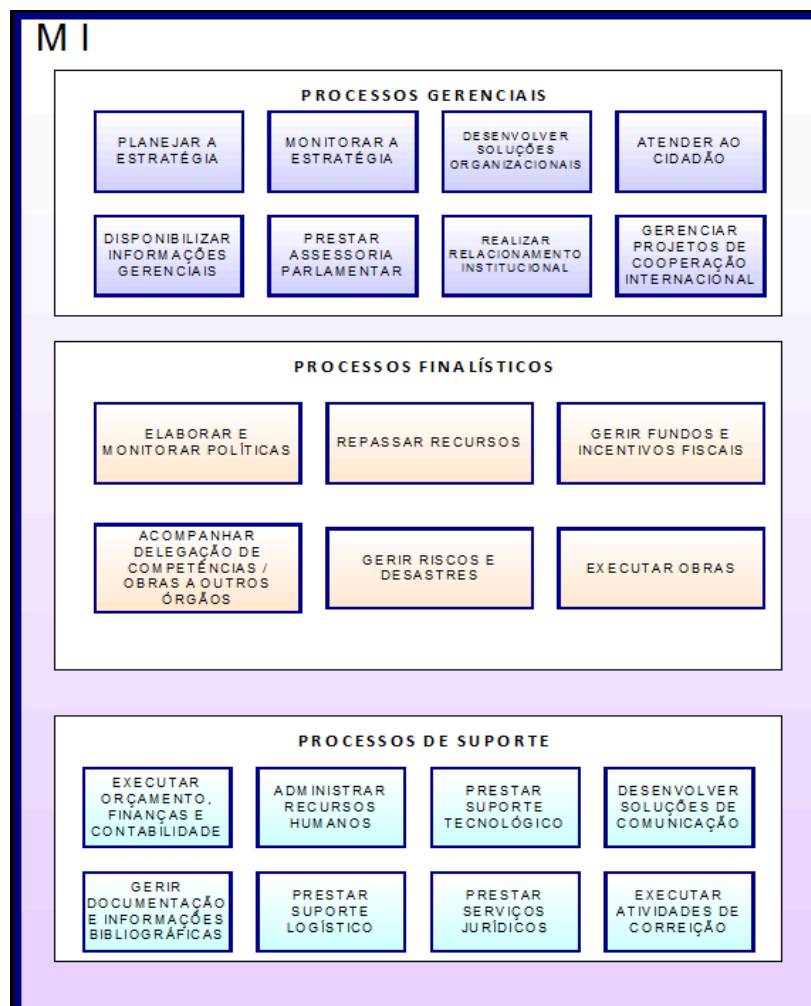
Após o entendimento inicial do negócio, foi sugerido um modelo de cadeia de valor que ressaltasse os principais macroprocessos de forma compilada, conforme demonstrado na figura apresentada a seguir:

Figura 3.4.1 Macroprocessos



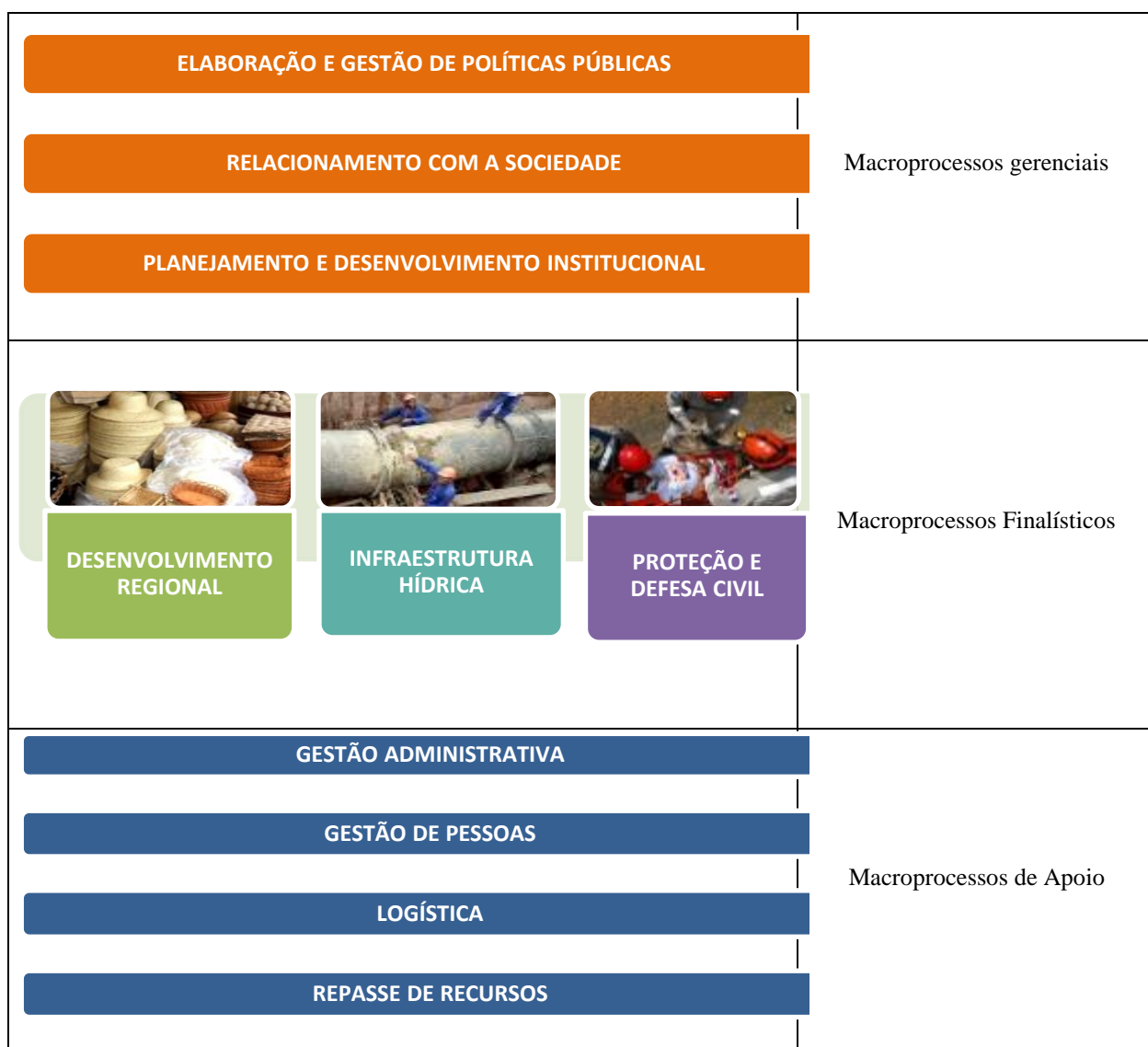
Cada um desses macroprocessos foi subdividido em processos organizacionais, conforme se observa na figura a seguir:

Figura 3.4.2 Processos Organizacionais



Com o amadurecimento do tema e a evolução dos trabalhos do EP, em 2014, foi realizada uma revisão, resultando em outra cadeia de valor, cujos macroprocessos foram divididos da seguinte forma:

Figura 3.4.3 Divisão dos Macroprocessos



Com essa visão procurou-se enfatizar o negócio finalístico do MI, assim como previsto em sua Lei de Criação. As políticas públicas foram tratadas, desde então, como instrumentos para garantia dos direitos de cidadania, cujos processos de elaboração e gestão foram classificados como gerenciais.

Quadro 3.4.1 Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Desenvolvimento Regional	<p>Tem dois objetivos principais: sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intraregionais valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais e criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e aos serviços públicos no Território Brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidades vinculadas ao local de nascimento e moradia.</p> <p>É composto pelos grupos de processos de Desenvolvimento Produtivo, Promoção da Temática e Financiamento.</p>	Desenvolvimento Produtivo: infraestrutura produtiva para arranjos produtivos; ações para aprimoramento da produção e inserção mercadológica; apoio ao associativismo e cooperativismo.	Cadeia Produtiva	Secretaria de Desenvolvimento Regional; Secretaria de Fundos e Incentivos Fiscais.
		Promoção da Temática: capacitação, concessão de bolsas de estudo de pós-graduação; publicações.	Entes Federados; Agentes de desenvolvimento; Sociedade Acadêmica; Cidadão.	Secretaria de Desenvolvimento Regional.
		Financiamento: aplicação dos recursos dos Fundos Regionais e dos Incentivos Fiscais voltada para a redução das desigualdades regionais.	Empresas.	Secretaria de Fundos e Incentivos Fiscais.
Oferta de Água	<p>Tem como objetivos principais: aumentar a oferta de água em sistemas integrados por meio de intervenções de infraestrutura hídrica; revitalizar infraestruturas hídricas existentes; universalizar o acesso e o uso da água para populações carentes, rurais e dispersas em situação de extrema pobreza.</p> <p>É composto pelos grupos de processos de Irrigação, Infraestrutura Hídrica,</p>	Infraestrutura Hídrica: obras de drenagem – canalizações de córregos, dragagem de canais, contenção de encostas, desassoreamento e recuperação de sistemas de drenagem. Obras para acesso à água – cisternas, barreiros e sistemas coletivos.	População em geral; População de baixa renda.	Secretaria de Infraestrutura Hídrica; Secretaria de Desenvolvimento Regional.
		Irrigação: Desenvolvimento de projetos de irrigação; coordenação e supervisão das ações de agricultura	População da zona rural.	Secretaria Nacional de Irrigação.

	Incentivos Fiscais e Programas Ambientais.	irrigada; gestão dos perímetros públicos; e incentivos à qualidade na produção.		
		Incentivos Fiscais: redução de impostos; isenção de impostos; reinvestimentos e depreciação acelerada.	Unidades produtoras.	Secretaria Nacional de Irrigação.
		Programas Ambientais: prevenção, atenuação e correções de impactos; monitoramento e acompanhamento das mudanças.	População impactada por obras de oferta de água.	Secretaria de Infraestrutura Hídrica; Secretaria Nacional de Irrigação.
Proteção e Defesa Civil	Tem como objetivo principal coordenar as ações de proteção e defesa civil em todo o território nacional, de forma a reduzir os riscos de desastres. É composto pelos grupos de processos de Prevenção, Reconhecimento de Emergências e Calamidade Pública, Resposta a Desastres e Recuperação.	Prevenção: coordenação das ações de prevenção da rede de proteção e defesa civil; obras para contenção de cheias e controle de erosões; capacitação e treinamento; mapeamento das áreas de riscos; planejamento urbano e ambiental; monitoramento da ocupação urbana; implantação de intervenções estruturais; monitoramento e análise de riscos; e alertas de desastres.	População de áreas de risco.	Secretaria de Infraestrutura Hídrica; Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.
		Reconhecimento de Emergência e Calamidade Pública: recebimento das solicitações; análise das solicitações; proferimento de decisão.	Estados; Municípios; Distrito Federal.	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.
		Resposta a Desastres:	População de áreas que	Secretaria Nacional de

		socorro às vítimas, transporte de vítimas, agentes de defesa civil e/ou produtos e materiais; assistência humanitária; reestabelecimento emergencial de serviços essenciais e de habitabilidade.	sofreram desastres.	Proteção e Defesa Civil.
		Recuperação: reconstrução de áreas destruídas por desastres por meio de transferência com base em planos de ação.	População de áreas que sofreram desastres.	Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Considerando que os negócios tratados no âmbito do Ministério (desenvolvimento regional, infraestrutura hídrica e proteção e defesa civil) são distintos, mas todos importantes, optou-se por priorizar um processo por secretaria, com o auxílio do EP, e cada representante das secretarias teve o papel de identificar seus processos e coordenar o mapeamento nas suas unidades.

Contudo, no decorrer de 2016, devido às alterações de gestão ocorridas no ano, que dificultaram o conhecimento e o alinhamento das estratégias já desenvolvidas, assim como a inexistência de contratação especializada para o desenvolvimento dos trabalhos, as atividades do Escritório de Processos ficaram paralisadas tendo sido mapeados apenas os processos de apoio executados pela Coordenação Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão, a saber: Elaboração PPPA, Elaboração PLOA e Organização Institucional.

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

4.1. Planejamento Organizacional da Secretaria Executiva (Unidade Prestadora Contas)

O planejamento estratégico da Secex/MI está inserido no âmbito do Planejamento do Ministério da Integração Nacional (MI), atualmente materializado no Mapa Estratégico da Pasta, no qual estão definidos a Visão de Futuro, a Missão, os Eixos de Atuação (Prioridades) e os Objetivos Estratégicos do MI, conforme ilustração a seguir:

Figura 4.1.1 Mapa Estratégico do Ministério da Integração



Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/web/guest/mapa-estrategico>

Por sua vez, o plano tático da Secex abrange o planejamento das coordenações componentes da Unidade Jurisdicionada, abrangendo áreas específicas, notadamente:

1. Contabilidade;
2. Documentação e Informação Bibliográfica;
3. Execução Orçamentária e Financeira;
4. Orçamento e Finanças;
5. Planejamento e Melhoria da Gestão;
6. Prestação de Contas de Convênios;
7. Recursos Humanos;
8. Suporte Logístico e;
9. Tecnologia da Informação.

4.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Conforme Mapa Estratégico, o plano estratégico da Secex insere-se no Eixo “Implementar gestão eficiente, eficaz e efetiva”, desdobrado nos Objetivos Estratégicos “Promover valorização e qualificação permanente dos servidores” e “Assegurar participação, transparência e melhoria contínua dos meios e processos de gestão”

4.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

O planejamento estratégico da Secex está explícito no Mapa Estratégico do Ministério da Integração Nacional, que reflete as escolhas para atuação das secretarias e entidades vinculadas.

Em 2016, em decorrência da construção do Plano Plurianual PPA 2016-2019, foram realizadas reuniões com os gestores para a revisão e a atualização da visão, da missão, dos eixos temáticos e dos objetivos estratégicos do Mapa, visando o alinhamento dos programas temáticos expressos no novo PPA.

Com as mudanças de diretrizes governamentais implantadas pelos novos gestores, foi proposto, ajuste no modelo de gestão apoiado no monitoramento das ações. A ferramenta de gestão de informações era baseada em reuniões periódicas com os atores envolvidos para fins de obter os resultados alcançados pelas áreas no acompanhamento das atividades previamente pactuadas. Em 2016, deu-se ênfase no tratamento das informações inseridas no Sistema Paineis MI, com reuniões menos frequentes junto à alta direção.

Com a utilização do Paineis, tem-se uma dinâmica permanente de planejar e acompanhar os planos de ação, por intermédio de um conjunto de Planos Operativos, com seus responsáveis, prazos e progressos. No âmbito da Secex, essa atuação permitiu à Secex agir de forma efetiva para implementar o seu planejamento.

Em 2016, trabalhou-se para concluir o alinhamento dos Planos Operativos em andamento pelas áreas finalísticas e meio aos objetivos estabelecidos e priorizados alinhando-os ao PPA 2016-2019, visando mensurar os resultados alcançados no exercício, o possibilitou identificar desdobramentos na atividade de monitoramento.

A partir da revisão do Mapa Estratégico, cuja validação pela alta direção está prevista para o primeiro semestre de 2017, dar-se-á andamento à complementação do Planejamento Estratégico vigente visando agregar valor por meio do incremento dos eixos e dos objetivos existentes no Mapa, com a criação de metas e indicadores.

4.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O planejamento das coordenações componentes da Secex/MI vincula-se com as competências específicas estabelecidas no art. 4º do Decreto nº 8.161, de 18 de dezembro de 2013.

No contexto do Plano Plurianual (PPA), a Secex/MI é responsável por conduzir o eixo “Implementar Gestão Eficaz, Eficiente e Efetiva” do Mapa Estratégico, e o seu planejamento estratégico vincula-se ao PPA por intermédio do “Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional”, cujas ações estão listadas a seguir:

- 00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade
- 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais;
- 140U - Desenvolvimento de ações de planejamento, gestão, estudos, projetos e fortalecimento institucional – Interâguas
- 2000 - Administração da Unidade
- 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes
- 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados
- 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
- 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
- 20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União
- 4641 - Publicidade de Utilidade Pública
- 8785 - Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

4.1.3.1. Gabinete do Ministro

O planejamento do Gabinete do Ministro coincide com o relato da Secex/MI, de modo que se alinha ao Eixo “Implementar Gestão Eficiente, Eficaz e Efetiva” no âmbito do Planejamento Estratégico do MI, notadamente no que se refere ao Objetivo Estratégico “Assegurar participação, transparência e melhoria contínua dos meios e processos de gestão”.

No contexto do Plano Plurianual (PPA), o seu planejamento estratégico vincula-se ao PPA por intermédio do “Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional”, especialmente no que tange às seguintes ações:

- 2000 - Administração da Unidade
- 4641 - Publicidade de Utilidade Pública

No mesmo sentido, o planejamento tático é expresso em Planos Operativos e o planejamento operacional resulta do detalhamento do planejamento tático.

4.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos.

Para fins de monitoramento das atividades previamente pactuadas, foram realizadas reuniões internas, quando se procedeu à análise, ao julgamento e à interpretação dos resultados dos projetos e das atividades prioritários.

Para subsidiar essas reuniões, as ações prioritárias da Secex são descritas em Planos Operativos, associados ao eixo temático “Implementar gestão eficiente, eficaz e efetiva”, que se configuram como registros das pactuações assumidas entre os responsáveis pelas ações e a direção superior do Ministério. Nesses registros, constam descrições, metas, prazos e valores associados à iniciativa desejada, além de dados complementares essenciais à execução do objeto como vinculações orçamentárias e informações contratuais (com terceiros).

As reuniões são presididas pelo Secretário-Executivo em reuniões de coordenação, tendo em vista que o acompanhamento se insere no Modelo de Gestão do Ministério, que busca assegurar a consecução dos objetivos estratégicos e permite evidenciar eventuais desvios ao longo da gestão e apontar tempestivamente as medidas necessárias à sua mitigação.

Apresentam-se, a seguir, os planos operativos, acompanhados no decorrer de 2016, que representam o planejamento da Secex, conforme áreas específicas:

- Levantamento de Necessidades de Capacitação dos Servidores do MI e Vinculadas;
- Capacitação dos Servidores do MI;
- Despesas com Diárias, Passagens e Locomoção;
- Desfazimento de Bens por meio de leilão;
- Projeto Cabeamento Estruturado;
- Sistema Integrado de Gestão de pessoas – SIGGP;
- Novo Modelo de Telefonia Voip;
- Mensagem Presidencial;
- Gestão do Sistema Eletrônico de Informações SEI;
- Modernização do Serviço de Arquivo – SARQ;
- Acompanhamento da Execução Orçamentaria e Financeira 2016;
- Projeto Políticas Regionais;
- Prestação de Contas de Convênios e Congêneres – TCE’S;
- Contratação de Digitação de Documentos para o MI;
- Projeto Interágua;
- Agendas Transversais Estratégicas;
- Aprimoramento da Política de Gestão de Documentos (Coordenação de Documentação e Informação Bibliográfica);
- Implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI (Coordenação de Documentação e Informação Bibliográfica);
- Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas (Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas);
- Fortalecimento do MI (Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas);
- Coordenação de Sistema da Informação - COSIS (Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação);

- Coordenação de Infraestrutura e Suporte - CISUP (Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação);
- Melhorias de Infraestrutura (Coordenação-Geral de Suporte Logístico);
- Plano Plurianual - PPA (Coordenação-Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão);
- Lei Orçamentária - Fase Qualitativa (Coordenação-Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão);
- Secretaria Executiva do Escritório de Processos - EP (Coordenação-Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão);
- Organização e Inovação Institucional (Coordenação-Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão);
- Elaboração de Planejamento Estratégico (Coordenação-Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão);
- Exercício de Empregados da Caixa Econômica Federal no MI (Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas);
- Ponto Eletrônico/Biométrico (Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas);
- PPP – Parceria Público Privada Sudene (Departamento de Gestão Interna);
- Rap - Restos a Pagar (Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira);
- Orçamento Impositivo (Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças);
- Emendas de Relator e Parlamentares de Primeira Legislatura (Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças);
- Comitê Interno sobre Cultura de Gênero (Secretaria Executiva);
- Semana de Ciência e Tecnologia (Secretaria Executiva).

O Sistema prevê que as coordenações devem detalhar as ações que compõem cada plano operativo, quando deverão ser preparados os cronogramas, estabelecidas as metas e previstos os recursos necessários para a implementação das atividades que compõem o plano.

As reuniões deverão acontecer por meio de encontros entre titulares das Secretarias, técnicos, responsáveis pelas atividades, e staff da equipe de monitoramento do MI, vinculada ao DGE/Secex, para acompanhamento e controle das atividades desenvolvidas.

No decorrer de 2016, no âmbito da Secretaria Executiva, foram realizadas duas reuniões de Coordenação, nas quais foram emitidas, em média, 19 deliberações visando direcionar o andamento dos Projetos da Secretaria.

Ressalta-se que o Modelo de Gestão e o Sistema de Monitoramento torna ágil o processo decisório e garante que decisões em nível estratégico reverberem nos níveis tático e operacional com agilidade. Por outro lado, a elevada participação de dirigentes intermediários e técnicos no ciclo de monitoramento permite levar às instâncias superiores restrições operacionais às decisões estratégicas que impactam seu cumprimento.

4.3. Desempenho Orçamentário

No decorrer de 2016, o Ministério da Integração Nacional (MI) contribuiu para a implementação dos seguintes programas temáticos:

- Desenvolvimento Regional e Territorial – 2029
- Gestão de Riscos e de Desastres – 2040
- Pesquisa e Inovações para a Agropecuária – 2042
- Promoção dos Direitos da Juventude – 2044
- Pesca e Aquicultura – 2052
- Saneamento Básico – 2068
- Segurança Alimentar e Nutricional – 2069
- Agropecuária Sustentável – 2077
- Recursos Hídricos – 2084

4.3.1. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Programa Temático: Desenvolvimento Regional e Territorial - 2029

Visão Gerencial do Programa

A política regional brasileira possui vários desafios a serem superados. O primeiro deles refere-se à própria estratégia apresentada pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) que está em processo de reformulação, buscando orientar as ações e os investimentos públicos voltados ao desenvolvimento integrado do Território Nacional, com o propósito de reduzir as desigualdades regionais e fortalecer a coesão do País. Para tanto, a PNDR define regiões e cidades-polo prioritárias e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR).

No processo de desenvolvimento regional surgiram centenas de novas aglomerações produtivas nas mais distintas regiões do País, consolidando novo modelo de atuação dos agentes públicos e privados na promoção do desenvolvimento por meio de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Dessa forma, faz-se necessário implementar novos modelos de políticas que ampliem e sustentem as potencialidades produtivas e inovativas locais.

A promoção do desenvolvimento socioeconômico regional requer políticas públicas elaboradas a partir de parcerias entre setores governamental, empresarial e acadêmico, de modo a utilizar eficientemente os recursos de ciência, pesquisa, tecnologia, inovação e biotecnologia disponíveis como principais instrumentos para superação das dificuldades existentes. Por meio do Programa “Desenvolvimento Regional e Territorial” busca-se a redução das desigualdades regionais e intrarregionais e a promoção do desenvolvimento territorial sustentável, respeitando as identidades e a diversidade cultural, promovendo a inclusão social e a redução de desigualdades.

A despeito dos avanços alcançados em termos de redução das desigualdades regionais nos últimos anos, elas ainda persistem de forma expressiva, o que leva à identificação de desafios a serem enfrentados pelas políticas públicas territoriais. Um dos desafios diz respeito à inexistência de uma política de ordenamento territorial que trate dos conflitos inerentes ao uso do

território por diversos atores com interesses distintos. Nesse contexto, a ação do Estado torna-se fundamental para propor o modelo de desenvolvimento para o País.

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) tem sido percebido por vários setores dos governos federal, estaduais e municipais e da sociedade civil como o principal instrumento de planejamento ambiental territorial em implementação. Seu papel ganha força e legitimidade na medida em que cresce a percepção de que o meio ambiente está submetido a pressões que comprometem a base de recursos naturais, fundamentais ao próprio desenvolvimento e à qualidade de vida. Para tanto, é imprescindível a articulação harmônica entre a questão ambiental e as atividades econômicas, voltadas para o desenvolvimento do País.

Assim como é necessário o fortalecimento institucional dos territórios mais vulneráveis, é também essencial promover seu desenvolvimento econômico. No âmbito do MI, uma forma relevante de fazê-lo é a partir de Rotas de Integração Nacional, que buscam articular cadeias produtivas com vistas ao aprimoramento tecnológico e ao fortalecimento da comercialização dos bens produzidos nos Arranjos Produtivos Locais (APL) que compõem essas rotas. Nesse sentido, busca-se o desenvolvimento e o adensamento desses APLs e de redes regionais de produção e inovação visando à inclusão produtiva. O adensamento dos APLs em territórios estratégicos estimula a oferta local de serviços e insumos, fortalecendo centros urbanos regionais e revertendo a tendência de concentração da rede de cidades e da metropolização das capitais estaduais.

Ademais, busca-se aplicar mais recursos dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) nas sub-regiões consideradas menos desenvolvidas, embora o dinamismo das regiões mais estruturadas economicamente atraia a aplicação de recursos, que se destinam ao financiamento do setor privado. Há ainda necessidade de aprimorar os instrumentos de financiamento, inclusive com a criação de um fundo de desenvolvimento para o setor público, com viés regional, de forma a estruturar atividades apoiadas pelos fundos regionais atualmente existentes.

Quadro 4.3.1 Indicadores – Programa 2029

Indicador	Unidad e Medida	Referência		Valor apurado 2015		Valor apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice	Data	Índice
Coefficiente de Gini da média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos per capita, por município, do Fundo Constitucional do Centro-Oeste	Índice numérico	31/12/2014	0,458	31/12/2015	0,463	31/12/2016	0,414
Coefficiente de Gini da média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos per capita, por município, do Fundo Constitucional do Nordeste	Índice numérico	31/12/2014	0,629	31/12/2015	0,619	31/12/2016	0,609
Coefficiente de Gini da média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos per capita, por município, do Fundo Constitucional do Norte	Índice numérico	31/12/2014	0,613	31/12/2015	0,590	31/12/2016	0,577

Coeficiente de Gini da relação entre a média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos, por município, do Fundo Constitucional do Centro-Oeste e o PIB microrregional	Índice numérico	30/06/2015	0,496	31/12/2015	0,500	31/12/2016	0,455
Coeficiente de Gini da relação entre a média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos, por município, do Fundo Constitucional do Nordeste e o PIB microrregional	Índice numérico	30/06/2015	0,547	31/12/2015	0,534	31/12/2016	0,522
Coeficiente de Gini da relação entre a média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos, por município, do Fundo Constitucional do Norte e o PIB microrregional	Índice numérico	30/06/2015	0,425	31/12/2015	0,391	31/12/2016	0,372

Fonte: Coordenação-Geral de Prospecção e Análise dos Fundos

Nota: Os coeficientes apresentados foram encontrados com base nas fórmulas apresentadas ao final do e-mail.

Obs.: Por Média Móvel Simples (MMS) ou Aritmética, entende-se o somatório de um conjunto de valores numéricos divididos pela quantidade de elementos somados. A média é móvel porque ao entrar um novo valor na série, o primeiro valor da série anterior é retirado da soma.

O Coeficiente de Gini consiste em um número entre 0 e 1, onde valores mais próximos de 0 (zero) correspondem à completa igualdade e 1 (um) corresponde à completa desigualdade.

Os coeficientes de Gini calculados para as operações contratadas com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento também apresentam valores entre 0 e 1, que podem estar próximos a 0 (zero), correspondendo a uma menor desigualdade na aplicação dos recursos, ou seja, uma distribuição mais equilibrada dos financiamentos entre as microrregiões. Os valores mais próximos de 1 correspondem à completa desigualdade, isto é, neste caso a aplicação dos recursos fica concentrada nas microrregiões teoricamente de maior nível de desenvolvimento (ou seja, de maiores PIB).

Sobre os valores apresentados na tabela podemos inferir que houve, no período em análise, para os três Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Nordeste (FNE) e Norte (FNO) desconcentração na aplicação dos recursos. Os coeficientes de Gini calculados sobre os valores dos empréstimos per capita, por microrregiões, para os três fundos apresentam o FNE e o FNO com maiores índices de concentração dos recursos, mas também demonstram uma redução nestes valores referentes ao ano de 2016. O FCO apresentou uma elevação de 2014 para 2015 e uma redução de mais de 10% do índice de 2015 para 2016, seguindo a tendência dos outros dois fundos de desconcentração na aplicação dos recursos.

Para os índices calculados levando em consideração os financiamentos dos Fundos Constitucionais, por microrregião, e o Produto Interno Bruto (PIB), por microrregião, o FNE e o FCO apresentam-se mais concentrados que o FNO, sendo que para as três fontes de financiamento houve, no período em análise, evolução no indicador apontando para uma desconcentração na aplicação dos recursos. Também para este indicador o FCO apresentou uma

leve elevação entre 2014 e 2015 e depois seguiu a tendência dos outros dois fundos de desconcentração na aplicação dos recursos.

Os índices apresentados, em geral, indicam uma tendência de desconcentração na aplicação dos recursos dos três Fundos. Neste sentido, uma das razões para tal redução é a obrigatoriedade de aplicação prioritária, pelos bancos administradores, junto ao segmento de menor porte (empreendedores individuais e mini, micro, pequenos e pequeno-médios tomadores), devendo os bancos aplicar anualmente no mínimo 51% dos recursos junto a este perfil de tomador, contribuindo, assim, para uma maior pulverização do crédito – financiamentos destinados à pequenos tomadores são mais frequentes em pequenas cidades (interiorização do crédito), aonde existe forte presença de agricultores familiares beneficiários do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2029.

Os quadros, a seguir, demonstram como se deu a alocação dos recursos no Programa, no MI, em 2016, demonstrando a comparação entre o que foi previsto e o que foi realmente executado.

Além disso, apresentam-se, a seguir, os resultados observados com base nos objetivos e nas metas e a influência dos restos a pagar nos resultados:

Figura 4.3.1 Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2029.

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	Global PPA 2016-2019 (*)		Dotação/Posição 2016 (LOA + Créditos)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	20.182.570.420		5.549.054.535		
Orçamento de Investimentos - OI	0		0		
Recursos Extraorçamentários	237.597.840.915		52.206.815.303		
Total	257.780.411.335		57.755.869.838		

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI do órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)					
Lei Orçamentária 2016					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento	
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2016)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
478.277.056,42	36.262.931,24	29.935.251,18	6.327.680,06	442.014.125,18	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores (**)					
Tipo	Posição em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	549.701.893,91	184.283.682,06	115.780.530,63	108.878.490,65	325.042.872,63
Processados	277.756.882,36		103.777.195,80	12.680.355,28	161.299.331,28

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)					
53000 - Ministério da Integração Nacional					
Dotação OFSS	714.016.400,00	Dotação OI		Recursos Extraorçamentários	52.206.815.302,91

(*) Valor constante da lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019.

(**) Quando o programa é novo, as informações de restos a pagar de exercícios anteriores não são captadas.

Convém informar a quantidade de convênios e/outras instrumentos congêneres que foram inscritos em **Restos a Pagar não Processados – exercício financeiro de 2016**, no programa 2029, no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), quais sejam:

7K66 – 80 Convênios e/outras instrumentos congêneres, no valor de R\$ 93.666.573,00

214S – 9 Convênios e/outras instrumentos congêneres, no valor de R\$ 8.518.744,91

20NK – 11 Convênios e/outras instrumentos congêneres, no valor de R\$ 11.060.170,00

8902 – 9 Convênios e/outras instrumentos congêneres, no valor de R\$ 2.314.412,00

6553 - 4 Convênios e/outras instrumentos congêneres, no valor e R\$ 1.000.000,00

As limitações orçamentárias e financeiras, decorrentes da grave crise fiscal do País, foram uns dos fatores que impactaram no alcance das metas. Ademais, na SDR, observa-se um grande lapso de tempo entre a assinatura dos convênios/termos de compromisso e a efetivação do primeiro repasse financeiro. A demora decorre principalmente de cláusulas condicionantes e ajustes em planos de trabalho, bem como do processo natural de planejamento (programação orçamentária e financeira, processo de licitação e contratação) e execução (empenho, liquidação e pagamento), fatos que provocam um retardamento no processo interno da Secretaria, levando à demora no repasse dos valores.

Figura 4.3.2 Objetivo 53000 0789 – Programa 2029

Identificação do Objetivo					
Descrição	Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial.				
Código	0789	Órgão	53000 - Ministério da Integração Nacional		
Programa	Desenvolvimento Regional e Territorial				Código 2029

Metas Qualitativas	
Sequencial	Descrição da Meta
3	02N0 - Aprimorar e estabelecer mecanismos institucionais e instrumentos financeiros para o Desenvolvimento Regional e o Ordenamento do território nacional.
4	02N1 - Estabelecer estratégias de desenvolvimento para centros urbano-regionais, visando ao equilíbrio do território nacional.

No Objetivo 53000 0789 *Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do Território Brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial* pretende-se a construção de um projeto de desenvolvimento territorial aglutinador e fruto de consensos e de participação social. A estratégia fundamental nessa construção é reunir os colaboradores, permitir a participação social e mobilizar, de maneira efetiva e constante, os atores políticos e produtivos para criar as condições legais e institucionais de execução, com melhor definição dos marcos legais e da institucionalização de uma política pública de caráter mais perene, ou seja, uma Política de Estado voltada ao desenvolvimento regional e territorial.

Para atender à meta qualitativa *02N0 Aprimorar e estabelecer mecanismos institucionais e instrumentos financeiros para o Desenvolvimento Regional e o Ordenamento do Território Nacional*, no âmbito dos instrumentos de financiamento da Política Nacional de Desenvolvimento

Regional (PNDR), os esforços, ao longo de 2016, foram no sentido de desburocratizar, revisar e simplificar o processo de concessão de crédito com recursos dos Fundos Regionais.

No que se refere aos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO), encontra-se em tramitação a revisão dos decretos vigentes que aprovam os regulamentos desses Fundos, resultando em propostas de atos regulamentares mais objetivos e apropriados às diversas instâncias decisórias envolvidas, com competência para dispor das regras que lhes são peculiares. Aos Conselhos Deliberativos das Superintendências do Desenvolvimento Regional (Sudam, Sudene e Sudeco) foram atribuídas as normas operacionais, que serão estabelecidas em regulamento editado pelos Conselhos Deliberativos, ficando o regramento das atividades tipicamente bancárias a cargo de cada agente operador, em normativo próprio.

Da mesma forma, serão objeto de revisão os normativos referentes aos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO) e aos Incentivos Fiscais administrados pela Sudam e Sudene. O objetivo do trabalho é tornar a operacionalização dos Fundos Regionais e dos Incentivos Fiscais mais célere, eficiente e eficaz, de modo a impulsionar novos investimentos em 2017, por meio da oferta de recursos de financiamento e incentivos fiscais mais atrativos em condições e critérios adequados aos diversos setores da economia, tendo como propósito maior a geração de emprego e renda nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Em relação aos Fundos de Investimentos da Amazônia e do Nordeste (Finam e Finor), destaca-se a tramitação de proposta de norma que propiciará a desburocratização do sistema e a recuperação dos projetos. Assim, a expectativa é que, no ano de 2017, os Fundos de Investimentos incrementem ao máximo seus resultados, visando alcançar os objetivos da política dos incentivos fiscais, que é a redução das desigualdades sociais e regionais, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

Dentre as alterações efetivadas destaca-se que passará a haver permissão, no caso dos Fundos Constitucionais de Financiamento, para conceder créditos para a aplicação em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia por aproveitamento das fontes de biomassa. Também foi revogado o limite da participação dos recursos dos Fundos Constitucionais de até 60% do investimento total de projetos aprovados voltados à geração de “energia limpa” e ficou estabelecido que os Bancos poderão propor o percentual de aplicações mínima ou máxima para o porte dos tomadores, por unidade da federação, por setor (comércio e serviços) e por tipologia da PNDR, podendo, inclusive, não considerar os financiamentos destinados a projetos de infraestrutura para a definição desses percentuais, com o objetivo de aumentar o apoio à projetos de infraestrutura com recursos desses Fundos.

Ainda em relação às atribuições dos Bancos, foi estabelecido que poderão ser revisadas, uma única vez, no decorrer do ano, as estimativas de aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais, observando a expectativa de arrecadação tributária divulgada pelo Ministério da Fazenda, o histórico de contratações e a perspectiva de negócios para o ano objetivando ampliar a celeridade na redistribuição dos recursos aos espaços e setores dinâmicos observados no decorrer do ano.

E, no intuito de ampliar os mecanismos de transparência e publicidade das condições de financiamentos dos recursos dos Fundos Regionais e o volume de recursos disponíveis para aplicação anualmente, estabeleceu-se que os Bancos e as Superintendências deverão realizar eventos de divulgação dos Fundos Constitucionais, bem como o MI, as Superintendências e os Bancos deverão publicar as Programações de Financiamento em seus sítios.

Referente à meta qualitativa 02NI *Estabelecer estratégias de desenvolvimento para centros urbano-regionais, visando ao equilíbrio do Território Nacional*, ressalta-se a tramitação, no Senado Federal, do Projeto de Lei nº 375/2015 da PNDR II, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, visando orientar as ações e os investimentos públicos voltados ao desenvolvimento integrado do Território Nacional, com o propósito de reduzir as desigualdades regionais e fortalecer a coesão do País.

Além disso, foram firmados termos e acordos de cooperação técnica e realizadas parcerias para elaboração, adequação, implementação, gestão e monitoramento de estudos, planos de desenvolvimento, sistema de governança e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial, sem, contudo, ser possível a implementação, no decorrer de 2016, devido às restrições orçamentárias.

Apesar de o Sistema Nacional de Informações sobre o Desenvolvimento Regional ter passado, em 2016, por ampliação e reformulação, mediante revisão de seus parâmetros tecnológicos, por meio de parceria entre o MI e a Universidade de Brasília (UnB), não houve liberação do restante dos recursos financeiros constantes no cronograma do Plano de Trabalho para finalização e inauguração do Novo Portal do Observatório do Desenvolvimento Regional (ODR).

Figura 4.3.3 Objetivo 53000 0792 – Programa 2029

Identificação do Objetivo						
Descrição	Prover a constituição de infraestrutura complementar na Faixa de Fronteira para o Desenvolvimento Regional.					
Código	0792	Órgão	53000 - Ministério da Integração Nacional			
Programa	Desenvolvimento Regional e Territorial				Código	2029
Metas Quantitativas não Regionalizadas						
Objetivo não possui metas com esta classificação						
Metas Quantitativas Regionalizadas						
Objetivo não possui metas com esta classificação						
Metas Qualitativas						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	02NG - Organizar a estratégia de intervenção do governo federal em consonância com os planos estaduais de faixa de fronteira.					

Por intermédio do Objetivo 53000 0792 *Prover a constituição de infraestrutura complementar na Faixa de Fronteira para o Desenvolvimento Regional*, busca-se disponibilizar condições logísticas adequadas à interiorização do desenvolvimento brasileiro, aliadas à articulação com os países da América do Sul, fortalecendo a integração e as potencialidades regionais.

Figura 4.3.4 Objetivo 0840 – Programa 2029

Identificação do Objetivo							
Descrição	Promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial.						
Código	0840	Órgão	53000 - Ministério da Integração Nacional				
Programa	Desenvolvimento Regional e Territorial					Código	2029
Metas Quantitativas não Regionalizadas							
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2016	Realizada em 2016 (*)	Realizada até 2016	% Realização	
1	02W6 - Estruturar 5 Rotas de Integração Nacional existentes.	unidades	5,00		3,00	60,00	
2	03S6 - Fortalecer as cadeias produtivas associadas a 5 Rotas de Integração Nacional.	unidades	5,00		3,00	60,00	
Metas Quantitativas Regionalizadas							
Objetivo não possui metas com esta classificação							
Metas Qualitativas							
Objetivo não possui metas com esta classificação							

No Objetivo 53000 0840 *Promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial*, propõe-se a integração econômica das regiões aos mercados nacionais e internacionais de produção, consumo e investimento, a partir do incentivo às atividades produtivas estratégicas e ao fomento de arranjos produtivos locais (APL) e redes regionais de produção e inovação (rotas de integração nacional) baseadas em cadeias produtivas com alto potencial de inclusão produtiva.

A iniciativa das Rotas de Integração Nacional busca criar consistência e complexidade nos APLs identificados, por meio da aproximação e do envolvimento dos atores relevantes de modo a equacionar os gargalos da cadeia produtiva priorizada, seja nos subsistemas Insumos, Produção, Processamento ou Comercialização

No que se refere à meta *02W6 Estruturar 5 Rotas de Integração Nacional*, atuou-se na estruturação e no fortalecimento de quatro Rotas de Integração Nacional (Cordeiro, Leite, Mel e Açaí). No ano de 2016, as principais atividades realizadas em conjunto com os demais atores federais, estaduais e municipais, que visaram a execução das metas foram:

- definição dos polos de produção da Rota do Cordeiro;
- contratação de consultoria para elaboração das carteiras de projetos dos 12 polos da Rota do Cordeiro;
- contratação do plano de desenvolvimento da cadeia produtiva da Ovinocaprinocultura e da Apicultura (Rota do Cordeiro Rota e do Mel);
- definição dos polos de produção da Rota do Leite no Centro-Oeste;
- articulação interinstitucional da Rota do Açaí - definição de parceria com Embrapa e definição de projeto piloto;
- planejamento geral da Rota do Açaí, Rota do Leite e Rota do Peixe.

Assim, em 2016 buscou-se executar uma efetiva aproximação com atores estratégicos para o planejamento do desenvolvimento das cadeias produtivas selecionadas (ministérios setoriais, governos estaduais, bancos de desenvolvimento e associações de produtores e empresários).

Essa articulação caminha de forma satisfatória, superando a desaceleração derivada das recentes alterações de Governo. A estratégia das Rotas vem sendo adotada por diversos parceiros como a

Embrapa, a Sudene, o Banco do Nordeste e o próprio Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Grande parte dos recursos disponíveis foram aplicados em projetos já celebrados em anos anteriores (2014 e 2015), haja vista que esses projetos são de grande monta e de característica estruturante. Em 2016, foram celebrados projetos pontuais de promoção de infraestrutura no valor de R\$ 1,6 milhão.

Programa Temático: Gestão de Riscos e de Desastres - 2040

Visão Gerencial do Programa

O Brasil, considerando sua dimensão territorial, com diversas características climáticas, hidrológicas, geológicas, ambientais, socioeconômicas e culturais, apresenta inúmeras situações de risco de desastres, sejam elas naturais ou tecnológicas, decorrentes de excesso ou escassez de água. Dados históricos contemplados no Atlas Brasileiro de Desastres Naturais revelam essa realidade e desmistificam a ideia de que no Brasil desastres de grande magnitude não ocorrem.

Como exemplos de desastres ocorridos nos últimos anos podem ser citados inundações em Santa Catarina em 2008; inundações em Alagoas e Pernambuco em 2010 e deslizamentos e enxurradas no Rio de Janeiro em 2011, considerado o pior desastre ocorrido no País, por ter sido o que causou o maior número de mortes. Outros exemplos são chuvas intensas na região Serrana em abril de 2013; inundações e movimentos de massa no Espírito Santo e Minas Gerais em dezembro de 2013; cheias recordes no Rio Madeira em 2014; cheias recordes no sul do País em junho de 2014; cheias recordes no estado do Acre em 2015; tornado em Xanxerê em abril de 2015; além da severa seca que afeta o Nordeste desde o ano de 2012.

Esses eventos são demonstrações dos limites impostos às ações de prevenção e ressaltam a necessidade de que, por mais que se invista na redução de risco, sempre se deve estar preparado para situações de desastres e contingências no Território Nacional. Em outras palavras, por mais que sejam investidos recursos em prevenção, nunca se pode admitir a ausência de risco e deve ser mantida atenção constante para a necessidade de se estar preparado no caso de ocorrência, visando o atendimento mediante ações de resposta e de reconstrução. Somem-se a isso as dificuldades sempre impostas ao processo de planejamento urbano, desafio premente no Brasil e que faz com que sejam ainda bastante frequentes ocupações de áreas de risco no País.

A estratégia de implementação da política pactuada nesse Programa pautou-se na identificação dos principais desastres que assolam o País - inundações, enxurradas e deslizamentos de encostas, bem como na identificação dos municípios mais críticos a esses eventos, de modo a canalizar os esforços governamentais na oferta de um conjunto de investimentos que evitem novas catástrofes.

Avançou-se, ainda, na priorização de intervenções estruturais preventivas, por meio de carteira específica no Programa de Aceleração do Crescimento, chamada PAC - Prevenção. São projetos e obras de contenção de encostas, contenção de cheias e de erosões fluviais, barragens, desassoreamentos e, com maior volume de recursos, iniciativas de manejo de águas pluviais e de macrodrenagem em áreas urbanas. Os empreendimentos destinam-se aos municípios críticos identificados pela política, regionalizados por bacias hidrográficas e por região metropolitana.

Destaca-se, ainda, a informatização do processo de reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública, via Sistema de Informação Integrada sobre Desastres (S2ID), que também armazena os registros históricos dos desastres no país (a partir do preenchimento local das informações) e se prepara para acolher, ainda, os processos de repasse de recursos de socorro.

Assim, a gestão do risco de desastre é trabalhada em três frentes (representadas pelos três primeiros objetivos): identificação de áreas de risco, redução do risco por meio de planejamento e obras de prevenção, e melhoria da capacidade de emissão de alerta de desastres.

Quadro 4.3.2 Indicadores – Programa 2040

Indicador	Unidade Medida	Referência		Valor apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Número de desalojados e desabrigados provocados por desastres	Unidade	31/12/2014	425.673	16/12/2016	142.926
Número de municípios com decreto de situação de emergência ou calamidade pública reconhecido pelo governo federal (apenas estiagem/seca)	Município	31/12/2014	1.265	19/12/2016	1.739
Número de municípios com decreto de situação de emergência ou calamidade pública reconhecido pelo governo federal (exceto estiagem/seca)	Município	31/12/2014	655	19/12/2016	223
Número de óbitos provocados por desastres	Unidade	31/12/2014	89	16/12/2016	80

Dentre os indicadores destaca-se o alto número de reconhecimentos oriundos de seca/estiagem, o que se explica pela maior seca registrada na região Nordeste que perdura desde 2012, sem prognósticos positivos.

Quanto aos reconhecimentos, exceto por estiagem/seca, a região Sul teve o maior número de municípios reconhecidos em 2016.

O número de óbitos se deu em grande parte pelas tempestades ocorridas em São Paulo e Minas Gerais. Os mesmos eventos são responsáveis pelo número de desabrigados e desalojados.

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2040.

Os quadros, a seguir, demonstram como se deu a alocação dos recursos no Programa, no MI, em 2016, demonstrando a comparação entre o que foi previsto e o que foi realmente executado.

Além disso, apresentam-se, a seguir, os resultados observados com base nos objetivos e nas metas e a influência dos restos a pagar nos resultados:

Figura 4.3.5 Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2040.

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)		
Esfera	Global PPA 2016-2019 (*)	Dotação/Posição 2016 (Loa + Créditos)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	1.688.812.318	1.801.408.508
Orçamento de Investimentos - OI	0	0
Recursos Extraorçamentários	2.417.575.529	1.496.964.364
Total	4.106.387.847	3.298.372.872

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI do órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

Lei Orçamentária 2016					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento	
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2016)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
1.435.711.229,01	909.686.398,94	895.085.148,24	14.601.250,70	526.024.830,07	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores (**)					
Tipo	Posição em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	589.341.095,70	346.845.458,76	329.576.052,15	70.794.674,35	188.970.171,61
Processados	268.065.383,48		102.103.168,14	35.491.263,32	130.470.952,02

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

53000 - Ministério da Integração Nacional					
Dotação OFSS	1.581.737.680,00	Dotação OI		Recursos Extraorçamentários	

(*) Valor constante da lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019.

(**) Quando o programa é novo, as informações de restos a pagar de exercícios anteriores não são captadas.

Emitido em 06/03/2017 - Página: 1 / 1

No Programa, os recursos alocados, em sua maioria, são provenientes de créditos extraordinários com o objetivo de financiar as ações de Resposta e/ou Recuperação por intermédio da ação orçamentária *22BO Ações de Defesa Civil*. Em 2016, nessa ação, foram abertos Créditos Extraordinários no valor de R\$ 1.408.042.652,00, dos quais R\$ 1.301.270.677,42 foram empenhados.

Além disso, foram alocados recursos na ação *8172 Coordenação e Fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil*, visando custear atividades e projetos com o objetivo de fortalecer as entidades de Defesa Civil nas três esferas de governo e promover melhor articulação e preparo das unidades integrantes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec). O valor inicial da proposta orçamentária para a Ação 8172 foi de R\$ 13.178.466,00, mas ela recebeu recursos adicionais de emenda parlamentar no valor de R\$ 435.120,00.

Por sua vez, a ação *14LJ Fortalecimento das Instituições de Defesa Civil e de Corpos de Bombeiros para Grandes Eventos* também recebeu recursos de emenda parlamentar no valor R\$ 500.000,00.

Por fim, considerando todas as ações orçamentárias sob a responsabilidade da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), o percentual de execução (empenho) é de 92%. Quanto à ação 8172, no que tange aos recursos do plano de ação do Ministério, foi atribuído à Secretaria um limite de R\$ 13.014.839,00, alcançando 88% de execução.

No Rap de 2016, quando da inscrição no início de 2017, verificamos a ampliação do valor comparado aos anos anteriores, como reflexo da Portaria nº 384/2014. Tal Portaria define os procedimentos a serem adotados para transferência de recursos para ações de recuperação em áreas atingidas por desastres. Nessa sistemática, é primeiramente analisada a adequabilidade e o custo global das metas apresentadas pelo ente no plano de trabalho. A partir do parecer pela aprovação, o recurso estimado é pré-empenhado.

Na sequência, solicita-se ao ente que inicie o processo de contratação. Após a seleção da proposta, o ente deve enviar à Sedec um rol de documentos e informações sobre o processo de contratação. Atendidos os critérios é emitida uma portaria autorizando a transferência e os recursos são empenhados. A liberação (emissão de ordem bancária) é realizada apenas após a efetivação da contratação e a apresentação à Sedec pelo ente de comprovantes. Essa sistemática objetiva garantir de fato a execução do objeto e o atendimento à sociedade, pois a liberação do recurso ocorre apenas após a assinatura do contrato pelo recebedor, ou seja, no momento quando a obra de fato pode ser iniciada.

Esse procedimento vem sendo avaliado de forma positiva quanto à execução física do objeto, no entanto, quanto à execução orçamentária, pode vir a ampliar o valor inscrito em restos a pagar diante da ampliação do intervalo entre o empenho e o pagamento.

Quanto ao cancelamento dos restos a pagar, em geral, ocorreram por dois motivos. O primeiro atendeu aos Decretos Presidenciais nº 93.872/1986 e nº 8.407/2015 que instituem o prazo de validade dos restos a pagar e determinam os critérios para a sua liquidação ou desbloqueio. No segundo critério, foram extintos convênios que não atenderam aos prazos determinados na cláusula suspensiva e aos documentos exigidos.

No que se refere aos Raps não processados de 2015, cabe destacar que sua validade se encerra em 30 de junho de 2017.

Em 2016, foram fatores intervenientes a instabilidade política que causou efeitos na execução das ações de governo, gerando limitações orçamentárias e financeiras que impactaram no alcance das metas.

A dificuldade ou mesmo a inexistência de comunicação entre as instituições que compõem o Programa também é uma barreira que precisa ser superada. Contudo, entendemos tratar-se de Programa bem desenhado e que pode vir a superar as expectativas.

Para 2017, destaca-se a eminência de regulamentação da Lei nº. 12.608, de 10 de abril de 2012 e da Lei nº. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, que tratam, respectivamente, da política de proteção e defesa civil e da transferência de recursos federais para ações de prevenção, resposta e de recuperação. Espera-se que com uma melhor definição de conceitos e competências a interlocução seja facilitada e fortalecida para o alcance do objetivo social proposto.

No que se refere à análise da execução física dos objetos dos convênios e similares, configura-se como principal problema a dificuldade em finalizar esses processos, em função da falta de servidores e do volume do passivo.

Figura 4.3.6 Objetivo 53000 0169 – Programa 2040

Identificação do Objetivo							
Descrição	Apoiar a redução do risco de desastres naturais em municípios críticos a partir de planejamento e de execução de obras.						
Código	0169	Órgão	56000 - Ministério das Cidades				
Programa	Gestão de Riscos e de Desastres					Código	2040
Metas Quantitativas Regionalizadas							
Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta		Unidade Medida	Prevista 2016	Realizada em 2016 (*)	Realizada até 2016	% Realização
5	0090 - Beneficiar 24 municípios críticos com estudos, projetos e obras para contenção ou amortecimento de cheias e inundações		unidades	24,00		3,00	12,50
5.1	Região Nordeste		município	16,00		3,00	18,75
5.2	Região Sul		município	8,00		0,00	0,00

No Objetivo 53000 0169 *Apoiar a redução do risco de desastres naturais em municípios críticos a partir de planejamento e de execução de obras*, são implementadas iniciativas, visando o apoio, por estados e municípios, à implantação de instrumentos de planejamento e controle da ocupação urbana e a execução de intervenções estruturais voltadas para prevenir a ocorrência de desastres naturais.

Em 2016, o MI, para atender à Meta 0090 *Beneficiar 24 municípios críticos com estudos, projetos e obras para contenção ou amortecimento de cheias e inundações*, atuou na conclusão da Barragem de Serro Azul, beneficiando os municípios de Palmares, Água Preta e Barreiros (PE). Essa Barragem possui um volume de acumulação de 380 milhões de metros cúbicos de água, que proporciona uma vazão regularizada a jusante de 850 l/s.

Ainda visando o alcance da meta, está planejada a construção da Barragem de Castelo no Estado do Piauí. Essa Barragem objetiva a regularização e a perenização da vazão do Rio Poti e o controle de enchentes nos municípios a jusante da Barragem, bem como a irrigação de cerca de 40.000ha no vale abaixo do barramento, a viabilização da instalação de agroindústrias e o abastecimento de diversos municípios, dentre eles Juazeiro do Piauí, Castelo do Piauí, São João da Serra, Alto Longá, Prata do Piauí, Beneditinos, Buriti dos Montes, São Miguel do Tapuio, Novo Santo Antônio, Demerval Lobão e Teresina. As obras referentes à Barragem Castelo ainda não foram iniciadas uma vez que o Governo do Estado do Piauí aguarda análise do processo licitatório pelo Tribunal de Contas da União conforme Acórdão nº 3306/2014.

Figura 4.3.7 Objetivo 53000 0172 – Programa 2040

Identificação do Objetivo					
Descrição	Aprimorar a coordenação e a gestão das ações de preparação, prevenção, mitigação, resposta e recuperação para a proteção e defesa civil por meio do fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, inclusive pela articulação federativa e internacional.				
Código	0172	Órgão	53000 - Ministério da Integração Nacional		
Programa	Gestão de Riscos e de Desastres			Código	2040
Metas Quantitativas não Regionalizadas					
Objetivo não possui metas com esta classificação					
Metas Quantitativas Regionalizadas					
Objetivo não possui metas com esta classificação					
Metas Qualitativas					
Sequencial	Descrição da Meta				
1	009F - Elaborar o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil				
2	009E - Instituir e tornar operante o Comitê Federal de Gestão de Riscos e Gerenciamento de Desastres				
3	009C - Promover a atuação integrada dos órgãos do SINPDEC na preparação, prevenção, mitigação, resposta e recuperação de desastres				

As ações desenvolvidas no Objetivo 0172- *Aprimorar a coordenação e a gestão das ações de preparação, prevenção, mitigação, resposta e recuperação para a proteção e defesa civil por meio do fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil* estimulam a atuação integrada dos órgãos que compõem o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec).

Além disso, seu alcance foi potencializado pela modernização do marco legal da Defesa Civil, Lei nº. 12.608/12, que instituiu a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil e estabeleceu, de forma individualizada, as competências dos entes federados participantes do Sinpdec. Visando promover a integração do Sistema, alinhando os órgãos estaduais ao órgão federal, foi realizado, em 2016, o Encontro de Secretários/Coordenadores Estaduais e do Distrito Federal de Proteção e Defesa Civil em Florianópolis- SC.

Têm sido realizadas ações no sentido de produzir, atualizar e aperfeiçoar os materiais de referência em Proteção e Defesa Civil. A atualização dos Manuais de Proteção e Defesa Civil e a execução do Programa de Capacitação em Proteção e Defesa Civil, assim como a elaboração de Livros Base, Apostilas do Instrutor e do Aluno, a padronização de apresentações, a formação de instrutores estaduais e a criação da Plataforma de Gestão do Conhecimento da Defesa Civil são algumas das estratégias utilizadas para aprimorar a coordenação e a gestão das diversas ações de Proteção e Defesa Civil para o fortalecimento do Sinpdec.

Soma-se a isso o planejamento, a participação e a promoção de reuniões e eventos nacionais e internacionais, tais como Reunião de Coordenadores Estaduais de Proteção e Defesa Civil (Florianópolis/SC); I Reunião de Ministros e altas autoridades para implantação do Marco de Sendai nas Américas (Assunção/Paraguai); Reunião do Conselho Nacional de Gestores Estaduais de Proteção e Defesa Civil – Congepdec (Curitiba/PR); II Reunião dos ministros dos BRICS para gestão de Desastres; Sala Nacional de Coordenação e Controle - Combate Aedes; Reuniões de Atualização da Política Nacional de Defesa no Ministério da Defesa; Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil - Ecadec (Ministério da Defesa - Vitória/ES); Reuniões para indicação de estados membros (SP, SC e DF) para composição do Insarag Internacional, que contam com a participação de representantes da Sedec/MI em articulação com as três esferas de governo, sociedade civil e comunidade científica. Nessas oportunidades são apresentados os resultados de ações, trabalhos e pesquisas no campo da Proteção e Defesa Civil, possibilitando o planejamento e proposição de novas ações.

As participações em agendas, bem como a celebração de acordos de cooperação e protocolos internacionais, permitem que o País esteja alinhado com os objetivos pactuados para a prevenção de riscos e de desastres no mundo nos marcos internacionais a exemplo do Sendai 2015-2030 e do Protocolo de Udaipur - Índia 2016.

Assim, para aprimorar a coordenação e a gestão das ações de proteção e defesa civil, por meio do fortalecimento do Sinpdec, em 2016, foram capacitados 168 colaboradores que participaram dos cursos de Diagnóstico de Riscos, Gestão Geral em Prevenção a Desastres, ocorrido no Japão, e do Seminário Gestão de Riscos Costeiros.

Para o cumprimento da Meta “*Instituir e tornar operante o Comitê Federal de Gestão de Riscos e Gerenciamento de Desastres*” e da meta “*Elaborar o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil*”, ambas do Objetivo 0172, a Sedec aguarda a regulamentação da Lei 12.608/2012, em fase de pactuação interministerial.

Na regulamentação serão definidos os órgãos que comporão o Comitê Federal de Gestão de Riscos e Desastres e suas respectivas atribuições. Além de definir os prazos para a elaboração e a revisão do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil consoante o §2º do artigo 6º da Lei nº 12.608/2012.

Figura 4.3.8 Objetivo 53000 0174 – Programa 2040

Identificação do Objetivo							
Descrição	Promover ações de resposta para atendimento à população afetada e recuperar cenários atingidos por desastres, especialmente por meio de recursos financeiros, materiais e logísticos complementares à ação dos Estados e Municípios.						
Código	0174	Órgão	53000 - Ministério da Integração Nacional				
Programa	Gestão de Riscos e de Desastres					Código	2040
Metas Quantitativas não Regionalizadas							
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2016	Realizada em 2016 (*)	Realizada até 2016	% Realização	
1	04EG - Apoiar a elaboração de Planos de Contingência em 250 municípios críticos.	unidades	250,00		0,00	0,00	
Metas Quantitativas Regionalizadas							
Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2016	Realizada em 2016 (*)	Realizada até 2016	% Realização	
2	009X - Aumentar o número de municípios com adesão ao Cartão de Pagamento da Defesa Civil - CPDC em 60% (3.342 municípios), alcançando a totalidade dos municípios brasileiros.	%	60,00		0,00	0,00	
2.1	Região Centro-Oeste	município	403,00		66,00	16,38	
2.2	Região Nordeste	município	768,00		1.024,00	133,33	
2.3	Região Norte	município	333,00		121,00	36,34	
2.4	Região Sudeste	município	1.140,00		534,00	46,84	
2.5	Região Sul	município	698,00		548,00	78,51	
Metas Qualitativas							
Objetivo não possui metas com esta classificação							

Para atender ao Objetivo 0174 *Promover ações de resposta para atendimento à população afetada e recuperar cenários atingidos por desastres, especialmente por meio de recursos financeiros, materiais e logísticos, complementares à ação dos Estados e Municípios*, a Sedec tem promovido ações de pronta resposta e recuperação de forma a restabelecer a ordem pública e a segurança da população vitimada por desastres.

Em 2016, foram realizados pregão e celebração de ajuste para aquisição e distribuição de materiais de assistência humanitária. O Termo de Referência das Atas de Registro foram confeccionados com foco na estrutura sistêmica da Defesa Civil no Brasil e ao caráter

complementar das ações de resposta federal. A implementação do sistema de registro de preço agilizou as ações de resposta, no que tange à assistência humanitária, sobretudo porque o prazo estabelecido para a entrega dos kits no local do desastre é de no máximo 96 horas. Ademais, os produtos que compõem os kits são entregues organizados e embalados, o que facilita a distribuição aos afetados e, conseqüentemente, a mitigação dos efeitos da situação vulnerável, com vistas ao restabelecimento da dignidade humana, pela oferta de itens essenciais à sobrevivência.

Naquele ano, foram disponibilizados 24.913 galões de água mineral (5L) cada e 1.246 cestas de alimentos para o Estado do Amazonas. Todas as entregas de kits foram devidamente fiscalizadas e atestadas por servidores do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad).

Ainda para otimizar o apoio nas ações de socorro e assistência humanitária, foram realizados protocolos de ação conjunta com Ministério da Saúde (MS), para o fornecimento de kits de medicamentos, equipes médicas, e Ministério da Defesa (MD), para o apoio logístico: aviões, helicópteros, navios, caminhões, equipes, dentre outros. Assim, foram emitidas 13 Requisições ao MD, as quais, em geral, solicitavam recursos humanos e materiais, como equipes, aviões, helicópteros e caminhões, os quais ajudaram a garantir o apoio complementar federal nos locais sinistrados.

Quanto ao Protocolo firmado entre o MI e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), para fornecimento de cestas de alimento, este foi acionado para atendimento dos seguintes Estados: Bahia, Espírito Santo, Paraná e Roraima.

Outra ação de pronta resposta é a Operação Carro Pipa (OCP), que atende prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem/seca na região do semiárido brasileiro. Tal ação caracteriza-se pela mútua cooperação técnica e financeira entre os Ministérios da Integração Nacional e da Defesa para a realização de ações complementares de apoio às atividades de distribuição de água potável (Portaria Interministerial nº 1/MI/MD, de 25 de julho de 2012/Portaria Interministerial nº 02 MI/MD, de 27 de março de 2015).

Em 2016, foram repassados mais de R\$ 860 milhões ao Exército Brasileiro, para operacionalização da OCP. Cerca de 6.926 carros-pipa atuaram no abastecimento dos municípios de nove estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Sergipe, Rio Grande do Norte) e na região norte de Minas Gerais. A ação atende mensalmente cerca de 3,7 milhões de pessoas em 827 municípios.

Para Ações de Resposta a Desastres e Ações de Recuperação de áreas destruídas, atua-se ainda na transferência de recursos financeiros na modalidade de transferência obrigatória instituída pela Lei nº 12.340/10, apesar de estar sujeita à disponibilidade orçamentária para atendimento. Essa modalidade de transferência é facilitada por lei, diante das necessidades impostas por um desastre. Assim alguns documentos/informações requeridos nas transferências voluntárias, como projetos, por exemplo, não são necessários para a realização da transferência. No entanto, há a necessidade de comprovação do bom uso dos recursos, ficando o ente recebedor sujeito a devolução com a devida correção.

Foram disponibilizados recursos, especialmente para a minimização dos efeitos da Seca/Estiagem, atendendo aos Estados do Piauí, Paraíba e Minas Gerais, executados por meio do Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC que é o instrumento de pagamento exclusivo para os recursos federais repassados para Ações de Resposta, que compreendem socorro, assistência às vítimas e restabelecimento dos serviços essenciais.

O CPDC ainda não alcançou a agilidade almejada para atendimento, mas vem tendo papel importante no controle social e na transparência dos gastos da Administração Pública. A transparência se dá por meio da publicação dos gastos no Portal da Transparência, o que assegura o controle social necessário para a boa execução dos recursos públicos. Devido falta de informação por parte do BB o dado de adesão dos municípios ao CPDC em 2016 foi apresentado zerado.

Para ações de recuperação de áreas atingidas por desastres foram empenhados R\$302 milhões, atendendo aos estados do Acre, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo.

Em 2016, o Sistema Integrado de informações sobre Desastres (S2ID) ganhou novas funcionalidades, como a inclusão do módulo Plancon para auxiliar os entes na elaboração dos planos de contingência como previsto na Lei 12.608, de 10 de abril de 2012. Nesse ano, foram finalizados os módulos para solicitação de apoio para ações de Resposta e de Recuperação. Quando essas novas funcionalidades estiverem operando tornarão os procedimentos de solicitação, análise e liberação de recursos ainda mais céleres. Atualmente, mais de 3.600 municípios possuem cadastro no S2ID, totalizando mais de 7.500 usuários cadastrados.

Programa Temático: Pesquisa e Inovações para a Agropecuária – 2042

Visão Gerencial do Programa

Os Objetivos desse Programa não estão sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional.

Em 2016, não houve alocação de recursos em ação orçamentária, ainda que no PPA 2016-2019 o MI seja responsável pela implementação da *Meta 53000 046B Disponibilizar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para 10.000 produtores em projetos públicos de irrigação - PPIs*.

Indicadores – Programa 2042

Não existem indicadores sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional no Programa 2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária.

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2042.

Os quadros, a seguir, demonstram que não houve alocação de recursos no Programa, no MI, em 2016, contudo observam-se resultados referente aos objetivos e metas:

Figura 4.3.9 Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2042.

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2016-2019 (*)	Dotação/Posição 2016 (Loa + Créditos)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	2.206.116.899	400.861.683
Orçamento de Investimentos - OI	0	0
Recursos Extraorçamentários	518.000.000	129.500.000
Total	2.724.116.899	530.361.683

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI do órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

Lei Orçamentária 2016					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento	
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2016)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores (**)					
Tipo	Posição em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	null	0,00	0,00	0,00	0,00
Processados			0,00	0,00	0,00

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

Não há informações para este programa

(*) Valor constante da lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019.

(**) Quando o programa é novo, as informações de restos a pagar de exercícios anteriores não são captadas.

Emitido em 06/03/2017 - Página: 1 / 1

Figura 4.3.10 Objetivo 22000 1005 Programa 2042

Identificação do Objetivo					
Descrição	Ampliar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural continuada como instrumento de difusão de tecnologia				
Código	1005	Órgão	22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento		
Programa	Pesquisa e Inovações para a Agropecuária				Código 2042

Metas Quantitativas Regionalizadas						
Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta	Unidade Medida	Prevista 2016	Realizada em 2016 (*)	Realizada até 2016	% Realização
3	046B - Disponibilizar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para 10.000 produtores em projetos públicos de irrigação - PPIs.	produtores assistidos	10.000,00		2.320,00	23,20
3.1	Região Nordeste	unidade	7.740,00		0,00	0,00
3.2	Região Sudeste	unidade	2.260,00		2.320,00	102,65

O Objetivo 22000 1005 “Ampliar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural continuada como instrumento de difusão de tecnologia” busca promover a adoção de inovações tecnológicas, gerenciais, ambientais, mercadológicas e sociais por produtores e comunidades rurais, por meio dos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater), em articulação com a pesquisa agropecuária brasileira, criando condições para apropriação de tecnologias que levem ao aumento da produtividade e da renda dos agricultores.

A Meta “53000 046B Disponibilizar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para 10.000 produtores em projetos públicos de irrigação – PPIs”, sob a responsabilidade o MI, tem

a finalidade de capacitar os produtores e suas organizações para o planejamento da produção e o gerenciamento do lote, além de conscientizá-los e orientá-los para a aplicação dos princípios de boas práticas agrícolas. Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) são prestados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) via contrato com entidades privadas, por distrito de irrigação, e convênio com instituições governamentais.

As ações visam, também, orientar os produtores para o uso racional dos recursos de água e solo, com o correto manejo da irrigação parcelar e estimular a organização dos produtores para o empreendedorismo e a agricultura familiar em moldes sustentáveis.

Como parte da metodologia de trabalho, as equipes de Ater procuram discutir com os produtores os principais problemas e estabelecer um plano estratégico de ações, indicando as soluções e envolvendo, de forma participativa e comprometida, as organizações e instituições públicas e privadas que atuam nos perímetros.

Em 2016, na região Nordeste, não houve investimentos na execução de contratos de Ater devido às restrições orçamentárias.

Na região Sudeste, os projetos públicos de irrigação da 1ª Superintendência Regional (SR) receberam os serviços de Ater, devido à continuidade do Convênio celebrado entre a Codevasf e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (Emater-MG), que teve início em março de 2013 com término em março de 2015. Porém, esse convênio vem sendo prorrogado desde então, sem novos investimentos por parte da Codevasf, tendo o seu encerramento previsto para janeiro de 2017.

Programa Temático: Promoção dos Direitos da Juventude - 2044

Visão Gerencial do Programa

Os Objetivos desse Programa não estão sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional.

No PPA 2016-2019, o MI é responsável pela implementação da Meta 53000 04Q4 Capacitar 1.000 jovens, prioritariamente rurais, por meio do Projeto Amanhã.

Em 2016, houve alocação de recursos na Ação Orçamentária 53201 4786 Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã).

Indicadores – Programa 2044

Não existem indicadores sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional no Programa 2044 - Promoção dos Direitos da Juventude.

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2044.

Os quadros, a seguir, demonstram como se deu a alocação dos recursos no Programa, no MI, em 2016, demonstrando a comparação entre o que foi previsto e o que foi realmente executado e a influência dos restos a pagar nos resultados:

Figura 4.3.11 Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2044.

Esfera	Global PPA 2016-2019 (*)	Dotação/Posição 2016 (Loa + Créditos)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	101.358.101	22.272.825
Orçamento de Investimentos - OI	0	0
Recursos Extraorçamentários	250.000.000	25.000.000
Total	351.358.101	47.272.825

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI do órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

Lei Orçamentária 2016					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento	
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2016)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
135.783,16	129.363,54	128.488,54	875,00	6.419,62	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores (**)					
Tipo	Posição em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	105.937,77	63.209,97	63.209,97	6.828,52	35.899,28
Processados	55.837,82		55.837,82	0,00	0,00

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

53000 - Ministério da Integração Nacional					
Dotação OFSS	320.000,00	Dotação OI		Recursos Extraorçamentários	

(*) Valor constante da lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019.

(**) Quando o programa é novo, as informações de restos a pagar de exercícios anteriores não são captadas.

Emitido em 06/03/2017 - Página: 1 / 1

Em 2016, na ação de Capacitação e Monitoramento da Juventude Rural (Projeto Amanhã), foram aplicados (pagos total) a quantia de R\$ 164.769,35 de recursos da Lei Orçamentária Anual – LOA e de restos a pagar de exercícios anteriores, permitindo superar em mais de 140% a meta do exercício.

Os recursos da LOA 2016 foram utilizados para cobrir as despesas de realização dos cursos, incluindo transporte e alimentação dos jovens, fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual - EPI e camisetas para utilização pelos alunos dos cursos ministrados direta ou por meio de parcerias; prestação de serviços de informática, manutenção das instalações prediais, limpeza e vigilância das unidades regionais que prestam suporte às capacitações; e fornecimento de combustível para abastecimento dos veículos a serviço da Codevasf.

Com recursos de restos a pagar, destacam-se a execução de serviços de elaboração de programa e promoção de cursos de capacitação, visando à transferência das tecnologias agrotécnicas por meio de dez capacitações a serem promovidas em municípios maranhenses, no contexto do Projeto Amanhã; realização de cursos de corte e costura em comunidades nos municípios de Janaúba e Porteirinha/MG; e despesas gerais de manutenção, limpeza, vigilância, dentre outras das unidades do Projeto Amanhã e do Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura.

Figura 4.3.12 Objetivo 20101 0988 Programa 2044

Identificação do Objetivo						
Descrição	Coordenar e articular políticas públicas que promovam os direitos dos jovens.					
Código	0988	Órgão	20101 - Presidência da República			
Programa	Promoção dos Direitos da Juventude					Código 2044

Metas Quantitativas não Regionalizadas						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2016	Realizada em 2016 (*)	Realizada até 2016	% Realização
2	04Q4 - Capacitar 1.000 jovens, prioritariamente rurais, por meio do Projeto Amanhã.	unidades	1.000,00		602,00	60,20

No Objetivo que prevê a coordenação e a articulação de políticas públicas que promovem os direitos dos jovens está prevista a inserção dos jovens no mercado de trabalho, por meio do Projeto Amanhã, ação de responsabilidade social instituída pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) em 1993.

A estratégia metodológica adotada para o Projeto Amanhã visa ao desenvolvimento gradativo do jovem rural, capacitando-o para ser protagonista do processo de seu desenvolvimento e integrando-o à atividade produtiva. Assim, são promovidos a capacitação e o treinamento dos jovens rurais por meio de cursos de capacitação profissionalizantes, palestras educativas e informativas, dias de campo, dentre outros, oportunizando a qualificação e a preparação para a obtenção do primeiro emprego.

A Codevasf, por meio do Projeto Amanhã, tem promovido avanços em suas estratégias de responsabilidade social ao inovar suas ações às propostas e às metas dos programas do Governo Federal, com jovens rurais capacitados e inseridos no mercado de trabalho. Desde seu início, o projeto já capacitou mais de 28 mil jovens residentes nos municípios dos vales do São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim.

Em 2016, apesar dos escassos recursos, para atender à Meta “53000 04Q4 Capacitar 1.000 jovens, prioritariamente rurais, por meio do Projeto Amanhã”, foram capacitados 602 alunos nas regiões Sudeste e Nordeste.

Quadro 4.3.3 Capacitação de jovens no "Projeto Amanhã"

Meta 2016-2019	Meta 2016	Resultados alcançados	
		UF	2016
Meta 04Q4 - Capacitar 1.000 jovens, prioritariamente rurais, por meio do Projeto Amanhã.	250	AL	130
		BA	115
		MA	0
		MG	311
		SE	46
Total			602

Fonte: Registros Administrativos da AR/GDT

Foram ministrados cursos de operação e manutenção de máquinas agrícolas, inclusão digital, apicultura, introdução à agroecologia, corte e costura. Embora os recursos tenham sido contingenciados, esse número de capacitações reflete os resultados das parcerias, de maneira especial com o Senai, Sesi e as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs).

Programa Temático: Pesca e Aquicultura – 2052

Visão Gerencial do Programa

Os Objetivos e as metas desse Programa não estão sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. Contudo, a Codevasf contribui com a meta 04IC – Reestruturar “uma” unidade de produção de formas jovens para aquicultura, no âmbito do Objetivo 1133 – Estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva

Em 2016, o MI foi responsável pela implementação das seguintes ações:

53201 2819 Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura;

53201 212M Implementação da Criação Intensiva de Peixes em Rios, Grandes Reservatórios e Canais de Perímetros de Irrigação;

53202 20NE Apoio a projetos de pesquisa e capacitação de recursos humanos nas fases da Cadeia Produtiva da Pesca;

53204 212Z Apoio ao funcionamento de unidades de produção, à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a produção aquícola sustentável.

Indicadores Programa 2052

Não existem indicadores sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional no Programa 2052 - Pesca e Aquicultura.

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2052.

Os quadros, a seguir, demonstram como se deu a alocação dos recursos no Programa, no MI, em 2016, demonstrando a comparação entre o que foi previsto e o que foi realmente executado e a influência dos restos a pagar nos resultados:

Figura 4.3.13 Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2052.

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)		
Esfera	Global PPA 2016-2019 (*)	Dotação/Posição 2016 (LOA + Créditos)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	408.777.802	88.884.246
Orçamento de Investimentos - OI	0	0
Recursos Extraorçamentários	0	0
Total	408.777.802	88.884.246

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI do órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

Lei Orçamentária 2016					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento	
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2016)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
7.457.145,90	6.728.347,41	6.728.114,89	232,52	728.798,49	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores (**)					
Tipo	Posição em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	3.469.410,19	2.625.410,30	2.620.910,09	568.689,34	279.810,76
Processados	427.641,61		408.775,68	18.865,93	0,00

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

53000 - Ministério da Integração Nacional				
Dotação OFSS	7.985.326,00	Dotação OI		Recursos Extraorçamentários

(*) Valor constante da lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019.

(**) Quando o programa é novo, as informações de restos a pagar de exercícios anteriores não são captadas.

Emitido em 06/03/2017 - Página: 1 / 1

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), desenvolve ações do Programa Pesca e Aquicultura por meio dos seus sete Centros Integrados de Recursos Pesqueiros e Aquicultura e das unidades demonstrativas de aquicultura, os quais são referência em atividades como pesquisa e reprodução de peixes, para recomposição do Rio São Francisco, e fomento à aquicultura, como forma de inclusão produtiva de ribeirinhos e pequenos produtores.

Entre seus principais objetivos estão o desenvolvimento de tecnologias de reprodução artificial, larvicultura e alevinagem de espécies nativas da bacia do Rio São Francisco; estudos físicos, químicos e biológicos, para o monitoramento da qualidade da água da Bacia, o fomento à aquicultura na área de atuação da Empresa, alicerçada nos conceitos de sustentabilidade social, ambiental e econômica e a capacitação de pescadores, produtores e técnicos da área.

Em 2016, por meio da ação 2819 *Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura*, foram liquidados R\$ 1.671.502,00 originários da Lei Orçamentária Anual - LOA e de Restos a Pagar. Os Centros de Aquicultura produziram 12 milhões de alevinos, sendo destinados 5,3 milhões de espécies nativas para recomposição da ictiofauna (44%) e 6,7 milhões de alevinos exóticos destinados à piscicultura extensiva (56%), beneficiando a população ribeirinha do São Francisco nos estados de Alagoas, Pernambuco, Sergipe, Bahia e Minas Gerais.

Outra ação implementada pela Codevasf é a 212M *Implementação da Criação Intensiva de Peixes em Rios, Grandes Reservatórios e Canais de Perímetros de Irrigação*, que visa oferecer

alternativa de trabalho a pequenos e médios produtores/irrigantes e a pescadores artesanais, inserindo-os na cadeia produtiva da aquicultura; revitalizar a pesca profissional a partir da diminuição do esforço de pesca sobre os estoques pesqueiros naturais, com possibilidade de recuperação de espécies de peixes em processo de extinção; e aumentar a produção de pescado.

No ano de 2016, foram capacitados 120 produtores em técnicas de aquicultura, permitindo superar em mais de 215% a meta do exercício. No total, foram liquidados R\$ 83.013,00 (recursos LOA + Restos a Pagar) destinados às atividades de manutenção e operação de unidades de capacitação em piscicultura, tanques-rede e viveiros escavados e capacitação de pequenos produtores, promovendo o incentivo ao crescimento da atividade piscícola.

O montante R\$ 988.732,00 aplicado pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) por intermédio da ação *20NE - Apoio a projetos de pesquisa e capacitação de recursos humanos nas fases da Cadeia Produtiva da Pesca*, destinou-se à aquisição e à instalação de fábrica de gelo para o Município de Rodrigues Alves (AC) e ao apoio parcial ao projeto de "Desenvolvimento local: a geração de trabalho, renda e alimentos em comunidades do Vale do Acará, Pará, Brasil - Projeto Vale do Acará". Para o projeto, houve descentralização de crédito, para a Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias (Funpea) da Universidade Federal Rural da Amazônia (Ufra).

Com recursos de Restos a Pagar - Exercícios Anteriores, no valor de R\$ 298.500,00, a Sudam deu apoio parcial à aquisição de "máquinas e equipamentos agrícolas", visando implementar uma política de apoio ao pequeno agricultor familiar indígena no desenvolvimento da agricultura local, atingindo cerca de 1.000 famílias de comunidades indígenas do município de Normandia-RR. Também apoiou o projeto de "Capacitação e formação de multiplicadores em tanques-redes" que visa a geração de tecnologia de produção de Camurim em tanques-rede, como alternativa de geração de renda para as comunidades do município de Curuçá-PA, mediante descentralização de crédito, no valor de R\$ 249.995,00 para a Funpea da Ufra.

Os recursos aplicados pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas (Dnocs), por meio da ação *212Z - Apoio ao funcionamento de unidades de produção, à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação para a produção aquícola sustentável*, foram destinados ao funcionamento de 12 Estações e dois Centro de Pesquisas, utilizados na aquisição de material de consumo (ração, combustível, apetrechos de pesca, material de laboratório, material de higiene e limpeza e materiais diversos); locação de mão de obra (limpeza, conservação e vigilância das unidades de produção); serviço de terceiros (água, luz, telefone, manutenção de veículos e imóveis das Unidades; locomoção (passagens e diárias).

Em 2016, foram distribuídos, até novembro, 19,1 milhões de alevinos e ofertados 14 cursos de capacitação com 430 participantes, 18 estágios com 39 participantes e 14 aulas com 315 participantes, perfazendo um total de 784 pessoas capacitadas.

Contudo, cabe esclarecer que a Estação da Paraíba, Joaquim Firmino Filho, encontra-se sem produção desde 2014, pela escassez de água; a estação Osmar Fontenele em Jaibaras, Sobral encerrou suas atividades de produção em julho de 2015, transferindo todas as espécies ali produzidas para o Centro de Pesquisas em Pentecoste-CE; o Centro de Pesquisas em Aquicultura está sendo abastecido por adutora, usando o volume morto do açude Pereira de Miranda e a Estação Valdemar Carneiro de França em Maranguape-Ceará está com menos de 10% de produção. Por sua vez, a Estação de piscicultura Estevão de Oliveira em Caicó/RN diminuiu sua produção em quase 80%, assim como as demais unidades de produção estão com redução

significativa do quantitativo. Por fim, ressalta-se que a escassez de água e a baixa qualidade da pouca água existente no Nordeste limita o desenvolvimento das atividades de aquicultura.

Programa Temático: Saneamento Básico – 2068

Visão Gerencial do Programa

Os Objetivos e as metas desse Programa não estão sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional. Em 2016, o MI foi responsável pela implementação das seguintes ações:

53101 1I62 Implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Coqueiro Seco no Estado de Alagoas;

53201 10RM Implantação, Ampliação ou Melhoria de Sistemas Públicos de Esgotamento Sanitário em Municípios das Bacias do São Francisco, do Parnaíba, do Itapecuru e do Mearim

53201 116F Abastecimento Público de Água em Comunidades Ribeirinhas dos Rios São Francisco, do Parnaíba, do Itapecuru e do Mearim. - Água para Todos

53201 141J Ligações Intradomiciliares de Esgotos Sanitários e Módulos Sanitários Domiciliares nas Bacias do Rio São Francisco, do Parnaíba, do Itapecuru e do Mearim

Indicadores – Programa 2068

Não existem indicadores sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional no Programa 2068 - Saneamento Básico.

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2068.

Os quadros, a seguir, demonstram como se deu a alocação dos recursos no Programa, no MI, em 2016, demonstrando a comparação entre o que foi previsto e o que foi realmente executado e a influência dos restos a pagar nos resultados:

Figura 4.3.14 Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2068.

Esfera	Global PPA 2016-2019 (*)	Dotação/Posição 2016 (Loa + Créditos)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	5.472.488.403	1.447.565.383
Orçamento de Investimentos - OI	0	0
Recursos Extraorçamentários	34.096.065.578	7.415.968.842
Total	39.568.553.981	8.863.534.225

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI do órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

Lei Orçamentária 2016					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento	
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2016)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
58.693.891,69	9.917.847,64	9.040.907,48	876.940,16	48.776.044,05	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores (**)					
Tipo	Posição em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	197.108.244,08	52.748.715,15	50.637.900,20	34.073.797,40	112.396.546,48
Processados	21.261.032,36		21.260.523,45	508,91	0,00

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

53000 - Ministério da Integração Nacional					
Dotação OFSS	59.118.364,00	Dotação OI		Recursos Extraorçamentários	

(*) Valor constante da lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019.

(**) Quando o programa é novo, as informações de restos a pagar de exercícios anteriores não são captadas.

Emitido em 06/03/2017 - Página: 1 / 1

As ações de saneamento básico estão inseridas no Programa Governamental de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco, que constitui importante instrumento de melhoria da qualidade de vida das populações e de preservação ambiental. As ações objetivam, principalmente, expandir a cobertura e melhorar a qualidade dos serviços de saneamento em áreas urbanas.

Em agosto de 2016, foi lançado o Plano Novo Chico pelo Governo Federal, que integra a Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco que irá priorizar o término de obras de abastecimento de água e de esgotamento sanitário que estão em andamento. Assim, além dos sistemas de abastecimento de água, o Governo irá atuar, de forma mais específica, com ações de requalificação ambiental em áreas prioritárias de recarga, com especial atenção às nascentes.

Em 2016, por intermédio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), a execução das obras ocorreu em sua maior parte com recursos de restos a pagar, referente às ações de Esgotamento Sanitário (10RM), Abastecimento de Água em Comunidades Ribeirinhas do Rios São Francisco - Água para Todos (116F) e Ligações Intradomiciliares (141J).

Na ação 10RM, em 2016, foram concluídas quatro obras contemplando os municípios de Mirangaba, estado da Bahia, Varzelândia, estado de Minas Gerais, Cabrobó e Petrolina, estado de Pernambuco, beneficiando a população dessas cidades num total de 255.520 pessoas, bem como deu-se continuidade de 21 obras em diversos municípios na região Nordeste e Norte de Minas Gerais.

No exercício, foram liquidados R\$ 50.283.647,93 provenientes da Lei Orçamentária Anual – LOA (R\$ 9.729.983,93) e de Restos a Pagar (R\$ 40.553.664,00) na execução da ação de esgotamento sanitário.

Por meio da ação 116F objetiva-se a implantação de sistemas de abastecimento de água em municípios da calha do Rio São Francisco, nos estados de Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Sergipe, garantindo água potável para as comunidades rurais distantes até 15 km do Rio. A meta consiste em implantar sistemas de abastecimento de água para atendimento de 528 localidades na calha do Rio São Francisco, sendo 410 localidades referentes ao PAC e 118

localidades do Plano de Prevenção à Seca. O foco é suprir as necessidades no atendimento à população em comunidades rurais difusas, quanto à garantia de oferta hídrica, onde a escassez de água constitui um forte entrave ao desenvolvimento socioeconômico e, até mesmo, à subsistência da população.

A ação inclui a implantação de adutoras para abastecimento de água com captação direta no Rio São Francisco ou outro manancial superficial disponível ou poço tubular já perfurado, fornecimento de equipamentos e instalação de poços tubulares e construção de cisternas. Desde o lançamento do Água para Todos (Revitalização de Bacia), foram concluídas obras para atendimento a 303 localidades rurais, que beneficiaram aproximadamente 161 mil pessoas em comunidade ribeirinhas do Rio São Francisco.

O Plano de Prevenção à Seca - PAC Prevenção foi lançado em maio de 2012 pelo Governo Federal, com ações de prevenção de desastres naturais no País e emergenciais contra a seca no semiárido buscando a ampliação da oferta de água e a garantia da segurança hídrica para abastecimento humano por meio de obras de implantação de infraestruturas hídricas, em especial sistemas simplificados de abastecimento de água em municípios da calha do Rio São Francisco, nos estados de Alagoas, Bahia e Minas Gerais.

Atualmente, a Carteira do PAC Prevenção à Seca contempla 18 projetos para atendimento a 118 localidades rurais, cujos investimentos programados totalizam R\$ 98.650.000,00, do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

No final do ano de 2016, as ações concentraram-se na elaboração de projetos básicos e licitações para retomada de obras para atendimento a 69 localidades rurais da Bacia do São Francisco, e continuidade da execução de obras para outras 38 localidades nos estados da Bahia e de Pernambuco.

No exercício, foram liquidados R\$ 9.785.351,00 provenientes da Lei Orçamentária Anual – LOA (R\$ 185.590,00) e de restos a pagar (R\$ 9.599.761,00) na elaboração ou adequação de projetos e na implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água para atendimento de comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco.

No que se refere à ação 141J, as obras de implantação das ligações intradomiciliares são executadas por meio de convênios ou termos de compromissos celebrados com as concessionárias ou prefeituras municipais, responsáveis pela administração do sistema de esgotamento sanitário implantado nos municípios pela Codevasf.

Na Carteira de ligações intradomiciliares da Codevasf está previsto a execução de 77.833 obras para execução com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), sendo concluídos, desde o início do Programa, 15.610 conexões e/ou módulos sanitários, beneficiando ao todo 78.050 pessoas.

No final do ano de 2016, destacou-se a conclusão de 617 ligações intradomiciliares no município de Ribeiro Gonçalves no estado do Piauí, beneficiando 3.085 pessoas, bem como a continuidade das obras para 36.441 ligações em diversos municípios dos estados da Bahia e do Piauí.

No exercício, foram liquidados R\$ 3.144.329,00 provenientes da Lei Orçamentária Anual - LOA (R\$ 2.273,00) e de restos a pagar (R\$ 3.142.056,00) na execução da ação de esgotamento sanitário

Programa Temático: Segurança Alimentar e Nutricional - 2069

Visão Gerencial do Programa

Os Objetivos desse Programa não estão sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional.

No PPA 2016-2019, o MI é responsável pela implementação da Meta 53000 04QP Implantar 13.000 sistemas coletivos de abastecimento.

Em 2016, houve alocação de recursos na ação orçamentária 53101 12QC Implantação de Obras e Equipamentos para Oferta de Água

Indicadores – Programa 2069

Não existem indicadores sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional no Programa 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional.

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2069.

Os quadros, a seguir, demonstram como se deu a alocação dos recursos no Programa, no MI, em 2016, demonstrando a comparação entre o que foi previsto e o que foi realmente executado.

Além disso, apresentam-se, a seguir, os resultados observados com base na meta e a influência dos restos a pagar nos resultados:

Figura 4.3.15 Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2069.

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)		
Esfera	Global PPA 2016-2019 (*)	Dotação/Posição 2016 (Loa + Créditos)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	5.489.421.191	878.156.299
Orçamento de Investimentos - OI	0	0
Recursos Extraorçamentários	0	0
Total	5.489.421.191	878.156.299

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI do órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

Lei Orçamentária 2016					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento	
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2016)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
118.966.275,22	17.997.508,95	11.600.715,34	6.396.793,61	100.968.766,27	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores (**)					
Tipo	Posição em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	618.966.592,45	232.137.408,12	226.604.090,56	114.472.027,37	277.890.474,52
Processados	337.150.649,57		202.857.674,12	1.054.128,02	133.238.847,43

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

53000 - Ministério da Integração Nacional					
Dotação OFSS	121.412.814,00	Dotação OI		Recursos Extraorçamentários	

(*) Valor constante da lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019.

(**) Quando o programa é novo, as informações de restos a pagar de exercícios anteriores não são captadas.

Emitido em 06/03/2017 - Página: 1 / 1

Para desenvolver as ações de acesso à água, foram disponibilizados para o Programa em 2016, R\$ 118,9 milhões, sendo que estes recursos foram executados da seguinte forma: R\$ 87,8 milhões foram empenhados para estados e municípios, e os demais recursos foram descentralizados para as Entidades Vinculadas Codevasf e Dnocs. De acordo com a dotação disponibilizada para empenho/descentralização, efetivamente foram contratadas 330 estruturas.

Os valores pagos referentes a restos a pagar permitiram a implementação de 14.065 estruturas. Analisando-se a correspondência entre os recursos pagos e o número de estruturas implantadas, com recursos da Ação 12QC, ao final do exercício, foram pagos R\$ 11.600.715,00 (9,75% do total empenhado), mas não foi implantada nenhuma estrutura com os recursos empenhados.

A falta de execução e o descompasso com o valor repassado representam as próprias características de implantação do Programa: a maior parcela da execução física (e mesmo do pagamento) ocorre somente no exercício seguinte, pois a efetiva implantação das estruturas, que envolvem, inclusive, obras físicas, inicia-se após a conclusão dos procedimentos de licitação e diagnóstico em campo para identificação das localidades exatas a serem beneficiadas.

Diante do cenário apresentado, reitera-se que o maior entrave na consecução do atingimento das metas regionalizadas pela LOA é o contingenciamento dos recursos, tanto orçamentários, quanto financeiros, sendo que este último é o principal fator de manter-se no Programa, elevado saldo de restos a pagar.

Figura 4.3.16 Objetivo 55000 0614 Programa 2069

Identificação do Objetivo					
Descrição	Contribuir para ampliar o acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural				
Código	0614	Órgão	55000 - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		
Programa	Segurança Alimentar e Nutricional				Código 2069

Metas Quantitativas não Regionalizadas						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade Medida	Prevista 2016	Realizada em 2016 (*)	Realizada até 2016	% Realização
1	04QP - Implantar 13.000 sistemas coletivos de abastecimento	sistemas coletivos de abastecimento	13.000,00		267,00	2,05

A Meta “53000 04QP Implantar 13.000 sistemas coletivos de abastecimento” visa contribuir com a estratégia de ampliar a oferta hídrica descentralizada para atender às necessidades mínimas da população rural dispersa e da população de pequenos núcleos rurais isolados, priorizando a implantação de tecnologias que garantam o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente.

Contudo, o contingenciamento de recursos, ocorrido em 2016, inviabilizou dar continuidade aos trabalhos no ritmo da execução, impossibilitando o cumprimento da meta estabelecida em um cenário de expectativas diferentes para o período do PPA 2016-2019.

Dessa forma, a execução não deve sofrer grandes alterações nos próximos anos, apesar de haver por volta de quatro mil sistemas de abastecimento pactuados entre o MI e os estados ou vinculadas para execução, o que deverá ser reduzido, devido a alguns cancelamentos contratuais ou desistências que já vêm ocorrendo em função da escassez de recursos.

Assim, permanecendo a atual situação de restrição, a meta terá que ser revista, pois só um aumento na disponibilidade financeira poderia aumentar a sua velocidade de execução.

Programa Temático: Agropecuária Sustentável – 2077

Visão Gerencial do Programa

O Programa Agropecuária Sustentável tem como premissa o crescimento populacional para os próximos anos, que deverá aumentar a demanda por alimentos. Por meio do Programa, pretende-se elevar a oferta de alimentos, a produtividade e a segurança à atividade agrícola, além de promover a geração de emprego e renda e contribuir para a competitividade da agropecuária brasileira.

Para atender ao desafio de ampliar a oferta de alimentos, procura-se explorar novas áreas previamente identificadas pelos Planos Diretores Estaduais de Agricultura Irrigada, assim como atuar de forma eficiente e sustentável nos projetos de irrigação já existentes, públicos ou privados.

No exercício de 2016, buscou-se fortalecer as políticas do setor agropecuário, por meio da regulamentação da Política Nacional de Irrigação e da implementação de seus instrumentos, com ênfase na formulação do Plano Nacional de Irrigação e dos planos diretores estaduais de agricultura irrigada; propor capacitação no tema água no meio rural; incentivar investimentos privados em infraestruturas ligadas ao setor de irrigação por meio do Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi) e prestar Assistência Técnica aos irrigantes.

Destacaram-se ainda ações voltadas para viabilizar a produção agrícola em Projetos Públicos de Irrigação (PPIs), implantando-se infraestruturas para irrigação em novas áreas e nas já existentes, bem como viabilizando atividades relacionadas à gestão sustentável dos empreendimentos.

Quadro 4.3.4 Indicadores – Programa 2077

Indicador	Unidade Medida	Referência		Valor apurado 2016	
		Data	Índice	Data	Índice
Área Cultivada em PPIs selecionados	ha	31/12/2014	127.313	31/12/2015	145.950
Área Implantada com Infraestrutura de Irrigação em PPIs selecionados	ha	31/12/2014	211.724	31/12/2015	214.110
Renda gerada em projetos públicos de irrigação	R\$/ha	31/12/2014	18.708	31/12/2015	19.878,45

No âmbito do MI, o Programa dispõe de três indicadores voltados à agricultura irrigada. O indicador “*Área Cultivada em PPIs Selecionados*” informa sobre a evolução da implantação dos projetos públicos de irrigação no País, demonstrando o avanço das áreas com exploração agropecuária. “*Área Implantada com Infraestrutura de Irrigação em PPIs Selecionados*” dispõe sobre o avanço na implantação de infraestrutura de irrigação no período considerado, demonstrando, portanto, a atuação dos órgãos responsáveis pela implantação de PPIs. Por fim, “*Renda Gerada em PPIs*” informa o quanto de renda está sendo gerada pela área colhida, demonstrando e monitorando a viabilidade econômica da agricultura irrigada.

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2077.

Os quadros, a seguir, demonstram como se deu a alocação dos recursos no Programa, no MI, em 2016, demonstrando a comparação entre o que foi previsto e o que foi realmente executado.

Além disso, apresentam-se, a seguir, os resultados observados com base nos objetivos e nas metas e a influência dos restos a pagar nos resultados:

Figura 4.3.17 Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2077.

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)

Esfera	Global PPA 2016-2019 (*)	Dotação/Posição 2016 (Loa + Créditos)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	59.265.981.201	16.600.122.784
Orçamento de Investimentos - OI	0	0
Recursos Extraorçamentários	833.332.203.094	194.942.942.470
Total	892.598.184.295	211.543.065.254

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI do órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

Lei Orçamentária 2016					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento	
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2016)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
151.865.939,27	101.566.545,63	99.036.760,02	2.529.785,61	50.299.393,64	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores (**)					
Tipo	Posição em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processados	0,00		0,00	0,00	0,00
Recursos de Restos a Pagar que contribuem para a execução do programa (Calculado a partir das ações que compõem o programa atualmente e que tiveram a classificação programática alterada)					
Tipo	Posição em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	286.188.323,41	56.353.117,81	56.322.646,23	72.400.305,58	157.465.371,60
Processados	66.028.747,31		62.687.281,23	882.696,21	2.458.769,87

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)

53000 - Ministério da Integração Nacional					
Dotação OFSS	335.902.943,00	Dotação OI		Recursos Extraorçamentários	

(*) Valor constante da lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019.

(**) Quando o programa é novo, as informações de restos a pagar de exercícios anteriores não são captadas.

Emitido em 06/03/2017 - Página: 2 / 2

Com relação à influência dos restos a pagar nos resultados do Programa, cabe esclarecer que os empreendimentos contemplados no Programa Agropecuária Sustentável, sob responsabilidade do MI, encontram-se com contratos paralisados ou em execução, nesse caso, com pagamentos quase que na totalidade realizados por meio de Restos a Pagar (Rap). Essa forma utilizada não causou impacto na gestão financeira da Unidade no primeiro ano de vigência do Programa, embora o MI anseie diminuir os pagamentos por essa modalidade.

Esta alta influência dos Rap nos resultados do Programa deve-se, em parte, à forma de execução indireta dos projetos da Pasta, ao momento da formalização dos instrumentos de repasse, que geralmente ocorrem nos meses de novembro e dezembro e, também, ao tipo de serviço, de natureza complexa, e que podem sofrer interferências externas decorrentes de fatos ou eventos previsíveis ou imprevisíveis, tais como o período de chuvas, que ocasionam paralisações temporárias na execução dos serviços de forma que sua liquidação e pagamento se dá com Rap.

Quanto aos fatores intervenientes, cabe destacar a restrição orçamentária decorrente da crise fiscal no exercício de 2016 que implicou na priorização de obras já iniciadas e que se encontravam aptas a serem concluídas até 2018 em detrimento daquelas não iniciadas pela Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI), integrante da estrutura do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, no que se refere aos empreendimentos contemplados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conforme Portaria nº 348, de 14 de novembro de 2016.

Esse contingenciamento orçamentário e financeiro frustrou o início das obras do PPI Passarão, localizado no Município de Boa Vista, no Estado de Roraima, cujo cronograma prevê um ano de execução para conclusão da implantação do Projeto, bem como a revitalização do PPI Rio Formoso, localizado no Município de Formoso do Araguaia, no Estado do Tocantins.

Outros empreendimentos também foram afetados, como a não retomada dos contratos de elaboração dos estudos e projetos de engenharia, sob responsabilidade da Codevasf, dos PPIs: Iuiú, localizado nos Municípios de Malhada, Iuiú e Sebastião Laranjeiras, no Estado da Bahia; Mocambo-Cuscuzeiro, localizado no Município de Santa Maria da Vitória, no Estado da Bahia; e Chapada do Arapuá, Parnamirim e Urimamã, localizados nos Municípios de Santa Maria da Boa Vista, Parnamirim e Ouricuri, no Estado de Pernambuco.

Apesar de a Codevasf não ter recebido autorização da SDI para retomar esses serviços, o PPI Iuiú celebrou termo aditivo no valor de R\$ 7.039,45 mil; e os serviços realizados e liquidados em 2015 dos PPIs Mocambo-Cuscuzeiro e Chapada do Arapuá, Parnamirim e Urimamã foram liberados em dezembro de 2016, no valor de R\$ 2.713 mil e R\$ 1.597,78 mil, respectivamente.

Quanto aos empreendimentos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, eles também foram prejudicados não só pela escassez de recursos, mas também pela seca que assola a região semiárida pelo quinto ano consecutivo. Assim, essa questão climática foi preponderante para inviabilizar a continuidade dos serviços de alguns empreendimentos. Foram preteridos os PPIs Baixo Acaraú/CE (Etapa II) com execução física de 93%; Platôs de Guadalupe/PI (Etapa II) com 51% de execução física; Tabuleiros Litorâneos/PI (Etapa II) com 88% de execução física; e Santa Cruz do Apodi/RN (Etapa I) com 34% de execução física.

Figura 4.3.18 Objetivo 53000 0175 Programa 2077

Identificação do Objetivo							
Descrição	Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.						
Código	0175	Órgão	53000 - Ministério da Integração Nacional				
Programa	Agropecuária Sustentável					Código	2077
Metas Quantitativas não Regionalizadas							
Objetivo não possui metas com esta classificação							
Metas Quantitativas Regionalizadas							
Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta		Unidade Medida	Prevista 2016	Realizada em 2016 (*)	Realizada até 2016	% Realização
1	00A5 - Revitalizar 46 infraestruturas de irrigação de uso comum e de apoio à produção visando à transferência de gestão		infraestruturas de irrigação	46,00		0,00	0,00
1.1	Região Nordeste		unidade	34,00		0,00	0,00
1.2	Região Sudeste		unidade	8,00		0,00	0,00
1.3	Região Norte		unidade	4,00		0,00	0,00
2	00A8 - Transferir a gestão de 5 Projetos Públicos de Irrigação para os produtores e suas organizações.		projetos públicos de irrigação	5,00		0,00	0,00
2.1	Região Sudeste		unidade	2,00		0,00	0,00
2.2	Região Sul		unidade	2,00		0,00	0,00
2.3	Região Nordeste		unidade	1,00		0,00	0,00
Metas Qualitativas							
Sequencial	Descrição da Meta						
3	009Z - Implantar infraestruturas de irrigação em 30 projetos públicos de irrigação.						

Neste Objetivo, destaca-se a implementação da Iniciativa “Regulamentação da Política Nacional de Irrigação e políticas afins”, que teve a proposta da minuta de decreto de regulamentação da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro 2013, concluída em 2015, contando com contribuições dos setores afins. Em 2016, houve o trâmite da proposta entre o MI e a Casa Civil em três ocasiões devido à necessidade de alguns ajustes, com previsão para conclusão em 2017.

Quanto à implementação dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação, houve avanços expressivos na elaboração dos Planos Estaduais de Irrigação e Drenagem (PEID) contemplados pelo Programa de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas), com recursos oriundos do Banco Mundial. Em 2016, deu-se continuidade aos serviços de elaboração do Plano Diretor de Agricultura Irrigada do Distrito Federal, o qual se encontra em estágio avançado com previsão de conclusão em 2017. Ainda em 2016, deu-se início ao desenvolvimento dos Termos de Referência para contratação dos Planos Diretores de Irrigação de 10 estados (Alagoas, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Piauí, Pará, Paraná e São Paulo), por meio da celebração de acordos de cooperação técnica com as respectivas unidades da federação.

Simultaneamente à elaboração dos PEID, o MI iniciou o desenvolvimento do Plano Nacional de Irrigação desde dezembro de 2015, quando foi promovido um Seminário que teve a participação de diversos representantes dos setores público e privado para prospectar contribuições e delinear estratégias. Em 2016, foi feito levantamento de todos os planos e programas de irrigação realizados no Brasil, para demonstrar a evolução da Política Nacional de Irrigação aos envolvidos pela condução dos trabalhos de elaboração do Plano. Adicionalmente, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) apresentou o estudo “Agricultura Irrigada Sustentável no Brasil: identificação de áreas prioritárias”, tendo como insumo a “Análise Territorial da Agricultura Irrigada” desenvolvida em 2015 pela Secretaria Nacional de Irrigação em cooperação com o IICA e a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz como parte do Plano Nacional de Irrigação. Esse estudo identificou cerca de 4,5 milhões de hectares passíveis de expansão da agricultura irrigada em curto prazo.

Para promover a capacitação dos irrigantes, avaliou-se, inicialmente, o panorama dos programas de capacitação a partir das interlocuções com instituições públicas de ensino e pesquisa na área de ciências agrárias. Antes de propor um modelo de capacitação, houve a necessidade de serem mapeadas ações de capacitação atualmente ofertadas, buscando otimizar recursos e esforços entre os órgãos envolvidos. Assim, em 27 de abril de 2016, foi emitida ordem de serviço ao Instituto de Pesquisa e Inovação na Agricultura Irrigada (Inovagri) pelo IICA para a “Elaboração de Proposta de Programa de Capacitação no Tema Água no Meio Rural”, fruto do acordo de cooperação técnica entre o MI e o IICA com recursos do Banco Mundial.

Com relação à meta “*Implantar infraestruturas de irrigação em 30 projetos públicos de irrigação*”, cabe destacar que, para viabilizar a produção em PPIs existentes, foram priorizados investimentos para a implantação de infraestruturas de irrigação em projetos de irrigação cujas obras estavam aptas a serem concluídas até 2018. Assim, em 2016, foi concluída a parte da infraestrutura do PPI Pontal, Etapa Sul, com 3.683,23 hectares irrigáveis, restando a parte “*on farm*” e houve avanço de 15% na execução física do PPI Marrecas-Jenipapo, com 1.000 hectares, dos quais 78% já foram executados. Porém, nos demais empreendimentos, não houve conclusão de nenhuma infraestrutura prevista em razão das priorizações do Governo decorrentes da crise fiscal, além de outros entraves, como pendências ambientais, regularização fundiária, dentre outras.

Cabe esclarecer que, de maneira geral, a implementação dos projetos de irrigação contempla três fases até a sua plena operacionalização: elaboração de estudos e projetos, implantação das obras e operação inicial. Cada fase é composta por etapas que ultrapassam o exercício financeiro.

No tocante à meta “*Revitalizar 46 infraestruturas de irrigação de uso comum e de apoio à produção visando à transferência de gestão*”, visou-se recuperar as infraestruturas de irrigação para que os projetos pudessem irrigar toda a área útil agricultável.

Não obstante a maioria dos projetos inseridos nesta meta se encontrarem em estágio de execução avançada, não houve avanços na revitalização das infraestruturas dos PPIs, com exceção dos PPIs Maniçoba/BA (4.293ha, 70% das infraestruturas revitalizadas, 319 produtores beneficiados, 4.000 empregos diretos e 6.000 indiretos), que alcançou aproximadamente 55% na intervenção de recuperação de placas em concreto dos canais de irrigação; Gorutuba/MG (5.286ha, 44% das infraestruturas revitalizadas), sendo que 18% em 2016; e PPI Curaçá/BA (4.349ha e 55% das infraestruturas revitalizadas, 288 produtores beneficiados, 4.100 empregos diretos e 6.100 empregos indiretos), que alcançou 55% na intervenção de recuperação de placas em concreto dos canais de irrigação.

Além da implantação e da revitalização de infraestruturas de irrigação nos PPIs, buscou-se ampliar a utilização das áreas potencialmente irrigáveis por meio de incentivos fiscais para a iniciativa privada. Destaca-se aqui a implementação dos procedimentos para enquadramento de Projetos de Irrigação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), valendo tanto para novos projetos como para ampliação e modernização de projetos pré-existentes, a partir da Lei nº 11.488, de 15 de julho de 2007, e da Portaria MI nº 403, de 29 de agosto de 2013. Em 2016, foram aprovados os enquadramentos de seis projetos de irrigação, com valor desonerado na ordem de R\$ 880 mil reais, beneficiando uma área irrigada de 2.232,40 hectares.

Por fim, quanto à meta “*Transferir a gestão de 5 Projetos Públicos de Irrigação para os produtores e suas organizações*”, é importante destacar que a implantação de projetos públicos de irrigação, devido à sua complexidade, requer um prazo superior a quatro anos, ultrapassando na maioria das vezes a vigência de dois Planos Plurianuais, para alcançar sua maturação com vistas ao início do processo de transferência de gestão.

Programa Temático: Recursos Hídricos – 2084

Visão Gerencial do Programa

Diversas são as regiões brasileiras afetadas por crises de oferta de água que trazem graves problemas sociais e econômicos. A segurança hídrica prevê “a garantia de oferta de água em quantidade, qualidade e oportunidade a preços/custos adequados para a melhoria das condições de vida da população e promoção do desenvolvimento regional”. Trata-se, portanto, de prover a estabilidade dessa oferta com boa qualidade para a população para os diversos usos e usuários, por meio da priorização de ações estruturais e não estruturais a serem adotadas nas diferentes esferas administrativas – federal, estadual e municipal.

Para o ampliar a oferta de água, os investimentos em infraestrutura hídrica visam atender a demanda por água decorrente do desenvolvimento do País e do seu crescimento populacional (*necessidade estrutural*), assim como elevar a margem de segurança em situações de estiagens atipicamente prolongadas (*necessidade conjuntural*). Para isso, é fundamental investir na capacidade de reserva de água, em níveis adequados, para assegurar o suprimento mesmo após longo período sem chuvas. Além disso, deve-se buscar aumentar a redundância dos sistemas de abastecimento de água, permitindo que mais de um sistema esteja apto para o abastecimento das localidades.

Por meio de uma visão do cenário nacional, observa-se que os municípios situados no semiárido brasileiro, ou apresentam baixa garantia hídrica ou necessitam de ampliação no sistema produtor. Por isto, tanto o abastecimento público quanto o abastecimento para outros usos sofrem com a escassez da disponibilidade ou com o aumento da demanda. Em ambos os casos o aumento da reserva e a instalação de novos sistemas adutores são soluções viáveis para amenizar os problemas decorrentes do déficit da oferta.

Outra estratégia a ser implementada é a transposição de águas de bacias hidrográficas para aquelas em que a água seja mais escassa. A ideia é mitigar as consequências de situações de escassez similares às que atingiram o semiárido brasileiro e a região Sudeste, desde 2013, causadas pela junção de condições climáticas adversas com a ausência de infraestrutura adequada para lidar com a situação.

Quanto às atividades de recuperação e manutenção das infraestruturas hídricas existentes, as ações de recuperação propostas contemplam a reabilitação de estruturas danificadas, a conservação de suas capacidades funcionais, sua modernização e/ou ampliação, objetivando a segurança de seus usuários, bem como a regularização jurídica e administrativa. Essa atuação está alinhada à Política Nacional de Segurança de Barragens – PNSB, definida na Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que busca reduzir a possibilidade de acidentes relacionados ao rompimento de barragens.

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) possui sob sua responsabilidade mais de 320 barragens, sendo que 65% delas enquadram-se como barragens de média e grande capacidade, todas localizadas na Região Nordeste e no Norte de Minas Gerais. Existem ainda cerca de 95 barragens construídas pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (Codevasf). Considerando-se o elevado potencial de acumulação apenas nesses reservatórios, em torno de 17 bilhões de metros cúbicos, percebe-se uma necessidade premente de manter constantes serviços de operação e manutenção.

Além das barragens e seus sistemas auxiliares existentes, sob domínio da União, também está contemplada a operação e a manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco, visando garantir a maior efetividade possível à distribuição e ao aproveitamento dos recursos hídricos nas regiões beneficiadas.

Para fortalecer o planejamento e a gestão de infraestruturas hídricas, propõe-se elaborar a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica (PNIH) para nortear a atuação do Estado. A Política permitirá reduzir sobreposições e lacunas nos investimentos, assim como a integração de sistemas, resultando em uma operação mais eficaz, eficiente e efetiva dessa infraestrutura, com consequente diminuição da pressão sobre o meio ambiente.

Indicadores – Programa 2084

Não existem indicadores sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional no Programa 2084 - Recursos Hídricos.

Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2084.

Os quadros, a seguir, demonstram como se deu a alocação dos recursos no Programa, no MI, em 2016, demonstrando a comparação entre o que foi previsto e o que foi realmente executado.

Além disso, apresentam-se, a seguir, os resultados observados com base nos objetivos e nas metas e a influência dos restos a pagar nos resultados:

Figura 4.3.19 Alocação e execução dos recursos, influência dos restos a pagar e fatores intervenientes no Programa 2084.

Esfera de Recursos - PPA e LOA (em R\$ 1,00)					
Esfera	Global PPA 2016-2019 (*)		Dotação/Posição 2016 (Loa + Créditos)		
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social - OFSS	21.087.943.858		3.713.597.235		
Orçamento de Investimentos - OI	0		0		
Recursos Extraorçamentários	17.000.000		5.500.000		
Total	21.104.943.858		3.719.097.235		

Execução Orçamentária e/ou Financeira do Programa - OFSS e OI do órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)					
Lei Orçamentária 2016					
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				Orçamento de Investimento	
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Despesa Paga	Restos a Pagar (inscrição 2016)		Despesa Realizada
			Processados	Não Processados	
2.740.154.525,14	1.417.002.405,33	1.362.301.301,62	54.701.103,71	1.323.152.119,81	0,00

Restos a Pagar - OFSS - Exercícios Anteriores (**)					
Tipo	Posição em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Processados	0,00		0,00	0,00	0,00

Recursos de Restos a Pagar que contribuem para a execução do programa (Calculado a partir das ações que compõem o programa atualmente e que tiveram a classificação programática alterada)					
Tipo	Posição em 01/01/2016	Valor Liquidado	Valor Pago	Valor Cancelado	Valor a Pagar
Não processados	1.502.160.190,31	1.040.404.572,34	1.032.170.164,79	38.278.796,78	431.711.228,74
Processados	147.151.998,51		61.924.869,65	1.940.187,01	83.286.941,85

Valores do programa alocados ao órgão representado pela UJ em 2016 (em R\$ 1,00)					
53000 - Ministério da Integração Nacional					
Dotação OFSS	3.396.374.358,00	Dotação OI		Recursos Extraorçamentários	

(*) Valor constante da lei nº 13.249/2016, que institui o Plano Plurianual 2016-2019.

(**) Quando o programa é novo, as informações de restos a pagar de exercícios anteriores não são captadas.

Emitido em 06/03/2017 - Página: 2 / 2

Dentre as ações que apresentaram avanço significativo em 2016, pontuam-se as obras no âmbito do PAC listadas a seguir:

(a) Cinturão das Águas - CE (Ação 7L29) – pagamento de R\$ 259.898.138,03, sendo 239.898.138,03 da LOA e 20.000.000,00 de Restos a Pagar (100% do RAP).

(b) Canal da Vertente Litorânea - PB (Ação 12G7) – pagamento de R\$121.826.661,09, sendo 88.701.817,00 da LOA e 33.124.844,09 de Restos a Pagar, o RAP (37,34% do montante pago com LOA no exercício).

(c) Canal do Sertão - AL (Ação 10CT) – Implantação dos trechos I, II e III e IV do canal adutor – pagamento de R\$ 197.552.739,82, sendo 140.206.604,88 da LOA e 57.346.134,94 de Restos a Pagar (40,90 % do montante pago com LOA no exercício).

(d) Sistema Adutor do Agreste - PE (Ação 10F6) – Pagamento de R\$ 136.669.734,57 sendo 109.328.654 da LOA e 27.341.080,57 de Restos a Pagar (25,01 % do montante pago com LOA no exercício).

(e) Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF (Ações 12EP e 5900), com planos operativos específicos para os Eixos Norte (ação 5900 do PPA) e Leste (ação 12EP), visando monitorar as metas e as respectivas estruturas que às compõem: Meta 1Norte (140 km) da captação do Eixo Norte até entrada no Reservatório Jati; Meta 2 Norte (39km) do Reservatório Jati até Reservatório Boi II; Meta 3Norte (81km) do Reservatório Boi II até Reservatório Engenheiro Ávidos; Meta 1Leste (16 km) da captação do Eixo Leste até Reservatório Areias; Meta 2Leste (167km) do Reservatório Areias até Reservatório Barro Branco e Meta 3Leste (34km) do Reservatório Barro Branco até Reservatório Poções. Foram pagos em 2016 na ação 5900 R\$ 705.443.217,34 sendo 292.210.777,54 da LOA e 453.509.111,21 de Restos a Pagar, o RAP foi equivalente a 64,47% do montante total pago no exercício. Na ação 12EP foram pagos R\$ 632.926.537,20 sendo 440.769.822,37 da LOA e 197.992.662,84 de Restos a Pagar, o RAP foi equivalente a 44,92% do montante pago com LOA no exercício.

Os fatores intervenientes que têm contribuído ou prejudicado o cumprimento das metas pactuadas são:

- não cumprimento, em tempo hábil, pelos Convenientes/Compromissários das exigências legais necessárias ao atendimento da cláusula condicionante constantes dos Instrumentos de Repasse (Convênios e Termos de Compromisso), principalmente quanto à comprovação da propriedade do imóvel ou na imissão de posse na forma do Inciso IV do Art. 39, da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, e o Licenciamento Ambiental e seus desdobramentos;
- complicações no processo licitatório para contratação dos serviços e/ou fornecimento dos materiais por parte dos convenientes/compromissários;
- complicações na gestão dos contratos de prestação de serviços e/ou fornecimento dos materiais por parte dos convenientes/compromissários;
- contingenciamento de recursos;
- empresas/consórcios que apresentaram problemas judiciais e/ou financeiros que provocaram rescisão contratual de trechos de obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf,) levando à necessidade de realizar novo processo licitatório, o qual se encontra atualmente em andamento;
- falta de cumprimento, de forma geral, dos prazos definidos por parte das contratadas para a execução das obras do Pisf, que acarretou atrasos nas entregas dos marcos acordados;
- rescisão contratual provocada pela qualidade aquém dos produtos apresentados pela consultoria contratada para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH), bem como atraso na entrega dos mesmos, o que também gerou a necessidade de realizar novo processo licitatório, o qual se encontra em andamento;
- no caso do Ramal do Agreste, que teve seu processo licitatório finalizado em 2016, não houve liberação da ordem de serviço e início das atividades no mesmo ano em virtude da necessidade de priorização orçamentária dos recursos disponíveis ao Ministério da Integral Nacional.

Figura 4.3.20 Objetivo 53000 0479 Programa 2084

Identificação do Objetivo							
Descrição	Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas						
Código	0479	Órgão	53000 - Ministério da Integração Nacional				
Programa	Recursos Hídricos					Código	2084
Metas Quantitativas não Regionalizadas							
Objetivo não possui metas com esta classificação							
Metas Quantitativas Regionalizadas							
Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta		Unidade Medida	Prevista 2016	Realizada em 2016 (*)	Realizada até 2016	% Realização
1	044B - Ampliar a capacidade de adução de água bruta em 97,3 m³/s		m³/s	97,30		0,50	0,51
1.1	Região Sul		metros cúbicos por segundo	1,20		0,00	0,00
1.2	Região Nordeste		metros cúbicos por segundo	96,10		0,50	0,52
2	016Z - Ampliar a capacidade de reservação de água bruta em 1.939,7 milhões de m³		milhões de m³	1.939,70		0,00	0,00
2.1	Região Sul		milhão de metros cúbicos	272,00		0,00	0,00
2.2	Região Nordeste		milhão de metros cúbicos	1.667,70		0,00	0,00
Metas Qualitativas							
Sequencial	Descrição da Meta						
3	044C - Concluir a implantação dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF						

Para o alcance do Objetivo “53000 0479 Ampliar a oferta de água para usos múltiplos, por meio de infraestruturas hídricas”, os investimentos em infraestrutura hídrica visam atender à Meta 044B Ampliar a capacidade de adução de água bruta em 97,3 m³/s, mediante a execução de diversas obras de adução.

Assim, cabe destacar o andamento de obras, como o Canal do Sertão Alagoano, cujo projeto prevê a implantação de oito trechos que somam 250 Km de obras, com vazão de 32 m³/s, entre Delmiro Gouveia e Arapiraca e atenderá a cerca de um milhão de habitantes em 42 municípios em Alagoas. Esse canal tem como objetivo assegurar o aumento da oferta de água para consumo humano e animal e para a atividade agrícola. Já foram contemplados com recursos da união, quatro trechos do canal. Três deles, com 92,9 km de extensão, já beneficiam diretamente seis municípios do Estado. A obra, iniciada em janeiro de 2007, teve os dois primeiros trechos entregues em 2013. Já o terceiro, em novembro de 2015. A execução física dos trechos I a IV já é de 87%, sendo 5% no ano de 2016. A previsão de término do Trecho IV é o primeiro semestre de 2018.

O Cinturão das Águas do Ceará (CAC), cuja edificação foi iniciada no ano de 2013, prevê a construção de 1,3 mil km de canais, sifões e túneis que levarão água para 12 bacias hidrográficas do Estado. Visa aduzir parcela das vazões transpostas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco, para 80% do território do Ceará. Pretende atingir, até o ano de 2040, oito milhões de pessoas com abastecimento de água. O Trecho I do CAC atende diretamente a 24 municípios. Este trecho terá 145,24 Km de extensão e vazão de 30 m³/s. O empreendimento encontra-se com 32% dos serviços executados, sendo 10,6% no ano de 2016. A previsão de término da obra é dezembro de 2019.

O Sistema Adutor do Agreste abrange a construção de adutora com 1,3 mil km de extensão e tem o objetivo de garantir a oferta de água para o abastecimento de diversos municípios em Pernambuco. Receberá água do Ramal do Agreste, que por sua vez captará água no Eixo Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf). A integralidade do Sistema Adutor do Agreste atenderá a 68 sedes municipais, 80 localidades urbanas, a população rural de uma faixa de 2,5 km de seu percurso e cerca de dois milhões de habitantes. Das cinco etapas previstas para

o projeto, para o horizonte do PPA 2016-2019 pretende-se executar as parcelas referentes à Etapa I e à Etapa II da Adutora. Essas parcelas do Empreendimento totalizam 640 km de extensão, vazão de 4 m³/s e contemplam 23 dos 68 municípios. Cerca de 1,3 milhões de habitantes serão beneficiados pelo Sistema. As obras iniciaram-se em meados de 2013, e alcançaram 37% de execução física, sendo 4% em 2016. A data de conclusão das obras está prevista para o segundo semestre de 2019.

O Canal da Vertente Litorânea (PB) visa aproveitar as águas do São Francisco, transpostas por meio do Eixo Leste do Pisf. Abastece a uma população estimada em 1,5 milhão de habitantes de 39 municípios e também aos projetos hidroagrícolas ali instalados. A garantia de abastecimento de água para as cidades das bacias litorâneas, o desenvolvimento da agricultura familiar em vilas rurais, o desenvolvimento da piscicultura, o desenvolvimento da agricultura empresarial e a geração de emprego e renda para melhoria da qualidade de vida também são objetivos visados por esta obra. No horizonte do PPA 2016-2019, o escopo dessa intervenção é a execução dos trechos I, II e III da Vertente Litorânea, com vazão de 10 m³/s. O sistema adutor atravessa a mesorregião do agreste paraibano beneficiando cerca de 630 mil habitantes. O percentual global acumulado da obra é de 60%, sendo 19% em 2016. A sua conclusão está prevista para 2018.

A adutora do Pajeú, está organizada em dois empreendimentos denominados Adutora Pajeú – 1ª etapa e Adutora Pajeú- 2ª etapa, localizados no Estado de Pernambuco. Na primeira etapa visou-se à construção de sistema adutor com 197 km, para fins de abastecimento humano, composto de captação no Lago de Itaparica em Floresta, estações de bombeamento, reservatórios e tubulações até Afogados da Ingazeira. Essa etapa, foi inaugurada no primeiro semestre de 2014, beneficiando cerca de 177,5 mil pessoas. A implantação da segunda etapa da Adutora atenderá a 14 municípios de Pernambuco e oito da Paraíba beneficiando cerca de 112 mil pessoas. As obras já foram iniciadas, encontram-se com 40% de execução física, sendo 9% em 2016. Sua conclusão está prevista para 2018. Na sua totalidade, a Adutora do Pajeú tem 398 Km de extensão e vazão máxima de 0,4 m³/s.

A ampliação do Sistema Adutor do Oeste beneficiará cerca de 64 mil habitantes, ampliando a oferta de água para abastecimento humano com vazão de 0,5 m³/s. Essa obra foi iniciada em novembro de 2013. Em 2016 foi executado 49,96% e sua conclusão está prevista para o segundo semestre de 2017.

O Sistema Adutor de Guanambi – 2ª etapa, no Estado da Bahia teve início em 2012. O empreendimento possui duas etapas. O trecho Caetitê-Maniaçu, que possui uma capacidade de adução de 0,5 m³/s foi concluído em 2016. O sistema leva água encanada a cerca de 34 mil habitantes do município de Caetitê (BA) e distritos de Maniacú, Morrinhos, Lagoa de Dentro e Lagoa de Fora. O trecho Caetitê-Lagoa Real-Ibitira está previsto para iniciar em 2017. A adutora terá uma extensão de 74.831m de tubulação e abastecerá cerca de 6,9 mil famílias em Lagoa Real e no distrito de Ibitira, em Rio do Antônio/BA, além de atender a demanda de abastecimento das localidades de Ibiassucê (zona rural e urbana), São Timóteo, Iguatemi, Santa Luzia, e 28 povoados ao longo da adutora.

Alguns empreendimentos tiveram suas obras paralisadas por falta de recursos orçamentários, como o Sistema Jequitai em Minas Gerais, que se encontra com 55% de execução física. Devido à crise fiscal alguns instrumentos celebrados que estavam em andamento foram paralisados e não há previsão para a publicação de novos editais para a retomada das obras. Também, não há previsão de recursos para a construção da Adutora do Sertão do Piauí, apesar de o Ministério

Público do Estado do Piauí e o Ministério Público Federal terem ajuizado ação civil pública para que seja elaborado o projeto-básico da obra.

Para atingir a meta de ampliar a capacidade de reservação de água bruta em 1.939,7 milhões de metros cúbicos, foram implementadas diversas obras de barragens. A Barragem Germinal, localizada no Município de Palmácia (CE), iniciou sua construção em maio de 2015 e sua conclusão está prevista para o segundo semestre de 2017. Encontra-se com 40% de execução física e sua capacidade de acumulação será de 31 milhões de metros cúbicos. Em 2016 foram executados 14,1%.

A Barragem de Mato Verde, localizada no município de Mato Verde (MG), encontra-se com 57% de execução física, tendo executado 51,8% em 2016. A obra, que teve início no final de 2014, tem previsão de término em junho de 2018 e sua capacidade de acumulação será de 74 milhões de metros cúbicos.

A Barragem Arroio Taquarembó (RS), iniciada em maio de 2014, tem previsão de término no segundo semestre de 2018 e encontra-se com 60% de execução física, mas não houve execução em 2016. A barragem terá capacidade para armazenar 155 milhões de metros cúbicos.

A Barragem Arroio Jaguari (RS), que terá capacidade de acumulação de 152 milhões de metros cúbicos e que foi iniciada em outubro de 2015, encontra-se com a obra paralisada. A empresa executora do empreendimento (Sultepa) está em processo de recuperação judicial devido a problemas financeiros. Sendo assim, não houve mobilização da empresa para a retomada da obra, mesmo após a expedição da ordem de serviço em outubro de 2015.

A Barragem de Atalaia, localizada no município de Sebastião Barros (PI), beneficiará aproximadamente 47 mil habitantes dos municípios de Sebastião dos Barros, Cristalândia, Corrente e Paranaguá, além de perenizar os rios Correntes, Paraím e Gurguéia que alimentarão os lençóis freáticos do baixo Gurguéia. As obras iniciaram em 2010 e estão paralisadas desde 2013 com 92% de execução devido a pendências a serem solucionadas pelo Instituto de Desenvolvimento do Piauí (Idepi), órgão vinculado ao Governo do Estado do Piauí, responsável pela execução das obras e serviços por meio de convênio com a Codevasf. Cabe ao Idepi finalizar a desapropriação das terras e o reassentamento das famílias residentes na área de inundação da barragem, porém não há data prevista para conclusão.

A Barragem Pedregulho, localizada no município de Dirceu Arcoverde (PI), beneficiará os municípios de Dirceu Arcoverde e São Lourenço do Piauí, atendendo aproximadamente 11.102 habitantes. O empreendimento visa à execução de obras de ampliação da oferta de água no semiárido e à prevenção de inundações e deslizamentos. As obras encontram-se com 90% de execução física, tendo executado 6% em 2016. A previsão de conclusão é o 1º semestre de 2017.

A Barragem de Congonhas diz respeito à construção de barragem no Rio Congonhas, entre os municípios de Grão Mogol e Itacambira (MG), com volume de acumulação de 576 milhões de metros cúbicos e regularização de 6 m³/s, a um nível de garantia de 99%. Ao todo, cerca de 600 mil pessoas serão beneficiadas com a obra. O empreendimento encontra-se em processo de licitação e aguardando o Governo de Minas Gerais atender às condicionantes da licença de instalação.

A Barragem de Fronteiras (CE) deverá acumular cerca de 488 milhões de metros cúbicos, situada a 27 km a oeste da sede do município cearense de Crateús. Tem como principais

objetivos o abastecimento humano, reforço do sistema de abastecimento de Crateús e a irrigação de 6.000 ha, que beneficiará cerca 100 mil pessoas. A limitação financeira tem provocado o adiamento do início das obras, cujo cronograma de execução prevê um prazo de três anos. Já houve a execução de 54% do total a ser desapropriado. Estão liberadas as áreas correspondentes ao eixo da barragem e jazidas.

A Barragem Berizal do Rio Pardo será localizada no Município de Berizal (MG), interceptando o rio Pardo e terá capacidade de armazenamento de 330 milhões de metros cúbicos. A obra destina-se principalmente ao abastecimento humano bem como às pequenas irrigações para os Municípios de Berizal, Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso, Taiobeiras e Indaiabira, beneficiando cerca de 120.000 pessoas. As obras foram iniciadas em 1998, tendo sido interrompidas por diversas vezes e, definitivamente, em 2006, devido a questões ambientais e financeiras. Entre 1988 e 2006, foram executados 35% dos serviços contratados. As obras se encontram paralisadas por falta de orçamento. O empreendimento necessita de limite orçamentário para licitar a sua continuidade, atualização cadastral, desapropriação e saneamento de pendências ambientais estabelecidas na Licença de Instalação.

A Barragem de Inhobim tem como objetivo ampliar a oferta de água potável, tanto para o município de Vitória da Conquista (BA), como para regiões circunvizinhas, minimizar os efeitos perversos das secas e estiagens, aumentar a produção e melhorar o aproveitamento do solo, gerar emprego e renda. Foi firmado convênio para elaboração de Estudos de Viabilidade, Estudos de Impacto no Meio Ambiente (Eia/Rima) e Projeto Executivo detalhado, que está em fase de prestação de contas.

Finalmente, no que tange à Meta de concluir a implantação dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf), o empreendimento apresenta 94,44% de execução física, sendo que o Eixo Norte conta com 93,42% e o Eixo Leste com 96,44 % de execução. Os percentuais de avanço correspondem à evolução dos projetos executivos, das obras civis, das instalações eletromecânicas e ações ambientais.

O Pisf vai garantir a segurança hídrica a 12 milhões de habitantes, em 390 municípios, nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, além de gerar emprego e promover a inclusão social. O empreendimento tem extensão de 477 km organizados em dois Eixos de transferência de água - Norte com 260 km e Leste com 217 km. A obra engloba a construção de nove estações de bombeamento, 27 reservatórios, quatro túneis, 13 aquedutos, nove subestações de 230 kV, e 270 km de linhas de transmissão em alta tensão.

O Eixo Norte, a partir da captação no Rio São Francisco próximo à cidade de Cabrobó (PE), percorrerá cerca de 260 km, conduzindo água aos Rios Salgado e Jaguaribe, no Ceará; Apodi, no Rio Grande do Norte; e Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte. Projetado para uma capacidade máxima de 99 m³/s, o Eixo Norte operará com uma vazão contínua de 16,4 m³/s, destinada ao consumo humano. Em períodos recorrentes de escassez de água nas bacias receptoras e de abundância na Bacia do São Francisco, as vazões transferidas poderão atingir a capacidade máxima estabelecida. Em 2016, as principais estruturas do Eixo Norte foram finalizadas ou entraram em processo de finalização, como os canais, aquedutos, barragens, estações de bombeamento e subestações. O Trecho 1 ficou mais atrasado na finalização das estruturas em virtude da rescisão contratual com a Mendes Júnior. Apesar disso, o avanço obtido pelo Eixo Norte em geral foi de 8,01% no ano.

O Eixo Leste que terá sua captação no município de Floresta (PE), desenvolvendo-se por um caminamento de 217 km até o Rio Paraíba (PB), após deixar parte da vazão transferida nas Bacias do Pajeú, do Moxotó e da região agreste de Pernambuco, para o atendimento das demandas da região. Previsto para uma capacidade máxima de 28 m³/s, o Eixo Leste funcionará com uma vazão contínua de 10 m³/s, disponibilizados para consumo humano. Em períodos recorrentes de escassez de água nas bacias receptoras e de abundância na Bacia do São Francisco, as vazões transferidas poderão atingir a capacidade máxima estabelecida. Dentre os avanços obtidos na execução do Eixo Leste em 2016, tem-se a finalização das estações de bombeamento (EBV-3, EBV-4, EBV-5 e EBV-6) e muitas outras importantes estruturas foram concluídas ou entraram em processo de finalização, como canais, aquedutos e barragens, alcançando-se o avanço físico de 11,64% no ano. Além disso, deu-se início à atualização dos preços e à readequação do objeto do edital para atendimento de necessidades específicas das subestações E0/PAF/BNO, já que não houve empresas interessadas para a execução das atividades requeridas no edital anterior (RDC Eletrônico nº 3/2015).

Atualmente, a totalidade das obras do PISF está em andamento – com exceção do Trecho 1 – tendo sido registrado, em 2016, o avanço físico acumulado de 92,16% do Empreendimento.

O Projeto de Integração do Rio São Francisco prevê ainda a implantação de Vilas Produtivas Rurais (VPR) nos estados de Pernambuco, Ceará e Paraíba. As vilas têm o objetivo de reassentar as famílias que moravam na faixa de obra de implantação do PISF. Em 2016, foram entregues 225 casas nos Municípios de Mauriti e Brejo Santo, propiciando às famílias condições adequadas de moradia e de organização socioeconômica e cultural, com espaços destinados a lazer, postos médicos, escola, associações, casas de alvenaria, além de rede de água, esgoto e energia elétrica.

Ao mesmo tempo em que busca garantir o abastecimento por longo prazo de grandes centros urbanos da região e de centenas de pequenas e médias cidades do semiárido, o Projeto beneficia áreas do interior do Nordeste com potencial econômico, importantes no âmbito de uma política de desconcentração do desenvolvimento nacional.

Figura 4.3.21 Objetivo 53000 0480 Programa 2084

Identificação do Objetivo								
Descrição	Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção							
Código	0480	Órgão	53000 - Ministério da Integração Nacional					
Programa	Recursos Hídricos					Código	2084	
Metas Quantitativas não Regionalizadas								
Objetivo não possui metas com esta classificação								
Metas Quantitativas Regionalizadas								
Sequencial	Descrição/Regionalização da Meta			Unidade Medida	Prevista 2016	Realizada em 2016 (*)	Realizada até 2016	% Realização
1	04FL - Realizar a regularização fundiária, ambiental, de outorga e de segurança de 11 barragens da União			unidades	11,00		0,00	0,00
1.1	Região Nordeste			unidade	11,00		0,00	0,00
2	0171 - Recuperar 19 infraestruturas hídricas			unidades	19,00		0,00	0,00
2.1	Região Nordeste			unidade	19,00		0,00	0,00

Por meio do Objetivo “53000 0480 Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção” busca-se implementar a Meta de regularização fundiária, ambiental, de outorga e de segurança de 11 barragens da União. Para tanto, as ações consistem na execução de estudos e intervenções para a regularização legal de barragens já construídas, referentes às questões fundiárias e ambientais (Lei 6.938/81), de outorga (Lei 9.433/97) e de segurança de barragens (Lei 12.334/10).

Desse modo, considerando as infraestruturas hídricas existentes, prevê-se neste Objetivo a realização de atividades de operação e manutenção contínua de estruturas e equipamentos hidráulicos, monitoramento da operação e da segurança dessas estruturas, reabilitação e otimização das infraestruturas e regularização jurídica e administrativa.

Contudo, não houve liberação de recursos orçamentários no exercício de 2016, o que impediu a contratação de estudos para a regularização legal, principalmente na área ambiental e fundiária, que é recorrentemente exigida por órgãos ambientais e pelo Ministério Público. Devido à falta de recursos, a Codevasf trabalhou na execução própria de alguns estudos e atividades, como a digitalização de projetos existentes, elaboração do 1º Volume do Plano de Segurança e do Plano de Contingência Simplificado para 12 barragens. No total, serão elaborados 6 volumes que englobarão 35 barragens.

Quanto à Meta que visa à recuperação de 19 infraestruturas hídricas, as ações consistem na execução de estudos, projetos e obras de revitalização ou recuperação e adequação de infraestruturas hídricas, e de ações complementares para assegurar a continuidade do abastecimento de água.

A Codevasf é responsável pela elaboração de projetos de recuperação de barragens, bem como pela recuperação dos seguintes empreendimentos: Bico de Pedra (MG), Gameleira (MG), Cova da Mandioca (BA), Estreito (BA), Manoel Novaes (BA) e Zabumbão (BA). Atualmente há projetos prontos, porém não houve execução de obras no ano de 2016 devido à falta de liberação de recursos orçamentários.

Ainda no âmbito desta meta, tem-se as iniciativas de operação e manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf) e de recuperação dos reservatórios estratégicos para a integração do Rio São Francisco (CE/PB/PB/RN). Diante da constatação da situação de deterioração e inadequação de muitos açudes existentes nos Estados atendidos pelo Pisf – Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte–, e frente ao reconhecimento da importância de que tais estruturas estejam em condições apropriadas para o recebimento das águas transpostas, conforme consta no Termo de Compromisso firmado entre a União e os Estados receptores, o MI firmou Termos de Execução Descentralizada (Ted) com o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), a fim de que este promova a recuperação desses açudes estratégicos, garantindo a maior efetividade possível à distribuição e ao aproveitamento dos recursos hídricos na região beneficiada.

Em maio de 2013, foi celebrado o Contrato Dnocs 12/2014 com a Empresa KL-Serviços de Engenharia S/A, no âmbito do Ted nº 003/2013 para elaboração de estudos e projetos executivos para recuperação de 24 açudes estratégicos que se interligarão ao Pisf, listados a seguir: Quixabinha (CE), Lima Campos (CE), Orós (CE), Banabuiú (CE), Castanhão (CE), Prazeres (CE), Assu (RN), Santa Cruz (RN), Pau dos Ferros (RN), Angicos (RN), Acauã (PB), Boqueirão (PB), Mãe D'Água (PB), Curema (PB), Poções (PB), São Gonçalo (PB), Lagoa do Arroz (PB), Engenheiro Ávidos (PB), Camalaú (PB) e São José (PB), Barra do Juá (PE), Poço da Cruz (PE), Chapéu (PE), Entremontes (PE).

Tendo em vista a conclusão e a aprovação pelo Dnocs dos produtos contratados no âmbito do Ted 003/2013, foi estabelecida uma ordem de prioridade de intervenção de acordo a cronologia de chegada da água do Pisf nos reservatórios estratégicos e, em 28 de abril de 2016, foram formalizados os Teds para recuperação e modernização dos reservatórios das prioridades 1 e 2 (Ted 002/2016 - Obras de Recuperação e Modernização dos Reservatórios da prioridade 1:

Poções, São Gonçalo, Engenheiro Ávidos, Curema e Mãe D'Água e Camalau e Ted 003/2016 - Obras de Recuperação e Modernização dos Reservatórios da prioridade 2: Castanhão, Barra do Juá, Epitácio Pessoa, Armando Ribeiro Gonçalves, Poço da Cruz).

Por sua vez, os reservatórios Camalau, Epitácio Pessoa e Castanhão tiveram seus processos licitatórios concluídos em dezembro de 2016, com início imediato das intervenções.

Os reservatórios Engenheiro Ávidos, São José e Poço da Cruz estão em fase final de conclusão dos projetos executivos e os demais reservatórios das prioridades 1 e 2 - Poções, São Gonçalo, Curema e Mãe D'Água, Barra do Juá e Armando Ribeiro Gonçalves estão em fase de licitação das intervenções necessárias.

Banabuiú, Quixabinha, Prazeres, Lima Campos e Orós, no Ceará, Lagoa do Arroz, na Paraíba, Entremontes e Chapéu, localizados em Pernambuco e Angicos, Pau dos Ferros e Santa Cruz do Apodi, no Rio Grande do Norte, identificados como de “Prioridade 3”, encontram-se em fase de aprovação dos estudos e projetos elaborados, para então ser formalizado novo Ted para as intervenções identificadas para estes reservatórios.

Figura 4.3.22 Objetivo 53000 0549 Programa 2084

Identificação do Objetivo						
Descrição	Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica					
Código	0549	Órgão	53000 - Ministério da Integração Nacional			
Programa	Recursos Hídricos				Código	2084
Metas Quantitativas não Regionalizadas						
Objetivo não possui metas com esta classificação						
Metas Quantitativas Regionalizadas						
Objetivo não possui metas com esta classificação						
Metas Qualitativas						
Sequencial	Descrição da Meta					
1	044A - Concluir o Plano Nacional de Reabilitação de Barragens da União - Planerb					
2	01LM - Concluir o Plano Nacional de Segurança Hídrica, por meio do diagnóstico da infraestrutura hídrica do País e da definição de critérios para a priorização e seleção de investimentos					
3	01LL - Elaborar o marco legal da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica					
4	01LN - Implementar o modelo de gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF					

No Objetivo 53000 0549 *Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica*, pretende-se elaborar a Política Nacional de Infraestrutura Hídrica (PNIH), instrumento norteador da atuação do Estado com base nos problemas concretos traduzidos em planos que contemplem a segurança hídrica, a segurança de barragens e a concretização da gestão do Projeto de Integração do São Francisco (Pisf).

Assim, para atender à Meta 01LL *Elaborar o marco legal da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica*, formatou-se, em 2012, o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) que se constitui no mais importante instrumento para a elaboração dessa Política, uma vez que seu produto poderá orientar a atuação do Poder Público na formulação de programas e ações para o setor, permitindo constituir intervenções específicas e até mesmo um banco de projetos estratégicos que fortaleça a atuação propositiva do Estado.

O PNSH é um estudo que visa orientar a contratação de obras hídricas no Brasil pelo Governo Federal com o estabelecimento de diretrizes e critérios para identificação de intervenções estruturantes de caráter estratégico em todo o território nacional.

Por meio de uma construção conjunta entre o MI, a Agência Nacional de Águas (Ana) e as Unidades da Federação, o PNSH busca um pacto federativo para a legitimação de intervenções estratégicas, como integração de bacias, barragens, adutoras e canais, necessárias à garantia de oferta de água para o abastecimento humano e o atendimento de demandas do setor produtivo, bem como à redução dos riscos associados a eventos críticos (secas e cheias) até o horizonte de 2035, em todo o País. O Plano objetiva, desse modo, promover a alteração no paradigma dos investimentos em infraestrutura hídrica até então praticada pelo Governo Federal.

Assim, foi contratada empresa de consultoria, por intermédio do Banco Mundial, para o desenvolvimento das atividades referentes ao PNSH. Entretanto, atrasos nas entregas dos produtos e qualidade aquém da esperada levaram à rescisão contratual em 2016.

Dessa forma, desembolsou-se, até 2016, apenas 35% do total alocado para o desenvolvimento do Plano, ficando 15% a serem pagos, conforme os produtos entregues e revisados pela contratada.

Referente à Meta *01LM Concluir o Plano Nacional de Segurança Hídrica, por meio do diagnóstico da infraestrutura hídrica do País e da definição de critérios para a priorização e seleção de investimentos*, busca-se definir diretrizes, conceitos e critérios que permitam a seleção e o detalhamento das principais intervenções estratégicas do País para garantir oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas; reduzir os riscos associados a eventos críticos (secas e inundações) e intervenções inventariadas como barragens (controle de cheias e regularização da oferta de água para usos múltiplos), infraestrutura de condução e derivação de água para abastecimento urbano ou usos múltiplos (sistemas adutores, canais e eixos de integração, por meio do contrato do PNSH). Entretanto, o contrato foi rescindido com a empresa contratada em julho de 2016 com 35% de desembolso e 15% a serem pagos.

Por meio do diagnóstico da infraestrutura hídrica do País e da definição de critérios para a priorização e seleção de investimentos, assim que se concretizou a rescisão contratual, iniciou-se, ainda em 2016, a análise dos pontos atendidos e não atendidos a fim de se delimitar o escopo da nova licitação para a contratação de consultoria e finalização das atividades do PNSH.

Uma nova seleção de empresas e consórcios interessados está em andamento nos moldes do Banco Mundial e, atualmente, se encontra na fase de solicitação de propostas da Lista Curta (Short List). Espera-se que a assinatura do novo contrato e a retomada das atividades do PNSH possa ocorrer em maio de 2017.

Em relação à Meta *01LN Implementar o modelo de gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco (Pisf)*, no exercício 2016, o Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI-Pisf, composto por MI, Casa Civil, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), Codevasf e Ana), criado em agosto de 2015, finalizou propostas de modelo tarifário, de cobrança, de garantias e de cessão dos reservatórios estratégicos para os estados, conforme previu o Termo de Compromisso de 2005 que possibilitou a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos. Essas propostas foram apresentadas aos estados em junho de 2016 para que fossem debatidas, podendo haver contraproposta dos estados. Foi elaborada também uma minuta de alteração do Decreto 5.995/2006 que previsse a possibilidade de os estados criarem o encargo.

Em 2016, também foram finalizados produtos importantes do contrato da Codevasf com a Fundação Getúlio Vargas para subsidiar a elaboração do “Modelo de Gestão” do Pisf. Entre os produtos finalizados está a proposta do Plano de Gestão Anual (PGA) para o primeiro ano de operação do Projeto.

A Meta 044A *Concluir o Plano Nacional de Reabilitação de Barragens da União – Planerb*, justifica-se pela edição da Lei nº 12.334/10, que estabeleceu a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) e tornou obrigatória a elaboração do Plano de Segurança de Barragem (PSB), a ser implantado pelo empreendedor da barragem.

Destaca-se que a União, juntamente com as Vinculadas Dnocs e Codevasf, assumiu a responsabilidade sobre o patrimônio das infraestruturas hídricas de barragens do extinto DNOS, enquadrando-se como “empreendedor” das barragens com atribuição para operação e manutenção, com obrigação de recuperar seus passivos estrutural, jurídico, fundiário e ambiental. Neste sentido, a contratação dos serviços de consultoria, proposta neste plano, visa, não somente o diagnóstico desse passivo e a proposição de ações corretivas e preventivas para os problemas detectados, mas, principalmente, o estabelecimento de um arranjo jurídico, político e institucional visando à sustentabilidade dessas barragens.

Para o Planerb, foram selecionadas todas as 59 barragens do extinto Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), 44 barragens sob a responsabilidade da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e da Parnaíba (Codevasf) e 61 do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), totalizando 164 barragens da União. O objetivo da contratação é a execução dos diagnósticos estrutural, jurídico, fundiário e ambiental e a elaboração de um plano de ações estratégicas para a reabilitação das barragens da União, visando à implementação de seus Planos de Segurança, em cumprimento às determinações estabelecidas pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010. O contrato foi assinado pelo Consórcio Espanhol Fenosa e está em pleno andamento. Atualmente, estão sendo feitas as inspeções nas barragens a fim de elaborar o R1- Diagnóstico das barragens. A previsão de encerramento do contrato é dezembro de 2017.

4.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Está dentro de cada programa temático

4.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não existem passivos por insuficiência de créditos ou recursos registrados em contas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI referente ao exercício 2016.

4.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 4.3.5 Restos a Pagar Secretaria Executiva

Restos a Pagar Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de Janeiro de 2016 (a)	Pagos (b)		Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12 de 2016 (d)=(a-b-c)
2015	5.674.863	5.515.665		1.065	158.133
2014	295.016	160.139		35.120	99.756
2013	118.649	118.649		0	0
2011	0	0		0	0
2007	4.956.877	171.628		124.683	4.660.566
2006	2.457.047	17.274		-	2.439.773
2004	175.941			175.941	0
2002	287.160			287.160	0
	13.965.553	5.983.355		623.969	7.358.228
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de Janeiro de 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12 de 2016 (i)=(e-g-h)
2015	72.920.500	57.776.432	56.878.825	2.570.541	13.471.134
2014	12.446.603	1.582.128	1.529.666	9.247.550	1.669.388
2013	2.376.361	549.408	549.408	1.434.400	392.553
2012	1.549			1.549	0
2011					-
2008					-
2007					-
2006					-
2004					-
2002					-
	87.745.013	59.907.967	58.957.899	13.254.040	15.533.074

Valores em R\$ 1,00

Análise crítica.

1. Os restos a pagar **processados a pagar e não processados a liquidar** de exercícios anteriores reinscritos em 01/01/2016 somam **R\$ 101.710.566,00** (cento de um milhões, setecentos e dez mil e quinhentos e sessenta e seis reais), dos quais **R\$ 64.941.254,00** (sessenta e quatro milhões, novecentos e quarenta e um mil e duzentos e cinquenta e quatro reais) foram pagos e **R\$ 13.878.009,00** (treze milhões, oitocentos e setenta e oito mil e nove reais) cancelados. Do total pago, **R\$ 64.084.295,00** (sessenta e quatro milhões e oitenta e quatro mil e duzentos e noventa e cinco reais), ou seja, 98,68% são dos exercícios de 2015 e 2014, sendo **R\$ 62.394.490,00** (sessenta e dois milhões, trezentos e noventa e quatro mil e quatrocentos e noventa reais) relativos a compromissos assumidos pela UPC em 2015, os quais amparados pelo § 2º do art. 68 do Decreto nº 93.872, de 1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 2011, art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993 e a Orientação Normativa/AGU nº 39/2011. O impacto do pagamento dos restos a pagar de exercícios anteriores na gestão financeira da UPC em 2016 em relação às despesas empenhadas e pagas naquele exercício foi de 57,96% e em relação ao total geral de 36,69%, porém, sem comprometer as obrigações assumidas no exercício de referência.

2. A maior parte (84,75%) dos restos a pagar **processados a pagar** de exercícios anteriores é destinada ao pagamento de despesas baseada no **Contrato nº 17/2006-MI** firmado entre o Ministério da Integração Nacional e a Caixa Econômica Federal, cujos pagamentos ficam dependendo da entrega do serviço pela contratada. Em função do baixo volume de execução dos restos a pagar **processados a pagar** em nome da CAIXA no exercício de 2016, será solicitada análise do saldo, no montante de **R\$ 7.100.338,87** (sete milhões, cem mil, trezentos e trinta e oito reais e oitenta e sete centavos), com vistas a identificar o valor a ser pago e, se for o caso, cancelar o considerado desnecessário.

3. Nos termos do § 2º do art. 68 do Decreto nº 93.872, de 1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 2011, “*os restos a pagar inscritos na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3º*”, o que respalda a manutenção dos restos a pagar não processados a liquidar de 2013, 2014 e 2015, a fim de honrar compromissos assumidos pela UPC naqueles exercícios.

4. Em relação aos demais saldos de restos a pagar **processados a pagar e não processados a liquidar** reinscritos em 2016 a favor de diversos credores serão também analisados no sentido de identificar os que devem ser **mantidos** (obrigações a pagar) e os que devem ser **cancelados** por não haver mais obrigação de pagamento. Graças ao esforço e empenho da UPC em 2016, foram identificados e cancelados **R\$ 13.878.009,00** (treze milhões oitocentos e setenta e oito mil e nove reais) de restos a pagar **processados a pagar e não processados a liquidar** por não haver obrigações a pagar.

3. De acordo com o § 5º e a parte final do § 6 do art. 68 do Decreto nº 93.872, de 1986, alterado pelo Decreto nº 7.654, de 2011, transcritos abaixo, cabe à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda efetuar, na data ali prevista, o bloqueio dos saldos dos restos a pagar **não processados a liquidar**, em conta contábil específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi e posterior cancelamento no Sistema dos saldos que permanecerem bloqueados. Entretanto, passaram pelo filtro da STN saldos de restos a pagar **não processados a liquidar** de 2013 e 2014 reinscritos em 2016, nos valores de **392.553,00** (trezentos e noventa e dois mil, quinhentos e cinquenta e três reais) e **R\$ 1.669.388,00** (um milhão, seiscentos e sessenta e nove mil, trezentos e oitenta e oito reais), mas serão analisados

com vistas ao cancelamento pela UPC caso não atendam a legislação ou não haja compromisso a pagar.

“§ 5º Para fins de cumprimento do disposto no § 2º, a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda efetuará, na data prevista no referido parágrafo, o bloqueio dos saldos dos restos a pagar não processados e não liquidados, em conta contábil específica no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.”

“§ 6º, devendo a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda providenciar o posterior cancelamento no SIAFI dos saldos que permanecerem bloqueados.”

Quadro 4.3.6 Caixa Econômica Federal de Exercícios Anteriores - 530020

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2015	15.600.000,00	6.641.031,02	0,00	8.958.968,98
2014	59.119.334,86	27.378.489,30	0,00	31.740.845,56
2013	84.042.898,52	32.494.827,26	31.994.276,00	19.553.795,26
2012	59.551.945,84	10.703.872,06	27.865.880,00	20.982.193,78
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante	Cancelamento	Pagamento	Saldo a pagar 31/12/2016
2015				
2014				
2013				
2012	227.823,85	0,00	0,00	227.823,85

Valores em R\$ 1,00

4.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 4.3.7 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Departamento de Gestão Interna - DGI					
UG/GESTÃO:	530001/0001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio						

Termo de Compromisso						
Termo de Execução Descentralizada		6	12		63.618,96	7.276.833,21
Totais		6	12	0,00	63.618,96	7.276.833,21
Fonte: Tesouro Gerencial						

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Quadro 4.3.8 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	530020 - MI					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio						
Contrato de repasse	-	-	-	-	-	-
Termos de Compromisso	0	0	7	113.683.319,90	72.909.768,02	156.681.902,75
Totais	0	0	7	113.683.319,90	72.909.768,02	156.681.902,75

Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF

Quadro 4.3.9 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Unidade Concedente					
Nome: Departamento de Gestão Interna					
UG/GESTÃO: 530001/00001					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Transferências Obrigatórias	Termo de Execução Descentralizada
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	2	–	1
		Montante Repassado	900.000,00	–	1.339.792,49
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1	–	1
		Montante Repassado	558.146,34	–	34.000,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	13	–	11
		Montante Repassado	31.820.110,60	–	723.212,96
Fonte: Tesouro Gerencial					

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Quadro 4.3.10 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres.

Unidade Concedente					
Nome: 530020 - MI					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Contratos de repasse	Termo de Compromisso
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade		1	1
		Montante Repassado		1.693.620,00	8.807.724,21
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		4	0
		Montante Repassado		6.925.000,00	0,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade		7	0
		Montante Repassado		3.927.444,66	0,00
Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF					

Quadro 4.3.11 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do Relatório de Gestão

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Departamento de Gestão Interna				
UG/GESTÃO: 530001/00001				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Transferências Obrigatórias	...
Contas analisadas	Quantidade aprovada	-	-	
	Quantidade reprovada	-	-	
	Quantidade de TCE instauradas	-	-	
	Montante repassado (R\$)	-	-	
Contas NÃO analisadas	Quantidade	3	-	
	Montante repassado (R\$)	1.463.510,13	-	
Fonte: Tesouro Gerencial				

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**Quadro 4.3.12 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão**

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: 530020 - MI				
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de repasse	Termos de Compromisso
Contas analisadas	Quantidade aprovada		8	0
	Quantidade reprovada		0	0
	Quantidade de TCE instauradas		0	0
	Montante repassado (R\$)		13.580.000,00	0,00
Contas NÃO analisadas	Quantidade		5	0
	Montante repassado (R\$)		1.455.184,15	0,00
Fonte: Sistemas Corporativos SIAPF e SIIGF				

Quadro 4.3.13 Perfil dos atrasos na análise das contas prestas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Departamento de Gestão Interna - DGI					
UG/GESTÃO: 530001/00001					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	-	-	1	1	4
Transferências Obrigatórias	-	-	-	-	-
Termo de Execução Descentralizada	-	-	-	1	-

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Quadro 4.3.14 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
Instrumentos da transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios					
Contratos de repasse	0	0	0	0	0
Termos de Compromisso					

Análise crítica: (SECRETARIA EXECUTIVA)

Como medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente podemos citar: maior rigorosidade nas análises de acompanhamento da execução financeira, onde só ocorre manifesto favorável após a devida comprovação, evitando inadimplências futuras pela omissão; notificação após o registro de inadimplência do Conveniente, a qual tem como objetivo comunicar ao Gestor a restrição e conceder prazo adicional para regularização; e instauração de tomada de contas especial de forma tempestiva, onde, na maioria dos casos, ocorrerá a suspensão da restrição por conta de o Parceiro Público contar com outro gestor que não o faltoso;

A questão deverá ser abordada e respondida pelas Unidades Gestoras das Secretarias Finalísticas, as quais são responsáveis pelas transferências dos recursos e controle sobre os programas do governo federal;

Devido a grande oscilação no quadro de servidores a disposição para análise das contas,

tanto do ponto de vista técnico quanto financeiro, o prazo para análise conclusiva das contas pendentes tem extrapolado os limites estabelecidos na norma, entretanto, tem se buscado, cada vez mais, a melhoria qualitativa das análises, bem como a priorização de convênios;

Quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto, a análise fica comprometida com a situação encontrada na maioria dos Órgãos Públicos, onde a disponibilidade de recursos humanos é insuficiente e crítica para a enorme quantidade de demandas. Com relação aos recursos materiais, a situação é razoável. Portanto, pode-se concluir que diante das constatações anteriores, a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados são satisfatórias se levarmos em conta as dificuldades mencionadas.

Quanto a este tópico, já que a fiscalização *in loco* fica a cargo das Áreas Técnicas deste Ministério (Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC, Secretaria de Infraestrutura Hídrica – SIH, Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR), este Setor não possui competência técnica para definir as estruturas de controle dos planos de trabalho contratados.

Esta Coordenação-Geral de Prestações de Contas de Convênios restringe o seu escopo de atuação na verificação da análise financeira da Prestação de Contas, portanto não possui informações relativas à efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas.

4.3.6. Informações sobre a realização das receitas

Com relação as informações solicitadas na parte "Informações sobre a realização das receitas", informamos que a Unidade Orçamentária 53101 (DIRETA), tem seu orçamento custeado pelo Tesouro Nacional não contando com arrecadação de receitas próprias, que são aquelas que se originam de seu esforço, seja pelo fornecimento de bens, prestação de serviços, exploração econômica do patrimônio, etc.

4.3.7. Informações sobre a Execução das despesas

Quadro 4.3.15 Despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Executada				Despesa Paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+c+d)	76.191.753,14	48,82	84.240.866,40	47,16	32.974.752,95	31,18	25.486.271,75	25,12
a) Convite	0,00	0,00	77.763,19	0,04	0,00	0,00	53.481,37	0,05
c) Concorrência	23.807.075,00	15,25	26.056.193,61	14,59	9.562.502,77	9,04	5.644.367,24	5,56
d) Pregão	52.384.678,14	33,57	58.106.909,60	32,53	23.412.250,18	22,14	19.788.423,14	19,50
2. Contratações Diretas (h+i)	8.357.050,49	5,35	23.890.785,55	13,37	4.426.120,34	4,19	6.736.213,65	6,64
h) Dispensa	4.119.175,33	2,64	21.247.767,90	11,89	2.081.297,48	1,97	5.357.064,17	5,28
i) Inexigibilidade	4.237.875,16	2,72	2.643.017,65	1,48	2.344.822,86	2,22	1.379.149,48	1,36
3. Regime de Execução Especial	455,00	0,00	7.356,10	0,00	455,00	0,00	7.356,10	0,01
j) Suplemento de Fundos	455,00	0,00	7.356,10	0,00	455,00	0,00	7.356,10	0,01
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	71.515.841,07	45,82	70.501.363,60	39,47	68.344.913,94	64,63	69.240.190,08	68,24
k) Pagamento em folha	69.714.762,08	44,67	68.716.190,18	38,47	66.543.943,75	62,93	67.456.864,66	66,48
l) Diárias	1.801.078,99	1,15	1.785.173,42	1,00	1.800.970,19	1,70	1.783.325,42	1,76
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	156.065.099,70	100	178.640.371,65	100	105.746.242,23	100	101.470.031,58	100

Análise crítica:

No exercício de 2016 houve uma redução de 14,5% (quatorze virgula cinco por cento) em relação a execução de despesas de 2015. Essa queda se deve ao contingenciamento imposto ao longo do ano, bem como a intempestividade na liberação de recursos.

Detalhando a execução acima houve uma redução de 10,6% (dez virgula seis por cento) na execução orçamentária resultante das modalidades de licitação Convites, Concorrências e Pregões. Foram realizadas 19 (dezenove) contratações por Pregão e 2 (duas) Concorrências. Destaque-se que a maioria dos pregões eletrônicos tem objetos relacionados a manutenção de serviços do Órgão, como terceirizações, emissão de passagens aéreas, telefonia e aquisições de TI.

No tocante as despesas relacionadas a contratações diretas (Dispensas e Inexigibilidades), houve redução considerável de 65% (sessenta e cinco por cento) na execução financeira em relação ao exercício de 2015. Destaque para contratações de Empresas públicas (EBC, SERPRO e Correios) e capacitação de pessoal com aproximadamente 60 cursos.

Vale ressaltar ainda que foram abertos 33 (trinta e três) processos de Penalidades administrativas contra empresas participantes dos certames do MI em virtude de faltas cometidas.

Quadro 4.3.16 Despesas por grupo e elemento de despesa

Unidade Orçamentária: Ministério da Integração Nacional							Código UO: 53101		UGE: 530001	
DESPESAS CORRENTES										
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadas		RP não Processados		Valores Pagos			
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015		
APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	2.680.978,22	2.324.182,17	2.680.978,22	2.324.182,17			2.680.978,22	2.324.182,17		
PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	895.586,08	762.815,88	895.586,08	762.815,88			895.586,08	762.815,88		
CONTRIBUICAO A ENTIDADE FECHADA PREVIDENCIA	25.565,98	31.650,19	25.565,98	31.650,19			25.565,98	31.650,19		
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	49.220.046,78	48.838.891,52	49.220.046,78	48.838.891,52			49.219.800,39	48.838.891,52		
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PES. MILITAR	39.386,88	23.270,85	39.386,88	23.270,85			39.386,88	23.270,85		
OBRIGACOES PATRONAIS	8.499.988,78	8.379.955,62	8.499.988,78	8.379.955,62			8.493.892,23	8.374.703,72		
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	741.265,85	659.161,79	741.265,85	659.161,79			741.265,85	659.161,79		
SENTENCAS JUDICIAIS	50.487,10	50.055,27	50.487,10	50.055,27			50.487,10	50.055,27		
RESSARCIMENTO DESPESAS	7.147.974,37	7.548.672,69	4.033.256,26	6.764.933,61	3.114.718,11	607.134,97	4.033.256,26	6.294.599,07		

PESSOAL REQUISITADO								
3. Outras Despesas Correntes								
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	319.776,64	103.466,17	309.997,01	103.466,17	9.779,63		309.997,01	103.466,17
DIARIAS - PESSOAL CIVIL	1.698.064,99	1.785.173,42	1.698.064,99	1.783.325,42		1.848,00	1.697.956,19	1.783.325,42
DIARIAS - PESSOAL MILITAR	103.014,00		103.014,00				103.014,00	
MATERIAL DE CONSUMO	677.582,43	684.298,24	289.615,60	263.006,61	387.966,83	421.291,63	289.615,60	263.006,61
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	4.711.160,74	5.378.899,95	2.545.858,96	2.144.428,77	2.165.301,78	3.234.471,18	2.480.492,99	2.054.059,49
SERVICOS DE CONSULTORIA	10.901.811,00	12.562.500,00	3.687.295,34	6.304.342,83	7.214.515,66	6.258.157,17	3.687.295,34	5.323.563,87
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FISICA	349.958,24	343.659,90	299.403,34	343.659,90	50.554,90		299.403,34	343.340,70
LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	15.329.956,36	23.284.459,79	9.508.886,25	8.531.820,97	5.821.070,11	14.752.638,82	9.295.794,38	7.505.850,20
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORB.	42.698.825,16	56.841.002,71	14.566.197,55	13.379.959,40	28.132.627,61	43.461.043,31	13.765.683,12	10.395.440,22
CONTRIBUICOES		6.980,00		6.980,00				6.980,00
AUXILIO-ALIMENTACAO	3.162.966,80	2.604.967,52	3.160.633,63	2.604.967,52	2.333,17		3.160.633,63	2.604.967,52
OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	47.846,03	41.867,83	44.272,71	41.577,31	3.573,32	290,52	44.272,71	41.577,31
AUXILIO-TRANSPORTE	490.390,64	403.862,80	490.390,64	403.862,80			490.390,64	403.862,80
DESPESAS DE EXERCICIOS	501.650,89	498.870,12	443.496,09	498.870,12	58.154,80		443.496,09	498.870,12

ANTERIORES								
INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.667.044,73	1.013.939,50	1.010.116,80	1.010.116,80	2.292,68	3.822,70	1.664.752,05	1.010.116,80
DESPESAS DE CAPITAL								
4. Investimentos								
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	14.329.090,82	8.765.408,07	8.069.746,74	5.074.804,57	6.259.344,08	3.690.603,50	8.069.746,74	4.991.985,24
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	56.033,97	1.973.200,50	56.033,97	1.660.606,31		312.594,19	56.033,97	1.626.106,31
	166.346.453,48	179.911.212,50	112.469.585,55	111.990.712,40	53.222.232,68	67.920.500,10	112.038.796,79	106.315.849,24

Previamente à análise crítica, é importante registrar os normativos que impactaram a elevação da despesa de pessoal, de encargos sociais, e de benefícios, no exercício de 2016, a seguir listados:

I - Lei nº 13.324, de 29/07/2016, que alterou o valor do vencimento básico dos cargos efetivos a contar de 01/08/2016 em 5,97% (cinco inteiros e noventa e sete décimos) por cento;

II - Lei nº 13.328, de 29/07/2016, que alterou a contar de 01/08/2016: o valor da GSISTE em 5,49% (cinco inteiros e quarenta e nove décimos) por cento; o Valor Máximo da Soma da GSISTE com a Remuneração do Servidor em 14,92% (quatorze inteiros e noventa e dois décimos) por cento, e a Retribuição dos Cargos em Comissão em 5,50% (cinco inteiros e cinquenta décimos) por cento;

III - Portaria nº 8, de 13/01/2016, do então Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU do dia 14/01/2016, que alterou os valores relativos a participação da União no custeio da assistência à saúde complementar dos servidor e demais beneficiários, a contar de 01/01/2016, no percentual de 22,61% (vinte e dois inteiros, sessenta e um décimos) por cento;

IV - Portaria nº 10, de 13/01/2016, do então Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU do dia 14/01/2016, que alterou o Valor-Teto para a Assistência Pré-Escolar a ser paga aos servidores, alterando o valor individual mensal de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais), para o valor de R\$ 321,00 (trezentos e vinte e um reais), a contar de 01/01/2016; e

V - Portaria nº 11, de 13/01/2016, do então Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU do dia 14/01/2016, que alterou o Valor mensal do auxílio-alimentação de R\$ 373,00 (trezentos e setenta e três reais), para o valor de R\$ 458,00 (quatrocentos e cinquenta e oito reais), a contar de 01/01/2016.

B) - Elevação da despesa em decorrência da rotatividade de servidores ocupantes de cargos em comissão:

I - No exercício de 2016 ocorreram a exoneração de 134 (cento e trinta e quatro) ocupantes de cargos em comissão, incluindo entre eles: servidores ocupantes de cargos efetivos; servidores em exercício descentralizado; sem vínculo efetivo com a administração pública; e de servidores cedidos ao MI para fins de exercício de cargo em comissão.

II - Nos meses de dezembro de 2015 e dezembro de 2016, a força de trabalho do MI, constituída efetivamente de servidores, e a sua variação física, entre os dois meses ora citados, é a demonstrada no quadro abaixo.

Quadro 4.3.17 Variação Física da Força de trabalho do MI

Tipo de vínculo com o MI	dez/15	dez/16	variação
Ativo Permanente (sem os cedidos)	360	340	-20
Cedido ao MI	63	58	-5
Cargo em comissão sem vínculo efetivo	126	144	18
Ativo Permanente cedido para outros órgãos, incluindo os anistiados	95	103	8
Exercente de Carreira Descentralizada	146	139	-7
Total	790	784	-6

III - Com vigência a contar de 01/03/2016 e de 01/09/2016, paga-se aos servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal Permanente do MI, as progressões funcionais, que contemplam 100% de todos os servidores, uma progressão funcional, em média, eleva a remuneração vinculada ao cargo efetivo no percentual de 2,24% (dois inteiros, vinte e quatro décimos) por cento.

IV - Com vigência a contar de 01/04/2016, pagou-se aos servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do MI, a atualização da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do poder Executivo (GDPGPE), ou Gratificação de Desempenho de Atividade de Cargos Específicos (GDACE), de acordo com a avaliação obtida pelo desempenho funcional nos 12 (doze) meses anteriores.

Passamos agora à análise crítica sobre o por quê da variação das despesas por grupo.

A - Despesas de Pessoal

I - Aposentadoria: Nesse grupo está agregado os dispêndios com o pagamento de proventos e outras vantagens devidas aos servidores inativos/aposentados. No decorrer do exercício de 2015 ocorreram 8(oito) aposentadorias e no exercício de 2016, apenas uma. Embora o reajuste remuneratório concedido aos servidores aposentados tenha sido o mesmo que foi concedido aos servidores em atividades, no percentual de 5,97%, a contar de 1º de agosto de 2016, o quadro do item 3 demonstra que a despesa desse grupo no exercício de 2016 em relação ao exercício de 2015, teve uma variação para mais no percentual de 15,35%, a justificativa para essa variação é porque as 8 aposentadorias que foram concedidas no exercício de 2015, ocorreram entre janeiro e outubro daquele ano.

II - Despesas de Pessoal - Pensões do RPPS: Nesse grupo encontra-se a despesa com o pagamento de pensão aos dependentes de ex-servidores, o valor da pensão também foi reajustado em 5,97%, a contar de 1º de agosto de 2016, nesse grupo de despesa, tem alguns aposentados cujos proventos são reajustados pelo índice que corrige os Benefícios pagos pela Regime Geral da Previdência Social (RGPS), a existência desse critério de reajuste de pensão provoca uma elevação dessa despesa em patamares bem superiores ao do concedido no reajuste de 5,97%, haja vista que a sua vigência foi 01/01/2016, o que gera também distorções nos critérios de reajuste dos valores das pensões.

III - Contribuição a Entidade Fechada Previdência: Essa despesa diz respeito à contribuição a cargo da União para o Fundo de Pensão Complementar dos servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal Permanente do MI, cuja administração é de responsabilidade da FUNPRESP-Exec, a União contribuiu para o referido fundo no mesmo percentual de responsabilidade do servidor, cuja base de cálculo é o vencimento básico do cargo efetivo, nota-se que essa despesa do exercício de 2015 para 2016, reduziu-se em 19,23% (dezenove inteiros e vinte e três décimos) por cento, mesmo tendo ocorrido o reajuste no percentual de 5,97%,

a contar de agosto/2016, incidente sobre o valor do vencimento básico do cargo efetivo, justificativa-se como motivo da redução da despesa, a saída dos 20 servidores que deixaram o MI por exoneração ou por vacância por posse em outro cargo não acumulável.

IV - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil: Nesse grupo encontra-se as despesas com vencimentos, salários, retribuição de cargos em comissão, gratificações vinculadas aos cargos efetivos, férias e 1/3 de férias indenizadas. No exercício de 2016 ocorreram 134 exonerações de cargos de cargos em comissão e 20 servidores ocupantes de cargos efetivos deixaram o MI por motivo de exoneração ou de vacância, o que provocou uma despesa extra com o pagamento de indenização de férias e de 1/3 de férias na ordem de R\$ 585.360,64 (quinhentos e oitenta e cinco mil, trezentos e sessenta mil reais e sessenta e quatro centavos). A despesa vinculada a esse grupo teve os seus valores reajustados em 5,97%, a contar de 1º de agosto de 2016. A ocorrência das indenizações de férias e de 1/3 de férias e mais o reajuste remuneratório de 5,97%, elevou a despesa desse grupo do exercício de 2015 para o exercício de 2016 em R\$ 381.155,26 (trezentos e oitenta e um mil, cento e cinquenta e cinco reais e vinte e seis centavos), que corresponde percentualmente a 0,78% (o, setenta e oito décimos) por cento.

V - Vencimentos e Vantagens Fixas Pes. Militar: Essa despesa diz respeito ao pagamento da retribuição de cargo em comissão aos servidores Bombeiros Militares do Corpo de Bombeiros Militar do Governo do Distrito, cedidos ao Ministério da Integração Nacional, sem ônus para o órgão cessionário, para terem exercício na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil. Do exercício de 2015 para o exercício de 2016, a despesa com essa situação de servidor elevou-se em R\$ 16.116, 01 (dezesseis mil, cento e dezesseis reais e um centavos), tendo como causa o reajuste remuneratório no percentual de 5,97%, a contar de 1º de agosto de 2016, e também a ocupação de cargos em comissão no exercício de 2016 por Bombeiros Militares que já estavam em exercício na SEDEC naquele exercício. Ressalta-se que a força de trabalho composta por esse tipo de servidor é de grande importância para a Secretaria Nacional de Defesa e Proteção Civil, primeiramente porque trata-se de servidores capacitados, cuja formação profissional encontra-se alinhada à missão finalística da referida Secretaria.

VI - Obrigações Patronais: Enquadra-se nesse grupo as despesas com o recolhimento do INSS e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. A base para cálculo do INSS é a retribuição do cargo em comissão paga aos servidores ocupantes de cargos em comissão sem vínculo efetivo com a administração pública, e aos servidores cedidos ao MI para o exercício de cargo em comissão originários de empresas públicas, tem-se ainda como base cálculo para o INSS e o FGTS, o salário pago aos empregados que retornaram à

atividade na Tabela de Pessoal do MI, por anistia, sob o regime de trabalho da CLT. A variação dessa despesa está diretamente relacionada à ocupação dos cargos em comissão, quando ocorre a destinação da ocupação de cargos em comissão às pessoas que não têm vínculos com a administração pública a tendência da despesa é aumentar, fato contrário ocorre quando a nomeação recai sobre servidor ocupante de cargo público efetivo, cuja despesa diminui ou fica estagnada, haja vista que não ocorre a incidência da obrigação patronal sobre o valor pago ao servidor efetivo pela ocupação de um cargo em comissão.

VII - Despesas Variáveis: A variação dessa despesa está relacionada ao afastamento do titular do exercício do cargo em comissão, que pode ser afastamentos legais (férias, licença médica e outros), ou mesmo uma exoneração, a previsão de pagamento de substituição é amparada pelo art. 38 da Lei n 8.112, de 1990, quanto maior a rotatividade do ocupante de cargo em comissão, maior será o aumento desse tipo de despesa. No exercício de 2016, em função da mudança da direção superior do MI, fato que motivou a exoneração de vários ocupantes de cargos em comissão, e como a nomeação do novo titular, várias foram as vezes que não ocorreu simultaneamente ao da exoneração do ocupante anterior, o substituto teve que assumir o exercício do cargo que estava vago, sendo essa a principal causa da elevação da despesa do exercício de 2015 para o exercício de 2016 no valor de R\$ 82.104,06 (oitenta e dois mil, cento e quatro reais e seis centavos).

VIII - Ressarcimento Despesas Pessoal Requisitado: A despesa de que trata esse grupo diz respeito aos empregados cedidos ao MI, sem ônus para o órgão de origem, para o exercício de cargo em comissão ou não, originários de empresas públicas ou de economia mista, não dependentes do Orçamento Geral da União. Quando a administração superior, opta por trazer empregados enquadrados nessa situação para o órgão, a tendência dessa despesa é elevar-se consideravelmente. Até meados do exercício de 2016, existia um quantitativo considerável de empregados da CEF cedidos ao MI, com ressarcimentos individualizados elevados, com a mudança da direção do MI em meados do exercício de 2016, vários deles retornaram à CEF, sendo essa a principal causa da redução dessa despesa do exercício de 2015 para o exercício de 2016.

B - Outras Despesas Correntes:

I - Outros Benefícios Assit. do Servidor e do Militar: O Auxílio Pré-Escolar é prestado, em caráter supletivo às obrigações da família, e objetiva subsidiar a despesa custeado pelos pais com filhos até 6 (seis) anos de idade, matriculados ou não em instituições materno-infantis, berçários, creches, jardins de infância ou estabelecimentos pré-escolares. Estudos e pesquisas comprovam que as crianças matriculadas em instituições do tipo às citadas, tiveram o desenvolvimento da sua personalidade e à sua integração ao ambiente social ampliado, e que as referidas instituições criaram condições de crescimento saudáveis, com assistência afetiva de acordo com características individuais de cada criança, e ambiente favorável ao desenvolvimento da liberdade de expressão e da capacidade de pensar com independência, preparando-as para o ensino fundamental. Até o mês de dezembro de 2015, o valor per capita do benefício era mensalmente de R\$ 95,00 (noventa e cinco reais), a partir de janeiro de 2016, na forma da Portaria nº 10, de 13/01/2016, do então Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU do dia 14/01/2016, o valor desse benefício passou a ser de R\$ 321,00 (trezentos e vinte e um reais), sendo essa a causa da elevação da despesa do exercício de 2015 para o exercício de 2016, em 199,61% (cento e noventa e nove, sessenta e um décimos) por cento.

II - Auxílio Alimentação: A concessão desse benefício a todos os servidores que ocupam cargos efetivos ou em comissão, independente do valor remuneratório recebido ou do cargo ocupado, da classe ou do padrão do cargo ocupado, atua como elemento nivelador de rendimentos, e nesse sentido contribuiu para que o servidor subsidie a aquisição de sua alimentação diária com valores calóricos indispensáveis à saúde, possibilitando-lhe inclusive adquirir e consumir sua alimentação em estabelecimentos comerciais legalmente constituídos, ou seja, que se sujeitam à fiscalização e ao controle do estado, representando para o servidor qualidade e garantias mínimas de saúde, e para a administração pública uma maior quantidade de dias durante o ano em que o servidor estará a sua disposição. O valor desse benefícios, em cumprimento ao contido na Portaria nº 11, de 13/01/2016, do então Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU do dia 14/01/2016, teve o seu valor alterado de R\$ 373,00 (trezentos e setenta e três reais), valor vigente no mês de dezembro de 2015, para o valor de R\$ 458,00 (quatrocentos e cinquenta e oito reais), a contar de 01/01/2016, essa é a principal causa da elevação dessa despesa do exercício de 2015 para o exercício de 2016.

III - Auxílio Transporte: A concessão do auxílio-transporte é indispensável àqueles que recebem remunerações mais baixas, sem o recebimento desse benefício alguns servidores ficariam impossibilitados de se deslocarem durante o mês no percurso residência/trabalho/residência, a sua concessão reduz, sensivelmente, os índices de faltas não justificadas. O valor do benefício concedido aos servidores não é fixado pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da União, a exemplo dos demais benefícios, mas sim, pelos órgãos que cuidam dos sistemas de transportes públicos estaduais e do DF. O valor do benefício varia em função do valor da tarifa cobrada nos transportes coletivos urbanos e semi-urbanos que não são uniformes e cujas tarifas oscilam em função do percurso percorrido.

IV - Despesas de Exercícios Anteriores:

- Nesse grupo, a despesa com pessoal no exercício de 2015, foi de R\$ 44.777,69 (quarenta e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais e sessenta e nove centavos), e no exercício de 2016, no valor de R\$ 285.606,20 (duzentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e seis reais e vinte centavos), os pagamento enquadrados nessa situação obedecem ao regramento disposto na Portaria Conjunta nº 2, publicada no Diário Oficial da União – DOU de 03.12.2012, de autoria das Secretarias de Gestão Pública e de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que nos seus art. 2º e 4º dispõem:

“Art. 2º Consideram-se, para fins de pagamento de despesas de exercícios anteriores, objeto desta Portaria Conjunta, as vantagens pecuniárias reconhecidas administrativamente, de ofício ou a pedido do servidor, não pagas no exercício de competência, observada a prescrição quinquenal de que trata o Decreto nº 20.910, de 6 de janeiro de 1932.

Art.4º Os pagamentos de despesas de exercícios anteriores serão precedidos de processos administrativos, instruídos com os seguintes documentos:

- a) requerimento do interessado, no caso de concessões de vantagens pecuniárias a pedido, ou o ato administrativo que originou a concessão, observado o disposto no art.110 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no que tange ao direito de requerer.
- b) cópia dos documentos comprobatórios que ampararam a concessão da vantagem;
- c) planilha de cálculo individualizada;
- d) fichas financeiras relativas ao período devido;
- e) reconhecimento de dívida pelo dirigente de recursos humanos.”

- O processo após instruído, tem os seus dados registrados no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE. Esclarecendo que o mês do pagamento do crédito do servidor inscrito em exercícios anteriores, é de competência do Gestor do SIAPE, nesse caso, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Quanto a variação da despesa do exercício de 2015 para o exercício de 2016, essa variação independente de qualquer controle desta CGGP, haja vista que a ocorrência do pagamento dependente da existência de créditos de servidor inscritos em exercícios anteriores, e que exista disponibilidade orçamentária para que o MP possa decidir sobre a autorização da efetivação do pagamento.

V - Indenizações e Restituições: Nesse grupo existem a despesa relativa a participação da União no custeio da assistência à saúde suplementar do servidor e demais beneficiários, de que trata a Portaria Normativa SRH/MP nº 5/2010, e o ressarcimento do auxílio

moradia em favor dos servidores ocupantes de cargos em comissões de nível igual ou superior ao DAS-101.4, previsto nos art. 60-A, 60-B e 60-D da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

- Despesa relativa a participação da União no custeio da assistência à saúde suplementar do servidor e demais beneficiários: A oferta de um plano de saúde para os servidores e seus dependentes, reduz o tempo de ausência dos servidores nos seus locais de trabalho, e ocasiona uma menor perda de produtividade, haja vista que a existência do referido benefício amplia as opções de atendimento médico, permitindo a recuperação da saúde do servidor e de seus dependentes de forma mais rápida e efetiva. Esse benefício é um item essencial na melhoria da qualidade de vida dos servidores e dos seus dependentes, principalmente após a uniformização dos valores de participação da União no custeio da assistência à saúde do servidor e demais beneficiários. No exercício de 2016 os valores de participação da União com esse benefício foram definidos pela Portaria nº 8, de 13/01/2016, do então Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no DOU do dia 14/01/2016, que elevou o valor do benefício a contar de 01/01/2016, no percentual de 22,61% (vinte e dois inteiros, sessenta e um décimos), essa atualização de valor possibilitou um razoável equilíbrio entre a despesa a cargo do servidor e o valor custeado pela União com a manutenção do benefício.

- Despesa do ressarcimento do auxílio moradia em favor dos servidores ocupantes de cargos em comissões de nível igual ou superior ao DAS-101.4, previsto nos art. 60-A, 60-B e 60-D da Lei nº 8.112, de 11/12/1990: A concessão desse ressarcimento é condicionado que o ocupante do cargo em comissão tenha se deslocado de uma outra unidade da federação para Brasília/DF em razão da nomeação do cargo em comissão, e desde que não exista imóvel funcional da União para ser disponibilizado para o interessado. Na forma do art. 60-D, o valor do ressarcimento mensal está limitado a 25% do valor do cargo em comissão, mesmo que o valor dispendido com o pagamento do aluguel seja superior ao citado limite. A variação dessa despesa em função disso está diretamente relacionada à elevação da remuneração do cargo em comissão, e ao não às oscilações do mercado imobiliário.

Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo B e Cartões de Pagamento do Governo Federal

Quadro 4.3.18 Concessão de Suprimento de Fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	530001	MI			2	6.000,00	3.000,00
2015	530001	MI			3	9.900,00	4.000,00
Fonte: Divisão de Administração de Edifícios – DAE/CSG/CGSL/DGI/SE							

Quadro 4.3.19 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos no Exercício de Referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
530001	MI	33.90.30	96	95,00
		33.90.39	59	180,00
			63	180,00

Fonte: Divisão de Administração de Edifícios – DAE/CSG/CGSL/DGI/SE

Quadro 4.3.20 Utilização de Suprimento de Fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	530001	MI			0,00	0,00	455,00	455,00
2015	530001	MI			0,00	0,00	4.324,10	4.324,10
Fonte: Divisão de Administração de Edifícios – DAE/CSG/CGSL/DGI/SE								

Cabe salientar que a execução em regime especial no tocante a suprimentos de fundos foi reduzida em 93% (noventa e três por cento).

4.4. Desempenho operacional

A Secex contou, no ano de 2016, para geração de resultados não decorrentes da execução orçamentária, com o apoio Unidade de Gerenciamento de Projetos de Cooperação Internacional (UGP), da Unidade de Gerenciamento do PAC, dos Departamentos de Gestão Estratégica (DGE) e de Gestão Interna (DGI) e das Representações do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, que supervisionaram e atuaram em conjunto com as Coordenações-Gerais e demais áreas do MI, na condução de suas ações, com vistas a atender aos Objetivos Estratégicos “Promover valorização e qualificação permanente dos servidores” e “Assegurar participação, transparência e melhoria contínua dos meios e processos de gestão”.

No âmbito da Secex/MI, em 2016, por meio da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Cooperação Internacional (UGP), sob a responsabilidade do Diretor de Projetos, foram coordenadas ações referentes ao Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial nº 8074-BR - Projeto de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas) e ao Projeto de Cooperação Técnica Internacional (PCT) celebrado junto ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, denominado Consolidação das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional -BRA/IICA/09/003.

No âmbito do Projeto Interáguas, houve a contratação e a continuidade de consultorias técnicas (pessoa jurídica) para elaboração do Plano de Ações Estratégicas para Reabilitação de Barragens da União (Planerb), visando atender à Lei de Segurança de Barragem (Lei nº 12334/2010); realização do estudo “Elaboração de Proposta de Programa de Capacitação no Tema Água no Meio Rural” e prestação de serviços de tradução/versão técnica, com revisão, nos idiomas inglês e espanhol, para atendimento ao Projeto. Além disso, houve a execução dos contratos nº 215055, concernente à prestação de serviços técnicos especializados visando à atualização dos Manuais Técnicos para atender ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec), e nº 215034, referente à elaboração do “Plano Diretor de Agricultura Irrigada para o Distrito Federal”.

Ainda no que concerne às contratações de pessoa jurídica, foram contratadas empresas para elaboração dos Planos de Desenvolvimento Regional do estado de Sergipe e Alagoas; elaboração de diagnóstico da cadeia produtiva da ovinocultura e caprinocultura, realização de oficinas e construção do Plano Nacional de Desenvolvimento da Rota do Cordeiro e realização de oficinas para subsidiar a Rota do Mel. Além disso, houve a continuidade do contrato que tem por objetivo a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável (PDRS) São Francisco.

Quanto ao PCT - BRA/IICA/09/003, foram efetuadas nove contratações de consultores (pessoa física), para atender aos seguintes objetivos imediatos e produtos: Objetivo imediato 1 - ampliar o conhecimento técnico-científico necessário à consolidação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial e de seus planos, programas e projetos do Ministério da Integração Nacional - produto 1.1 - Estudos sobre impacto territorial dos desafios contemporâneos, como energia, mudança climática, produção de alimento, elaborados - produto 1.8 - Proposta de estratégia institucional das políticas nacionais de desenvolvimento regional que integre as diferentes esferas da ação pública e oriente investimentos regionais desconcentradores, elaborada e validada - produto 1.10 - Política Nacional de Desenvolvimento Regional, reformulada, discutida e promovida em processo constante de atualização; Objetivo imediato 2 – aperfeiçoar meios e estratégias gerenciais próprias de uma gestão eficiente de políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento regional e ordenamento territorial - produto 2.5 -

Material técnico decorrente de produtos deste Projeto de Cooperação Técnica, produzido e difundido - produto 2.8 - Estudos de impactos, viabilidades econômicas e carteira de projetos em regiões da PNDR prioritárias na área de desenvolvimento regional, elaborados; Objetivo imediato 3 - estimular a constituição e o fortalecimento de redes de relacionamento entre atores e beneficiários das políticas nacionais de desenvolvimento regional, seus planos, programas e projetos – produto 3.3 - Material informativo e de divulgação decorrentes dos produtos deste Projeto de Cooperação Técnica, produzido e difundido,

No contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com o auxílio da Unidade de Gerenciamento do PAC, a Secex monitorou os empreendimentos do Programa, acompanhou a execução orçamentária e financeira desses empreendimentos e prestou informações sobre o seu andamento. Contribuiu, também, para a identificação de restrições à execução e propôs soluções a esses entraves, atuando na avaliação dos cadastros de empreendimentos e na aprovação de autorizações de empenho por meio do Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SisPAC-MPDG).

Atuou, também, juntamente com as Secretarias do MI e vinculadas, nos remanejamentos orçamentários e em alterações de limite de valor aprovado no PAC dos empreendimentos da carteira do MI. Adicionalmente, o setor consolidou as informações dos Balanços do PAC, que foram encaminhadas ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, à Casa Civil e à Assessoria de Comunicação do MI.

A Unidade atuou na gestão da carteira de empreendimentos sob a responsabilidade do MI e de suas vinculadas, que, no ano de 2016, somou 307 empreendimentos no valor de R\$ 37,3 bilhões, assessorando os dirigentes na coleta de informações e na produção de análises e subsidiando tomadas de decisão referentes à gestão da carteira PAC/MI.

No âmbito do Departamento de Gestão Estratégica, por intermédio da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI/DGE), a quem compete a gestão dos programas, projetos, ações e processos relativos aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), a Secex deu andamento, em 2016, aos seguintes projetos:

- Plano de Dados Abertos e Portal de Serviços do MI, acompanhando sua evolução por meio do Proc. SEI nº59240.000071/2016-06 e instituição de Grupo de Trabalho pela Portaria nº 88, de 05/10/2016 e atualizada pela Portaria nº 102, de 09/12/2016, ambas publicadas em Boletim Interno do MI;
- Plano de Trabalho SISP, assinado acordo em 8 de janeiro de 2016 para Alocação de Analistas em Tecnologia da Informação-ATI com metas distribuídas entre Projetos Estratégicos, Estratégia de Governança Digital e Processos Estruturantes;
- Revisão do PDTI 2016-2019 foi analisado, ainda em 2016, e enviado ao Comitê Diretivo de Governança Digital do MI por meio do Proc. SEI nº 59240.000008/2017-42 para aprovação;
- Elaboração de 10 Normas Operacionais de Gestão, sendo que três foram enviadas à área de Planejamento e Melhoria da Gestão para análise e posterior publicação e sete continuam em análise na área de Tecnologia da Informação;

- Aquisição de Plotters, Proc. SEI nº 59242.000033/2017-14, para fins de execução de serviços de impressão de grandes formatos com capacidade para digitalizar plantas e outros documentos com tamanho superior ao formato A4 (210mm x 297 mm);
- VMWARE, Proc. SEI nº 59242.6000015/2015-11, solução de virtualização do MI para atendimento dos ambientes de produção do MI;
- STORAGE, Proc. SEI nº 59242.000252/2016-12, expansão e modernização da solução de armazenamento de dados;
- Licenças RedHat, Proc. SEI nº 59242.000203/2016-71, solução para redimensionamento e otimização da infraestrutura tecnológica dos serviços de rede e sistemas voltados às aplicações web, baseada em software livre, composta por distribuição Linux Enterprise e servidor de aplicação JAVA Enterprise.; e
- Avaliação do Modelo de Quantitativo de Pessoal do SISP – MQPSISP, em análise na CGTI.

Salienta-se que há 34 contratos vigentes com pagamento continuado e 16 contratos ainda em garantia.

Permanece em monitoramento como serviço continuado, a melhoria da infraestrutura física e lógica do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (Cenad), para garantir a integração das ações da Defesa Civil.

O frequente monitoramento do parque tecnológico do MI proporcionou o aumento da capacidade, mediante a análise da quantidade de servidores físicos e virtuais em relação à capacidade de processamento, memória, armazenamento e links entre as unidades e os órgãos vinculados.

Todas as ações implementadas e em andamento proporcionaram o crescimento de sistemas corporativos para atender à gestão de forma integrada e com maior transparência, rapidez e confiabilidade para as informações corporativas com resultado positivo demonstrado na pesquisa bianual do IgovTI do TCU.

Ressalta-se que o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2016/2019 está em fase de aprovação pelo Comitê Diretivo de Governança Digital do MI.

Cabe destacar o avanço da área de TI, tendo em vista a média alcançada no ano de 2014, no qual pode-se detectar a melhora, pela classificação como intermediário, e a proximidade ao índice aprimorado. Está em andamento a pesquisa bianual do IgovTI 2016 do Tribunal de Contas da União (TCU) em que serão avaliados os processos de gestão de TI do MI.

Com o apoio da Coordenação de Planejamento (CPlan), a Secex orientou e organizou as informações que constituíram o relatório da Mensagem Presidencial e o Relatório de Gestão. Coordenou a fase qualitativa de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária 2016, quanto se estabelece a classificação por esfera, a classificação institucional, a classificação funcional, a estrutura programática e as informações cadastrais dos programas e das ações. Promoveu a inserção e a revisão do cadastro de ações e programas da Lei Orçamentária para o início do novo ciclo do PPA e atualizou o cadastro de usuários no Sistema de Monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento (Sispac).

No âmbito do PPA, a CPlan orientou e apoiou as unidades do MI para o preenchimento do monitoramento dos programas temáticos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop). O monitoramento incide sobre indicadores, objetivos, metas, iniciativas e empreendimentos individualizados como iniciativas dos programas, com vistas a produzir informações e conhecimentos que aperfeiçoem a implementação das políticas públicas para ampliar a quantidade e a qualidade dos bens e serviços prestados ao cidadão.

Além disso, a CPlan, com a orientação da CMG, concluiu o mapeamento de dois processos internos: elaboração do Projeto Plano Plurianual – PPPA e do Projeto Lei Orçamentária Anual – PLOA, o que resultou na melhoria da qualidade do trabalho realizado.

Durante o exercício, também foram realizadas articulações a fim de revisar e atualizar o Mapa Estratégico do MI, juntamente com as Secretarias do órgão, mediante reuniões presenciais visando o alinhamento das ações do Ministério com o PPA. Esse processo está em fase de validação pelas autoridades com previsão de homologação pelo Ministro em 2017.

Outra atuação da CGPM/DGE refere-se à Coordenação de Monitoramento, que tem como atribuição a realização do acompanhamento interno dos objetivos estratégicos do Órgão, visando melhorar a qualidade das informações gerenciais de ações e projetos. No ano de 2016, dentre as atividades desempenhadas pela Coordenação, destaca-se a implantação da nova versão do Painel de Monitoramento, que melhorou a performance do Sistema, aperfeiçoou a consulta de dados e a extração de relatórios, permitiu a criação de indicadores de desempenho e corrigiu erros da versão anterior.

Com o auxílio do Painel, foram realizadas reuniões de coordenação com a participação do Secretário-Executivo e representantes das unidades da Secex, que viabilizaram análise, acompanhamento, debate e tomada de decisões sobre projetos, atividades e ações estratégicas prioritárias de cada área. Cabe ressaltar, que o Painel foi apresentado ao Ministro e seus assessores, para expor a metodologia de monitoramento tendo como visão o gerenciamento da informação. No decorrer do ano, ocorreram também reuniões técnicas com a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) e a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), para sensibilizar a gestão quanto à importância do gerenciamento das informações e a utilização do Painel.

Outra atividade que merece destaque foi o mapeamento dos processos da Coordenação. Com a orientação da CMG/CGPM, foram mapeados todos os processos da Coordenação de Monitoramento com o objetivo de aperfeiçoar a gestão da informação e facilitar o monitoramento dos projetos, atividades e ações estratégicos do MI. Uma vez que tornou mais clara as atribuições e as responsabilidades da unidade, houve uniformização do entendimento e dos métodos de trabalho, bem como potencialização da gestão do conhecimento e melhora no fluxo de informações.

Com relação à colaboração da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças (CGOR/DGE), cabe destacar, dentre as ações relativas à rotina anual da Unidade, a contribuição para a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária 2016; a execução das atividades de programação orçamentária e financeira do MI; a elaboração de relatórios gerenciais para projetar a execução e as eventuais demandas por limites orçamentários ou por suplementação de recursos e a preparação de gráficos gerenciais para monitoramento da execução orçamentária e financeira do MI.

Já, a Coordenação de Contabilidade (CCONT/DGE), em 2016, no cumprimento de suas atribuições Regimentais, em nível de Coordenação e por intermédio dos Serviços de Acompanhamento e Análise Contábil (SAAC) e de Orientação e Registro Contábil (SORC), realizou as seguintes atividades:

- *Conformidades contábeis mensais* – analisou as contas das Unidades Gestoras do MI e de suas Vinculas, resultando em 144 registros no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), a saber:

- 10 unidades gestoras da Administração Direta (Unidades do MI);
- 1 conformidade mensal de Órgão (referente às 10 UGs do MI e UG Caixa);
- 1 conformidade mensal de Órgão Superior (referente às 10 UGs do MI, UG Caixa e 25 unidades das vinculadas).

- *Notas Explicativas ao Balanço* - elaborou trimestralmente notas explicativas aos Balanços do Ministério, decorrentes de análise contábil horizontal e vertical dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e das Demonstrações das Variações Patrimoniais deste MI e das entidades vinculadas, para compor o Balanço Geral da União (BGU) e consequentemente a Prestação de contas do Presidente da República (PCPR). Para o resultado das citadas notas, foram analisadas 65 contas contábeis selecionadas nos demonstrativos.

- *Relatório de Tomada de Contas Especial* – efetuou/controlou 155 registros de entradas e saídas de Processos de Tomada de Contas Especial (TCE) e processos para inscrição de Responsabilidade na conta contábil “*Créditos a receber decorrentes de falta ou irregularidade de comprovação*”. Desse montante de processos analisados, resultou em abertura de 58 processos de Tomada de Contas Especial e, consequentemente, na elaboração de 58 Relatórios. Dois processos resultaram em dois relatórios de TCE Complementar. Ainda, foram analisados 11 processos que motivaram a elaboração dos devidos documentos no SIAFI, evidenciando os Créditos a receber, e realizado o registro de 84 baixas, na citada conta de Créditos a receber, motivadas pelos Acórdãos do Tribunal de Contas da União referentes aos julgamentos das TCEs.

- *Atividades de análise contábil e registros contábeis:*

- efetuou a transferência de cadastros e saldos de convênios, entre unidades gestoras da Administração Direta e Indireta;
- acompanhou e orientou os registros contábeis das unidades da Administração Direta e Indireta, fechando a quantidade de 770 demandas atendidas por *e-mail*;
- encaminhou às unidades, via SIAFI, em média 594 mensagens, alertando quanto à regularização de registros contábeis, tempestivos, dos atos e fatos de gestão orçamentária e financeira, com o objetivo de evitar restrições contábeis no Órgão e nas suas unidades;
- encaminhou via SIAFI, em média, 111 mensagens ao Tesouro Nacional, solicitando orientações para resolução das demandas do Órgão e de suas entidades vinculadas;
- analisou mensalmente os desequilíbrios contábeis apresentados no Balanço do Órgão, pelas equações dos auditores contábeis no SIAFI, demonstrados na transação CODESAUD no Novo CPR, e orientou às UGs os devidos ajustes para que não incorressem em restrição contábil;
- solicitou à Coordenação Geral de Programação Financeira (COFIN/STN) a exclusão do órgão 53905 – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste e orientou ajuste de reclassificação das fontes

de recursos desse Fundo, tendo em vista a realização de receita, constando no conta corrente o número da UO antiga prejudicando aquele Fundo de realizar a estimativa de receita;

- intermediou com a COFIN/STN, os Registros de AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizados pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf);
- acompanhou e orientou os registros dos Fundos Constitucionais e Regionais na realização dos documentos no SIAFI;
- elaborou documentos para anexar ao Relatório de Gestão de 2015 das Secretarias e da Secretaria Executiva deste Ministério, a saber: Declaração do Contador, Balanço Orçamentário, Balanço Patrimonial, Demonstrações das Variações Patrimoniais e Documento de informações contábeis de cada Unidade.

- Atividades administrativas:

- emitiu 242 despachos, 44 memorandos e três notas técnicas;
- atendeu Solicitação de Auditoria da Controladoria Geral da União, relativa às Restrições Contábeis registras em dezembro de 2015 na conformidade contábil da Secretaria de Infraestrutura Hídrica;
- atuou na elaboração de Portaria e ajustes dos procedimentos de registros de Contratos no âmbito do Ministério;
- orientou a forma de controle dos recursos transferidos para o Fundo de Desenvolvimento do Centro Oeste, e, advertiu sobre ajustes necessários dos registros contábeis realizados no citado FDCO, vinculado à Sudeco – Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste;
- fez gestão relativa às atividades de pessoal da própria coordenação;
- participou dos Encontros de Setoriais Contábeis da CCONT/STN, nos quais foram apresentados: atualização de conhecimentos das novas práticas contábeis aplicadas ao Setor Público; orientações relativas à convergência da contabilidade aplicada ao Setor Público aos padrões internacionais contábeis; novas orientações contábeis ao encerramento do exercício financeiro.

No âmbito do Departamento de Gestão Interna (DGI), por intermédio da Coordenação Geral de Prestação de Contas de Convênios (CGCONV/DGI), a Secex empenhou-se em cumprir suas atribuições de planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de análise das Prestações de Contas de Convênios, termos de compromisso, acordos e outros instrumentos congêneres, mediante a emissão de 241 pareceres financeiros, 41 documentos com informações financeiras e outros 2.418 documentos, tais como ofícios, memorandos, despachos, notas técnicas, editais, relatórios e diligências.

Com a colaboração da Coordenação Geral de Execução Orçamentária e Financeira (CGEOF/DGI), a Secex planejou suas ações com o objetivo de coordenar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à execução orçamentária e financeira para atuar na análise e na preparação de empenhos, pagamentos, descentralizações e comunicação das transferências aos entes beneficiados, conforme as demandas das Secretarias e de Órgãos Vinculados, no caso de destaque.

Nas questões relacionadas a Recursos Humanos, a Secex, por meio da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), buscou implementar a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal no âmbito do MI.

Nas questões relacionadas a Recursos Humanos, a Secex, por meio da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP), buscou administrar a força de trabalho da Pasta, de modo que todas as unidades da Administração Direta do Órgão tivessem em suas lotações servidores em quantitativo, no mínimo, suficiente para conduzir as suas atribuições do dia a dia e, também, servidores capacitados e com perfil alinhados às suas missões institucionais.

Observa-se, no quadro a seguir, o quantitativo de servidores MI, constituído por *servidores cedidos*, em *cargo em comissão sem vínculo efetivo* e *exercente de carreira descentralizada*, que totalizam 341 servidores, ou seja, 50,07% da força de trabalho. Esses servidores não ocupam cargos efetivos da estrutura permanente do Órgão e as consequências dessa realidade é a elevada rotatividade de servidores com prejuízos para a administração, pois além dos investimentos em capacitação, esses servidores também são conhecedores das rotinas das unidades e, na maioria das vezes, deixam os postos de trabalho sem transmitirem o conhecimento para aqueles que os sucedem.

Figura 4.4.1 Quadro da Variação Física da Força de Trabalho do MI

Quadro da Variação Física da Força de trabalho do MI							
Tipo de vínculo com o MI	Quantitativo físico no final do mês						
	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
Ativo Permanente (sem os cedidos)	455	429	359	450	405	360	340
Cedido ao MI	79	77	72	71	62	63	58
Cargo em comissão sem vínculo efetivo	153	131	133	132	127	126	144
Contrato Temporário	31	25	21	10	0	0	0
Exercente de Carreira Descentralizada	94	104	173	162	157	146	139
Total	812	766	758	825	751	695	681

Ressalte-se também, que entre os ocupantes de Cargos Permanentes (sem os cedidos), que em dezembro de 2010 eram 455 servidores, e que em dezembro de 2016, baixou para 340 servidores, também é elevada as saídas de servidores. Nesse caso, não se pode falar em rotatividade de servidores efetivos, porque rotatividade significa: alternância, rodízio, rotativismo, e nesse caso, ocorre apenas saídas, ficando o cargo vago, cujo preenchimento dependente de seleção de pessoas via concurso público.

O Quadro de Cargos Permanentes do MI é constituído de variados cargos, inclusive alguns em extinção. O quadro a seguir demonstra a posição no mês de dezembro de 2016 referente aos cargos permanentes, seus quantitativos, quantos estão ocupados e desocupados:

Figura 4.4.2 Quadro de Cargos Permanentes do MI

Cod.Cargo	Cargo	quantitativos		
		aprovados	ocupados	vagos
476002	ECONOMISTA	31	7	24
476005	ENGENHEIRO	25	21	4
476007	ENGENHEIRO AGRONOMO	66	10	56
476009	ENGENHEIRO FLORESTAL	2	0	2
476010	ENGENHEIRO CIVIL	5	4	1
476017	ENGENHEIRO QUIMICO	1	1	0
476018	ESTATISTICO	4	2	2
476019	GEOLOGO	3	1	2
480002	ADMINISTRADOR	22	8	14
480026	ANALISTA DE SISTEMA	10	6	4
480042	ANALISTA TECNICO	231	155	76
480047	ARQUIVISTA	3	2	1
480061	ASSISTENTE SOCIAL	4	1	3
480065	AUDITOR	1	0	1
480067	BIBLIOTECARIO	1	0	1
480087	CONTADOR	6	6	0
480137	GEOGRAFO	2	1	1
480151	MEDICO	1	0	1
480156	METEOROLOGISTA	2	1	1
480204	QUIMICO	4	4	0
480246	TECNICO EM COMUNICACAO	2	1	1
SUB-TOTAL CARGOS DE NIVEL SUPERIOR		426	231	195
481004	AGENTE ADMINISTRATIVO	164	35	129
481005	AGENTE ANALISTA DOCUMENTAL	1	1	0
481026	AGENTE DE PORTARIA	8	8	0
481053	ARTIFICE DE ARTES GRAFICAS	2	2	0
481054	ARTIF DE CARPINT MARCENARIA	1	1	0
481060	ARTIFICE DE MECANICA	2	2	0
481094	ASSISTENTE TECNICO	166	95	71
481126	AUX DE SERVICOS GERAIS	3	3	0
481175	DATILOGRAFO	4	6	(2)
481334	TECNICO DE CONTABILIDADE	17	6	11
481379	TEC EM SECRETARIADO	1	1	0
481390	TELEFONISTA	1	1	0
482054	AUXILIAR DE MANUTENCAO	1	1	0
SUB-TOTAL CARGOS DE NIVEL MÉDIO		371	162	209
TOTAIS		797	393	404

Consta do quadro acima o número de Pessoal Permanente do MI, composto de 797 cargos, dos quais 393 ocupados e 404 desocupados. Salienta-se que os desocupados só podem ser providos por pessoas selecionados via concurso público.

No final do exercício de 2015, foi realizado levantamento prévio da necessidade do quantitativo emergencial de pessoal necessário para o fortalecimento da capacidade operacional, melhoria das condições de funcionamento e recomposição urgente do corpo funcional do Órgão, tendo em vista que o quantitativo de servidores naquele exercício já era insuficiente para permitir com que o Órgão atendesse às demandas inerentes à sua competência de forma eficiente, eficaz e efetiva.

O resultado de tal levantamento resultou no Aviso/GM/MI nº 44/2016/MI, de 31 de maio de 2016, mediante o qual solicitou-se ao então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), autorização para realização de concurso público para suprir a carência das áreas nas quais o Órgão possui maior déficit de pessoal, conforme quadro apresentado a seguir:

Quadro 4.4.1 Déficit de Pessoal do MI

CARGO	QUANTITATIVO
Analista Técnico-Administrativo	72
Assistente Técnico Administrativo	50
Economista	5
Engenheiro	3
Engenheiro Agrônomo	10
Engenheiro Civil	30
Geólogo	1
Médico	1
Meteorologista	1
Total	173

Tal solicitação visava, além de evitar um colapso no desempenho das atribuições regimentais do Órgão, dar continuidade na prestação de serviços imprescindíveis, cuja redução já vem acarretando severos impactos para o desempenho das atividades de vários setores, havendo hoje setores importantes quase impossibilitados de exercerem suas atribuições por falta de corpo técnico.

No entanto, tal pleito não obteve sucesso, pois o MP mediante o Ofício nº 37237/2016-MP, de 24 de junho de 2016, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público, restituiu a demanda, doc. SEI nº 0270378, Processo nº 03000.001623/2016-63, informando a impossibilidade de autorização em decorrência de diretrizes governamentais que remetem à suspensão de autorizações de concursos públicos para os exercícios de 2016 e 2017.

Embora a ocorrência do exposto, estudos e esforços têm sido empreendidos para alocar servidores nas unidades, especialmente naquelas responsáveis pelas atividades finalísticas. Entretanto, as dificuldades determinadas pela constante evasão de servidores, somada à falta de autorização para realização de concurso público, pioram ou mesmo comprometem o cumprimento da missão institucional do Órgão, bem como a distribuição equânime de servidores no âmbito das unidades organizacionais.

Assim, e com o intuito de reforçar a força de trabalho de algumas unidades finalísticas do Órgão, solicitou-se à Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que fosse indicado cinco servidores ocupantes de cargos de engenheiros para comporem, temporariamente, a força de

trabalho do Órgão. A mesma solicitação foi endereçada à Codevasf. Essa ação resultou na Portaria nº 80/2016, de autoria da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, publicada no DOU do dia 21 de junho de 2016, determinando o exercício no MI, de seis servidores com ônus para os órgãos de origem, por prazo determinado. A mesma solicitação foi feita à Caixa Econômica Federal, o que resultou na determinação do exercício temporário, por prazo certo, na Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), de seis empregados, nesse caso, com ônus para o Ministério da Integração Nacional.

Em termos quantitativos, no ano de 2016, os servidores do MI participaram de 68 eventos de capacitação, sendo 278 vagas com recursos da Ação 2000 (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação), documentos da Necessidade PO 001, e 13 em eventos gratuitos. Houve ainda, a participação de quatro servidores em três cursos de pós-graduação custeados pelo MI.

No intuito de qualificar e valorizar o servidor, deu-se continuidade ao Programa de Incentivo à Graduação (PIG), que resultou na concessão de três bolsas-incentivo à graduação, por semestre, aos servidores efetivos do Quadro de Pessoal do MI ocupantes de cargos de nível intermediário, em dois cursos de graduação, com ônus para a Instituição.

O Órgão, no exercício de 2016, procurou, além de atender às demandas individuais dos servidores por eventos externos, desde que alinhadas às atividades desempenhadas, organizar turmas fechadas, com profissionais com qualificação direcionada especialmente para a competência específica da área.

Registre-se que o Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), ao qual pertence os servidores do Quadro de Pessoal Permanente do Órgão, não prevê gratificação por titulação e, nem tão pouco, a titulação é requisito para as progressões funcionais, diferentemente de outros planos de cargos existentes no âmbito do Poder Executivo Federal e isso pode ser visto como um desincentivo ao servidor a capacitar-se, tanto que anos, após anos, o quantitativo de servidores que demandam cursos de capacitação vem diminuindo.

Outro fato que também tem preocupado a Gestão de Pessoas do Órgão é o elevado índice de *turnover*, entrada e saída de servidores, notadamente entre os cedidos ao MI, nos ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, e nos exercentes de carreiras descentralizadas, cuja constatação é vista como um dos fatores de risco da política de capacitação e treinamento. O elevado quantitativo de servidores, ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal Permanente do Órgão, que tem desocupados os cargos por exoneração ou por vacância, por posse em outro cargo inacumulável, também deve ser visto como preocupante, pois compromete a continuidade na prestação de serviços e compromete o retorno do investimento em eventos de capacitação e treinamento de pessoal.

Por sua vez, a Coordenação Geral de Suporte Logístico (CGSL/DGI), planejou em 2016, ações para melhorar as condições de trabalho dos servidores do Órgão e outras ações acessórias que, indiretamente ajudaram a atingir os objetivos estratégicos do Ministério. Mais precisamente, destacam-se as práticas para redução do consumo de energia elétrica, água e esgoto; a instalação de bicicletário no Bloco E da Esplanada dos Ministérios e no Edifício Celso Furtado e a reforma do andar térreo do bloco F localizado no Setor Policial Sul onde funciona a Coordenação de Documentação e Informação Bibliográfica.

Com o apoio da Coordenação de Documentação e Informação Bibliográfica (CODIB/DGI), a Secex realizou, no decorrer do ano de 2016, o atendimento a usuários externos, por meio do Serviço de Protocolo (SPROT) informando-os de acordo com suas demandas sobre instruções de usabilidade, assinatura de documentos; cadastramento no módulo para externos do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e identificação dos números de protocolo de documentos recebidos. Além disso, foram respondidas cerca de 200 solicitações advindas do endereço suporte.sei@integracao.gov.br, incluindo mudanças de usuários, alterações em perfis e aprovações de cadastros externos. Nesse ano, foram gerados no SPROT 5.682 processos eletrônicos, dentre ofícios, termos aditivos e processos externos. Foram registrados, ainda, cerca 9.600 documentos externos, com média de 800 por mês. Dessa média, cerca de 80%, corresponderam a ofícios, sendo 650 cadastrados.

O Serviço de Arquivo (SARQ) realizou aproximadamente duas assistências técnicas por mês nas áreas do Ministério, resultando no recebimento de aproximadamente 750 caixas contendo processos e documentos dos setores para guarda e destinação final, posteriormente disponibilizados conforme solicitações. Ressalta-se que, em 2016, foram disponibilizados 17 processos digitalizados e 300 processos físicos, o que anteriormente era realizado via malote, atualmente é digitalizado e encaminhado via SEI, agilizando e facilitando a consulta.

Por sua vez, o Serviço de Informações Bibliográficas (SINB), realizou atividades rotineiras de atendimento ao público, organização e tratamento do acervo bibliográfico. Além disso, houve a alimentação da base de dados do Sistema de Referências Legislativas (SIREL) com legislação e atos publicados no DOU, resultando em mais de 7.000 registros disponíveis para consulta. Foi, também, realizada pesquisa entre as diversas unidades do MI sobre a necessidade de aquisição de livros que pudesse subsidiar o desenvolvimento das atividades inerentes à sua área de atuação. Dessa forma, realizou-se a aquisição de 33 livros de interesse permanente, que foram incorporados ao acervo da Biblioteca, além de cinco números de ISBN - ***International Standard Book Number, sistema internacional de identificação numérica de livros***, referente às publicações editadas pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil.

A CODIB possui um total de seis contratos e uma nota de Empenho referente ao ISBN para fornecimento de jornais e revistas impressos; acesso online a jornais e revistas; serviços postais; malotes; Imprensa Nacional; aquisição de livros e atribuição de ISBN.

Finalmente, as Representações Regionais nos Estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro contribuíram com apoio logístico e operacional à Secex em suas regiões de atuação, mediante supervisão e acompanhamento da execução dos programas e das ações relativos à atuação do MI.

Dessa forma, a Representação Regional no Estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2016, para atender à demanda da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), da Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) e da Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH), elaborou 75 Relatórios de Visitas Técnicas, 13 Pareceres Técnicos, 4 Notas Técnicas e analisou 23 Planos de Trabalho (PT). Realizou também vistorias técnicas, com emissão de relatórios referentes aos processos com diligências do órgão de controle, acompanhou a execução do Termo de Compromisso de 3 barragens e promoveu e articulou com outras unidades e entidades governamentais, mediante formulação/adequação de Plano de Trabalho.

No mesmo sentido, a Representação Regional no Estado do Rio de Janeiro, em 2016, realizou vistorias técnicas em cerca de 15 municípios e em obras nos estados do Espírito Santo, Minas

Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, além de ter inspecionado municípios da baixada fluminense em decorrência dos danos provocados por alagamentos/deslizamentos.

Outra frente atacada pela Representação Regional do Rio de Janeiro foi a manutenção das tratativas, com o acompanhamento a municípios mediante reuniões no Projeto Gestão Integrada de Riscos em Desastres Naturais - Gides, Cooperação entre o Governo Brasileiro e o Governo Japonês, vislumbrando a elaboração de Manuais Técnicos para combate e proposição de contramedidas para desastres de movimentos de massa, principalmente, no eixo de reconstrução e reabilitação, especificamente para fluxo de detritos.

4.4.1. Unidade Consolidada - Gabinete do Ministro

No âmbito do Gabinete do Ministro, destaca-se a contribuição da Assessoria de Comunicação Social (Ascom) na divulgação de ações e programas, na prestação de contas da atuação do Órgão à imprensa e à população, reforçando o compromisso do MI com a transparência nas informações. Ao longo de 2016, com a entrada de uma nova equipe e a partir da adoção de planejamento e de estratégias de comunicação e do aprimoramento de conteúdo, foi possível garantir e ampliar - de forma positiva - a presença e a exposição do Ministério nas mais diversas mídias, incluindo as redes sociais.

O uso de novas ferramentas também contribuiu com o desempenho da área e a obtenção de resultados positivos nas divulgações, sempre mantendo o objetivo de informar com qualidade, promover transparência e oferecer ao cidadão e aos jornalistas maior qualidade nas informações. Esse trabalho também amplia e fortalece os canais de participação e diálogo.

Como a atuação do MI compreende temas bastante diversificados, a Ascom também precisa atuar com ferramentas e estratégias diversas para alcançar os públicos-alvo, de forma a maximizar o alcance e a replicação das mensagens de interesse do órgão.

Com o objetivo de acompanhar a velocidade das novas tecnologias, conquistar mais espaço na mídia para divulgar os programas e ações e promover a participação da sociedade, a Ascom passou a atuar de forma mais interativa e multimídia nas redes sociais - ferramentas que têm ganhado cada vez mais importância e alcance como meio de comunicação. Para tanto, foram realizadas diversas campanhas nas mídias sociais como *Facebook* e *Twitter* com a utilização de *cards* – recurso mais atrativo e que incentiva a interatividade dos internautas -, além da ampliação da produção de vídeos como forma de prestação de contas dos projetos da Pasta e das ações dos gestores. Adotou, ainda, o uso da ferramenta *Periscope* para transmissões ao vivo de eventos realizados pelo País com a presença do ministro. O incremento rendeu bons resultados para a imagem do Ministério da Integração Nacional.

A Assessoria de Imprensa atuou para manter o ministro e os gestores dos projetos mais estratégicos do órgão na imprensa nacional e regional, para que os temas sejam pauta dos jornalistas e cheguem até o público-alvo. Dessa forma, foi possível formar uma imagem de um Ministério realmente atuante e estratégico ao Governo Federal e ao País.

O relacionamento com as rádios foi estreitado e ampliado, com a produção e a distribuição de boletins regionais. Dessa forma, principalmente as pequenas e médias emissoras passaram a veicular o conteúdo do Ministério com a finalidade de informar a população, especialmente sobre ações de defesa civil, desenvolvimento regional e obras hídricas.

Outra ação que se tornou ainda mais estratégica foi o clipping e o monitoramento em tempo real de notícias de interesse do MI publicadas na imprensa, para que, dessa forma, a Comunicação atue no sentido de evitar possíveis crises de imagem e consiga responder notícias com informações incorretas, sempre com agilidade e clareza.

A atuação da Assessoria Parlamentar priorizou o acompanhamento junto ao Congresso Nacional das proposições apresentadas pelo próprio Ministério, por órgãos do Poder Executivo e Parlamentares, que afetam a missão institucional do MI e conduziu as audiências com parlamentares e prefeitos municipais em busca de solução de problemas por meio da inserção de propostas de projetos para seus respectivos entes federativos nas Leis Orçamentárias.

Por sua vez, a Assessoria de Cerimonial acompanhou e assessorou o Ministro em todas as agendas internas e externas, bem como em viagens a serviço, apoiando a logística de deslocamento nos estados. Além disso, providenciou a organização de cerimonial, recepcionou autoridades em audiências, respondeu a convites, enviou cumprimentos a aniversariantes, geriu eventos realizados pelo MI por meio das Secretarias e atualizou a lista de autoridades dos Governos Estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Confeccionou prismas de identificação de autoridades quando das audiências no Gabinete, bem como identificou malas, valises, e demais volumes portados afim de restringir o acesso de equipamentos no gabinete, realizando a etiquetagem e a guarda dos pertences na sala do cerimonial para a devida restituição ao final de cada audiência. Também foi responsável por realizar a interface com demais Cerimoniais e Mestre de Cerimônias.

Em 2016, a Assessoria Internacional atuou no mapeamento das relações internacionais com a identificação dos setores que atuaram com governos de outros países; estrangeiros e organizações internacionais; promoveu e facilitou a relação do MI com instituições e autoridades brasileiras e estrangeiras (destaques para os países do Mercosul e União Européia, Japão e Estados Unidos da América); colaborou para intensificar a relação do MI com as agências de cooperação internacional, principalmente a Organização das Nações Unidas (ONU) e demais escritórios, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS), o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), Diálogos Setoriais da União Européia) e as instituições financeiras brasileiras e internacionais interessadas (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) em apoiar o Brasil em seu esforço de desenvolvimento nas áreas de competência do MI; apoiou as secretarias na organização e na realização de eventos internacionais e nas atividades de cooperação mútua e de relacionamento entre o MI e as entidades, com destaque para: participação nas reuniões de Riscos e de Desastres no Mercado Comum do Sul (Mercosul) e na União das Nações Sul-Americanas (Unasul); na reunião dos BRICS em Udaipur; ofereceu o serviço de ajuda humanitária ao Equador e assessorou o Ministro de Estado e os Secretários na recepção de diplomatas, autoridades estrangeiras e representantes de instituições internacionais.

A Ouvidoria-Geral, no decorrer de 2016, do total de atendimentos e manifestações, acolheu 1.198 manifestações pelo Sisouvidor3 oriundas do formulário eletrônico, correspondência (carta), correio eletrônico (e-mail), atendimento presencial e caixa de comunicação (urnas); atendeu 3.963 ligações pelo atendimento telefônico gratuito (0800), somadas as ligações do MI e das Entidades Vinculadas, e recebeu 233 pedidos de informações por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), sendo que desses requerimentos 12 tiveram recursos ao chefe hierárquico e apenas dois recursos à autoridade máxima.

Dessa forma, dentre todos os serviços prestados ao cidadão, a Ouvidoria, trabalhou com 5.394 atendimentos, não incluídos os recursos e retornos de demandas, por considerar tratar-se da mesma manifestação.

Ressalta-se que a Ouvidoria passou a utilizar, para acompanhamento e controle dos pedidos de informação, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), implantado no MI para trâmites internos dos requerimentos anteriormente registrados no Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), desativado desde de 5 de maio de 2016.

Por sua vez, a Corregedoria Geral do MI, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal realizou, em 2016, dando prosseguimento à gestão iniciada em 2015, a continuidade das análises dos processos pendentes de instauração, em sede de juízo de admissibilidade com a finalidade de identificar indícios de materialidade e autoria, necessários para a deflagração do processo disciplinar.

Dos 78 processos pendentes do ano de 2015, 26 foram analisados por meio de uma manifestação técnica conclusiva, desses, 18 foram por meio de Notas Técnicas de juízo de admissibilidade e oito por Notas Técnicas de julgamento. Foram julgados seis processos disciplinares. Além disso, desses julgados, três tiveram penas aplicadas e três foram arquivados.

Ademais, produziu 190 expedientes sendo 37 Notas Técnicas, sete Despachos, 78 Memorandos e 68 ofícios.

Por fim, em 2016, em continuidade ao trabalho desenvolvido com os juízos de admissibilidade foi possível perceber que dos processos julgados 50% tiveram aplicação de penalidade, comprovando a importância dessa análise para a efetividade da ação disciplinar.

4.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Em conformidade com as discussões travadas com a equipe da CGU, em 2013, foi acordado que um conjunto de indicadores seria desenvolvido de forma incremental e evolutiva, ou seja, que com os anos novos indicadores poderiam ser agregados e que melhorias seriam incorporadas nos sistemas inicialmente desenvolvidos.

Assim, a partir da realização dos trabalhos de implantação do Escritório de Processos, foi elaborado um plano de trabalho detalhado no qual em uma das fases estava prevista a etapa de criação de um sistema de medição dos macroprocessos identificados, a partir do desenvolvimento de indicadores de desempenho.

Foram levantados, à época, 10 indicadores, validados pelas respectivas Secretarias do MI, a ser apresentados anualmente no Relatório de Gestão. Atualmente, o Ministério, por intermédio do Escritório de Processos, acompanha um total de 19 indicadores.

Salientamos que, no ano de 2015, o critério de medição do indicador Índice de Estoque de Restos a Pagar, referente ao processo Implementar Política – Repassar Recurso foi alterado para melhor adequação, visto que o novo critério reflete de forma mais fidedigna a realidade do

indicador, pois nos dados coletados no Relatório de Gestão – Exercício 2014, não foi considerado o ano de competência (inscrição do exercício 2012 refere-se a RAP de 2011) e, conforme entendimentos da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – CGOR, para melhor avaliar o acréscimo ou a redução do índice é necessário considerá-lo. Sendo assim, e tendo o exercício de 2011 como ano base do indicador, começou-se a aferir os indicadores a partir de 2012.

Apesar da alteração do critério de medição do indicador, os dados apresentados no Relatório de Gestão – exercício 2015, tabela do item 2, não foram atualizados. Assim sendo, nota-se que o resultado apresentado nesse ano difere do apresentado no ano de 2014/2015.

Informamos, ainda, a retirada do indicador Índice de Mapeamento do processo Implementar Política – Gerir Riscos e Desastres do rol de indicadores. Tal retirada deveu-se ao fato de o índice de mapeamento não estar mais sendo acompanhado pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), em função do novo arranjo proposto para o mapeamento no PPA 2016-2019, no qual se verificou uma possível sobreposição de ações e o projeto foi descontinuado.

Nesse contexto, a Sedec está focando no momento posterior ao mapeamento, organizando informações de cenários de risco produzidas pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), juntamente com os produtos do mapeamento realizado pela Sedec, incorporando esses conteúdos a um sistema georreferenciado de planos de contingência. O Sistema integra informações de cenários de risco e permite aos municípios elaborarem os Planos de Contingência para esses cenários. Essa ferramenta fará parte do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID) e encontra-se em fase de testes, em um ambiente de homologação da Sedec. Importante ressaltar que o acompanhamento do índice foi fundamental para o andamento do projeto e auxiliou na formulação da proposta de alteração do desenho na confecção do PPA atual.

Além disso, houve a inclusão de novos indicadores referentes às unidades Ouvidoria, Coordenação de Contabilidade e Coordenação Geral de Gestão de Pessoas.

Por fim, no ano de 2016, os dezenove indicadores medidos são:

Quadro 4.5.1 Indicadores de Desempenho

Nº	Denominação	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
01	Índice de efetivação do empenho Eficiência MI	*	Anual	$\frac{\text{Total de recursos pagos do orçamento do ano corrente}}{\text{Total de recursos empenhados no ano corrente}} \times 100$
02	Índice de estoque de restos a pagar	106%	Anual	$\frac{\text{Total de RAP no exercício corrente}}{\text{Estoque 2011}} \times 100$

03	Índice de eficiência das propostas	*	Anual	<p>Total de instrumentos formalizados com repasses efetuados /</p> <p>Total de convênios formalizados</p> <p>X 100</p>
04	Índice de Aderência dos recursos aplicados dos Fundos Constitucionais à PNDR	*	Anual	<p> $\frac{\text{Valor aplicado nos Municípios de áreas da PNDR /}}{\text{Valor total de recursos aplicados pelos fundos Constitucionais de Financiamento (FCF)}}$ </p> <p>Percentual previsto para a aplicação na área da PNDR</p> <p>x 100</p>
05	Índice de capacitação dos Agentes	*	Semestral	<p>Agentes capacitados no ano corrente /</p> <p>Agentes capacitados no ano anterior</p> <p>x 100</p>
06	Índice de concessão do Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC	39,84%	Anual	<p>Municípios com CPDC /</p> <p>Total de municípios do Brasil</p> <p>X 100</p>
07	Índice de adesão no S2ID	64,93%	Anual	<p>Municípios no S2ID /</p> <p>Total de municípios do Brasil</p> <p>X 100</p>
08	Índice de integração de Órgãos Municipais (OM) de Defesa Civil ao SINPDEC	*	Semestral	<p>Órgãos Municipais cadastrados no S2ID e CPDC /</p> <p>Total de municípios do Brasil</p> <p>x 100</p>
09	Distribuição de manifestações por tipo	*	Anual	Soma das manifestações recebidas por tipo de manifestação no período
10	Identificação dos 5 assuntos mais demandados	*	Mensal	Somatório das manifestações por assunto.
11	Percepção do grau de satisfação do cidadão	*	Semestral	<p>Somatório das respostas consideradas “satisfatórias” no período</p> <p>Somatório das respostas consideradas “parcialmente satisfatórias” no período</p> <p>Somatório das respostas consideradas</p>

				“insatisfatórias” no período
12	Quantidade de relatórios de Tomada de Contas Especiais Concluídos	60	Anual	Somatório de Relatórios de TCEs concluídos.
13	Processos analisados com débito	45,12%	Anual	$\frac{\text{Total de processos com débito}}{\text{Total de processos analisados} \times 100\%}$
14	Processos com determinação para instauração de Tomada de Contas Especial	*	Anual	$\frac{\text{Soma de processos recebidos com determinação menos soma de processos instaurados}}{\text{Soma de processos recebidos com determinação menos soma de processos instaurados}}$
15	Taxa de Rotatividade	*	Anual	$\frac{\{[(\text{Número de inclusão} + \text{número de exclusões})/2] / \text{Número de servidores ativos}\} \times 100}{\{[(\text{Número de inclusão} + \text{número de exclusões})/2] / \text{Número de servidores ativos}\} \times 100}$
16	Tempo médio de exclusões	*	Anual	$\frac{\text{Tempo de Exclusão (TE) = data de arquivamento - data de solicitação}}{\text{Tempo de Exclusão (TE) = data de arquivamento - data de solicitação}}$
17	Gasto com capacitação	*	Anual	$\frac{(\text{Soma Valor dos cursos realizados} / \text{orçamento disponível para capacitação}) \times 100}{(\text{Soma Valor dos cursos realizados} / \text{orçamento disponível para capacitação}) \times 100}$
18	Percentual de servidor capacitado	*	Anual	$\frac{(\text{Total de servidor capacitado} / \text{total de servidores}) \times 100}{(\text{Total de servidor capacitado} / \text{total de servidores}) \times 100}$
19	Taxa de execução do Plano Anual de Capacitação	22,95%	Anual	$\frac{\text{Soma curso realizado}}{\text{Soma curso previsto} \times 100}$

* Como se trata de indicador que envolve mais de um nível de resultado ou Secretaria do Ministério, o índice observado será apresentado na descrição do indicador.

Em seguida, temos os indicadores, com suas especificações, coleta e análise.

1. Índice de efetivação do empenho.

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Identificar a efetivação dos instrumentos celebrados no exercício.

- Fonte dos dados:

Dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) e/ou Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop).

- Critério de medição:

Os dados serão medidos separadamente Ministério (Administração direta e vinculadas) e Administração direta.

Valores decorrentes do crédito extraordinário, Fundos Constitucionais, Programa de Gestão e/ou Despesas Administrativas (programas: 0750, 0089, 0901, 0909, 2111) não foram incluídos, para fins de medição.

Quadro 4.5.2 Índice de efetivação do empenho

RESULTADO DO PROCESSO					
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA - REPASSAR RECURSO				
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO			
		2013	2014	2015	2016
Parcelas pagas	Estados, Municípios e outros Entes federados.	EFICIÊNCIA - MI			
		35%	34%	43%	35%
		EFICIÊNCIA – EXECUÇÃO DIRETA			
		37%	37%	47%	39%

- Análise crítica:

No exercício de 2016, o Ministério da Integração Nacional - MI (órgão 53000) realizou pagamento de aproximadamente R\$ 1,03 bilhão. Esse montante corresponde a 35% das despesas empenhadas no exercício. Ao restringir a análise à Administração Direta (Unidade Orçamentária 53101) verifica-se que houve pagamento de R\$ 833 milhões, correspondendo a 39% do montante empenhado em 2015.

Ao comparar com o exercício anterior, constata-se que o ano de 2016 apresentou baixo índice de efetivação de empenho, em decorrência da redução de pagamentos efetivados e do aumento das despesas empenhadas.

2. Índice de estoque de restos a pagar

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Identificar a evolução do estoque dos recursos inscritos em restos a pagar das ações finalísticas.

- Fonte dos dados:

Dados do Siafi e/ou Siop.

- Critério de medição:

Será medido por exercício fiscal e o ano de competência, sendo considerado o total dos recursos inscritos em restos a pagar, ou seja, o inscrito referente ao exercício acrescido do Saldo de Restos a Pagar de exercícios anteriores do Ministério (53000).

Valores inscritos decorrentes do crédito extraordinário, Fundos Constitucionais, Programa de Gestão e/ou Despesas Administrativas (programas: 0750, 0089, 0901, 0909, 2111) não foram incluídos, para fins de medição.

Quadro 4.5.3 Índice de estoque de restos a pagar

RESULTADO DO PROCESSO						
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA - REPASSAR RECURSO					
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO				
		2012	2013	2014	2015	2016
Recursos inscritos	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA				
		128%	128%	135%	102%	106%

- Análise crítica:

O estoque de Restos a pagar (RAP) apresentou aumento de 28% nos exercícios de 2012 e 2013. Isso deve ter ocorrido devido à ampliação de contratações no segundo e terceiro anos da nova gestão instalada em 2011.

No exercício de 2014, houve aumento de sete pontos percentuais em relação aos anos anteriores. Uma das justificativas desse resultado foi a maior restrição para os fluxos financeiros, por parte da Secretaria de Tesouro Nacional (STN), o que dificultou os pagamentos e contribuiu para o aumento do estoque de RAP.

Em 2015, observa-se redução de 33 pontos percentuais quando comparado ao ano anterior. Atribui-se isso aos esforços da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) e da STN em reduzir o estoque de RAP não processados. Ademais, verifica-se, ainda, maior acompanhamento dos órgãos de controle que desestimulam novas inscrições de RAP, obedecendo-se assim aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Em 2016, observa-se aumento de 4 pontos percentuais em relação ao ano de 2015. Esse resultado é reflexo da redução de limite de financeiro e da contenção de despesa.

3. Índice de eficiência das propostas.

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Demonstrar a qualidade da seleção e a análise de propostas.

- Fonte dos dados:

Siafi e Siconv.

- Critério de medição:

Serão considerados os instrumentos celebrados por meio de Convênios e de Termo de Compromisso.

- a) Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR)

Quadro 4.5.4 3. Índice de eficiência das propostas. (SDR)

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA - REPASSAR RECURSO		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO - 2016	
		Convênios	Termo de Compromisso
Repasse efetuados	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA	
		5,66%	6,45%

- Análise crítica:

No âmbito da SDR, ao longo do ano de 2016, foram celebrados 106 convênios, dos quais apenas seis tiveram repasses de recursos no mesmo exercício, após o cumprimento da cláusula condicionante suspensiva pelo Conveniente. No que concerne à execução de convênios pela SDR, cumpre ressaltar que a liberação de recursos financeiros demanda cautela por parte da Administração Pública, de modo que só é efetivada após a análise da documentação da cláusula condicionante suspensiva do convênio e dos ajustes que são realizados durante as análises dos Planos de Trabalho.

Em relação aos Termos de Compromisso, houve a celebração de 31 instrumentos desta natureza, todos relacionados ao Programa Água para Todos. Em dois destes termos de compromisso houve repasses de recursos no mesmo exercício de 2016, sendo o contingenciamento de recursos o principal impedimento para que houvesse maior efetividade na execução dos objetos

relacionados a este tipo de instrumento. Por fim, cumpre salientar que grande parte dos instrumentos celebrados foram formalizados no final do exercício de 2016, não havendo tempo hábil para o cumprimento das cláusulas condicionantes antes do término do ano (270 dias a partir da assinatura do instrumento). Desse modo, não foi possível a análise dos projetos básicos/termos de referência e, por consequência, a efetivação de repasse de recursos por parte deste Ministério.

b) Secretaria de Irrigação (Senir)

Quadro 4.5.5 3. Índice de eficiência das propostas. (SENIR)

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA - REPASSAR RECURSO		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO - 2016	
		Convênios	Termo de Compromisso
Repasse efetuados	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA	
		0%	0%

- Análise crítica:

O índice zero apresentado no gráfico “Resultado do Processo” deu-se em razão da não liberação de recursos financeiros da União aos sete Termos de Compromissos e aos cinco Termos de Convênios. Um dos fatores preponderantes que contribuíram para esse resultado, no caso dos empreendimentos abrangidos pelo Programa de Aceleração do Crescimento, foi a restrição orçamentária e financeira decorrente da crise fiscal que implicou na priorização de obras já iniciadas e que se encontravam aptas a serem concluídas até 2018 em detrimento daquelas não iniciadas pela Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI), integrante da estrutura do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, conforme Portaria nº 348, de 14 de novembro de 2016.

Assim, as duas obras que poderiam ter sido iniciadas em 2016, projetos públicos de irrigação Passarão/RR e Rio Formoso/TO, foram adiadas até que a SDI as autorize. No que tange aos convênios, a existência de pendências e inconsistências técnicas não sanadas tempestivamente pelos entes federados ocasionou essa baixa execução nesse tipo de instrumento.

c) Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec)

Quadro 4.5.6 3. Índice de eficiência das propostas. (SEDEC)

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA - REPASSAR RECURSO		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO - 2016	
		Convênios	Termo de Compromisso
Repasses efetuados	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA	
		0%	-

- Análise crítica:

Em 2016, foram celebrados dois convênios provenientes exclusivamente de emendas parlamentares beneficiando o Estado da Bahia e o Distrito Federal. Os convênios foram celebrados com cláusula suspensiva, condicionando a liberação dos recursos a apresentação/aprovação do termo de referência.

e) Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIH)

Quadro 4.5.7 3. Índice de eficiência das propostas. (SIH)

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA - REPASSAR RECURSO		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO - 2016	
		Convênios	Termo de Compromisso
Repasses efetuados	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA	
		0%	0%

- Análise crítica:

O índice de 0% relativo aos convênios ocorreu pelo fato dos empenhos terem sido liberados nos últimos meses de 2016 em virtude do contingenciamento orçamentário. Foram celebrados 60 convênios, todos com cláusula suspensiva, não havendo, portanto, repasse de recursos referentes ao OGU 2016. Houve a celebração de um único Termo de Compromisso (PAC) no ano de 2016 com a Prefeitura de Boa Vista – RR, cujo objeto é “2a Etapa da Retificação do Córrego Caxangá” e não houve liberações financeiras.

4. Índice de Aderência dos recursos aplicados dos Fundos Constitucionais à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Avaliar a aderência dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais com as diretrizes da PNDR, tendo por base os índices de aplicação previstos como metas nas Programações Anuais desses Fundos para os municípios de áreas de tratamento prioritário da PNDR por região geográfica.

- Fonte dos dados:

Relatórios enviados pelos Bancos Operadores.

- Critério de medição:

Será apurado para cada Fundo Constitucional, com base nos índices de aplicação definidos como metas nas Programações Anuais desses Fundos.

a) Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)

Quadro 4.5.8 4. Índice de Aderência dos recursos aplicados dos Fundos Constitucionais à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).-FCO

RESULTADO DO PROCESSO				
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA – GERIR FUNDOS E INCENTIVOS FISCAIS			
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO		
		2014	2015	2016
Financiamentos Concedidos	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA		
		94,7%	90,0%	110,6%

- Análise crítica:

Percebe-se que, nos anos de 2014 e 2015, as metas previstas para o FCO não foram atingidas, visto que os índices de eficiência apurados demonstram que os resultados alcançados ficaram aquém dos objetivos estabelecidos pela PNDR. Todavia, em 2016, como resultado dos esforços dos administradores do FCO (Ministério da Integração Nacional, Condel/Sudeco e Banco do Brasil) o índice de eficiência da aplicação de recursos do Fundo, com tomadores classificados

pela PNDR como prioritários, superou a meta em 10,6%, o que indica plena observância às diretrizes da PNDR.

b) Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE)

Quadro 4.5.9 4. Índice de Aderência dos recursos aplicados dos Fundos Constitucionais à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).-FNE

RESULTADO DO PROCESSO				
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA – GERIR FUNDOS E INCENTIVOS FISCAIS			
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO		
		2014	2015	2016
Financiamentos Concedidos	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA		
		107,3%	113,7%	120,8%

- Análise crítica:

O FNE vem ultrapassando a meta de aplicação de recursos do Fundo em municípios de área de tratamento prioritário pela PNDR ano a ano. Merece destaque o resultado de 2016, quando a meta foi superada em 20,8%, o que demonstra o fiel cumprimento dos objetivos da Política pelos administradores do Fundo, de modo especial pelo Banco do Nordeste do Brasil. Dentre as ações realizadas pelo Banco que justificam esse desempenho podemos destacar a realização de 144 “FNE Itinerante” em municípios da região, evento que tem como principal função divulgar o Fundo aos potenciais tomadores.

c) Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte – FNO

Quadro 4.5.10 4. Índice de Aderência dos recursos aplicados dos Fundos Constitucionais à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).-FNO

RESULTADO DO PROCESSO				
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA – GERIR FUNDOS E INCENTIVOS FISCAIS			
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO		
		2014	2015	2016
Financiamentos Concedidos	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA		
		99,6%	104,1%	113,3%

- Análise crítica:

No tocante ao FNO, verifica-se que os resultados do indicador evidenciam que o Fundo vem cumprindo os objetivos da PNDR, com destaque para o resultado de 2016 em que a meta

estabelecida na programação do Fundo foi ultrapassada em 13,3%. Esse desempenho pode ser justificado principalmente pela atuação do Banco da Amazônia na promoção e na divulgação do Fundo, seja por meio de alianças institucionais com atores representativos da esfera pública, privada e da sociedade civil organizada, bem como por meio de encontros técnicos de planejamento, os quais são organizados pelo próprio Banco e contam com a efetiva participação de seus parceiros institucionais, cuja finalidade é discutir a aplicação eficiente dos recursos financeiros, visando maximizar os benefícios decorrentes dos financiamentos.

5. Índice de capacitação dos Agentes.

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Verificar a número de agentes capacitados para gerir riscos e desastres.

- Fonte dos dados:

Acompanhamento interno da Sedec.

- Critério de medição:

Serão considerados agentes, os servidores das Defesas Civas dos estados e municípios e os voluntários da sociedade civil capacitados.

Quadro 4.5.11 5. Índice de capacitação dos Agentes.

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA – GERIR RISCOS E DESASTRES		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO 2016	
		1º semestre	2º semestre
Agentes Capacitados	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA	
		0%	5,36%

- Análise crítica:

No 1º semestre do exercício de 2016 não houve ações de capacitações de agentes, sendo que no 2º semestre a Sedec capacitou 168 agentes e gestores de proteção e defesa civil, sendo que, desses, 128 capacitados foram servidores da Sedec.

6. Índice de concessão do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC).

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Verificar adesão dos municípios ao Cartão de Pagamento de Defesa Civil.

- Fonte dos dados:

Banco do Brasil

- Critério de medição:

Serão considerados os Municípios com adesão ao sistema.

Quadro 4.5.12 Índice de concessão do Cartão de Pagamento de Defesa Civil (CPDC).

RESULTADO DO PROCESSO		
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA – GERIR RISCOS E DESASTRES	
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO 2016
Cartão Concedido	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA
		-

- Análise crítica:

O CPDC é o meio de pagamento exclusivo para os recursos federais repassados para ações de resposta. A ferramenta foi instituída em 2011 com o objetivo de garantir maior agilidade e transparência na execução dos recursos federais. O CPDC ainda não alcançou a agilidade almejada para atendimento, mas vem tendo papel importante no controle social e na transparência dos gastos da Administração Pública. Analisando os entraves para se alcançar uma maior agilidade, verificamos que a falta ou o erro no envio dos dados bancários ainda se configura como o principal problema.

Quanto à adesão dos municípios no ano de 2016, não foi possível aferir o indicador por falta de informação por parte do Banco do Brasil. Ressalta-se que na data de 10 de fevereiro de 17 foi solicitado o levantamento dos municípios brasileiros que abriram contas na sistemática do CPDC por meio do Ofício nº 250/SEDEC/DAG/CGAG/CA/DG e até o momento não se teve resposta.

Ressalte-se que o desejável seria o alcance de 100% de eficiência no índice de adesão dos municípios ao Cartão de Pagamento da Defesa Civil e que estão sendo desenvolvidas ações para o alcance desse resultado.

7. Índice de adesão ao Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID).

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Verificar a adesão dos municípios ao S2ID.

- Fonte dos dados:

Banco de dados do S2ID.

- Critério de medição:

Serão considerados os Municípios com adesão ao sistema.

Quadro 4.5.13 Índice de adesão ao Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID).

RESULTADO DO PROCESSO		
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA – GERIR RISCOS E DESASTRES	
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO 2016
Municípios inscritos do S2ID	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA
		64,93%

- Análise crítica:

Os valores obtidos por meio desse índice são representativos quando se consideram os atuais 5.570 municípios brasileiros. Fica evidenciado que mais de 60% desses municípios têm acesso ao Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2ID). Apesar de 64,9% dos municípios brasileiros, em média, estarem registrados no S2ID, devem-se ainda envidar esforços no sentido de aumentar esse índice para que a totalidade dos municípios tenha conhecimento sobre o Sistema, bem como das ações de Proteção e Defesa Civil.

Ressalte-se que o desejável seria o alcance de 100% de eficiência no índice de adesão dos municípios ao S2ID.

8. Índice de integração de Órgãos Municipais (OM) de Defesa Civil ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec).

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Verificar a adesão dos Órgãos Municipais de Defesa Civil ao Sinpdec.

- Fonte dos dados:

Banco de dados do S2ID e Relatório do Banco do Brasil

- Critério de medição:

Serão considerados os Municípios cadastrados no S2ID e ao CPDC.

Quadro 4.5.14 Índice de integração de Órgãos Municipais (OM) de Defesa Civil ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec).

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	IMPLEMENTAR POLÍTICA – GERIR RISCOS E DESASTRES		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO 2016	
		1º semestre	2º semestre
Adesão das Defesas Cíveis municipais no SINPDEC	Estados, Municípios e outros Entes Federados	EFICIÊNCIA	
		33,43%	33,68%

- Análise crítica:

Objetivando organizar, prever e coordenar as atividades públicas referentes à atuação nas áreas de proteção e defesa civil nos municípios, esse índice deve refletir a consciência das autoridades locais quanto à importância de inserção no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sinpdec). O desejável é que sejam desenvolvidas ações para o alcance de 100% de eficiência de adesão.

9. Distribuição de manifestações por tipo em determinado período.

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Divulgar o quantitativo de manifestações recebidas por tipo de manifestação, para auxiliar na tomada de decisões e melhoria da gestão.

- Fonte dos dados:

SisOuvidor.

- Critério de medição:

O indicador considera todas as manifestações recebidas, inclusive das entidades vinculadas ao MI, independente do seu status. Os tipos de manifestações consideradas são: reclamação, denúncia, elogio, sugestão e solicitações (são consideradas todas as demais demandas).

Quadro 4.5.15 Distribuição de manifestações por tipo em determinado período

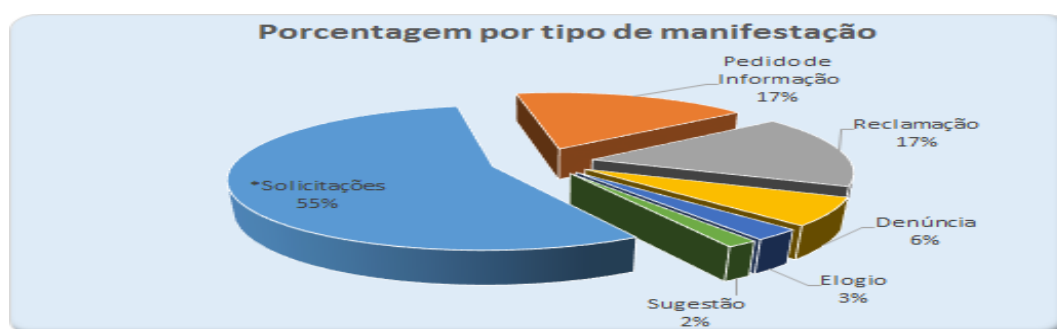
RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	ATENDIMENTO AO CIDADÃO		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO 2016	
		TIPO DE MANIFESTAÇÃO	QUANTITATIVO
Tipos de manifestação	Cidadão	Solicitação	663
		Pedido de Informação	209
		Reclamação	199
		Denúncia	76
		Elogio	31
		Sugestão	20

- **Análise crítica:**

No ano de 2016, a maioria das manifestações recebidas foi referente à “Solicitação”, 55%, que são assuntos diversos, como por exemplo, informações sobre pagamento dos recursos referente ao programa Bolsa Estiagem ou como implantar cisterna (Programa Água para Todos) na residência.

Essa nomenclatura foi adotada pela Ouvidoria para que os “Pedidos de Informação” fiquem então restritos aos serviços prestados pelo SIC.

É importante ressaltar que, com exceção da Sudeco, as demais vinculadas ainda utilizam a nomenclatura “Pedido de Informação”. Dessa forma, esse termo ainda aparece nas estatísticas deste relatório, representando 17% das manifestações recebidas no período.

Figura 4.5.1 Porcentagem por tipo de manifestação

10. Identificação dos 5 assuntos mais demandados.

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Apresentar o quantitativo de manifestações recebidas por assunto e listar os cinco mais demandados.

- Fonte dos dados:

SisOuvivor.

- Critério de medição:

O indicador considera todas as manifestações recebidas, independente do seu status

Quadro 4.5.16 Identificação dos 5 assuntos mais demandados.

RESULTADO DO PROCESSO		
PROCESSO:	ATENDIMENTO AO CIDADÃO	
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO 2016
		ASSUNTOS MAIS DEMANDADOS
Assuntos mais demandados	Cidadão	Quadro de Funcionários DNOCS
		Fundo Constitucional de financiamento do Centro-Oeste – FCO
		Rede Nacional de Emergência de Rádio Amadores - RENER
		Duração, etapas e ao andamento das obras do PISF
		Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE
		Programa Água para Todos - APT

- Análise crítica:

No ano de 2016, foram recebidos um total de 1.198 manifestações pelo canal de atendimento da Ouvidoria, SISOUVIDOR. O primeiro assunto mais demandado “Quadro de funcionários do Dnocs”, teve um total de 49 manifestações. Em segundo lugar, temos as solicitações de informações sobre FCO, que são recebidas por este Ministério e encaminhadas para o Dnocs e Sudeco, responsáveis pela resposta. Informações sobre a Rede Nacional de Emergência de Radioamadores (Rener) e o Projeto Integração do Rio São Francisco (Pisf) obtiveram um total de 41 e 40, respectivamente. Em quinto lugar, empataram, com 35 manifestações, outros pedidos de informações acerca da Sudene e Água para Todos.

11. Percepção do grau de satisfação do cidadão.

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Demonstrar o percentual de satisfação em relação à resposta pela visão do cidadão.

- Fonte dos dados:

Planilha de pesquisa do Google.

- Critério de medição:

Não tem

Quadro 4.5.17 Percepção do grau de satisfação do cidadão.

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	ATENDIMENTO AO CIDADÃO		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO 2016	
		PERCEPÇÃO	QUANTITATIVO
Grau de satisfação do cidadão	Cidadão	SATISFATÓRIAS	43
		PARCIALMENTE SATISFATÓRIAS	9
		INSATISFATÓRIAS	8

- Análise crítica:

A pesquisa de satisfação foi implantada em março de 2014 por meio de um link em que o cidadão, ao receber sua resposta por e-mail, poderá acessá-lo e preencher um formulário.

Conforme demonstrado, entre janeiro e dezembro de 2016, foram registradas 60 opiniões, que representam um percentual de 5% do total de 1.198 manifestações registradas. Pelo levantamento, 43 cidadãos, estão satisfeitos com as respostas recebidas.

Ainda, verifica-se que 75% dos cidadãos participantes da pesquisa de satisfação, consideram como muito importante o papel da Ouvidoria.

Apesar da baixa participação na pesquisa, os números já servem de amostragem para verificar a atuação do MI junto ao cidadão.

12. Quantidade de relatórios de Tomada de Contas Especiais (TCEs) concluídos.

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Somatório dos relatórios de Tomada de Contas Especiais no período.

- Fonte dos dados:

Planilha de Controle.

- Critério de medição:

TCEs concluídas: número de relatórios de TCEs concluídos por período.

Serão contabilizados os Relatórios originais e complementares. O período corresponde às datas iniciais e finais selecionadas. Os dados serão apresentados pelo quantitativo anual.

Quadro 4.5.18 Quantidade de relatórios de Tomada de Contas Especiais (TCEs) concluídos.

RESULTADO DO PROCESSO		
PROCESSO:	INSTAURAÇÃO DE TCE	
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO
		2016
Tomada de Contas Especiais concluídas	CIDADÃO	SOMATÓRIO TOTAL DE TCE'S CONCLUÍDAS
		60

- Análise crítica:

A quantidade de processos aqui identificada se refere somente aos processos que resultaram em TCEs no ano de 2016. No entanto faz parte também do desempenho operacional do Setor os processos correlatos à TCE e que tiveram quantitativo relevante conforme descritos a seguir: 84 processos referentes à julgamento de TCE pelo Tribunal de Contas da União e 11 processos de inscrição de Diversos Responsáveis que impactaram em análise e registros contábeis pela Coordenação de Contabilidade (CCONT).

13. Processos analisados com débito.

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Identificar a razão percentual entre o total dos processos com débito apurados pela Coordenação de Acompanhamento de Diligências e de TCE (CDTCE) e o montante de processos analisados pela Coordenação Geral de Prestação de Contas de Convênios (CGCONV), em um mesmo período.

- Fonte dos dados:

a) Quadro – medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário; e

b) Planilhas – numeração de parecer e numeração de informação financeira.

- Critério de medição:

Total de processos com débito: o valor será obtido a partir da elaboração do quadro que compõe o relatório de gestão por parte da CDTCE de todo início de exercício.

Total de processos analisados: o total das análises será obtido a partir do controle de numeração dos pareceres e informações financeira, cujo principal objetivo é atender ao relatório de metas dos servidores da CGCONV.

Quadro 4.5.19 Processos analisados com débito

RESULTADO DO PROCESSO		
PROCESSO:	INSTAURAÇÃO DE TCE	
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO
		2016
Percentual entre o total de processos com débito e o montante de processos analisados	CIDADÃ O	PROCESSOS COM DÉBITO
		45,12%

- Análise crítica:

O total de processos com débito e o total de processos analisados foram extraídos dos controles de expedição de notificação da Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios (CGCONV).

O percentual obtido é uma aproximação, ou seja, não podemos afirmá-lo como exato, tendo em vista que o mesmo processo pode ser objeto de análise em mais de uma ocasião no mesmo exercício.

Todos os processos, que são objeto de diligência por parte da CGCONV, possuem um dano potencial intrínseco, o qual só se confirmará a partir da resposta ou da falta desta, mas no presente cálculo, não foi considerado como débito os casos de solicitação de documentação complementar e de prestação de contas.

14. Processos com determinação para instauração de TCE.

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Identificar o estoque de processos com determinação do ordenador de despesa que aguardam instauração de TCE.

- Fonte dos dados:

Planilha de Controle de entrada de processos.

- Critério de medição:

O período corresponde às datas iniciais e finais selecionadas.

Quadro 4.5.20 Processos com determinação para instauração de TCE

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	INSTAURAÇÃO DE TCE		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO	
		2016	
Quantidade de processos com determinação de TCE	CIDADÃO	QUANTIDADE DE PROCESSOS	
		1º semestre	2º semestre
		33	30

- Análise crítica:

O total de processos recebidos pela unidade no exercício de 2016 foram de 63 processos, sendo 33 no 1º semestre e 30 no segundo semestre conforme quadro acima. Desse total, foram transferidos três processos para 2017 para elaboração de seus respectivos Relatórios de TCE, tendo em vista demanda maior que o quantitativo de pessoal Técnico qualificado na elaboração dos trabalhos.

15. Taxa de Rotatividade.

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Acompanhar a rotatividade dos servidores do MI e gerar dados de acompanhamento e comparações destinados a desenvolver diagnóstico para fins gerenciais que podem apoiar a definição de ações estratégicas.

- Fonte dos dados:

Sistema SIAPE.

- Critério de medição:

Consideram-se servidores ativos aqueles ocupantes de cargo efetivo ou de cargos em comissão sem vínculo. Os dados serão demonstrados por situação de vínculo funcional e total.

Número de exclusões: É o número total de servidores excluídos no período (incluindo aposentados e redistribuições).

Número de inclusão: É o número total de inclusões no período.

Período corresponde às datas iniciais e finais selecionadas.

Quadro 4.5.21 Taxa de Rotatividade.

RESULTADO DO PROCESSO				
PROCESSO:	EXCLUSÃO DE SERVIDOR			
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO		
		2016		
Percentual de rotatividade dos servidores	CIDADÃO	PERCENTUAL DE ROTATIVIDADE		
			1º semestre	2º semestre
		Efetivo	1,63%	1,36%
		Comissionado	28,95%	17,99%
		TOTAL	30,58%	19,35%

- Análise crítica:

A taxa de rotatividade, também chamada de taxa de "*turnover*" é o índice que representa a taxa média de exonerações ou de vacância de servidores, acrescido do número de servidores nomeados, divididos pelo número de servidores existentes no período.

No presente caso foi considerado para apurar a referida taxa os servidores dos Quadros de Pessoal do Órgão, ou seja, os servidores ocupantes de cargos de provimentos efetivos e aqueles que ocupam unicamente cargo em comissão sem vínculo efetivo com a administração pública.

A taxa de rotatividade mede a renovação da mão de obra do órgão, sendo vista como uma oxigenação da força de trabalho, isso pode ser bom ou mesmo ruim. Poderia considerar-se bom se os servidores que deixassem o quadro de pessoal do órgão pudessem ser substituídos imediatamente por outros, de nível profissional igual ou mesmo superior, no entanto, não é isso que acontece na administração pública federal, principalmente no que se refere aos servidores ocupantes de cargos efetivos.

Na iniciativa privada, estudos demonstram que a produtividade sem rotatividade permanece linear. Já com a rotatividade, esta produtividade no primeiro momento declina, chegando ao nível mais baixo, enquanto a vaga não é preenchida. Mas, com o preenchimento da vaga, em pouco tempo volta a atingir a produtividade anterior, para finalmente, superar e se estabilizar em patamares mais elevados, em relação à produtividade anterior quando a reposição, obviamente, é bem efetuada pela organização. Tal constatação é reforçada por Satava (2003), que afirma que a perda de funcionários faz parte dos negócios, porém, alerta que uma taxa superior a 20% é desnecessária e um desperdício.

Já na administração pública direta do Governo Federal, desconhecemos a existência de qualquer trabalho que possa subsidiar ou mesmo embasar a nossa manifestação em relação a esse item. Portanto, diante de tais evidências, mesmo não existindo um índice ideal de rotatividade, pode-se afirmar que índices médios, entre dez e vinte por cento, propiciam às empresas um desempenho superior em relação às empresas que possuem baixo índice de rotatividade (em torno de cinco por cento) e alto índice de rotatividade (entre trinta e quarenta por cento), que é a média das empresas brasileiras.

A taxa de rotatividade de servidores ocupantes de cargos efetivos foi de 1,63% e de 1,36% nos dois semestres de 2016, que representa uma diminuição na força de trabalho do órgão de dez servidores, já que o órgão no mês de dezembro de 2016 contava com 332 servidores efetivos. Registre-se que essa rotatividade nos anos de 2013 a 2015 foi bem mais elevada do que os atuais índices.

Ressalte-se também, que o MI não obteve autorização para realizar concursos públicos para substituir a perda de servidores efetivos ocorridas nos exercícios de 2013 a 2016. Com isso, o Órgão vem a cada ano perdendo a sua força de trabalho, capacitada e treinada para conduzir as suas atividades institucionais, sem poder recompô-la.

Entre os servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão, que se trata de cargos de livre provimento, no exercício de 2016, foi constatado o índice de 28,95% e de 17,99%, no primeiro e no segundo semestre, respectivamente. Os índices apresentados são considerados elevados e justificam-se em razão do livre provimento dos cargos e do início da gestão do Ministro Helder Zühluth Barbalho, que substituiu servidores nomeados por gestões anteriores, por servidores de sua confiança.

16. Tempo médio de exclusões.

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Identificar o tempo médio para exclusão do servidor de ponta a ponta, desde a solicitação até a efetivação da exclusão (arquivamento) por período.

- Fonte dos dados:

Base de dados do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

- Critério de medição:

O período é utilizado para filtrar a seleção de exclusões a serem consideradas no cálculo, fornecendo as datas inicial e final.

Os dados serão demonstrados por situação de vínculo funcional (cargo efetivo ou de cargos em comissão com ou sem vínculo) e total.

Data de arquivamento: data final do processo, quando a exclusão é concluída.

Data de solicitação: data de recebimento da solicitação de exclusão pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP).

Quadro 4.5.22 Tempo médio de exclusões.

RESULTADO DO PROCESSO			
PROCESSO:	EXCLUSÃO DE SERVIDOR		
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO	
		2016	
Tempo médio para excluir um servidor	CLIENTE	TEMPO MÉDIO DE EXCLUSÃO	
		Tipo de vínculo	Tempo médio
		Servidor efetivo	40
		Servidor comissionado	29
		Servidor efetivo com cargo em comissão	29

- Análise crítica:

O Tempo Médio de Exclusões é o tempo entre o recebimento CGGP do expediente que motivará a exoneração ou a vacância do servidor e a data do pagamento do acerto de contas em favor do servidor exonerado ou que teve o seu cargo declarado desocupado. Sobre esse índice também não é do conhecimento desta CGGP que exista estudos no âmbito da administração pública direta do Governo Federal que trate do assunto.

Registre-se que na Administração Pública Federal Direta, a gestão do cadastro e das folhas de pagamentos dos servidores ocorrem exclusivamente via Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), gerenciado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG), e na forma determinada nos autos da Portaria nº 110, de 26 de maio de 2014, publicada no DOU do dia 27 de maio de 2014, da Secretaria de Gestão Pública daquele Ministério, os pagamentos de servidores devem ocorrer exclusivamente por meio do Siape. Com isso, uma exoneração que ocorre após o fechamento da folha de pagamento do mês em que foi publicada a exoneração, só terá o pagamento do acerto de contas na folha de pagamento do mês seguinte.

Frise-se que a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Funções Públicas Federais, não trata sobre o assunto.

Diferentemente dos empregados regidos pela CLT, que no seu art. 477, § 6º, tem-se as seguintes regras no que se refere à data final para pagamento das verbas rescisórias: pagamento até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; e pagamento até o 10º (décimo) dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ocorrência de aviso prévio indenizado, dispensa por justa causa em que não se aplica o instituto do aviso prévio e pedido de demissão com dispensa ou sem o cumprimento do aviso prévio.

As unidades da CGGP que estão envolvidas na atividade de exclusão de servidor são: Gabinete da Própria Coordenadora Geral de Gestão de Pessoas; a Coordenação de Desenvolvimento e Legislação (Codel), a Divisão de Legislação da Coordenação Desenvolvimento e Capacitação (DLEP/Codel), a Coordenação de Gestão de Pessoal (Cogep), e a Divisão de Pagamento da Coordenação de Gestão de Pessoal (DPAG/Cogep), contabilizando um total de oito servidores.

As unidades ora citadas são responsáveis pela condução de várias outras atribuições, e não é porque executam outras atribuições que o Tempo Médio de Exclusão do Servidor Efetivo é de 40 dias e do Servidor Comissionado e do Servidor Efetivo com Cargo Comissionado é de 29 dias. Registre-se que entre a chegada do processo na CGGP e a publicação no DOU do ato de exoneração ou de vacância do cargo, decorrem no máximo em média 15 (quinze) dias.

Verificamos que o fato da obrigatoriedade do pagamento decorrente do acerto de contas só ocorrer via Siape e do cronograma de alimentação das folhas de pagamento e dos registros cadastrais serem encerrados em média, entre os dias 15 e 20 de cada mês, contribuem para extensão do prazo para conclusão da atividade, pois qualquer pagamento cuja conclusão do processo tenha ocorrido após o fechamento da folha, só será efetivado na folha de pagamento do mês imediatamente posterior.

Entendemos que a diminuição desse tempo médio só seria possível se o pagamento do acerto de contas deixasse de ser obrigatório via Siape, e passasse a ser via ordem bancária emitida pelo Siafi.

17. Gasto com capacitação

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Identificar o valor total gasto com capacitação no período informado.

- Fonte dos dados:

Planilha de Controle de Cursos.

- Critério de medição:

Será verificado o valor disponível anualmente (após o contingenciamento, caso exista) para capacitação MI (ação 2000).

Quadro 4.5.23 Gasto com capacitação

RESULTADO DO PROCESSO					
PROCESSO:	CAPACITAR SERVIDOR				
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO			
		2016			
Valor gasto com capacitação	CIDADÃO	VALOR GASTO			
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
		R\$ 39.204,00	R\$ 91.018,72	R\$ 201.157,16	R\$ 108.221,12

- Análise crítica:

Os valores declarados no quadro acima referem-se a quantitativos individuais de cada trimestre. Sendo assim o valor total aplicado em capacitação é de R\$ 439.601,00 e o valor disponibilizado para ações de capacitação no órgão é de R\$ 700.000,00. Além disso o quantitativo de cursos realizados em 2016 foi abaixo do previsto, tendo em vista o recorrente cancelamento de cursos individuais e a falta de quórum em cursos de turma fechada, impossibilitando a sua realização. Ressalte-se que foi estimada 800 ações de capacitação.

18. Percentual de servidor capacitado.

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Identificar a quantidade total de servidores capacitados por unidade no período.

- Fonte dos dados:

Planilha de Controle de Cursos.

- Critério de medição:

Os dados serão apresentados por Secretaria e total MI.

Quadro 4.5.24 Percentual de servidor capacitado

RESULTADO DO PROCESSO					
PROCESSO:	EXCLUSÃO DE SERVIDOR				
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO			
		2016			
Percentual de Servidor capacitado	CIDADÃO	PERCENTUAL DE SERVIDOR CAPACITADO			
		UNIDADE	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre
					4º trimestre
		SDR	1,36%	28,37%	16,86%
		SEDEC	2,12%	27,06%	4,61%
		SIH	18,10%	6,14%	16,07%
		SENIR	6,06%	15,62%	50%
		SECEX	6,15%	19,89%	11,17%
		CONJUR	5,55%	0	6,25%
		GM	1,66%	4,47%	1,53%
		SFRI	0	1,12%	0
		Total	41	112	75
					43

- Análise crítica:

O quantitativo de cursos realizados em 2016 foi abaixo do previsto, tendo em vista o recorrente cancelamento de cursos individuais e a falta de quórum em cursos de turma fechada, impossibilitando a sua realização. Ressalte-se que foi estimada 800 ações de capacitação.

19. Taxa de execução do Plano Anual de Capacitação.

Pontos importantes a serem abordados:

- Objetivo:

Identificar o percentual de cursos realizados em relação à quantidade de cursos previstos no PAC.

- Fonte dos dados:

Planilha de Controle de Cursos e valor divulgado no PAC.

- Critério de medição:

Curso realizado: capacitações realizadas.

Curso previsto: quantidade de cursos previstos no PAC do MI.

Quadro 4.5.25 Taxa de execução do Plano Anual de Capacitação

RESULTADO DO PROCESSO		
PROCESSO:	CAPACITAR SERVIDOR	
PRODUTO	CLIENTE	NÍVEL DE RESULTADO
		2016
Percentual de curso realizado	CIDADÃO	PERCENTUAL TOTAL DE CURSOS
		22,95%

- Análise crítica:

O quantitativo de cursos realizados em 2016 foi abaixo do previsto, tendo em vista o recorrente cancelamento de cursos individuais e a falta de quórum em cursos de turma fechada, impossibilitando a sua realização. Por esse motivo, a Coordenação conseguiu alcançar apenas 22,95%, sendo desejável algo em torno de 90% de execução dos cursos previstos no Plano Anual de Capacitação. Ressalte-se que foi estimada 800 ações de capacitação.

Conclusão

Dando continuidade aos trabalhos realizados pelo Escritório de Processos no exercício de 2016, no qual uma das fases trata do Mapeamento dos Processos com melhorias posteriores e consequente medição e coleta de indicadores dos Macroprocessos, foram levantados e mapeados os processos de Gestão da Informação, Elaboração do PPPA e Elaboração do PLOA, ambos da unidade da Coordenação Geral Planejamento e Melhoria da Gestão – CGPM. Na ocasião do levantamento dos indicadores, observou-se que se aplicam somente para uso interno da área, não tendo representatividade para divulgação no Relatório de Gestão. Sendo assim, optou-se por não os acrescentar no rol de indicadores a serem coletados.

5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1. Descrição das estruturas de governança

O sistema de governança reflete a maneira como os atores se organizam, interagem e procedem para obter boa governança. Envolve, portanto, as estruturas administrativas (instâncias), os processos de trabalho, os instrumentos (ferramentas, documentos etc), o fluxo de informações e o comportamento de pessoas envolvidas direta, ou indiretamente, na avaliação, no direcionamento e no monitoramento da organização.

Para auxiliar na sua gestão, o Ministério conta com os seguintes sistemas de governança coordenados pela Secretaria Executiva:

5.1.1. Escritório de Processos (EP)

a) **Norma de instituição e de regência do Escritório:** Instituído por meio da Portaria nº 08, de 22 de março de 2013, o Escritório de Processos teve o seu modelo de governança, definido por meio da Portaria 450, de 23 de dezembro de 2014, sendo responsável por consolidar práticas voltadas ao estabelecimento da cultura da gestão por processo nas unidades da sua estrutura organizacional.

b) **Atribuições:** O EP tem por atribuições:

- planejar e coordenar as ações com vistas à implantação da gestão por processos no Ministério;
- adequar os macroprocessos e processos organizacionais de acordo com as alterações da estratégia do órgão;
- prestar consultoria interna na metodologia adotada nas iniciativas de elaboração, modelagem e transformação de processos;
- apoiar e acompanhar iniciativas de melhoria de processos;
- disseminar o conhecimento e benefícios da gestão por processos;
- avaliar e gerir o portfólio de processos e a sua governança;
- realizar a interlocução entre os representantes do EP e instância superior; e
- apoiar a construção de indicadores de desempenho de processos e acompanhar os resultados gerados.

c) **Forma de atuação:** O EP, cujo papel é zelar pelas documentações, coordenar o mapeamento e a implantação das melhorias dos processos em suas unidades, é composto por representantes da Secretaria Executiva (Departamento de Gestão Interna - DGI, Coordenação Geral de Tecnologia da Informação - CGTI e Coordenação Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão – CGPM, do Gabinete do Ministro, da Secretaria Nacional de Irrigação – Senir, da Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais - SFRI, da Secretaria de Desenvolvimento Regional – SDR, da Secretaria de Infraestrutura Hídrica – SIH e da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – Sedec.

A coordenação do EP será desempenhada por servidor indicado pelo Secretário Executivo e a secretaria executiva do Escritório é exercida pela CGPM, responsável

por assessorar as unidades do MI na execução dos trabalhos de gestão por processos; zelar pela metodologia da gestão por processos; dar suporte para as ações definidas pelo EP; propor cronograma e periodicidade das atividades; organizar as reuniões e demais eventos e elaborar registros; manter atualizada a documentação gerada pelo EP e divulgar os trabalhos da gestão por processos.

Ainda conta com um Comitê Estratégico, composto por Coordenador do EP, Diretor do Departamento de Gestão Estratégica, Coordenador Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão, Coordenador de Melhoria da Gestão e Coordenador Geral de Tecnologia da Informação, ao qual compete definir as estratégias e prioridades dos trabalhos a serem desenvolvidos, monitorar a implementação, revisar periodicamente as estratégias e buscar os meios e os recursos para execução dos projetos e funcionamento do EP.

5.1.2. Comitê de Convênios

Esse Comitê objetiva discutir e propor melhorias aos processos e às rotinas para a gestão de convênios

- a) **Norma de instituição e de regência do Comitê:** Portaria MI nº 555, de 4 de outubro de 2012, e Portaria SECEX/MI nº 077, de 22 de março de 2013, que designou seus membros.
- b) **Atribuições:** Discutir e propor melhorias aos processos e às rotinas para a gestão de convênios.
- c) **Forma de atuação:** O Comitê reunir-se-á com frequência semestral e, extraordinariamente, quando da existência de assuntos que justifique a sua convocação.

5.1.3. Comitê de Desenvolvimento de Pessoas - CDP

- a) **Norma de instituição e de regência do Comitê:** Portaria nº 438, de 2 de dezembro de 2016, cria o Comitê de Educação Corporativa, e Portaria nº 447, de 9 de dezembro de 2016, que designa os membros.
- b) **Atribuições:** estabelecer as prioridades de capacitação, formular sugestões para melhoria de desempenho, descrever objetivos educacionais, fornecer bases sólidas para o desenho instrucional, estimular os servidores a participarem da construção e da execução de ações educacionais e alinhar os treinamentos oferecidos aos objetivos e às competências estratégicas do Ministério.
- c) **Forma de atuação:** O Comitê se reúne para proposição da Avaliação de Necessidades de Capacitação, para desenho dos cursos pós publicação do Plano Anual de Capacitação - PAC e para acompanhamento da execução do PAC

5.1.4. Comitê Diretivo de Governança Digital do MI

Esse Comitê objetiva definir e aprovar a estratégia da política de informática para o Ministério e suas entidades vinculadas.

a) **Norma de instituição e de regência do Comitê:** Portaria MI nº 195, de 11 de julho de 2016, que revoga as Portarias MI nºs 402, de 11 de julho de 2012 e 365, de 16 de outubro de 2014.

b) **Atribuições:** (i) definir e aprovar a estratégia da política de informática para o Ministério por meio de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); (ii) definir e aprovar padrões, políticas, procedimentos e normas do uso da internet e da intranet no ambiente do Ministério; (iii) estabelecer diretrizes para a modernização dos sistemas de informação e comunicação do MI; (iv) coordenar e articular a implantação de programas e projetos para a racionalização da aquisição e da utilização da infraestrutura, dos serviços e das aplicações de tecnologia da informação e comunicações, no âmbito do Ministério; (v) estabelecer diretrizes e estratégias para o planejamento da oferta de serviços e de informações, por meio eletrônico, pelo Ministério; (vi) definir padrões de qualidade para as formas eletrônicas de interação; (vii) coordenar a implantação de mecanismos de racionalização de gastos e de apropriação de custos na aplicação de recursos em tecnologia da informação e comunicações, no âmbito do Ministério; (viii) estabelecer níveis de serviço para a prestação de serviços e informações, por meio eletrônico; (ix) aprovar política de atendimento aos usuários dos recursos de tecnologia da informação; (x) criar Grupo de Trabalho, sempre que necessário, para realizar tarefas específicas de interesse do Comitê.

c) **Forma de atuação:** Apesar de o Comitê ainda não ter a sua forma de atuação definida, conforme previsto no art. 5º da Portaria nº 195, de 2016, as suas deliberações têm sido registradas em atas.

5.1.5. Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação do MI e das Entidades Vinculadas

a) **Norma de instituição e de regência do Comitê:** Portaria nº 542, de 20 de setembro de 2012.

b) **Atribuições:** (i) definir e aprovar a estratégia da política de informática para o Ministério e suas entidades vinculadas por meio de planejamento estratégico de tecnologia da informação, que integra as ações dos referidos órgãos; (ii) definir e aprovar padrões, políticas, procedimentos e normas gerais do uso da internet e da intranet no ambiente do Ministério e de suas entidades vinculadas; (iii) estabelecer diretrizes para a modernização dos sistemas de informação e comunicação do Ministério de suas entidades vinculadas; (iv) coordenar e articular a implantação de programas e projetos para a racionalização da aquisição e da utilização da infraestrutura, dos serviços e das aplicações de tecnologia da informação e comunicações, no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas; (v) estabelecer diretrizes e estratégias para o planejamento da oferta de serviços e de informações, por meio eletrônico, pelos órgãos e pelas entidades vinculadas do Ministério; (vi) definir padrões de qualidade para as formas eletrônicas de interação; (vii) coordenar a implantação de mecanismos de racionalização de gastos e de apropriação de custos na aplicação de recursos em tecnologia da informação e comunicações, no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas; (viii) estabelecer diretrizes para definição de níveis de serviço de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério; (ix) definir diretrizes para a política de atendimento aos usuários dos recursos de Tecnologia da Informação no âmbito do

Ministério; (x) criar Grupo de Trabalho, sempre que necessário, para realizar tarefas específicas de interesse do Comitê.

c) **Forma de atuação:** Apesar do Comitê ainda não ter a sua forma de atuação definida, conforme previsto no art. 3º da Portaria nº 542, de 2012, ele possui encontros anuais, na ocasião em que também se realiza o Encontro de Governança de TI do MI e as suas deliberações são registradas em atas.

5.1.6. Comitê de Gestão das páginas da Internet e da Plataforma Integra

a) **Norma de instituição e de regência do Comitê:** Portaria nº 101, de 06 de março de 2014, que revoga a Portaria MI nº 236, de 18 de abril de 2012.

b) **Atribuições:** (i) receber, analisar e propor a publicação de temas desenvolvidos pelas diferentes áreas do MI; (ii) manter atualizados os conteúdos institucionais publicados nas páginas do MI, tanto na internet, quanto nas áreas institucionais da plataforma de apoio; (iii) propor modelos de gestão de informações e conhecimento para as páginas da internet e da plataforma de apoio do MI, definindo as ações, critérios de utilização, responsabilidades, prazos e demais procedimentos; (iv) zelar pela boa utilização das páginas da internet e da plataforma de apoio do MI, podendo alterar conteúdos julgados inadequados às diretrizes estabelecidas no modelo de gestão; (v) convocar reuniões, conforme a necessidade de deliberação conjunta.

c) **Forma de atuação:** Apesar de o Comitê não ter previsto a definição da sua forma de atuação, a Plataforma de Apoio à Gestão de Informações e Conhecimentos possui documento de Modelo de Gestão-versão 3.0 e os encontros são registrados, bem como as deliberações são registradas em atas.

5.1.7. Acesso à Internet e Intranet

a) **Norma de instituição e de regência:** Portaria nº 86, de 17 de novembro de 2015.

b) **Atribuições:** Estabelecer responsabilidades e requisitos básicos aos usuários que utilizam os recursos de tecnologia da informação para acesso à Internet e Intranet no Ministério da Integração Nacional.

c) **Forma de atuação:** compete à CGTI planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relativas à administração dos recursos de informação e de informática para suportar o controle de acesso à Internet e Intranet., bem como, periodicamente, gerar relatórios gerenciais que constem os *sites* acessados pelos usuários. Compete à CGTI, à Assessoria de Comunicação Social (Ascom) e à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) manter um processo permanente de divulgação das diretrizes e procedimentos constantes nesta portaria, bem como capacitar, conscientizar e sensibilizar os usuários à correta conduta na utilização da Internet e Intranet no Ministério.

5.1.8. Comitê Diretivo de Segurança da Informação e das Comunicações

a) **Norma de instituição e de regência do Comitê:** Portaria nº 477, de 23 de outubro de 2013.

b) **Atribuições:** (i) assessorar na implementação das ações de segurança da informação e das comunicações do Ministério; (ii) elaborar e submeter ao Ministro

de Estado propostas de normas e políticas de uso dos recursos de informação, tais como: classificação das informações; gerenciamento de identidade e controle de acesso lógico; controle de acesso físico; controle de acesso à Internet; utilização do correio eletrônico; utilização de equipamentos de tecnologia da informação e das comunicações; utilização de programas e aplicativos; utilização de armazenamento lógico; monitoração e auditoria de recursos tecnológicos; e contingência e continuidade dos serviços de tecnologia da informação e das comunicações; (iii) Rever periodicamente a Política de Segurança da Informação e das Comunicações (POSIC), a Política de Gestão de Riscos de Segurança da Informação e das Comunicações (PGRSIC) e normas relacionadas; (iv) dirimir dúvidas e deliberar sobre questões não contempladas na POSIC, PGRSIC e normas relacionadas; (v) propor e acompanhar planos de ação para aplicação da POSIC, assim como campanhas de conscientização dos usuários; (vi) receber e analisar as comunicações de descumprimento das normas referentes à POSIC e à PGRSIC deste Ministério, apresentando parecer à autoridade/órgão competente a sua apreciação; (vii) constituir grupos de trabalho para tratar de temas específicos; e (viii) solicitar, sempre que necessário, a realização de auditorias pelo Departamento de Gestão Estratégica relativamente ao uso dos recursos de tecnologia da informação e das comunicações, no âmbito do Ministério.

c) Forma de atuação: compete à CGTI planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relativas à administração dos recursos de informação e de informática para suportar o controle de acesso à Internet e Intranet., bem como, periodicamente, gerar relatórios gerenciais que constem os *sites* acessados pelos usuários. Compete à CGTI, à Assessoria de Comunicação Social (Ascom) e à Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) manter um processo permanente de divulgação das diretrizes e procedimentos constantes nesta Portaria, bem como capacitar, conscientizar e sensibilizar os usuários à correta conduta na utilização da Internet e Intranet no Ministério.

5.1.9. Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais-ETIR

a) Norma de instituição e de regência da Equipe: Portaria nº 60, de 13 de outubro de 2015.

b) Atribuições: (i) planejar, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relativas à administração dos recursos de informação e de informática para dar suporte à ETIR; e (ii) prover os meios necessários para a capacitação e o aperfeiçoamento técnico dos membros da equipe, bem como prover a infraestrutura necessária. Compete à ETIR receber, analisar e responder às notificações e atividades relacionadas a incidentes de segurança em redes de computadores.

c) Forma de atuação: A agenda de trabalho da ETIR será construída com base no entendimento dos setores que a compõem. A Equipe deverá manter um processo permanente de divulgação desta Portaria, bem como capacitar, conscientizar e sensibilizar os usuários à correta conduta dos procedimentos aqui disciplinados. O Agente Responsável fará a interface com o Centro de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança em redes de Computadores da Administração Pública Federal -CTIR GOV, e será o responsável por criar os procedimentos internos, gerenciar as atividades e distribuir tarefas para a ETIR.

5.1.10. Política de Segurança da Informação e das Comunicações-POSIC

- a) **Norma de instituição e de regência da Política:** Portaria nº 23, de 29 de novembro de 2013.
- b) **Atribuições:** Divulgar, na forma desta Portaria e do respectivo Anexo, a Política de Segurança da Informação e das Comunicações (POSIC)
- c) **Forma de atuação:** A POSIC poderá ser revista, sempre que necessário, pelo Comitê de Segurança da Informação e das Comunicações do Ministério da Integração Nacional, a fim de assegurar seu alinhamento às prioridades e às estratégias institucionais, à disponibilidade financeira e orçamentária e às mudanças na legislação pertinente. O Anexo encontra-se disponível para consulta via internet no sítio do Ministério: <http://www.integracao.gov.br>.

5.1.11. Política de Gestão de Riscos de Segurança da Informação e das Comunicações-PGRSIC

- a) **Norma de instituição e de regência da Política:** Portaria nº 24, de 29 de novembro de 2013.
- b) **Atribuições:** Divulgar, na forma desta Portaria e do respectivo Anexo, a Política de Gestão de Riscos de Segurança da Informação e das Comunicações (PGRSIC).
- c) **Forma de atuação:** A PGRSIC poderá ser revista, sempre que necessário, pelo Comitê de Segurança da Informação e das Comunicações do Ministério da Integração Nacional, a fim de assegurar seu alinhamento às prioridades e às estratégias institucionais, à disponibilidade financeira e orçamentária e às mudanças na legislação pertinentes. O Anexo encontra-se disponível para consulta via internet no sítio do Ministério: <http://www.integracao.gov.br>.

5.1.12. Política de Governança de Tecnologia da Informação

- a) **Norma de instituição e de regência da Política:** Portaria nº 18, de 12 de dezembro de 2014.
- b) **Atribuições:** Os objetivos do Sistema de TI são (i) contribuir para a sustentabilidade, o cumprimento da missão e a melhoria dos resultados institucionais do MI; (ii) integrar as práticas de governança e gestão de TI às estratégias e planos do MI; (iii) prover instrumentos de transparência e controle da governança e da gestão de TI; (iv) estabelecer diretrizes para a gestão de TI, bem como para as atividades relacionadas ao provimento de serviços e soluções de TI.

A CGTI, unidade central de TI do Ministério, terá as seguintes competências no Sistema de Governança de TI, além das previstas no Regimento Interno do MI: (i) elaborar as normas operacionais de TI; (ii) padronizar o modelo de arquitetura de TI; (iii) propor os níveis de serviço ao CDTI, para aprovação, e monitorá-los.

As diretrizes gerais do Sistema de Governança de TI são: (i) garantir a integração e o alinhamento das aquisições de TI ao PETI e ao PDTI; (ii) perseguir níveis de serviço

adequados; (iii) zelar pela segurança dos serviços de TI; (iv) preservar os direitos de propriedade intelectual do MI sobre códigos, documentos e outros elementos integrantes aplicações que sejam desenvolvidas especificamente para a instituição, com recursos próprios ou de terceiros.

b) Forma de atuação: Os documentos organizadores do Sistema de Governança de TI, abaixo relacionados, poderão ser revistos, sempre que necessário, a fim de assegurar seu alinhamento às prioridades e estratégias institucionais, à disponibilidade financeira e orçamentária e às mudanças na legislação pertinente:

I - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI): elaborado para um período de quatro anos, e anualmente atualizado, deverá conter, no mínimo, as estratégias gerais de TI alinhadas aos Eixos Estratégicos do MI e os indicadores e metas para os níveis de serviço.

II - Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI): elaborado para um período de um ano, deverá conter, no mínimo, as orientações e priorizações das aquisições relacionadas à TI, em alinhamento com o PETI.

III - Catálogo de Programas, Projetos e Serviços de TI: deverá conter a lista de produtos oferecidos pelo Sistema de Governança de TI e dados atualizados dos níveis de serviço.

5.1.13. Plano Estratégico de Tecnologia da Informação-PETI

a) Norma de instituição e de regência do Plano: PETI 2014-2017, Portaria nº 19, de 12 de dezembro de 2014.

b) Atribuições: Divulgar, na forma desta Portaria e do respectivo Anexo, o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação do Ministério da Integração Nacional, para os exercícios de 2014 a 2017.

c) Forma de atuação: O PETI poderá ser revisto, sempre que necessário, pelo Comitê Diretivo de Tecnologia da Informação do MI, a fim de assegurar seu alinhamento às prioridades e estratégias institucionais, à disponibilidade financeira e orçamentária e às mudanças na legislação pertinentes. O Anexo encontra-se disponível para consulta via internet no sítio do Ministério: <http://www.integracao.gov.br>.

5.1.14. Plano Diretor de Tecnologia da Informação-PDTI

a) Norma de instituição e de regência do Plano PDTI 2013-2015, Portaria nº 19, de 7 de outubro de 2013.

b) Atribuições: Estabelecer o Plano de Metas do PDTI para o biênio 2013-2015. O PDTI teve vigência até junho de 2016 e foi prorrogado até dezembro de 2016, por meio da Portaria SECEX nº 73, de 04 de julho de 2016, em cumprimento às determinações emanadas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG)

c) Forma de atuação: (i) mapear e implementar processos de negócio (Secex, Sedec, SIH, SDR, SFRI e Senir); (ii) implementar solução de tecnologia e apoio a

metodologia GED; (iii) institucionalizar a Política de Segurança da Informação; (iv) disseminar o uso da tecnologia de BI; (v) implementar painel BI; (vi) readequar a intranet aos novos conceitos de comunicação e colaboração corporativa com extranet e participação externa nos órgãos vinculados; (vii) criar a Coordenação de Governança de Tecnologia da Informação; (viii) aprimorar o processo de planejamento e gestão de TI; (ix) elaborar e publicar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); (x) manter disponibilidade de rede e acesso à intranet e internet em 99,5% do tempo; (xi) garantir rapidez, agilidade e segurança aos usuários internos e externos no acesso à informação; (xii) disponibilizar equipamentos e serviços de TI de modo a apoiar os profissionais do Ministério no exercício de suas funções; (xiii) garantir às áreas de TI, a disponibilização de máquinas, equipamentos e aplicativos profissionais capazes de atender à demanda gerada pelos serviços prestados ao usuário interno e externo das unidades do Ministério; (xiv) disponibilizar sistemas e infraestrutura mínima; (xv) fornecer suporte aos ativos de rede; (xvi) adquirir e manter os softwares utilizados pelo MI; (xvii) desenvolver sistemas transacionais para atender às necessidades das áreas meio e finalísticas; (xviii) promover a preservação do patrimônio de TI a cargo do Ministério; (xix) Trazer para o Ministério a administração e responsabilidade de todos os serviços críticos hoje executados fora do seu ambiente; (xx) tornar 90% de servidores e colaboradores conscientizados com relação a racionalização e sustentabilidade no uso dos recursos de TI até junho de 2014; (xxi) atividades executadas com quadro de pessoal qualificado em quantidade suficiente; (xxii) alinhar políticas de TI das vinculadas com as do MI.

5.1.15. Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação

- a) Norma de instituição e de regência de utilização:** Norma Operacional SECEX nº 01, de 31 de janeiro de 2014.
- b) Atribuições:** Estabelecer normas e procedimentos para a Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério da Integração Nacional.
- c) Forma de atuação:** Contratar Soluções de TI – PCTI, obedecendo às etapas de planejamento da contratação, seleção do fornecedor e gerenciamento do contrato com o apoio da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação CGTI e da CGSL pela área requisitante da demanda.

5.1.16. Utilização do Correio Eletrônico

- a) Norma de instituição e de regência de utilização:** Norma Operacional SECEX nº 02, de 12 de agosto de 2002.
- b) Atribuições:** Estabelecer normas e procedimentos para a utilização dos serviços de correio eletrônico, no âmbito do Ministério da Integração Nacional.
- c) Forma de atuação:** A Coordenação-Geral de Tecnologia e Informática, quando necessário, proporá a atualização da Norma Operacional, em articulação com a Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização. As dúvidas surgidas no cumprimento da presente Norma devem ser dirimidas pelo Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração, aplicando-se, no que couber, os dispositivos legais existentes

5.1.17. Utilização de Equipamentos Portáteis

- a) **Norma de instituição e de regência de utilização:** Norma Operacional SECEX nº 03, de 29 de julho de 2013.
- b) **Atribuições:** Dispor sobre as normas e os procedimentos a serem adotados para utilização de equipamentos de informática portáteis no âmbito do Ministério da Integração Nacional.
- c) **Forma de atuação:** Compete à CGTI, acompanhar, de forma sistemática e permanente, a execução das medidas constantes desta Norma de modo a assegurar seu efetivo cumprimento. Os casos omissos e as dúvidas surgidas no cumprimento da presente Norma serão dirimidos pelo DGI, aplicando-se, no que couber, a legislação específica.

5.1.18. Serviços de Telefonia

- a) **Norma de instituição e de regência de utilização:** Norma Operacional SECEX nº 05, de 31 de julho de 2013.
- b) **Atribuições:** Dispor sobre as normas e procedimentos a serem adotados para os serviços de telefonia, no âmbito do Ministério da Integração Nacional
- c) **Forma de atuação:** A Secretaria Executiva, o Departamento de Gestão Interna e a Coordenação Geral de Suporte Logístico (CGSL/DGI), quando necessário, irão propor a atualização desta Norma Operacional de comum acordo com a Coordenação Geral de Planejamento e Melhoria da Gestão - CGPM/DGE.

5.1.19. Comitê Gestor do Processo Eletrônico – CGPE

O CGPE objetiva tomar as medidas necessárias para o uso e a sustentabilidade do processo eletrônico e atualizações do Sistema Eletrônico de Informações.

- a) **Norma de Instituição:** Norma Operacional nº 1/SECEX, de 2 de setembro de 2015.
- b) **Atribuições:** I - aprovar alterações na plataforma tecnológica do sistema; II - monitorar a operacionalização do sistema, bem como propor medidas corretivas necessárias; III - propor regulamentação de procedimentos no âmbito do processo eletrônico; IV - priorizar as demandas de melhoria relativas ao processo eletrônico e ao uso do sistema; e V - gerir a Política de Preservação de Documentos Arquivísticos Digitais, no âmbito do MI.
- c) **Forma de atuação:** O Comitê reúne-se de acordo com as demandas necessárias à gestão do processo eletrônico e também ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

5.2. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O regime jurídico dos servidores públicos civis da União, materializado pela Lei nº 8.112/1990, previu no Título IV, um Regime Disciplinar próprio. Nele constam os deveres e as proibições a que estão submetidos os servidores públicos, o procedimento adotado nas apurações de desvios de conduta, as penas aplicáveis em caso de cometimento de infrações disciplinares e, por fim, o rito para apuração de irregularidades de cunho correicional.

A crescente demanda social por transparência e combate aos desvios praticados por servidores públicos foi elemento fundamental para a criação do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Esse sistema tem por fim estruturar e harmonizar as ações disciplinares no âmbito da União. A Controladoria-Geral da União é o órgão central do Sistema e as Corregedorias inseridas nas estruturas dos Ministérios atuam como unidades seccionais.

Dessa forma, a Corregedoria do Ministério da Integração Nacional (MI) é uma Corregedoria Seccional integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Ela foi formalmente criada por meio do Decreto nº 8.161, de 18 de dezembro de 2013, que aprovou a nova estrutura regimental do MI. Tendo suas competências estabelecidas no Regimento Interno deste Ministério, por meio da Portaria nº 270, de 28 de julho de 2014.

Cabe ressaltar que, por fazer parte do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, a Corregedoria Geral do MI, conforme determinação da Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, atende ao prazo de 30 dias para a inserção de dados no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGUPAD).

Embora formalmente criada apenas em 2014, a Corregedoria estava estruturada desde o ano de 2009, sendo a atividade disciplinar coordenada por um Corregedor, cujo cargo era vinculado ao Gabinete do Ministro e as competências eram exercidas por meio de delegação.

A Corregedoria compõe a estrutura organizacional do Gabinete do Ministro. Suas principais competências são: gerir os feitos disciplinares (juízo de admissibilidade, investigação, instauração, e acompanhamento das comissões); promover manifestação técnica para subsidiar o Ministro nos julgamentos dos processos disciplinares; realizar ações de promoção da ética e da disciplina funcional; orientar servidores e gestores sobre a matéria disciplinar; verificar os aspectos disciplinares dos procedimentos administrativos e assessorar o Ministro em matéria disciplinar.

Quanto à apuração de irregularidades no âmbito do Serviço Público Federal, o Art. 143 da Lei nº 8.112/90 estabelece que:

“Art. 143. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa. ”

Nessa mesma toada, o parágrafo único do art. 144 do mesmo diploma legal possibilita o arquivamento da denúncia por falta de objeto, *in verbis*:

"Art. 144.

Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto."

Assim, de uma análise sistêmica dos citados artigos, é de se concluir que a autoridade instauradora deve examinar os fatos narrados na denúncia e ponderar pela plausibilidade de se adotar um dos seguintes procedimentos: aprofundar o exame por meio de outras ferramentas de investigação; instaurar o processo disciplinar ou arquivar a denúncia por falta de objeto.

Destarte, todas as denúncias recebidas por esta Corregedoria são autuadas em processos e analisadas em sede de juízo de admissibilidade, visando à identificação de indícios de materialidade e autoria aptos a deflagrarem a Seara Disciplinar.

A realização de juízo de admissibilidade com qualidade técnica evita a instauração de processos sem os elementos mínimos necessários, aumentando a probabilidade de o trabalho realizado pela comissão processante resultar na efetiva punição daqueles que praticam irregularidades no serviço público, bem como evita que processos sejam instaurados desnecessariamente.

Dos 78 processos pendentes do ano de 2015, 26 foram analisados por meio de uma manifestação técnica conclusiva, desses, 18 foram por meio de Notas Técnicas de juízo de admissibilidade, oito por Notas Técnicas de julgamento. Foram julgados seis processos disciplinares. Além disso, desses julgados, três tiveram penas aplicadas e três pelo arquivamento. Ademais, produziu 190 expedientes sendo 37 Notas Técnicas, 7 Despachos, 78 Memorandos e 68 ofícios.

Por fim, em 2016, em continuidade ao trabalho desenvolvido com os juízos de admissibilidade foi possível perceber que dos processos julgados 50% tiveram aplicação de penalidade, comprovando a importância dessa análise para a efetividade da ação disciplinar.

5.3. Gestão de Riscos e Controles Internos

Ainda não existem procedimentos implementados no âmbito da Secex para avaliação dos riscos que poderiam impedir ou prejudicar o cumprimento dos objetivos estratégicos do exercício de referência das contas. Em 2017 foi instituído o Comitê de Governança, Riscos e Controles-CGRC do Ministério da Integração Nacional, por meio da Portaria nº 79 de 23 de fevereiro de 2017.

6. AREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. Gestão de pessoas

6.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 6.1.1 Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	0	205	26	16
1.1. Membros de poder e agentes políticos		1	1	
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	204	25	16
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		150	3	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		37	15	7
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		17	7	6
2. Servidores com Contratos Temporários			0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		80	41	14
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	285	67	30

Quadro 6.1.2 Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	0	204
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	204
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão		150
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		37
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		17
2. Servidores com Contratos Temporários		0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		81
4. Total de Servidores (1+2+3)	0	285

Fonte: SIAPE extração DW

Quadro 6.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	152	147	67	64
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	1	1
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	151	146	66	63
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		36	10	12
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		21	6	12
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		12	9	26
1.2.4. Sem Vínculo		73	41	13
1.2.5. Aposentados		4	0	0
2. Funções Gratificadas	28	28	11	3
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	27	27	11	3
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	1	1	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	180	175	78	67

Fonte: SIAPE extração DW

6.1.1.1. Informações específicas sobre a estrutura de pessoal

- a) Qualificação da força de trabalho quanto ao grau de escolaridade, especialização, tempo para aposentadoria, idade, e outros aspectos relevantes no contexto da unidade

Quadro 6.1.4 Qualificação da força de trabalho

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE DE SERVIDORES
1o gr inc - 5a a 8a ser inc	0
1o gr compl - 8a ser compl	25
2o gr compl ou tec profiss	71
Superior incompleto	5
Sup compl ou hab legal eqv	180
Mestrado	4
Doutorado	0
Total	285

Fonte: SIAPE extração DW

Quadro 6.1.5 Faixa etária da força de trabalho

FAIXA ETÁRIA 3	QTDE VINC SERV
Ate 30 anos	53
31 a 40 anos	131
41 a 50 anos	57
51 a 60 anos	31
Acima de 60 anos	3
Total	285

Fonte: SIAPE extração DW

Quadro 6.1.6 Servidor do Quadro que preencheu os requisitos de aposentadoria

NOME SERVIDOR	CARGO	NOME UORG	IDADE	TEMPO SERV APOS	NÍVEL FUNÇÃO
JOAO OLIVEIRA DE JESUS	AGENTE DE PORTARIA	ASSESSORIA TECNICA E ADMINISTRATIVA	60	39 anos	FGR-0001
LEONIZIA VIRGOLINO RAMOS	ANALISTA TECNICO ADMINISTRATIV	COORDENACAO DE CONTABILIDADE	52	34 anos	DAS-3
NADIA COELHO SANTIAGO GONCALVES	TELEFONISTA	COORDENACAO-GERAL DE EXEC ORC E FINANC	54	34 anos	FCT-0009

Fonte: SIAPE extração DW

- b) Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal, especialmente em ‘relação à acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos e à terceirização irregular de cargos, demonstrando as medidas adotadas para tratar a irregularidade identificada:

I) no âmbito do Poder Executivo Federal, os órgãos da administração direta e indireta, cuja despesa com pessoal é custeada com recursos do Orçamento Geral de União, tem o cadastro e a folha de pagamento de seus servidores ativos, aposentados e pensionistas administradas pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), cujo gerenciamento encontra-se sob a responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SGRT/MP);

II) o SIAPE restringe e não permite a ocorrência de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos, desde que se trate de cargos ocupados na sua área de abrangência;

III) frise-se também, o controle exercido pelo SIAPE sobre os pagamentos efetuados a servidores oriundos de outras esferas de governos, cedidos para o

exercício de cargos em comissão nos órgãos da administração pública federal direta ou autárquica, que evita a ocorrência de pagamento acima do texto máximo constitucional; e

IV) no caso de novas nomeações para cargos de provimento em caráter efetivo e/ou em comissão, previamente à posse no cargo público, a Coordenação Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) solicita ao empossando que apresente declaração informando que a referida posse não incorrerá em acumulação indevida de cargo público.

6.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro – Despesas do Pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	R\$ 0,00	R\$ 297.798,04	R\$ 27.841,23	R\$ 18.904,54	R\$ 82.063,86	R\$ 0,00	R\$ 13.743,89	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 440.351,56
	2015	R\$ 0,00	R\$ 222.729,84	R\$ 18.560,82	R\$ 0,00	R\$ 65.225,24	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 306.515,90
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	R\$ 8.289.581,14	R\$ 1.178.897,30	R\$ 1.023.132,35	R\$ 337.154,03	R\$ 1.043.848,99	R\$ 161.117,59	R\$ 1.230.636,15	R\$ 14.778,83	R\$ 46.451,52	R\$ 13.325.597,90
	2015	R\$ 9.026.409,67	R\$ 1.038.150,37	R\$ 1.074.408,84	R\$ 373.222,85	R\$ 1.034.415,14	R\$ 372.268,47	R\$ 1.670.802,58	R\$ 2.557,51	R\$ 62.946,23	R\$ 14.655.181,66
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	R\$ 4.058.761,13	R\$ 1.779.669,43	R\$ 182.168,92	R\$ 79.428,74	R\$ 33.424,16	R\$ 1.559,38	R\$ 190.354,11	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.325.365,87
	2015	R\$ 7.437.656,96	R\$ 1.669.018,30	R\$ 186.434,43	R\$ 73.769,36	R\$ 28.878,76	R\$ 2.642,67	R\$ 248.767,82	R\$ 3.722,52	R\$ 0,00	R\$ 9.650.890,82
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	R\$ 884,59	R\$ 3.905.829,45	R\$ 345.740,56	R\$ 89.275,84	R\$ 510.307,97	R\$ 40.011,19	R\$ 94.580,08	R\$ 1.209,58	R\$ 0,00	R\$ 4.987.839,26
	2015	R\$ 757,54	R\$ 3.173.462,46	R\$ 266.241,68	R\$ 100.149,69	R\$ 357.340,90	R\$ 201.406,77	R\$ 86.411,79	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.185.770,83
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	R\$ 3.553.526,25	R\$ 197,87	R\$ 398.291,31	R\$ 120.274,72	R\$ 514.789,06	R\$ 43.585,78	R\$ 3.802,46	R\$ 0,00	R\$ 1.388,88	R\$ 4.635.856,33
	2015	R\$ 2.202.522,21		R\$ 186.075,16	R\$ 59.133,19	R\$ 211.579,70	R\$ 57.102,38	-R\$ 62,25	R\$ 749,40	R\$ 0,00	R\$ 2.717.099,79

Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2015	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Fonte: SIAPE Extrator de Dados

6.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

a) Conclusões de eventuais estudos realizados para avaliar a distribuição do pessoal no âmbito da unidade, especialmente no contexto da execução da sua atividade-fim:

I) desde a sua criação, o MI valeu-se de medidas paliativas para compor sua força de trabalho, com a cessão de servidores de outros órgãos públicos; com prestadores de serviços terceirizados; com a nomeações de pessoas sem vínculo efetivo com a Administração Pública para a ocupação de cargos em comissão; com contratações temporárias de pessoal sob o amparo da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e com servidores ocupantes de cargos efetivos que ingressaram no órgão mediante redistribuição;

II) o MI até a presente data foi autorizado a realizar seis concursos públicos, no entanto, todos os certames tiveram como objetivo selecionar candidatos para substituir prestadores de serviços que executavam atividades não previstas no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, e colaboradores vinculados a organismos internacionais, com exceção do concurso autorizado para exercício exclusivamente no Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (CENAD/SEDEC), o que não alterou a realidade de escassez de mão de obra enfrentada pelo Órgão como um todo;

III) estudos demonstram que qualquer organização, seja ela pública ou privada, precisa contar com uma força de trabalho condizente e preparada profissionalmente para que possa realizar as suas missões empresariais ou mesmo organizacionais com sucesso. No entanto, o Ministério da Integração Nacional, desde a sua criação, não teve a sua força de trabalho, em quantitativo e de acordo com o seu perfil, alinhados à sua necessidade institucional, atualmente o seu Quadro de Pessoal é extremamente preocupante devido ao considerável quantitativo de servidores que deixaram o Órgão nos últimos anos em função de posse em outro cargo público inacumulável, por exoneração, aposentadoria ou falecimento, e sem que houvesse a sua devida recomposição;

IV) o quadro a seguir demonstra os cargos de provimento efetivo que integram o Quadro de Pessoal do MI, desses quantos estão ocupados e os que estão desocupados, posição no mês de dezembro de 2016:

Quadro 6.1.7 Cargos de provimento efetivo do MI

Cod.Cargo	Cargo	quantitativos		
		aprovados	ocupados	vagos
476002	ECONOMISTA	31	7	24
476005	ENGENHEIRO	25	21	4
476007	ENGENHEIRO AGRONOMO	66	10	56
476009	ENGENHEIRO FLORESTAL	2	0	2
476010	ENGENHEIRO CIVIL	5	4	1
476017	ENGENHEIRO QUIMICO	1	1	0

476018	ESTATISTICO	4	2	2
476019	GEOLOGO	3	1	2
480002	ADMINISTRADOR	22	8	14
480026	ANALISTA DE SISTEMA	10	6	4
480042	ANALISTA TECNICO ADMINISTRATIV	231	155	76
480047	ARQUIVISTA	3	2	1
480061	ASSISTENTE SOCIAL	4	1	3
480065	AUDITOR	1	0	1
480067	BIBLIOTECARIO	1	0	1
480087	CONTADOR	6	6	0
480137	GEOGRAFO	2	1	1
480151	MEDICO	1	0	1
480156	METEOROLOGISTA	2	1	1
480204	QUIMICO	4	4	0
480246	TECNICO EM COMUNICACAO SOCIAL	2	1	1
SUB-TOTAL CARGOS DE NIVEL SUPERIOR		426	231	195
481004	AGENTE ADMINISTRATIVO	164	35	129
481005	AGENTE ANALISTA DOCUMENTAL	1	1	0
481026	AGENTE DE PORTARIA	8	8	0
481053	ARTIFICE DE ARTES GRAFICAS	2	2	0
481054	ARTIF DE CARPINT MARCENARIA	1	1	0
481060	ARTIFICE DE MECANICA	2	2	0
481094	ASSISTENTE TECNICO ADMINISTRAT	166	95	71
481126	AUX DE SERVICOS GERAIS	3	3	0
481175	DATILOGRAFO	4	6	(2)
481334	TECNICO DE CONTABILIDADE	17	6	11
481379	TEC EM SECRETARIADO	1	1	0
481390	TELEFONISTA	1	1	0
482054	AUXILIAR DE MANUTENCAO	1	1	0
SUB-TOTAL CARGOS DE NIVEL MÉDIO		371	162	209
TOTAIS		797	393	404

V) da análise do quadro imediatamente anterior, é possível concluir que no mês de dezembro de 2016, existiam 404 (quatrocentos e quatro cargos) desocupados, sendo 195 (cento e noventa e cinco) cargos de nível médio, e 209 (duzentos e nove) cargos de nível superior, ou seja, 50% (cinquenta por cento) dos cargos de provimento efetivo que integram o Órgão estão desocupados;

VI) já o quadro abaixo demonstra a variação da força de trabalho do Órgão de dezembro de 2010 a dezembro/2016, da sua avaliação, constata-se um declínio bem acentuado na força de trabalho de dezembro/2013 a dezembro de 2016, e que o item que mais sofreu redução foi o do quantitativo que diz respeito aos servidores na situação de Ativo Permanente, ou seja, àqueles que ocupam cargos efetivos do Quadro de Pessoal Permanente:

Quadro 6.1.8 Variação Física da Força de Trabalho do MI

Tipo de vínculo com o MI	Quantitativo físico no final do mês					
	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15
Ativo Permanente (sem os cedidos)	455	429	359	450	405	360
Cedido ao MI	79	77	72	71	62	63
Cargo em comissão sem vínculo efetivo	153	131	133	132	127	126
Contrato Temporário	31	25	21	10	0	0
Exercente de Carreira Descentralizada	94	104	173	162	157	146
Total	812	766	758	825	751	695

VII) o último concurso público realizado pelo MI, regido pelo Edital nº 1 – MI, de 21 de março de 2013, cujo prazo de validade expirou-se no dia 31 de julho de 2015, disponibilizou 122 (cento e vinte e duas) vagas, distribuídas entre cargos de nível superior e médio e englobando candidatos de ampla concorrência e portadores de necessidades especiais, para substituição de 135 (cento e trinta e cinco) postos de trabalho terceirizados. Contudo, as nomeações realizadas se demonstraram insuficientes para suprir a necessidade de força de trabalho. Devido à alta rotatividade de pessoal dentro do Quadro de Pessoal, todos os candidatos aprovados dentro da lista de homologados foram convocados, com exceção do cargo de Engenheiro que, apesar de ter preenchido todas as vagas restaram somente 11 candidatos homologados;

VIII) importante frisar que a alta evasão de servidores concursados tem colocado em risco o adequado funcionamento do Órgão. Somando-se a isso, em dezembro de 2016, 34 (trinta e quatro) servidores já adquiriram as condições necessárias para pleitearem a aposentadoria, ou seja, podem exercer esses direitos quando bem quiserem;

IX) no exercício de 2015 foi realizado levantamento prévio da necessidade do quantitativo emergencial de pessoal necessário para o fortalecimento da capacidade operacional, melhoria das condições de funcionamento e recomposição urgente do corpo funcional do Órgão, tendo em vista que o quantitativo de servidores naquele exercício já era insuficiente para permitir com que o Órgão atendesse as demandas inerentes à sua competência de forma eficiente, eficaz e efetiva;

X) o resultado de tal levantamento resultou no Aviso/GM/MI nº 44/2016/MI, de 31 de maio de 2016, no qual este Ministério solicitou ao então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorização para a realização de novo

concurso público para suprir a carência das áreas nas quais o Órgão possui maior déficit de pessoal, a solicitação contemplava concurso para preenchimento dos seguintes cargos:

Quadro 6.1.9 Solicitação de Cargos para Concurso

CARGO	QUANTITATIVO
Analista Técnico-Administrativo	72
Assistente Técnico Administrativo	50
Economista	5
Engenheiro	3
Engenheiro Agrônomo	10
Engenheiro Civil	30
Geólogo	1
Médico	1
Meteorologista	1
Total	173

XI) tal solicitação visava, ainda, além de evitar um colapso no desempenho das atribuições regimentais do Órgão, objetivava também a continuidade na prestação de serviços imprescindíveis, cuja redução já vem acarretando severos impactos para o desempenho das atividades de vários setores, havendo hoje setores importantes quase impossibilitados de exercerem suas atribuições por falta de corpo técnico;

XII) outrossim, tal pleito não obteve sucesso, pois o MP mediante o Ofício nº 37237/2016-MP, de 24/06/2016, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público, restituiu a demanda, doc. SEI nº 0270378, Processo nº 03000.001623/2016-63, informando a impossibilidade de autorização em decorrência de diretrizes governamentais que remetem à suspensão de autorizações de concursos públicos para os exercícios de 2016 e 2017; e

XIII) embora a ocorrência do exposto, estudos e esforços têm sido empreendidos para alocar servidores nas unidades, especialmente naquelas responsáveis pelas atividades finalísticas, entretanto, as dificuldades determinadas pela constante evasão de servidores, somada a falta de autorização para realização de concurso público, pioram ou mesmo comprometem o cumprimento da missão institucional do Órgão, bem como a distribuição equânime de servidor no âmbito das unidades organizacionais.

b) Política de capacitação e treinamento do pessoal:

I) o Programa de Capacitação e Desenvolvimento de Recursos Humanos (PCDRH) foi instituído pela Norma Operacional MI/SECEX nº 02, de 30/2/2010, que dispõe sobre a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal no âmbito do

MI, em observância ao disposto na Lei nº 8.112, de 11/12/1990, e no Decreto nº 5.707, de 23/2/2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

II) atendendo ao disposto no Capítulo IV da referida Norma Operacional, a CGGP, no exercício de 2016, utilizou o Plano Anual de Capacitação (PAC) como instrumento de planejamento das iniciativas de qualificação e requalificação dos servidores para o desenvolvimento das competências individuais e institucionais, como também, a melhoria dos processos diários no ambiente de trabalho;

III) o Plano é um importante norteador para os dirigentes, servidores e para a própria CGGP, uma vez que diagnostica as competências que precisam ser desenvolvidas, e estabelece os meios disponíveis, os prazos, os recursos e as condições para o desenvolvimento dessas competências;

IV) os eventos disponíveis no Plano destinam-se aos servidores efetivos, inclusive àqueles em exercício no MI na condição de cedidos ou em exercício descentralizado, aos ocupantes de cargos de Direção e Assessoramento Superior (DAS) e contratados temporariamente sob o amparo da Lei 8.745, de 09 de dezembro de 1993;

V) foram considerados como insumos para a elaboração do PAC o Levantamento das Necessidades de Capacitação (LNC) e as necessidades de cursos apontados pelas unidades do MI;

VI) cumprindo o disposto no Decreto nº 5.707 de 2006, o PAC tem as suas ações de qualificação e de requalificação direcionadas para o desenvolvimento e aprimoramento contínuo dos servidores que integram a força de trabalho do Órgão;

VII) o planejamento contido neste instrumento coaduna com o mapa estratégico do Órgão, que estabelece o Desenvolvimento de uma Gestão Eficiente, Eficaz e Efetiva por meio da valorização e da profissionalização permanente dos servidores;

VIII) o PAC visa promover por meios adequados, o aprimoramento das competências do indivíduo em nível gerencial, técnico e comportamental, contribuindo, assim, para o alcance da missão institucional do Órgão;

IX) em termos quantitativos, no ano de 2016, os servidores do MI participaram de 68 (sessenta e oito) eventos de capacitação, sendo que 278 (duzentos e setenta e oito) vagas, com recursos da Ação 2000 (Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação), documentos da Necessidade PO 001, e 13 (treze), em eventos gratuitos. Houve ainda, a participação de 4 (quatro) servidores em 3 (três) cursos de pós-graduação custeados pelo MI;

X) no intuito de qualificar e valorizar o servidor, foi dada continuidade ao Programa de Incentivo à Graduação (PIG), que visa à concessão de três bolsas-incentivo à graduação, por semestre, aos servidores efetivos do Quadro de Pessoal do MI ocupantes de cargos de nível intermediário. Desse modo, foram concedidas 3 (três) bolsas, em 2 (dois) cursos de Graduação, com ônus para a Pasta;

XI) além de atender às demandas individuais dos servidores por eventos externos, desde que alinhadas às atividades desempenhadas, a CGGP organizou turmas fechadas, com profissionais com qualificação direcionada especialmente para a competência específica da área.

XII) Nesses moldes, foi empenhado o valor de R\$ 429.601,00 (quatrocentos e vinte e nove mil e seiscentos e um reais) na Ação 2000, PO 001 (Qualificação e Requalificação de Servidores Públicos);

XIII) hoje o elevado índice de *turnover* tem se apresentado como um dos fatores de risco da política de capacitação e treinamento do Ministério. Esta Pasta apresenta uma alta rotatividade de servidores e essa dificuldade de continuidade de sua força de trabalho acaba comprometendo o retorno do investimento em eventos de capacitação e treinamento de pessoal.

6.1.3.1. Concessão de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal

I) a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturados da Administração Pública Federal (GSISTE) é devida somente aos servidores titulares de cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 1990, em efetivo exercício nos órgãos setoriais dos sistemas estruturados a partir do Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967. O MI, suplementarmente aos regulamente já vigentes sobre os critérios de concessão de GSISTE, editou a Portaria nº 93, de 23 de fevereiro de 2012, que estabelece critérios para sua concessão no âmbito das suas unidades. Os órgãos setoriais dos sistemas estruturadores são os seguintes:

- a) de Planejamento e de Orçamento Federal (SPO);
- b) de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC);
- c) de Serviços Gerais (SISG);
- d) de Contabilidade Federal (SCF);
- e) de Administração Financeira Federal (SAFF); e
- f) de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP).

II) Quadro Demonstrativo da distribuição dos Quantitativos de GSISTE e de GSISP no MI:

Quadro 6.1.10 Demonstrativo da distribuição dos Quantitativos de GSISTE e de GSISP no MI

SISTEMA ESTRUTURANTE	SIGLA SISTEMA	GSISTEs DESIG.	GSISTEs VAGAS	TOTAL POR NÍVEL	TOTAL POR SISTEMA
SISTEMA DE SERVIÇOS GERAIS - SISG	NS - SISG	28	0	28	43
	NM - SISG	10	0	10	
	NA - SISG	0	5	5	
SISTEMA PESSOAL CIVIL DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA FEDERAL - SIPEC	NS - SIPEC	11	0	11	17
	NM - SIPEC	4	0	4	
	NA - SIPEC	0	2	2	
SISTEMA DE PLANEJAMENTO E DE ORÇAMENTO FEDERAL - SPO	NS - SPO	3	0	3	4
	NA - SPO	0	1	1	
SISTEMA DE CONTABILIDADE FEDERAL - CCONT	NS-MPAAC	3	0	3	9
	NM-MPAAC	1	0	1	
	NS-MPANC	1	0	1	
	NM-MPANC	1	0	1	

	NS-MPCON	2	0	2	
	NA-MPEOF	0	1	1	
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL - CGEOF	NS-MPEOF	3	0	3	6
	NA-MPEOF	0	3	3	
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL - CGOR	NS-MPPFS	3	0	3	5
	NA-MPPFS	0	2	2	
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS DE INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA - GSISP	NS - GSISP	0	3	3	7
	NM - GSISP	3	1	4	
TOTAIS		73	18	91	91

SISTEMA DE PLANEJAMENTO E DE ORÇAMENTO FEDERAL - SPO			
CGOR e CGPM			
	GSISTE Nível Superior	SPO	
	GSISTE Nível Superior	SPO	
	GSISTE Nível Superior	SPO	
	GSISTE Nível Auxiliar	SPO	
SISTEMA DE CONTABILIDADE FEDERAL			
CCONT			
	GSISTE Nível Superior	MPAAC	
	GSISTE Nível Superior	MPAAC	Francisco Wagner Araújo Almeida (GSISTE descentralizada para o DNOCS pelas Portarias MI nºs 819 e 820, de 15.12.10)
	GSISTE Nível Superior	MPAAC	
	GSISTE Nível Médio	MPAAC	
	GSISTE Nível Superior	MPANC	
	GSISTE Nível Médio	MPANC	
	GSISTE Nível Superior	MPCON	
	GSISTE Nível Superior	MPCON	
	GSISTE Nível Auxiliar	MPEOF	
SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA FEDERAL			
CGOR			
	GSISTE Nível Superior	MPPFS	
	GSISTE Nível Superior	MPPFS	
	GSISTE Nível Superior	MPPFS	
	GSISTE Nível Auxiliar	MPPFS	
	GSISTE Nível Auxiliar	MPPFS	
CGEOF			

	GSISTE Nível Superior	SISG	
	GSISTE Nível Superior	SISG	
	GSISTE Nível Superior	SISG	
	GSISTE Nível Superior	SISG	
	GSISTE Nível Superior	SISG	
	GSISTE Nível Superior	SISG	
	GSISTE Nível Superior	SISG	
	GSISTE Nível Superior	SISG	
	GSISTE Nível Superior	SISG	
	GSISTE Nível Superior	SISG	
	GSISTE Nível Superior	SISG	
	GSISTE Nível Superior	SISG	
	GSISTE Nível Superior	SISG	Felipe Alberto Silva de Souza (GSISTE descentralizada para a SUDECO pela Portaria MI nº 93, de 23.02.12)
	GSISTE Nível Superior	SISG	Sandro Carneiro de Almeida (GSISTE descentralizada para a SUDECO pela Portaria MI nº 93, de 23.02.12)
	GSISTE Nível Médio	SISG	
	GSISTE Nível Médio	SISG	
	GSISTE Nível Médio	SISG	
	GSISTE Nível Médio	SISG	
	GSISTE Nível Médio	SISG	
	GSISTE Nível Médio	SISG	
	GSISTE Nível Médio	SISG	
	GSISTE Nível Médio	SISG	
	GSISTE Nível Médio	SISG	
	GSISTE Nível Médio	SISG	
	GSISTE Nível Médio	SISG	
	GSISTE Nível Auxiliar	SISG	
	GSISTE Nível Auxiliar	SISG	
	GSISTE Nível Auxiliar	SISG	
	GSISTE Nível Auxiliar	SISG	
	GSISTE Nível Auxiliar	SISG	

III) no Ministério da Integração Nacional, a concessão da GSISTE e da GSISP tem recaído exclusivamente aos titulares de cargos de provimento efetivo, em exercício nas unidades setoriais dos sistemas estruturados a partir do disposto no Decreto-Lei nº 200, de 25/02/1967, e enquanto permanecerem nessa condição; e

IV) considerando que no Quadro de Pessoal do Órgão não há servidor efetivo ocupante de cargo efetivo de nível auxiliar, as GSISTE correspondentes a esse nível encontram-se vagas.

6.1.3.2. Pessoal requisitado/cedidos dos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal

I) O quadro abaixo demonstra o quantitativo de servidores que integravam a Força de Trabalho do Órgão nos meses de dezembro dos exercícios de 2010 a 2016:

Quadro 6.1.11 Variação Física da Força de Trabalho do MI

Tipo de vínculo com o MI	Quantitativo físico no final do mês						
	dez/10	dez/11	dez/12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16
Ativo Permanente (sem os cedidos)	455	429	359	450	405	360	340
Cedido ao MI	79	77	72	71	62	63	58
Cargo em comissão sem vínculo efetivo	153	131	133	132	127	126	144
Contrato Temporário	31	25	21	10	0	0	0
Exercente de Carreira Descentralizada	94	104	173	162	157	146	139
Total	812	766	758	825	751	695	681

II) o Ministério da Integração Nacional para cumprir suas atividades regimentais, depende da força de trabalho constituída de servidores pertencentes às carreiras descentralizadas da Administração Pública Federal e de servidores cedidos, oriundos de outros órgãos da esfera federal e de outros entes federativos. O Quadro acima, demonstra que no mês de dezembro de 2016, a força de trabalho constituída por servidores nessa situação representava 29% (vinte e nove por cento) da sua força de trabalho. Tal força de trabalho é indispensável, sem ela o cumprimento da missão institucional restaria prejudicada. Para tanto, o Ministério da Integração Nacional investe no aperfeiçoamento/capacitação dos servidores integrantes dessa força, capacitando-os em suas áreas de atuação, mas, infelizmente, em muitos casos, o servidor acaba retornando ao seu órgão de origem sem que ocorra a transmissão do conhecimento.

6.1.4. Contratação de pessoal de apoio e estagiário

Quadro 6.1.12 Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Ministério da Integração Nacional						
UG/Gestão: 530001						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados		Sit.
			Início	Fim		
2012	Prestação de serviços de vigilância armada, vigilância desarmada e de encarregado, mediante postos de trabalho, pelo período de 12(doze) meses, para o Edifício localizado na SGAN 906, módulo “F”, Bloco “A”.	Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. CNPJ: 31.546.484/0001-00	25.04.2012	24.04.2017	Fundamental Completo	P
2012	Prestação de serviços de prevenção e combate a incêndio por meio de Brigada de Bombeiro Civil, constituída por 4 (quatro) postos de bombeiro civil, com o fornecimento dos respectivos equipamentos de	Capital Service – Serviços Profissionais Ltda. – ME CNPJ: 08.414.767/0001-79	11.07.2012	10.07.2017	Médio Completo	P

	proteção individual e de material de primeiros socorros, para atuação nas dependências do Ministério da Integração.					
2012	Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e serviços eventuais, com fornecimento de mão de obra, material, peças e componentes de reposição, dos equipamentos e das instalações prediais elétricas(incluindo grupo gerador, estabilizadores e no-breaks), hidrossanitárias, de prevenção contra e combate a incêndio, contra descargas atmosféricas, de ar condicionado, de áudio, cabeamentos diversos (inclusive cabeamento estruturado), estrutura metálica, serviços de manutenção em obras civis, serralheria, soldagem, esquadrias, marcenaria e gesso do CONTRATANTE bem como de suas dependências.	Almeida França Engenharia Ltda. CNPJ: 24.784.167/0002-30	20.04.2012	19.04.2017	Engenheiro Eletricista e Técnico em Edificações – Superior Completo Pedreiro e Marceneiro – Fundamental Completo Técnico em Edificações, Técnico Plantonista, Auxiliar de Serviços Gerais, Técnico Mecânico em Refrigeração, Eletrotécnico, Técnico Eletro Eletrônico, Projetista, Eletricista Predial, Almoxarife, Bombeiro Hidráulico, Auxiliar Administrativo e Auxiliar de Serviços Gerais – Médio Completo	P
2013	Prestação de serviços técnicos profissionais, envolvendo as atividades de condução de veículos, para o atendimento das necessidades do Ministério da Integração	Projebel Serviços Comércio Ltda. CNPJ: 02.295.753/0001-05	1º.11.2013	31.03.2017	Médio Completo	P

	Nacional, em Brasília-DF.					
2014	Prestação de serviços, de forma contínua, de copeiragem, garçom e carregador, para atendimento das necessidades das unidades da CONTRATANTE, em Brasília/DF.	Visão Administração e Construção Ltda. CNPJ: 01.708.458/0001-62	17.04.2014	16.04.2017	Copeiras, Garçons e Carregadores – Fundamental Completo Encarregados – Médio Completo	P
2014	Prestação de serviços continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de mão de obra uniformizada, materiais e equipamentos, para atender as necessidades do Ministério da Integração Nacional em Brasília/DF, de acordo com as atribuições especificadas no Contrato.	Visão Administração e Construção Ltda. CNPJ: 01.708.458/0001-62	1º.07.2014	30.06.2017	Serventes – Fundamental Completo Encarregados – Médio Completo	P
2014	Prestação de serviços de secretariado, a serem prestados às unidades da CONTRATANTE localizadas em Brasília-DF, Belém-PA, Recife-PE, Rio de Janeiro-RJ e Porto Alegre-RS, conforme quantitativos e especificações estabelecidos no Edital.	Brasfort Administração e Serviços Ltda. CNPJ: 36.770.857/0001-38	15.07.2014	14.07.2017	Técnico em Secretariado – Médio Completo Secretária Executiva – Superior Completo	P
2014	Prestação de serviços de auxiliar administrativo para atender as necessidades das unidades da estrutura básica da CONTRATANTE, sediadas em	Apecê – Serviços Gerais Ltda. CNPJ: 00.087.163/0001-53	29.09.2014	31.03.2017	Médio Completo	P

	Brasília-DF, de acordo com os quantitativos, qualificações e atribuições especificadas.					
2016	Prestação de serviços técnicos profissionais, envolvendo as atividades de recepcionistas, para o atendimento das necessidades da CONTRATANTE, em suas dependências situadas em Brasília-DF.	Real JG Serviços Gerais Ltda. CNPJ: 08.247.960/0001-62	05.05.2016	04.05.2017	Médio Completo	A

Fonte: CSG/CGSL/DGI/SE

6.1.4.1. Controles internos das concessões de bolsas dos programas de estudantes

Quadro 6.1.13 Estagiários da UPC

TRIMESTRE	ESTAGIARIOS/TRIMESTRE	DESPESA/MÊS
1º trim 2016	15	R\$ 7.755,60
2º trim 2016	21	R\$ 13.540,67
3º trim 2016	20	R\$ 12.212,00
4º trim 2016	21	R\$ 12.523,21
TOTAL DESPESA		R\$ 46.031,48

Fonte: SIAPE extração DW

I) O estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes, e ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. O Programa de Estágio no âmbito deste Ministério foi instituído pela Portaria MI nº 397, de 31 de outubro de 2016, publicada no Boletim Interno nº 10.1, de 31 de outubro de 2016, e é destinado aos estudantes regularmente matriculados em instituições públicas ou privadas de ensino superior, de ensino médio, de educação profissional, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de jovens e adultos, devidamente reconhecidas pelo Ministério da Educação. O Programa aceita estudantes para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, da modalidade, da área de ensino, e do projeto pedagógico do curso em que o aluno encontra-se matriculado.

II) O Programa de Estágio seleciona estudantes de cursos cujas áreas estejam relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pelo Órgão, constantes das seguintes áreas do conhecimento: engenharias (civil, elétrica, mecânica, ambiental, dentre outras), computação, administração, direito, secretariado-executivo, arquivologia, biblioteconomia, geografia, contabilidade ou outras áreas correlacionadas com as atividades fins deste Ministério.

III) Para intermediar a relação Órgão, Estudante e Instituição de Ensino, o MI vale-se dos serviços de um Agente de Integração. Assim, de janeiro a 30 de setembro de 2016, o MI tinha como agente de integração o Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, o qual foi substituído, após processo licitatório, pelo Contrato Administrativo nº 18/2016-MI com o Agente de Integração Empresa Escola Ltda – (AGIEL), cujo objeto é a contratação máxima de 93 (noventa e três) estagiários de nível superior e 45 (quarenta e cinco) estagiários de nível médio, sendo 10% (dez por cento) dessas vagas reservadas para estudantes portadores de deficiência. O processo licitatório para contratação de Pessoa

Jurídica, pública ou privada, visando dar continuidade à prestação de serviços de Agente de Integração foi concluído em 17 de outubro de 2016, visando atender a Orientação Normativa MP/SEGEP nº 04, de 04 de julho de 2014. O contrato tem vigência até o dia 17 de outubro de 2017, podendo ser renovável.

IV) A distribuição de estudantes em 2016, pelas áreas meio e finalística do Ministério da Integração Nacional, ocorreu na forma abaixo:

Quadro 6.1.14 Distribuição de estudantes pelas áreas

Mês	Nº de estagiários ativos (último dia) Área Meio	Nº de estagiários ativos (último dia) Área Fim	Nº de estagiários ativos (último dia)
JANEIRO	6	28	34
FEVEREIRO	7	28	35
MARÇO	8	24	32
ABRIL	8	24	32
MAIO	7	25	32
JUNHO	7	23	30
JULHO	7	23	30
AGOSTO	7	25	32
SETEMBRO	8	25	33
OUTUBRO	1	1	2
NOVEMBRO	7	14	21
DEZEMBRO	7	17	24

V) Ademais, com a edição da Portaria MI nº 397, de 31 de outubro de 2016, publicada no Boletim Interno nº 10.1, de 31 de outubro de 2016, que institui o Programa de Estágio Curricular no âmbito do Ministério, procurou-se atender as recomendações contidas na Orientação Normativa MP/SEGEP nº 04, de 04 de julho de 2014, disciplinando também o funcionamento do programa, os critérios de participação, os requisitos, a disponibilização de vagas, procedimentos de seleção, carga horária, frequência, recesso, duração e programação do estágio, desligamento, formalidades e ingresso dos estudantes bem como os deveres dos estudantes, agente de integração e instituição de ensino.

VI) Percebe-se que um fator de risco ao programa de estágio é o elevado índice de *turnover* constatado no Programa, tendo como impulsionador o valor defasado da bolsa estágio e do auxílio transporte, reclamação recorrente dos estudantes, que informam que os valores recebidos não são suficientes para custear os valores despendidos com passagens que tiveram seus valores substancialmente elevados no último ano. Outro agravante é a competitividade existente entre os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tendo em vista que o valor da bolsa-estágio do Poder Executivo é inferior aos dos demais poderes, o que dificulta a seleção de estudantes.

6.1.4.2. Contratação Temporária

O MI, no exercício de 2016, não procedeu qualquer contratação de profissionais enquadrados nessa situação, e, desde o exercício de 2015 já não contava com servidores pertencentes a essa modalidade de contratação.

6.1.5. Contratações de consultores para projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

À Unidade de Gerenciamento de Projetos compete a coordenação, implementação e avaliação das ações executadas no âmbito dos Projetos de Cooperações Técnicas e Acordos de Empréstimos, celebrados pelo Ministério da Integração Nacional.

Dentre as competências sob responsabilidade da Unidade, destaca-se o planejamento de ações que visam preencher as lacunas de conhecimento e obtenção da ampliação, diversificação, compartilhamento e empoderamento do MI, através do desenvolvimento de processos que resultem em ativos de conhecimento técnico para as equipes dos diversos setores que possuem interface com a UGP.

Em 2016, foram coordenadas ações referentes ao Acordo de Empréstimo com o Banco Mundial nº 8074-BR - Projeto de Desenvolvimento do Setor Água (Interáguas) e do Projeto de Cooperação Técnica Internacional celebrado junto ao Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, denominado Consolidação das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional -BRA/IICA/09/003, a saber:

Projeto Interáguas

- Contratação de empresa para elaboração de um Plano de Ações Estratégicas para Reabilitação de Barragens da União – PLANERB, para atendimento da Lei de Segurança de Barragem (Lei nº 12334/2010);
- Contratação de consultoria técnica para a realização do estudo “Elaboração de Proposta de Programa de Capacitação no Tema Água no Meio Rural”;
- Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de tradução/versão técnica, com revisão, nos idiomas inglês e espanhol, para atendimento ao Projeto;
- Execução do contrato nº 215055, concernente à prestação de serviços técnicos especializados visando a atualização dos Manuais Técnicos para atender ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC;
- Execução do contrato nº 215034, relativo à elaboração do “Plano Diretor de Agricultura Irrigada para o Distrito Federal”;

Projeto Políticas Regionais

Para o PCT em tela, foram realizadas contratações desenvolvidas nas modalidades Pessoa Física e Jurídica.

Para a modalidade “pessoa física”, em 2016 foram efetuadas 9 contratações de consultores, que contemplaram o alcance dos objetivos imediatos abaixo relacionados:

- Objetivo imediato 1 – ampliar o conhecimento técnico-científico necessário à consolidação das políticas de desenvolvimento regional e ordenamento territorial e de seus planos, programas e projetos do Ministério da Integração Nacional

Produto 1.1: Estudos sobre impacto territorial dos desafios contemporâneos, como energia, mudança climática, produção de alimento, elaborados.

Produto 1.8: Proposta de estratégia institucional das políticas nacionais de desenvolvimento regional que integre as diferentes esferas da ação pública e oriente investimentos regionais desconcentrados, elaborada e validada.

Produto 1.10: Política Nacional de Desenvolvimento Regional, reformulada, discutida e promovida em processo constante de atualização.

- Objetivo imediato 3 - estimular a constituição e o fortalecimento de redes de relacionamento entre atores e beneficiários das políticas nacionais de desenvolvimento regional, seus planos, programas e projetos – produto 3.3: Material informativo e de divulgação decorrentes dos produtos deste Projeto de Cooperação Técnica, produzido e difundido.
- Objetivo imediato 2 – aperfeiçoar meios e estratégias gerenciais próprias de uma gestão eficiente de políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento regional e ordenamento territorial.

Produto 2.5: Material técnico decorrente de produtos deste Projeto de Cooperação Técnica, produzido e difundido.

Produto 2.8: Estudos de impactos, viabilidades econômicas e carteira de projetos em regiões da PNDR prioritárias na área de desenvolvimento regional, elaborados.

No que concerne as contratações de pessoa jurídica, foram contratadas empresas para:

- Elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional do estado de Sergipe;
- Elaboração de diagnóstico da cadeia produtiva da ovinocultura e caprinocultura, realização de oficinas e construção do Plano Nacional de Desenvolvimento da Rota do Cordeiro e realização de oficinas para subsidiar a Rota do Mel.

Além disso, houve a continuidade do contrato que tem por objetivo a elaboração do Plano de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável – PDRS São Francisco.

No exercício de 2016, houve a modificação na estrutura de pessoal responsável pela gestão administrativa dos Projetos coordenados pelo MI e, conseqüentemente, dos Projetos em referência. Deste modo, entende-se que houve alterações em alguns procedimentos, visando a otimização dos processos desenvolvidos por meio da presente Unidade.

6.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

6.2.1. Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

- Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008;
- Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008;
- Norma Operacional MI/SECEX N.º 02, de 12 de abril de 2006;
- Decreto nº 2.271, de julho de 1997.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UPC;

Os veículos da frota própria desta Pasta atendem às demandas institucionais e operacionais, dentre as quais, citam-se:

- a. Transporte do Exmo. Ministro da Integração Nacional;
- b. Transporte dos Titulares de cargo de Natureza Especial, de Direção e Assessoramento Superiores Nível-6, e do Chefe de Gabinete do Ministro de Estado;
- c. Transporte de servidores no desempenho de atividades externas, em objeto de serviço;
- d. Transporte de carga em decorrência das atividades do Órgão.

Os veículos de locação são indispensáveis ao bom andamento das ações deste Ministério, não podendo sofrer descontinuidade, pois, como na frota própria só há 2 carros para transporte de servidores, não é possível atender toda a demanda do Órgão, conforme motivos explicitados a seguir:

A prestação do serviço de transporte locado é necessária em virtude do Ministério da Integração Nacional estar localizado fisicamente em vários locais do Distrito Federal, a saber: no Setor Policial Sul, na SGAN 906 e no Bloco “E” da Esplanada dos Ministérios, sendo necessário realizar o deslocamento de servidores e materiais entre essas Unidades diariamente, bem como nas Representações Regionais do MI em Pernambuco e no Rio Grande do Sul;

Considerando também que o Ministério não possui meios suficientes para atender a totalidade de suas necessidades administrativas e operacionais, somente por meio da frota própria, bem como para um maior aperfeiçoamento na gestão dos serviços, majorando o controle, economia e a segurança da frota e dos colaboradores do Ministério da Integração Nacional que dela fazem uso.

A ausência de veículos impactaria diretamente no desempenho das atividades deste Ministério, uma vez que os veículos são utilizados para:

Transportar servidores para participar de reuniões em outros órgãos/unidades, a serviço do Órgão;

Transportar servidores e bens entre as unidades do próprio Ministério, quando em serviço;

Transporte de servidores em desempenho de atividades externas, entre inúmeras outras funções;

- c) **Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela unidade (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;**

- Veículos Oficiais

Quadro 6.2.1 Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC- Veículos Oficiais

GRUPOS	UTILIZAÇÃO	QUANTIDADE
Grupo I	Na representação oficial	01
Grupo III	No transporte de autoridades em serviço	09
Grupo IV	No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal	02
Grupo IV	No transporte de carga e realização de atividades específicas - Transporte de carga leve	04
TOTAL		16

- Veículos Locados

Quadro 6.2.2 Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UPC- Veículos Locados

GRUPO	UTILIZAÇÃO	QUANTIDADE
IV	No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal (automóvel)	06
	No transporte de carga e realização de atividades específicas - Transporte de carga leve (utilitário)	13 (*)
	No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal (motocicleta)	02
TOTAL		21

(*) Os veículos citados no referido item seguem a seguinte distribuição:

- 2 veículos – Sede do Ministério da Integração, em Brasília;

- 6 veículos, sendo 5 na Coordenação-Geral de Acompanhamento e Fiscalização de Obras e 1 na Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais, em Recife;
- 1 veículo - Representação Regional do Rio Grande do Sul.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Veículos Oficiais

- a) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;
- b) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Veículos Oficiais

Quadro 6.2.3 Idade média da frota (veículos oficiais), por grupo de veículos

GRUPOS	UTILIZAÇÃO	IDADE MÉDIA
Grupo I	Na representação oficial	04 anos
Grupo III	No transporte de autoridades em serviço	7,3 anos
Grupo IV	No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal	07 anos
Grupo IV	No transporte de carga e realização de atividades específicas - Transporte de carga leve	13,5 anos

Veículos Locados

Quadro 6.2.4 Idade média da frota (veículos locados), por grupo de veículos

GRUPO	UTILIZAÇÃO	IDADE MÉDIA
IV	No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal (automóvel)	4 anos
	No transporte de carga e realização de atividades específicas - Transporte de carga leve (utilitário)	1,67 anos
	No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal (motocicleta)	2,5 anos

- c) Despesas associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

- Veículos Oficiais

Quadro 6.2.5 Despesas associados à manutenção da frota

GASTOS NO EXERCÍCIO DE 2016	VALORES GASTOS EM 2016 (R\$)
Combustíveis e lubrificantes	88.519,95
Revisões	45.643,92
Seguro Obrigatório / Licenciamento	2.722,13
Seguro dos Veículos	6.888,75
Lavagem	11.659,70
TOTAL	155.434,45

Veículos Locados

OBS.: Não há gasto com manutenção da frota locada, uma vez que o Ministério paga mensalmente valor referente à franquia estipulada em contrato, já estando inclusos os gastos com manutenção, lavagem, seguro, motoristas, etc. Os valores dispendidos mensal e anualmente com os Contratos de locação de veículos fixos no Ministério da Integração em Brasília, e nas representações regionais do MI em Pernambuco e Rio Grande do Sul são os descritos abaixo:

Quadro 6.2.6 Valores dispendidos mensal e anualmente com os Contratos de locação de veículos fixos

GRUPO	UTILIZAÇÃO	VALOR MENSAL	VALORES GASTOS EM 2015
		(R\$)	(R\$)
IV	No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal (automóvel)	32.435,38	227.047,68
	No transporte de carga e realização de atividades específicas - Transporte de carga leve (utilitário)	92.108,11	1.105.297,35
	No transporte de pessoal a serviço - Transporte de pessoal (motocicleta)	11.708,66	81.960,61
TOTAL		136.252,15	1.414.305,64

d) Plano de substituição da frota;

- Há previsão para alienação de 02 (dois) veículos mais antigos, cujo ano de fabricação é de 1997/1998. Além disso, em face da desgastada frota própria do Ministério da Integração, que contempla veículos com quase 10 (dez) anos de uso, encontra-se em fase de elaboração, um estudo técnico abrangente e aprofundado, visando definir as necessidades, avaliar as possíveis alternativas de solução e conduzir a definições de contratações com o menor custo possível para a prestação do serviço de transporte de servidores.

e) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

- Não houve aquisição de veículos no exercício de 2016.

f) Estrutura de controles de que a UPC dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

- A UPC dispõe de contrato com a empresa Trivale Administração Ltda., para fornecimento de combustível. Esta empresa disponibiliza sistema de controle de gastos com combustíveis, demonstrando consumo por veículo, limitando o gasto ao veículo, por vinculação à placa do automóvel.
- Realiza-se, ainda, controle, via requisições assinadas pelos servidores transportados, das quilometragens percorridas, origens e destinos. Essas requisições são revisadas para identificação de falhas, correção das mesmas e posteriormente arquivadas para manutenção do histórico de percursos, servidores/colaboradores conduzidos e quilometragens.
- Além disso, o Órgão centraliza todos os pedidos de veículos com somente 2 (duas) pessoas, que agendam e liberam os veículos, sempre dando preferência para agrupar servidores/colaboradores que tem o mesmo destino ou destinos próximos, e analisando cada caso particularmente, de modo a ter maior controle e economia no uso dos veículos.

6.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso

Não houve, no exercício de 2016, elaboração ou aplicação de política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso na UPC.

6.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

a) estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada;

Como só há um imóvel da união de propriedade do Ministério, não há uma estrutura montada para gerir esse patrimônio, que se trata de uma sala que se encontra desocupada.

b) distribuição geográfica dos imóveis da União;

Quadro 6.2.7 Distribuição geográfica dos imóveis da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	1	1
	BRASILIA	1	1
Total (Brasil)		1	1
Fonte: Divisão de Administração de Edifícios – DAE/CSG/CGSL/DGI/SE			

c) qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;

A UPC tem somente um imóvel de propriedade da união sob sua responsabilidade. Trata de uma sala localizada no Setor Comercial Sul que pertencia à extinta Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, estando sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional a administração, controle e pagamento de despesas referentes à sua manutenção, até a transferência do imóvel para a Secretaria de Patrimônio da União, conforme Parágrafo Único do art. 2º do Decreto nº 4.984, de 12 de fevereiro de 2004.

Porém, pelo fato de a sala não ter sido transferida da SPU para esta UPC até o presente momento, não é possível atualizar as informações no SPIUnet. O RIP é 9701 32703.500-7 e a mensagem de erro informada pelo SIAFI é: 0570 (0570) usuário não esta habilitado na transação. Foi solicitado, por meio de Ofício, ao Chefe de Serviço de Incorporação, Registro e Destinação da Superintendência do Patrimônio da União do DF, a transferência do imóvel para o Ministério da Integração Nacional, porém, até o presente momento, o problema não foi resolvido.

Os demais imóveis utilizados pela UPC são de responsabilidade de outros Órgãos Públicos, cabendo a este Órgão somente o rateio das despesas condominiais.

d) informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação;

Não há cessão, para terceiros, do imóvel da União que está sob responsabilidade da UPC.

e) despesas de manutenção e a qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis;

A UPC tem somente um imóvel de propriedade da união sob sua responsabilidade. O RIP é 9701 32703.500-7 e o custo anual com manutenção totalizou R\$ 3.890,00, que se refere às despesas de condomínio do imóvel.

Os demais imóveis da União utilizados pela UPC são de responsabilidade de outros Órgãos, cabendo a esses a prestação de contas relativa às despesas com manutenção.

f) riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los.

Conforme resposta constante da alínea a), como se trata somente de um imóvel, não há riscos relacionados à sua gestão. Os serviços incluídos no condomínio são pagos e a manutenção é realizada a contento.

6.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos públicos e órgãos e entidades públicas ou privadas

a) identificação dos imóveis objeto de cessão total ou parcial;

- Área de 3 m² localizada no andar pilotis do Edifício Celso Furtado, SGAN 906, Módulo F, Bloco A.

b) identificação dos cessionários;

- Ministério da Integração Nacional; e
- Banco do Brasil.

c) caracterização da cessão:

i. forma de seleção do cessionário;

- Como se trata de instituição bancária integrante da Administração Pública, foi firmado Contrato de Cessão de Uso a título oneroso.

ii. finalidade do uso do espaço ou imóvel cedido;

- Tem como finalidade específica a instalação de 2 (dois) caixas eletrônicas interligados com a rede do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

iii. prazo da cessão;

- vigência de 5 (cinco) anos a contar de 10/12/2012.

iv. caracterização do espaço cedido;

- foi cedida uma área de 3m² para instalação dos caixas.

v. benefícios, pecuniários ou não, recebidos pela UPC como remuneração pelo espaço cedido;

VALORES PAGOS NO ANO DE 2016 (R\$)											
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
342,36	342,52	304,36	303,45	308,89	309,80	306,88	303,57	309,27	312,53	315,04	316,22

i. tratamento contábil dos benefícios recebidos;

- o recolhimento é feito por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, onde o valor recolhido retorna para a Secretaria do Tesouro Nacional.

ii. rateio dos gastos, quando cessão parcial;

- despesas de energia elétrica pagas à proporção de 0,022% do total das faturas/ notas fiscais;
- despesas de água e esgoto pagas à proporção de 0,022% do total das faturas/ notas fiscais;
- despesas de segurança predial pagas à proporção de 0,022% do total das faturas/ notas fiscais;
- despesas de manutenção predial pagas à proporção de 0,022% do total das faturas/ notas fiscais;
- despesas de brigada de incêndio pagas à proporção de 0,022% do total das faturas/ notas fiscais;
- despesas de limpeza e conservação do prédio pagas à proporção de 0,022% do total das faturas/ notas fiscais;
- despesas do aluguel do imóvel pagas à proporção de 0,022% do total das faturas/ notas fiscais.

iii.uso dos benefícios decorrentes da cessão pela UPC.

- atendimento às necessidades das demandas bancárias dos servidores e prestadores de serviços deste Ministério.

6.2.5. Informações sobre imóveis locados de terceiros

O imóvel locado por esta UPC encontra-se registrado no SPIUnet com o RIP nº 9701 32700.500-0. Trata-se de imóvel localizado no SGAN 906, Módulo F, Bloco A, Asa Norte, Brasília-DF, conforme Contrato nº 32/2011 firmado com a empresa 906 Norte Empreendimentos Imobiliários S/A, CNPJ 11.419.467/0001-97.

O valor anual do Contrato é atualmente de R\$ 7.800.000,00 (sete milhões e oitocentos mil reais).

O imóvel foi locado para atender às necessidades do Ministério, que só dispõe de área pública no Bloco “E” da Esplanada do Ministério e em pequeno espaço no Setor Policial Sul. Assim, para que fosse possível alocar parte da mão de obra do Órgão e possibilitar o cumprimento das atribuições institucionais, foi necessário realizar a locação no ano de 2011.

O custo anual de manutenção predial do imóvel locado pela UPC foi de R\$ 1.233.311,26, que envolve material e mão-de-obra.

Conforme Contrato firmado, as “benfeitorias necessárias e úteis poderão ser realizadas no imóvel pela Locatária desde que expressa e previamente autorizadas pelo Locador, e poderão ser passíveis de indenização e permitirão o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245/91 e o artigo 578 do Código Civil, ratificando que

desde que expressa e previamente autorizados pelo Locador e desde que a Locatária não tenha dado causa por ação, omissão, negligência ou imperícia por si, seus empregados, prepostos ou visitantes, inclusive por falta de manutenção.”

6.3. Gestão da tecnologia da informação (CGTI)

6.3.1. Principais sistemas da informação

Plano de Dados Abertos e Portal de Serviços do MI, acompanhando sua evolução por meio do Proc. SEI nº59240.000071/2016-06 e instituição de Grupo de Trabalho pela Portaria nº 88, de 05/10/2016 e atualizada pela Portaria nº 102, de 09/12/2016, ambas publicadas em Boletim Interno do MI;

Plano de Trabalho SISP, assinado acordo em 08/01/2016 para Alocação de Analistas em Tecnologia da Informação-ATI com metas distribuídas entre Projetos Estratégicos, Estratégia de Governança Digital e Processos Estruturantes;

Revisão do PDTI 2016-2019 foi analisado, ainda em 2016, e enviado ao Comitê Diretivo de Governança Digital do MI por meio do Proc. SEI nº 59240.000008/2017-42 para aprovação;

Elaboração de 10 Normas Operacionais de Gestão, sendo que 3 (três) foram enviadas à área de Planejamento e Melhoria da Gestão para análise e posterior publicação e 7(sete) continuam em análise na área de Tecnologia da Informação;

Aquisição de Plotters, Proc. SEI nº 59242.000033/2017-14, para fins de execução de serviços de impressão de grandes formatos com capacidade para digitalizar plantas e outros documentos com tamanho superior ao formato A4 (210mm x 297 mm);

VMWARE, Proc. SEI nº 59242.6000015/2015-11, solução de virtualização do MI para atendimento dos ambientes de produção do MI;

STORAGE, Proc. SEI nº 59242.000252/2016-12, expansão e modernização da solução de armazenamento de dados;

Licenças RedHat, Proc. SEI nº 59242.000203/2016-71, solução para redimensionamento e otimização da infraestrutura tecnológica dos serviços de rede e sistemas voltados às aplicações web, baseada em software livre, composta por distribuição Linux Enterprise e servidor de aplicação JAVA Enterprise.; e

Avaliação do Modelo de Quantitativo de Pessoal do SISP – MQPSISP, em análise na CGTI.

Há contratos vigentes com pagamento continuado e em garantia, bem como em consonância com o Decreto nº 8.540, de 09 de outubro de 2015 foi realizada análise e a viabilização da supressão de contratos de TI.

Após o emprego da melhoria da infraestrutura física e lógica e para garantir a integração das ações da Defesa Civil na redução e respostas aos desastres e

reconstrução foram aplicadas ações de modernização do CENAD e da Sala de Monitoramento do Bloco E e que permanecem em monitoramento como serviço continuado.

O frequente monitoramento do parque tecnológico do MI proporcionou o aumento da capacidade mediante a análise da quantidade de servidores físicos e virtuais em relação a capacidade de processamento, memória, armazenamento e links entre as unidades e os órgãos vinculados.

Todas as ações implementadas e em andamento proporcionaram o crescimento de sistemas corporativos para atender a gestão de forma integrada e maior transparência, rapidez e confiabilidade para as informações corporativas com resultado positivo demonstrado na pesquisa bianual do IgovTI do TCU.

A Governança conta com Portarias para Comitê Diretivo de Governança Digital do MI (Portaria nº 195, de 11/07/2016), Gestão das páginas da Internet e da Plataforma Integra (Portaria nº 86, de 17/11/2015, de 17/11/2015, Norma Operacional de acesso e Portaria nº 101, de 06/03/2014, que institui o Comitê de Gestão) e Segurança da Informação (Portaria nº 477, de 23/10/2013, que institui o Comitê Diretivo de Segurança da Informação e das Comunicações (SIC) e Portaria nº 60, de 13/10/2015, que institui a Equipe de Tratamento de incidentes de Segurança em Redes Computacionais (ETIR)), assim como Políticas e Planos de TI (PETI 2014/2017-Portaria nº 19/12/2014 , PDTI 2013/2015-Portaria nº 73, de 04/07/2016-Repúblicação da prorrogação até dezembro/2016) e Normas, sendo que algumas publicadas e outras em andamento.

Ressaltamos que o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2016/2019 está em fase de aprovação pelo Comitê Diretivo de Governança Digital do MI.

Cabe destacar o avanço da área de TI, tendo em vista a média alcançada no ano de 2014, onde podemos detectar a melhora, pela classificação como intermediário, e a proximidade ao índice aprimorado. Está em andamento a pesquisa bianual do IgovTI 2016 do Tribunal de Contas da União (TCU) onde serão avaliados os processos de gestão de TI do MI.

Descrição: Informações sobre os principais sistemas de informações utilizados pela unidade, especialmente aqueles que contribuem de forma relevante para o desenvolvimento da missão e negócio da UPC

.

Quadro 6.3.1 Sistemas

SISTEMA	ÁREA DEMANDANTE	LINK
Sistema Unificado - SGU	SEDEC	http://sgu.mi.gov.br
SISEL - Sistema de Editais e Licitações	SECEX e SIH	http://sisel.mi.gov.br
BI SEDEC - Business Intelligence da Sec. De Defesa Civil	SEDEC	http://misrv77:9704/analytics/saw.dll?Dashboard
SGRA - Sistema de Gestão de Radioamadores	SEDEC	http://sgra.mi.gov.br
SIAVI - Sistema de Avaliação Individual	CGRH e demais áreas	http://siavi.mi.gov.br
SISLNC - Sistema de Levantamento de Necessidade de Capacitação	CGRH e demais áreas	http://sislnc.mi.gov.br/
SIGOF - Sistema de Gestão Orçamentária	SECEX, SENIR, SFRI, SIH, SEDEC, e outras.	http://sigof.mi.gov.br/
Prêmio Celso Furtado - Sistema de Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional	SDR	http://premio2014.mi.gov.br/
SisOuvidor - Sistema de Ouvidoria	OUVIDORIA	http://sisouvidor.mi.gov.br
Portal Internet - SUDECO	SUDECO	http://www.sudeco.gov.br/
SIC/LAI - Sistema do Serviço de Informação ao Cidadão	GM	http://sic.mi.gov.br/
PAC-MI - Sistema de Acompanhamento do PAC no MI	SECEX	http://sispac.mi.gov.br/
SIREL - Sistema de Referências Legislativas	SECEX, SENIR, SFRI, SIH, SEDEC, e outras.	http://sirel.mi.gov.br
SISPAD - Sistema para controle de	CORREGEDORIA	http://sispad.mi.gov.br

PAD		
Controle de Demandas - Gestão de Demandas de Órgãos de Controle	SECEX e outras.	http://demandas.mi.gov.br/
Integra - Plataforma de Gestão do Conhecimento e Comunicação Corporativa	SECEX, SENIR, SFRI, SIH, SEDEC, vinculadas e outras.	http://integra.mi.gov.br/
Sistema de Monitoramento das ações estratégicas do MI	SECEX, SENIR, SFRI, SIH, SEDEC, e outras.	http://painel.mi.gov.br/
Agenda do Ministro	GM	http://200.198.213.88/agenda/
GEMEOS - Sistema de Gerenciamento de Métricas de Ordens de Serviço	SECEX	http://gemeos.mi.gov.br/
SISRESERVA – Sistema de reserva do Auditório Celso Furtado	CGSL	http://sisreserva.mi.gov.br
SAFIN - Sistema de Administração de Fundos de Investimentos	SFRI	http://safin.mi.gov.br/
Selo Azul - Sistema de concessão de selo de irrigante	SIH	http://irrigante.mi.gov.br
SISAPI - Sistema de Administração de Debêntures	SECEX	http://sisapi.mi.gov.br/
RLADR - Rede Latino Americana para o Desenvolvimento Regional	SDR	http://rladr.mi.gov.br/
FPBE - Folha de Pagamento Bolsa Estiagem	SEDEC	http://fpbe.mi.gov.br/
SISKITS - Sistema de Kits da Defesa Civil Nacional	SEDEC	http://siskits.mi.gov.br/
SGDF - Sistema Gerador de Documentos Funcionais	SECEX (CGRH)	http://sgdf.mi.gov.br/

ACOMP - Acompanhamento da execução orçamentária e financeira	SECEX	http://misrv77:9704/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=%2Fshared%2FACOMP%2F_portal%2FACOMP&page=page%201
SISPPI - Sistema de Projetos Públicos de Irrigação	SENIR	http://sisppi.mi.gov.br/SISPPI
CNDPC - Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil	SEDEC	http://www.mi.gov.br/ii-conferencia-nacional-de-protecao-e-defesa-civil
Colegiados - Sistema de Gestão de Colegiados	SECEX	http://webphpd/sissgc/
SISCOLIN - Sistema de Coleta de Informações do PNDR	SFRI	http://siscolin.mi.gov.br/
ORÇA FÁCIL – Sistema para validação de orçamento de obras com base na tabela SINAPI	SIH	http://orcafamil.mi.gov.br
SEI – Sistema Eletrônico de Informações	MI	http://sei.mi.gov.br
IDAP – Interface de Divulgação de Alertas Públicos de Desastres	SEDEC\CENAD	http://idap.mi.gov.br

6.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

Princípios e diretrizes da CGTI

Princípios

Prover serviços de Tecnologia da Informação com qualidade, segurança e eficiência visando suportar as demandas operacionais e estratégicas das unidades do Ministério;

Atuar de forma articulada e colaborativa com as áreas de Tecnologia da Informação dos órgãos vinculados, mediante o intercâmbio de recursos, experiências e informações;

Fortalecer o papel da CGTI enquanto órgão setorial do SISP por meio do alinhamento com a Estratégia Geral de TI do SISP.

Diretrizes de TI

As diretrizes relacionadas abaixo são os elementos norteadores para apoio à gestão.

Estruturar o modelo de governança de TI

A área de TI deverá se posicionar como provedora de soluções em Tecnologia da Informação, reestruturando suas áreas internas e operação de maneira integrada e articulada, utilizando as melhores práticas de mercado, referenciando os modelos de boas práticas e os padrões de mercado.

Impulsionar o sucesso das unidades de negócio com soluções inovadoras de TI;

Estimular a ampla utilização da TI para apoio à gestão e às ações institucionais do MI.

Transferência de conhecimento e tecnologia

Identificar os sistemas e serviços críticos, capacitando os servidores da área para absorverem as tecnologias e, assim, reduzir a dependência de terceiros na gestão e controle.

Arquitetura e segurança de rede

Modernizar e organizar a infraestrutura de rede e o parque tecnológico com o objetivo de garantir a disponibilidade, o desempenho e a segurança dos sistemas e serviços;

O acesso aos dados e às tecnologias da informação e comunicações corporativos será provido pela CGTI para as áreas de negócio, em conformidade com a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), Política de Gestão de Riscos de

TI (PGRSIC), normas de segurança de SIC publicadas pela Pasta, além das boas práticas de segurança.

Promover a melhoria contínua da segurança, da eficiência e da qualidade das informações digitais.

Arquitetura de hardware e software

Os custos totais de aquisição, operação e manutenção deverão ser sempre considerados quando da análise dos investimentos na área de TI;

Deverá ser assegurada a alocação de recursos aos investimentos em TI no MI a curto, médio e longo prazo;

A aquisição e o desenvolvimento de software corporativo bem como a aquisição de equipamentos de TI deverão estar de acordo com este PDTI;

Deverá haver um programa de manutenção e atualização de hardware e software para garantir a execução das atividades do MI.

Uso dos recursos de TI

Estimular a ampla utilização e tramitação de documentação digital, quando aplicável à legislação de guarda e manutenção da informação, suportando o Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

Implantar infraestrutura de informações geoespaciais;

Os recursos de TI deste MI devem ser utilizados unicamente para propósitos funcionais;

Somente deverão ser instalados softwares licenciados ou com licenças públicas nos equipamentos do Ministério ou ligados à rede de dados corporativa;

Adotar a utilização de softwares livres, sempre que compatíveis com os padrões tecnológicos e de negócio do MI;

Criar e apoiar parcerias com as unidades de negócio que garantam soluções de alta qualidade, por meio de ferramentas analíticas de TI;

O Comitê Diretivo de TI será responsável pela supervisão da aquisição e (ou) implantação e desenvolvimento dos sistemas corporativos, assim como pela especificação de equipamentos de TI de uso padrão;

Fortalecer a comunicação, as interações e os relacionamentos com as áreas de negócio do MI;

Promover integração entre as áreas de TI do MI e suas vinculadas, visando otimizar o uso dos recursos de informação e informática.

Recursos Humanos e Capacitação

Os servidores deverão ser treinados de forma contínua, em conformidade com Planos de Capacitação;

Deverão ser oferecidos recursos de informação (livros, periódicos e outros) para atualização constante do pessoal alocado na área de TI;

Dever-se-á manter estrutura profissional dentro da CGTI que atenda propriamente as tarefas de desenvolvimento de sistemas, suporte à infraestrutura e gestão do Ambiente de TI.

Prover a área de TI com pessoal capacitado para o desempenho das atribuições da área e atendimento das demandas das áreas de negócio da organização.

Integração de Sistemas

Respeitando-se os padrões de governo, como o e-PING, e-MAG, além do Decreto Cidadão e os princípios da transparência e da eficiência, as soluções de software de apoio à gestão e a tomada de decisão devem ser, sempre que possível, desenvolvidas em ambiente corporativo, evitando-se soluções departamentais que não se integram com as demais soluções e causam redundância, falta de integridade e grandes possibilidades de erros em soluções de tomada de decisão.

Agilidade do processo administrativo:

Além das necessidades institucionais, o contexto estratégico da Tecnologia da Informação é delimitado por aspectos legais, Diretrizes de Governo, recomendações e decisões das instâncias de controle, assim como pelas melhores práticas do campo de conhecimento e pelo estágio atual da área de Tecnologia da Informação do MI.

6.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

Aquisições e serviços

As aquisições de bens e serviços deverão estar inseridas em um processo contínuo de transferência de tecnologia dos provedores externos para a organização e devem estar sempre em consonância com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 04, de 11 de setembro de 2014, além das leis de licitações e contratos, assim como acórdãos correlatos.

Os processos de concepção tecnológica e entendimento do negócio corporativo serão prioritariamente destinados a servidores efetivos da organização.

Gestão do Ambiente de TI

O Ambiente de TI do MI deverá ser gerido de acordo com as orientações e regulamentações institucionalizadas pelos órgãos responsáveis. Aplicam-se, aqui, Acórdãos do TCU, Instruções Normativas e Portarias da Secretaria de Logística e

Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

6.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade;

- criação do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) que promove a redução do consumo de papel, de impressões, de ativos para as impressoras, de transporte de documentos, de carimbos, etc.

- práticas adotadas para redução do consumo de energia e água:

- Divisão de circuito de iluminação, com uso de vários interruptores, possibilitando o desligamento parcial das luminárias em um mesmo ambiente;
- Utilização de sistema de iluminação com lâmpadas fluorescentes T5 no Edifício Sede - Bloco E e lâmpadas fluorescentes T8 no Edifício Celso Furtado por serem mais econômicas;
- Desligamento de aproximadamente 40% do número de luminárias;
- Desligamento de luzes no horário de almoço;
- Ronda diária, após expediente, para desligar ambientes acesos;
- Conscientização dos funcionários da necessidade de um consumo racional de energia elétrica e água.

b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P);

Sim. A implementação da Agenda inclui ações em conjunto com o Projeto Esplanada Sustentável. O MI ainda necessita trabalhar melhor a questão da coleta seletiva.

c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006;

Sim. Foram adquiridas lixeiras específicas, bem como contêineres externos para os resíduos recicláveis, porém atualmente é feita apenas a coleta seletiva de papel. Está em instrução interna processo para seleção de cooperativas.

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente;

- Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.
- Quando possível, são incluídas exigências editalícias nas especificações dos objetos a serem adquiridos, por exemplo, na reforma do edifício Sede houve a colocação de piso com selo Sustentax;
- Implantação de sistema de ar condicionado mais eficiente e ecológico (tipo VRF), com central;
- Persianas em tecido que proporciona maior controle térmico dos ambientes;
- Escolha por válvulas de descargas e torneiras com temporizadores (para reduzir o consumo de água);
- Compra de papel reciclado.

e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012;

- A UPC ainda não possui um PLS. Porém, já está em processo de criação da Comissão que tratará do tema no âmbito deste Órgão.

f) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

Apesar de a UPC ainda não possuir PLS, conforme alínea acima, o Ministério aplica sempre que possível às suas contratações legislação sobre a política de sustentabilidade ambiental. A reforma do Bloco “E” foi um dos exemplos da aplicação de práticas de sustentabilidade, juntamente com a instituição do Sistema Eletrônico de Informações. A contratação de serviços de motoboy para transporte de documentos vai ao encontro desse tema, visto que diminui o número de carros no trânsito e a emissão de poluentes.

O serviço de lavagem de veículos oficiais foi contratado com empresa especializada na prestação de serviços de lavagem ecológica, observando as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental elencadas na Instrução Normativa nº 01 – SLTI/MP, de 19 de janeiro de 2010.

Além disso, a manutenção predial faz serviço pró-ativo na verificação de vazamentos de água, no desligamento de lâmpadas, etc. Conforme pode ser verificado nos relatórios inseridos no âmbito do Projeto Esplanada Sustentável, houve nos últimos anos redução nos gastos com água e luz no Edifício locado pelo órgão, conforme quadros abaixo:

I ENERGIA

Quadro 6.4.1 Consumo de energia de 2013 a 2016

Resumo Histórico de Consumo de energia (kWh) e Valor (R\$)								
Mês	2013		2014		2015		2016	
	Consumo (kWh)	Valor (R\$)	Consumo (kWh)	Valor (R\$)	Consumo (kWh)	Valor (R\$)	Consumo (kWh)	Valor (R\$)
Jan	82.500	33.060,10	98.500	32.724,82	89.000	39.582,56	73.000	51.097,23
fev	116.000	41.592,74	89.000	30.470,99	81.000	38.086,45	72.500	50.203,32
mar	55.500	18.437,53	85.500	30.741,95	76.000	40.371,97	83.000	54.970,81
abr	79.000	25.392,87	83.500	30.236,04	75.500	44.855,71	88.500	56.974,28
mai	82.000	26.552,50	79.500	28.853,38	74.000	44.217,39	79.500	51.455,16
jun	86.500	27.783,79	75.500	26.924,47	68.000	41.434,83	75.500	46.919,99
jul	72.500	23.585,22	67.500	24.663,48	71.500	44.363,66	66.500	41.817,15
ago	85.500	27.342,83	77.000	27.910,32	71.000	42.919,22	72.500	43.654,12
set	87.500	29.564,64	73.000	29.603,18	74.000	48.822,22	79.500	49.174,92
out	81.500	27.744,44	93.000	39.757,69	93.000	64.467,07	79.000	49.623,94
nov	92.000	33.900,96	87.500	37.526,73	88.000	60.342,76	75.000	49.632,84
dez	87.000	29.948,29	79.000	33.995,82	87.000	60.380,04	74.000	49.585,80
Total	1.007.500	344.905,91	988.500	373.408,87	948.000	569.843,88	918.500	595.109,56
Média Mensal	83.958	28.742	82.375	31.117	79.000	47.487	76.542	49.592

Gráfico 6.4.1 Dados de consumo total de energia, nos anos 2013 a 2016.

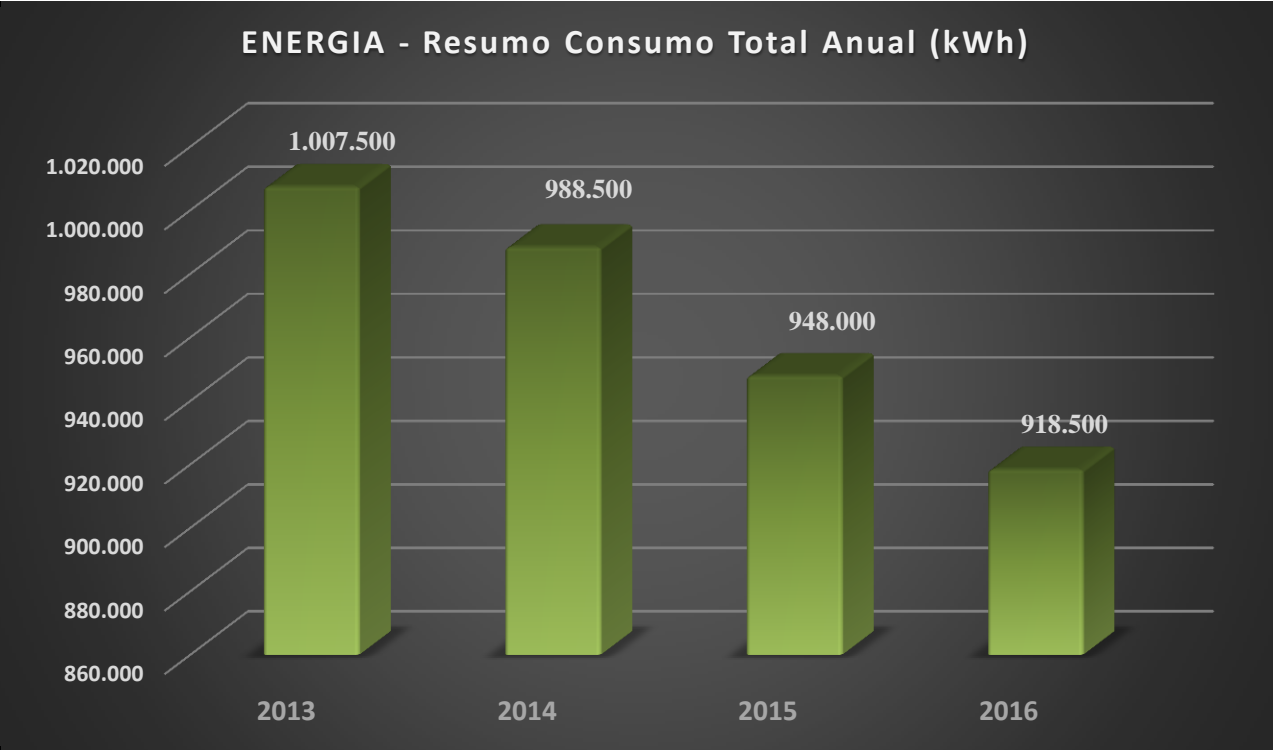
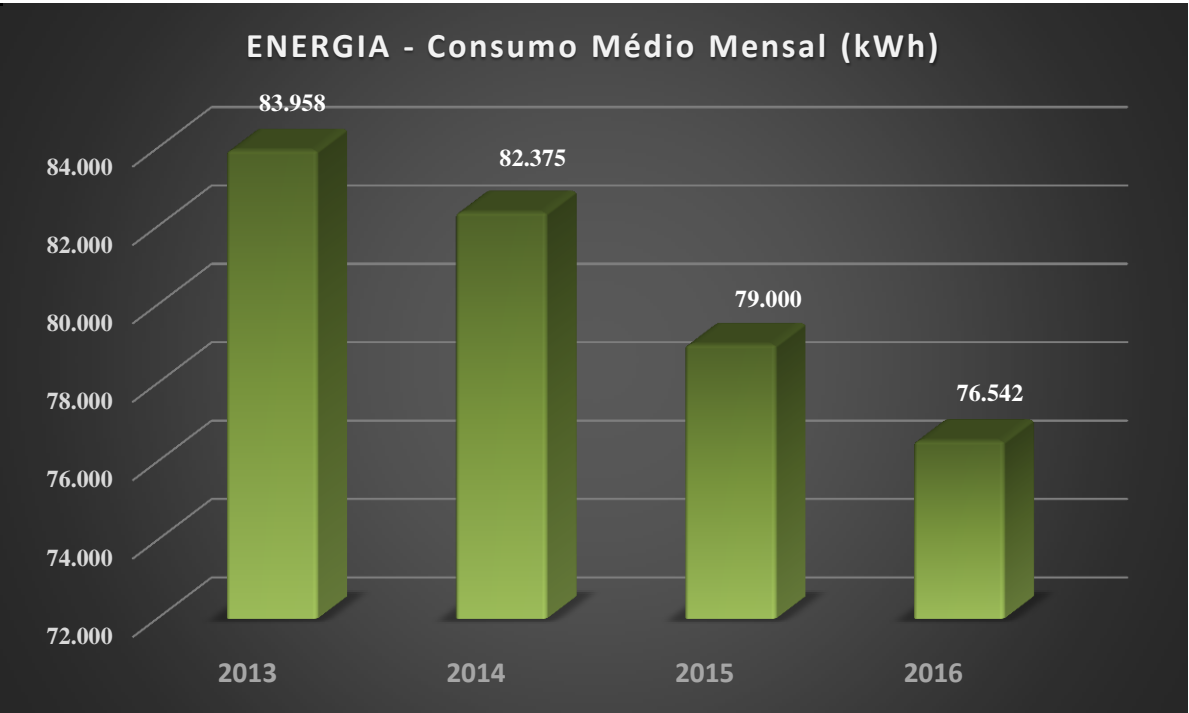


Gráfico 6.4.2 Dados de consumo médio mensal, nos anos de 2013 a 2016



II - ÁGUA

Quadro 6.4.2 Consumo de água de 2013 a 2016:

Resumo Histórico de Consumo de água (m³) e Valor (R\$)								
Mês	2013		2014		2015		2016	
	Consumo	Valor	Consumo	Valor	Consumo	Valor	Consumo	Valor
Jan	381	5.972	469	8.064	416	7.673	366	7.849
fev	436	6.844	507	8.723	427	7.877	362	7.956
mar	365	5.755	481	8.310	416	7.755	328	7.200
abr	404	6.937	402	7.412	458	9.826	484	10.667
mai	491	8.446	519	9.590	440	9.436	418	9.200
jun	455	7.821	521	9.628	434	9.306	417	9.228
jul	421	7.232	410	7.561	452	9.696	404	9.601
ago	532	9.156	523	9.665	452	9.696	405	9.625
set	557	9.599	448	8.268	412	8.830	453	10.276
out	507	8.723	449	8.287	418	8.960	343	8.137
nov	412	7.076	505	9.330	385	8.246	346	8.209
dez	480	8.255	447	8.250	378	8.095	377	9.849
Total	5.441	91.815,64	5.681	103.087,74	5.088	105.395,74	4.703	107.797,28
Média Mensal	453	7.651	473	8.591	424	8.783	392	8.983

Gráfico 6.4.3 Dados de consumo total de água, nos anos 2013 a 2016.

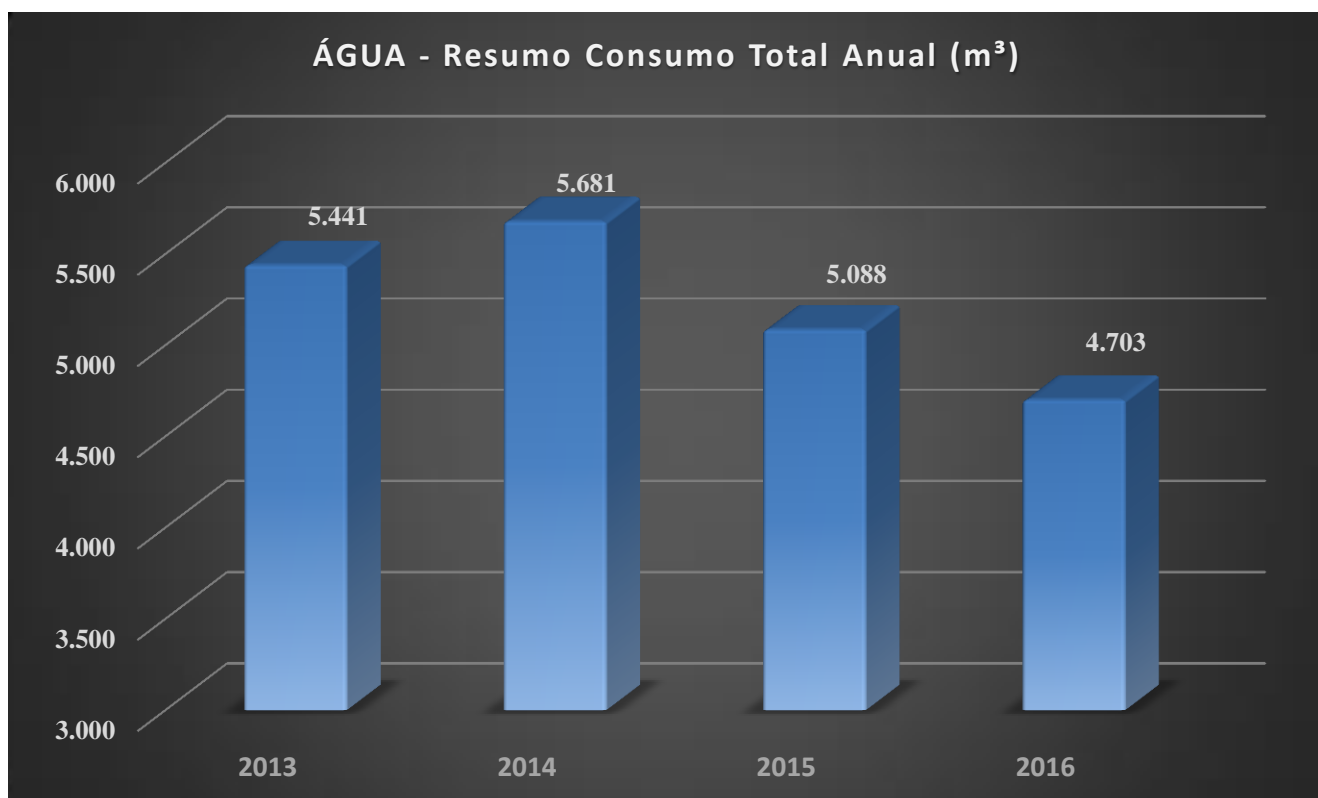
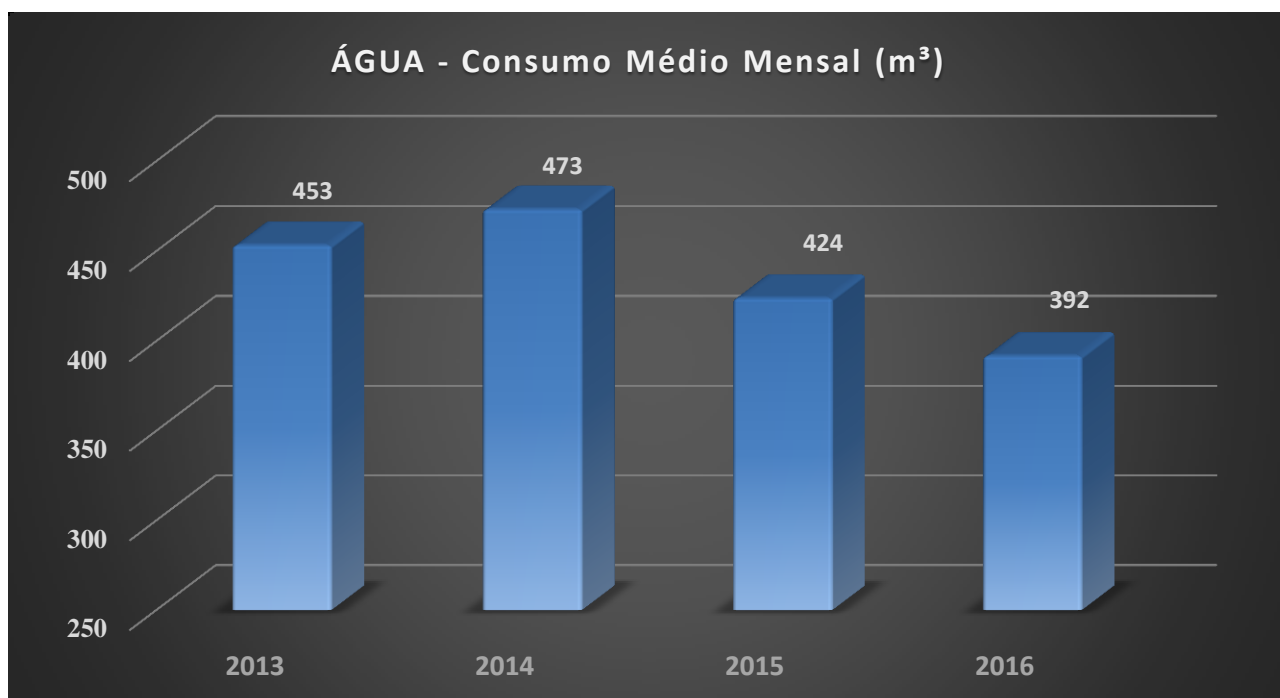


Gráfico 6.4.4 Dados de consumo médio de água, nos anos 2013 a 2016.



6.5. Gestão de fundos e de programas

6.5.1. Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

Os fundos deste Ministério estão sobre controle da SFRI (Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais).

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1. Canais de Acesso ao Cidadão

- a. Para o atendimento ao cidadão, o Ministério, por meio da Ouvidoria, disponibiliza os seguintes canais de acesso: Atendimento telefônico (gratuito), Formulário eletrônico, Correspondência (Carta), Correio Eletrônico (E-mail), Atendimento presencial e Caixa de Comunicação (urnas). Além desses, está sob a coordenação da Ouvidoria o Serviço de Acesso à Informação (SIC), conforme Lei 12.527/2011 e Decreto 7.845/2012.
- b. Os registros das manifestações dos cidadãos, relativos às denúncias, elogios, reclamação, solicitações diversas e sugestões, são feitos no Sisouvidor3, sistema utilizado pela Ouvidoria, que recebe e encaminha as demandas do próprio Ministério, do Departamento Nacional de Obras contra a Seca – DNOCS e das Superintendências do Desenvolvimento do Centro-Oeste, do Desenvolvimento da Amazônia e do Desenvolvimento do Nordeste - SUDECO, SUDAM e SUDENE, respectivamente. Essa centralização se deve à Portaria 94/2008- MI, que instituiu a Rede de Ouvidoria do Ministério e suas Entidades Vinculadas. Excetua-se a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF, que implantou o sistema do e-OUV, disponibilizado pela Controladoria-Geral da União – CGU.
- c. Os registros do Atendimento telefônico também são registrados no sistema Sisouvidor3, em um módulo a parte, criado especificamente para este canal de atendimento. Ressalta-se que, assim como as demandas registradas no sistema pela Ouvidoria, os contatos do cidadão com o Ministério e suas vinculadas era o mesmo número de Discagem Direta Gratuita (DDG 0800.610021). Desde 16/04/2015, as ligações que eram ramificadas por meio de URA (Unidade de Resposta Audível), concentraram-se apenas no Ministério, considerando a mudança do contrato de telefonia e que, conforme verificado pela área licitante, CGTI/DGI, os valores para este serviço estavam elevados para o quantitativo de demanda. Foi licitado um contrato específico de teleatendentes para a recepção dessas demandas, passando as ligações pertinentes às Entidades Vinculadas a serem transferidas para a Ouvidoria de cada ente, quando necessário.
- d. Em relação aos pedidos de informação registrados pelo e-SIC, implantou-se um novo sistema interno para registro em 2015 que vigorou até 05/05/2016. A partir dessa data, os requerimentos de informação, passaram a ser tramitados pelo SEI, sistema de controle de processos do MI.
 - i. Do total de atendimentos e manifestações, a Ouvidoria acolheu **1.198, entre denúncias, elogios, reclamações, solicitações, sugestões e pedidos de informações** por meio dos seguintes canais: Sisouvidor3 oriundas do Formulário eletrônico, Correspondência (Carta), Correio Eletrônico (E-mail), Atendimento presencial e Caixa de Comunicação (urnas).

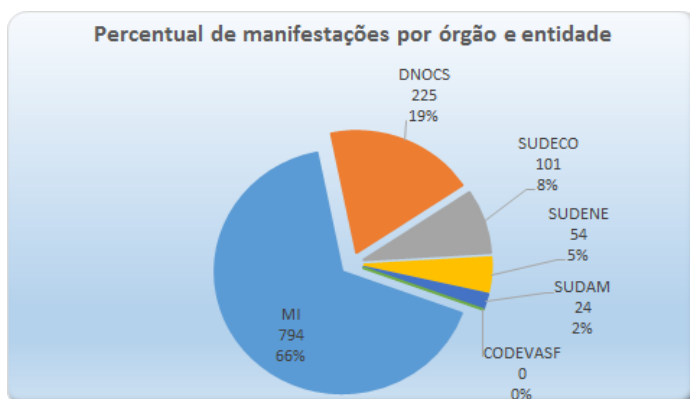
- ii. Atendeu **3963** ligações pelo **Atendimento telefônico (gratuito)**, somando as ligações do Ministério e das Entidades Vinculadas.
 - iii. E recebeu **234 pedidos de informações** por meio da LAI, sendo que desses requerimentos, 12 tiveram recursos ao chefe hierárquico, um recurso à Autoridade Máxima e um recurso à CGU.
 - iv. Ao todo, a Ouvidoria trabalhou com 5.395 atendimentos, não incluindo os recursos e retornos de demandas, por considerar se tratar da mesma manifestação.
- e. Em relação ao exercício anterior, houve uma diminuição de manifestações em torno de 30%, no canal da ouvidoria propriamente. Em relação ao teleatendimento, apesar da concentração das ligações a partir de abril, aqui no Ministério, houve uma redução de aproximadamente 36% nas ligações. Isto ocorreu principalmente pelo encerramento do Programa Bolsa Estiagem, de responsabilidade da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – SEDEC. Com referência ao SIC, a diminuição foi de cerca de 20% dos pedidos de informação.
- f. Como citado, as alterações nos procedimentos foram em relação ao canal de Atendimento telefônico, que parou de utilizar a URA para as Entidades Vinculadas, concentrando as ligações no MI, e a implantação de um novo sistema de acompanhamento interno de demandas dos pedidos de acesso à informação oriundos do e-SIC.
- g. As tabelas abaixo demonstram os itens acima em relação aos seus tipos e quantitativos, demonstrando o quantitativo por área, dividida em duas, sendo uma com o total das manifestações, incluindo o Ministério e as Entidades, e a outra apenas com as demandas do Ministério, dividida por suas áreas. Também está demonstrado por tipologia.

POR OUVIDORIA E ÁREA RESPONSÁVEL

Quadro 7.1.1 Total de manifestações por órgão ou entidade

Ouvidoria Responsável - Por órgão ou entidade	
Classificação	Qtd
MI	794
CODEVASF	0
DNOCS	225
SUDAM	24
SUDENE	54
SUDECO	101
Total de manifestações	1198

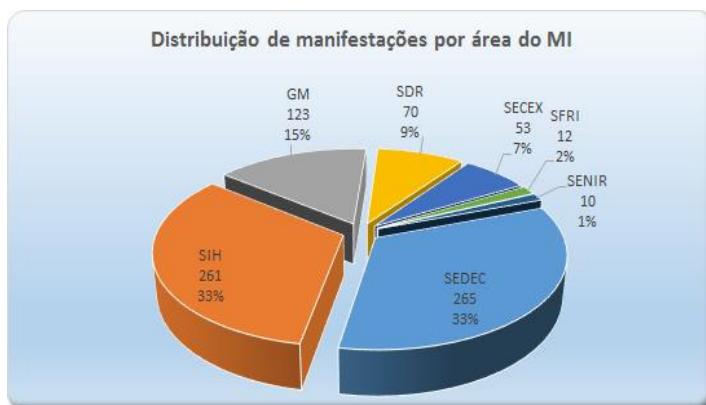
Gráfico 7.1.1 Percentual de manifestações por órgão e entidade



Quadro 7.1.2 Total de manifestações por área responsável do MI

Área Responsável - MI	
Classificação	Qtd
GABINETE	123
SECEX	53
SEDEC	265
SIH	261
SDR	70
SFRI	12
SENIR	10
Total de manifestações	794

Gráfico 7.1.2 Distribuição de manifestações por área do MI



FONTE: Sisouvidor3 – extração feita em 29/01/2016

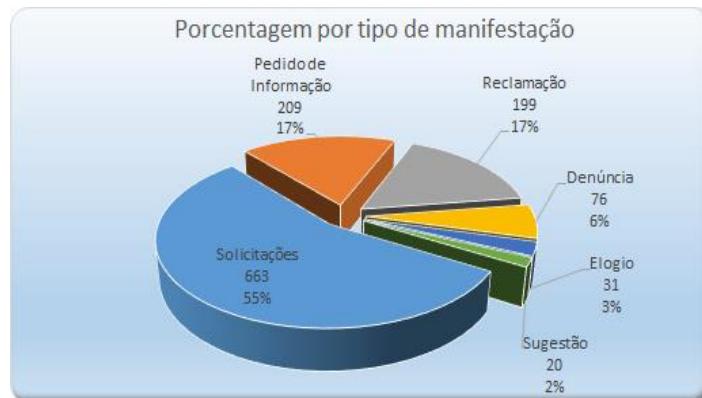
POR TIPOLOGIA

Quadro 7.1.3 Manifestação por tipologia

Área Tipologia	
Classificação	Qtd
Denúncia	76
Elogio	31
Pedido de Informação*	209
Reclamação	199
Solicitações	663
Sugestão	20
Total de manifestações	1198

FONTE: Sisouvidor3 – extração feita em 29/01/2016

Gráfico 7.1.3 Porcentagem por tipo de manifestação



7.2. Carta de Serviço ao Cidadão

O Ministério considerou-se o fato de não atender diretamente o cidadão, analisando as suas competências e suas ações. Porém, com a implantação do Portal de Serviços pelo Governo Federal, pretende-se neste exercício verificar a as atribuições do órgão para criação da Carta de Serviço ao Cidadão.

7.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

A Ouvidoria passou a disponibilizar, ainda no exercício de 2014, um formulário eletrônico de pesquisa de satisfação. Este formulário vai anexo à mensagem de resposta ao cidadão, podendo este se manifestar ou não. Atualmente, 5% dos cidadãos se manifestaram na pesquisa, e o grau de satisfação está em torno de 72% satisfatório e 15% em parcialmente satisfatório. Não há a aferição conforme consta da Carta de Serviço, uma vez que não foi implantada a referida Carta.

7.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

Incluindo a divulgação do Relatório de Gestão na página do Ministério, cabe informar que, com a padronização dos sites conforme orientação da Secretaria de Comunicação da Presidência da República – SECOM, o Ministério procurou manter os conteúdos já disponibilizados, abarcando os novos e distribuindo conforme orientações. Procura manter os links oficiais quando de consulta de dados para manter a coerência e transparência da informação constante dos sistemas federais, conforme alguns dos links: <http://mi.gov.br/web/guest/processo-de-contas-anuais>; <http://mi.gov.br/acesso-a-informacao>; http://mi.gov.br/despesas_sic; <http://mi.gov.br/convenios>.

7.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

A Ouvidoria está localizada no Ed. Celso Furtado, na Quadra 906 Norte, Bloco A, que permite o acesso de pessoas com deficiências, estando as suas instalações adequadas a todos os deficientes. O site do Ministério também segue novo modelo de identidade digital padrão do governo federal, que atende às principais recomendações de acessibilidade indicadas para web.

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

a) Se a UPC está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10;

A Unidade adota parcialmente as medidas para adoção dos critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade jurisdicionada.

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a”;

- Em relação à depreciação, esta coordenação aplica parcialmente a NBC T 16.9 porque tratamos somente dos bens tangíveis móveis.
- Quanto à avaliação e mensuração de ativos e passivos, tratado na NBC 16.10, esta coordenação só realiza os procedimentos iniciais quando da compra de bens móveis tangíveis.
- A depreciação dos bens adquiridos, e também dos já existentes, está sendo realizada de acordo com as normas contidas na NBC T 16.9 e na Macro Função 020330 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN. Entretanto, por enquanto, ainda não está sendo estimado novo valor residual e nova vida útil estimada, conforme item 5 da NBC T 16.9.
- Em relação à identificação e a mensuração inicial dos bens móveis (item 35B da NBC T 16.10), este Ministério utiliza o método de custo, mais especificamente o valor inicial/aquisição atribuído na nota fiscal de compra, não obstante a NBC T 16.10 (item 35C) incentivar a reavaliação.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

- A metodologia adotada por esta coordenação para estimar a vida útil econômica do ativo é a determinada pela Macro Função 020330/STN, quando o bem ativado é adquirido novo.

- Entretanto, para os bens que já foram depreciados em sua totalidade, mas continuam sendo utilizados por este Ministério, não há, ainda, como realizar a reavaliação, a identificação e a separação dos bens que ainda podem contribuir com benefícios econômicos futuros daqueles que não mais contribuem, dificultando, com isso, estimar uma nova vida útil dos bens que ainda podem gerar algum benefício econômico futuro.

d) Metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

- Em relação à metodologia adotada para o cálculo da depreciação, esta coordenação utiliza o método das quotas constantes. Quanto à amortização e a exaustão, não está sendo aplicada nessa Unidade Jurisdicionada.

e) Taxas utilizadas para os cálculos;

As taxas utilizadas são as disciplinadas pela Macrofunção 020330/STN, conforme apresentado pelo setor competente, são as elencadas abaixo:

Conta:12311.01.01 - Aparelhos de medicaçao e orientacao - Vida Útil (anos): 15 - Valor Residual: 10%

Conta 12311.01.02 - Aparelhos e equipamentos de comunicacao - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 20%

Conta 12311.01.03 – Equip./utens. medicos, odonto, lab e hosp. - Vida Útil (anos): 15 - Valor Residual: 20%

Conta 12311.01.04 - Aparelho e equip. p/esportes e diversoes - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%

Conta 12311.01.05 – Equip. de protecao, seguranca e socorro - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%

Conta 12311.01.06 - Maquinas e equipamentos industriais - Vida Útil (anos): 20 - Valor Residual: 10%

Conta 12311.01.07 - Maquinas e equipamentos energeticos - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%

Conta 12311.01.08 - Maquinas e equipamentos graficos - Vida Útil (anos): 15 - Valor Residual: 10%

Conta 12311.01.09 – Maq., ferramentas e utensilios de oficina - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%

Conta 12311.01.18 - Equipamentos de manobras e patrulhamento - Vida Útil (anos): 20 - Valor Residual: 10%

Conta 12311.01.21 - Equipamentos hidraulicos e eletricos - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%

Conta 12311.01.25 - Maquinas, utensilios e equip. diversos - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%

Conta 12311.02.01 - Equipamentos de processamento de dados - Vida Útil (anos): 5 - Valor Residual: 10%

Conta 12311.03.01 - Aparelhos e utensilios domesticos - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%

Conta 12311.03.02 - Maquinas e utensilios de escritorio - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%

Conta 12311.03.03 - Mobiliario em geral - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%

Conta 12311.04.02 - Colecoes e materiais bibliograficos - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 0%

Conta 12311.04.05 - Equipamentos para audio, video e foto - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%

Conta 12311.05.03 - Veiculos de tracao mecanica - Vida Útil (anos): 15 - Valor Residual: 10%

Conta 12311.99.09 - Pecas nao incorporaveis a imoveis - Vida Útil (anos): 10 - Valor Residual: 10%

f) Metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido:

- Quanto ao imobilizado, a avaliação e mensuração posterior ao procedimento inicial está em fase de implantação por parte deste órgão.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBCT 16.9 e NBCT 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício.

- Diante da não realização da reavaliação, ou *imparment*, (conforme NBC T 16.10), o efeito no ativo desta unidade é de não refletir adequadamente o valor econômico dos bens móveis como determinam os princípios contábeis e legislação correlata.
- Não obstante os princípios contábeis da prudência e da oportunidade não estarem sendo cumpridos em sua totalidade, este órgão vem trabalhando no intuito de corrigir esta impropriedade o mais breve possível.

8.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

No MI não há sistemática de apuração dos custos dos programas e das Unidades Administrativas, por não existir estrutura física da Setorial de Custos, nem responsáveis pelo acompanhamento dos custos no sistema de Informação de Custos-SIC. Sendo assim, esta UPC/MI não se enquadrava nas orientações constantes na Portaria STN 157, de 09 de março de 2011 e Portaria STN 716, de 24 de outubro de 2011.

8.3. Demonstrações Contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

Quadro 8.3.1 Balanço Financeiro- Todos os Orçamentos (530001)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 530001 - MI/SE/DGI/ADMINISTRACAO GERAL
ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
SUPERIOR
EXERCÍCIO 2016
PERÍODO Anual
EMIÇÃO 22/02/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	166.346.453,48	184.911.212,50
Ordinárias	-	-	Ordinárias	163.412.694,68	176.277.309,49
Vinculadas	-	-	Vinculadas	2.933.758,80	8.633.903,01
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	2.933.758,80	2.457.269,17
			Operação de Crédito		6.176.633,84
Transferências Financeiras Recebidas	188.453.315,68	154.678.363,69	Transferências Financeiras Concedidas	19.102.107,90	23.572.051,45
Resultantes da Execução Orçamentária	150.577.073,15	110.695.331,95	Resultantes da Execução Orçamentária	7.833.764,25	2.774.261,76
Repasse Recebido	7.104,50		Repasse Concedido	7.833.296,25	2.560.632,22
Sub-repasse Recebido	150.569.968,65	110.695.331,95	Valores Diferidos - Baixa		213.629,54
Independentes da Execução Orçamentária	37.876.242,53	43.983.031,74	Sub-repasse Devolvido	468,00	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	37.863.792,77	43.983.031,74	Independentes da Execução Orçamentária	11.268.343,65	20.797.789,69
Demais Transferências Recebidas	8.095,20		Transferências Concedidas para	2.863.565,41	2.340.204,63

Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.354,56		Pagamento de RP		
Aporte ao RPPS	-	-	Demais Transferências Concedidas	26.932,99	473.260,49
Aporte ao RGPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	8.377.845,25	17.984.324,57
Recebimentos Extraorçamentários	62.787.834,71	96.745.194,12	Aporte ao RPPS	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.085.424,01	5.674.863,16	Aporte ao RGPS	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	53.222.232,68	72.920.500,10	Despesas Extraorçamentárias	64.931.691,83	45.638.816,36
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	106.687,33	165.506,29	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	5.864.705,86	1.066.961,59
Outros Recebimentos Extraorçamentários	8.373.490,69	17.984.324,57	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	58.957.898,64	44.396.581,83
Arrecadação de Outra Unidade	8.373.490,69	17.984.324,57	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	109.087,33	140.606,29
Saldo do Exercício Anterior	1.027.387,52	3.725.910,02	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	34.666,65
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.027.387,52	3.725.910,02	Demais Pagamentos		34.666,65
TOTAL	252.268.537,91	255.149.467,83	Saldo para o Exercício Seguinte	1.888.284,70	1.027.387,52
			Caixa e Equivalentes de Caixa	1.888.284,70	1.027.387,52
			TOTAL	252.268.537,91	255.149.467,83

Quadro 8.3.2 Balanço Patrimonial-Todos os Orçamentos (530001)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530001 - MI/SE/DGI/ADMINISTRACAO GERAL
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 23/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	1.664.767.566,58	1.690.341.060,95	PASSIVO CIRCULANTE	10.608.261,74	28.187.929,24
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.888.284,70	1.027.387,52	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	1.069.224,99	14.573.471,02
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	1.662.711.127,84	1.689.102.028,70	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	9.368.643,04	12.190.728,89
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	1.550,39
Estoques	163.561,56	211.644,73	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	4.592,48	-	Provisões de Curto Prazo	442,43	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	169.951,28	1.422.178,94
ATIVO NÃO CIRCULANTE	186.049.815,82	177.559.871,83	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo	-	-

Participações Permanentes	-	-	Prazo		
			Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Prazo		
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimentos	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	10.608.261,74	28.187.929,24
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			
Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
			Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	138.529.082,69	141.318.527,12	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	118.113.902,07	120.903.346,50	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	133.120.130,59	132.661.863,89	Resultados Acumulados	1.840.209.120,66	1.839.713.003,54
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	-15.006.228,52	-11.758.517,39	Resultado do Exercício	-11.309.789,74	68.702.713,13
Acum. de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	1.839.713.003,54	1.767.928.342,42
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	11.805.906,86	3.081.947,99
Bens Móveis	20.415.180,62	20.415.180,62	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	20.415.180,62	20.415.180,62			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum.	-	-			
de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			

Bens Imóveis			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.840.209.120,66	1.839.713.003,54
Intangível	47.520.733,13	36.241.344,71			
Softwares	46.833.414,74	35.554.026,32			
Softwares	46.833.414,74	35.554.026,32			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	687.318,39	687.318,39			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	687.318,39	687.318,39			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	1.850.817.382,40	1.867.900.932,78	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.850.817.382,40	1.867.900.932,78

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	2.122.884,06	1.261.986,88	PASSIVO FINANCEIRO	77.198.959,35	101.835.057,50
ATIVO PERMANENTE	1.848.694.498,34	1.866.638.945,90	PASSIVO PERMANENTE	1.214.541,08	14.097.884,58
			SALDO PATRIMONIAL	1.772.403.881,97	1.751.967.990,70

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	19.964.879,67	5.276.000,00	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	86.021.992,70	114.521.665,59
Execução dos Atos Potenciais Ativos	19.964.879,67	5.276.000,00	Execução dos Atos Potenciais Passivos	86.021.992,70	114.521.665,59
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	11.188.778,94	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	8.776.100,73	5.276.000,00	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	27.858.269,52	35.316.485,17
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	58.163.723,18	79.205.180,42
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	19.964.879,67	5.276.000,00	TOTAL	86.021.992,70	114.521.665,59

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-75.056.789,23
Recursos Vinculados	-19.286,06
Seguridade Social (Exceto RGPS)	431,85
Operação de Crédito	-29.662,89
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	9.944,98
TOTAL	-75.076.075,29

Quadro 8.3.3 Demonstrações das Variações Patrimoniais - Todos Os Orçamentos (530001)



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530001 - MI/SE/DGI/ADMINISTRACAO GERAL
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 23/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	400.751.567,61	358.352.855,56

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	22.550,25	18.554,84
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	22.550,25	18.554,84
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3.648.954,34	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	3.648.954,34	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	188.930.195,17	189.803.620,93
Transferências Intragovernamentais	188.453.315,68	189.744.947,49
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	463.176,99	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	13.702,50	58.673,44
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	714.208,42	5.340.459,53
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	408.480,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	714.208,42	4.931.979,53

Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	207.435.659,43	163.190.220,26
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	207.435.659,43	163.190.220,26
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	412.061.357,35	269.815.295,54
Pessoal e Encargos	69.294.984,11	69.063.612,48
Remuneração a Pessoal	50.265.251,56	49.116.065,35
Encargos Patronais	8.525.554,76	8.411.605,81
Benefícios a Pessoal	5.776.796,35	4.387.526,64
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	4.727.381,44	7.148.414,68
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.667.255,94	3.296.643,12
Aposentadorias e Reformas	2.663.839,35	2.456.422,18
Pensões	936.139,86	822.848,65
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	67.276,73	17.372,29
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	91.323.155,40	70.516.072,47
Uso de Material de Consumo	293.685,45	175.960,93
Serviços	87.781.758,82	66.436.125,19
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.247.711,13	3.903.986,35
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	92.328.882,89	64.154.967,61
Transferências Intragovernamentais	20.202.107,90	58.788.635,25
Transferências Intergovernamentais	71.799.098,00	1.044.437,00
Transferências a Instituições Privadas	-	-

Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	6.980,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	327.676,99	4.314.915,36
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	4.893.416,52	614.857,66
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	2.384,10	3.135,96
Incorporação de Passivos	468,00	335.721,70
Desincorporação de Ativos	4.890.564,42	276.000,00
Tributárias	44.259,57	41.546,55
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	38.364,57	36.426,55
Contribuições	5.895,00	5.120,00
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	150.509.402,92	62.127.595,65
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	442,43	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	150.508.960,49	62.127.595,65
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-11.309.789,74	88.537.560,02

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2016	2015

Quadro 8.3.4 Balanço Orçamentário- Todos Orçamentos (530001)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530001 - MI/SE/DGI/ADMINISTRACAO GERAL
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 23/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-

Cont. Entidades Privadas de Serviço Social	-	-	-	-
Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e	-	-	-	-
ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao	-	-	-	-
Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-

Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			166.346.453,48	166.346.453,48
TOTAL	-	-	166.346.453,48	166.346.453,48
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	151.961.328,69	104.998.440,09	103.913.016,08	-

Pessoal e Encargos Sociais	-	-	69.714.762,08	66.550.286,69	66.543.943,75	151.961.328,69
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-69.714.762,08
Outras Despesas Correntes	-	-	82.246.566,61	38.448.153,40	37.369.072,33	-82.246.566,61
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	14.385.124,79	8.125.780,71	8.125.780,71	-14.385.124,79
Investimentos	-	-	14.385.124,79	8.125.780,71	8.125.780,71	-14.385.124,79
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	166.346.453,48	113.124.220,80	112.038.796,79	-
						166.346.453,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	166.346.453,48	113.124.220,80	112.038.796,79	-
						166.346.453,48
TOTAL	-	-	166.346.453,48	113.124.220,80	112.038.796,79	-
						166.346.453,48

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	13.894.785,30	68.917.302,41	56.030.027,33	55.079.958,85	13.160.994,32	14.571.134,54
Pessoal e Encargos Sociais	-	783.739,08	596.791,28	596.791,28	3.391,83	183.555,97
Juros e Encargos da	-	-	-	-	-	-

Dívida						
Outras Despesas	13.894.785,30	68.133.563,33	55.433.236,05	54.483.167,57	13.157.602,49	14.387.578,57
Correntes						
DESPESAS DE CAPITAL	929.727,44	4.003.197,69	3.877.939,79	3.877.939,79	93.045,39	961.939,95
Investimentos	929.727,44	4.003.197,69	3.877.939,79	3.877.939,79	93.045,39	961.939,95
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	14.824.512,74	72.920.500,10	59.907.967,12	58.957.898,64	13.254.039,71	15.533.074,49

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	375.344,23	5.752.902,82	5.475.955,74	355.459,94	296.831,37
Pessoal e Encargos	-	475.586,44	475.586,44	-	-
Sociais					
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas	375.344,23	5.277.316,38	5.000.369,30	355.459,94	296.831,37
Correntes					
DESPESAS DE CAPITAL	7.621.998,20	215.307,25	388.750,12	387.158,53	7.061.396,80
Investimentos	7.621.998,20	215.307,25	388.750,12	387.158,53	7.061.396,80
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	7.997.342,43	5.968.210,07	5.864.705,86	742.618,47	7.358.228,17

Quadro 8.3.5 Demonstrações dos Fluxos de Caixa- Todos os Orçamentos (530001)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530001 - MI/SE/DGI/ADMINISTRACAO GERAL
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 22/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	13.253.367,80	15.100.057,96
INGRESSOS	196.933.493,70	172.828.194,55
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	196.933.493,70	172.828.194,55

Ingressos Extraorçamentários	106.687,33	165.506,29
Transferências Financeiras Recebidas	188.453.315,68	154.678.363,69
Arrecadação de Outra Unidade	8.373.490,69	17.984.324,57
DESEMBOLSOS	-183.680.125,90	-157.728.136,59
Pessoal e Demais Despesas	-155.330.380,11	-124.470.115,04
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-150.579.176,87	-118.919.043,13
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-780.028,00	-2.425.496,00
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-3.585.078,24	-3.101.293,97
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-386.097,00	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-24.281,94
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-

Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-9.138.550,56	-9.510.697,16
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-9.138.550,56	-9.503.717,16
Outras Transferências Concedidas	-	-6.980,00
Outros Desembolsos das Operações	-19.211.195,23	-23.747.324,39
Dispêndios Extraorçamentários	-109.087,33	-140.606,29
Transferências Financeiras Concedidas	-19.102.107,90	-23.572.051,45
Demais Pagamentos	-	-34.666,65
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-12.392.470,62	-17.798.580,46
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-12.392.470,62	-17.798.580,46
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.006.387,68	-7.790.211,95
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-11.386.082,94	-10.008.368,51
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	860.897,18	-2.698.522,50

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.027.387,52	3.725.910,02
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.888.284,70	1.027.387,52

Quadro 8.3.6 Balanço Financeiro- Todos os orçamentos (530002)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530002 - MI/SE/DGE/ORÇAMENTO E FINANÇAS
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 22/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	89.651.160,11	158.114.487,85	Despesas Orçamentárias	-	-
Ordinárias	82.301.182,32	157.802.556,10	Ordinárias	-	-
Vinculadas	8.840.560,98	337.823,23	Vinculadas	-	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	8.840.560,98	337.823,23			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.490.583,19	-25.891,48			
Transferências Financeiras Recebidas	20.046.225.547,20	17.615.255.082,05	Transferências Financeiras Concedidas	19.733.326.705,14	17.652.875.634,69
Resultantes da Execução Orçamentária	15.987.805.982,64	13.191.218.825,90	Resultantes da Execução Orçamentária	15.728.148.629,13	13.512.841.664,92
Cota Recebida	15.986.175.595,81	13.157.651.517,64	Repasse Concedido	13.236.786.761,11	11.399.412.220,57
Valores Diferidos - Baixa		33.567.308,26	Sub-repasse Concedido	2.488.044.226,53	2.113.311.944,35
Repasse Devolvido	1.629.918,83		Valores Diferidos - Baixa		117.500,00
Sub-repasse Devolvido	468,00		Cota Devolvida	3.317.641,49	
Independentes da Execução Orçamentária	4.058.419.564,56	4.424.036.256,15	Independentes da Execução	4.005.178.076,01	4.140.033.969,77

Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4.033.161.141,21	4.422.892.307,53	Orçamentária Transferências Concedidas para Pagamento de RP	4.002.410.410,23	4.138.862.581,32
Demais Transferências Recebidas	25.258.423,35	1.143.948,62	Demais Transferências Concedidas	1.457.543,40	10.462,92
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.310.122,38	1.160.925,53
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	-	47.721,52	Despesas Extraorçamentárias	88.341.037,73	182.617.864,24
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-664,62	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	48.386,14	Outros Pagamentos Extraorçamentários	88.341.037,73	182.617.864,24
Demais Recebimentos		48.386,14	Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		25.664.301,92
			Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	88.341.037,73	156.953.562,32
Saldo do Exercício Anterior	52.474.690,99	114.550.898,50	Saldo para o Exercício Seguinte	366.683.655,43	52.474.690,99
Caixa e Equivalentes de Caixa	52.474.690,99	114.550.898,50	Caixa e Equivalentes de Caixa	366.683.655,43	52.474.690,99
TOTAL	20.188.351.398,30	17.887.968.189,92	TOTAL	20.188.351.398,30	17.887.968.189,92

Quadro 8.3.7 Balanço Orçamentário- Todos os Orçamentários (530002)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530002 - MI/SE/DGE/ORÇAMENTO E FINANÇAS
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 23/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	89.651.160,11	89.651.160,11
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social	-	-	-	-
Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	8.834.364,00	8.834.364,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	22.488,25	22.488,25
Valores Mobiliários	-	-	8.811.875,75	8.811.875,75
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-

Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	62,00	62,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	62,00	62,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	80.816.734,11	80.816.734,11
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	395.760,18	395.760,18
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	80.351.911,78	80.351.911,78
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	69.062,15	69.062,15
RECEITAS DE CAPITAL	8.736.000,00	8.736.000,00	-	-8.736.000,00
Operações de Crédito	8.736.000,00	8.736.000,00	-	-8.736.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	8.736.000,00	8.736.000,00	-	-8.736.000,00
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-

Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	8.736.000,00	8.736.000,00	89.651.160,11	80.915.160,11
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	8.736.000,00	8.736.000,00	89.651.160,11	80.915.160,11
TOTAL	8.736.000,00	8.736.000,00	89.651.160,11	80.915.160,11
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	3.123.138.260,00	3.123.138.260,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	1.765.542.652,00	1.765.542.652,00	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	382.000.000,00	382.000.000,00	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	975.595.608,00	975.595.608,00	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	224.472.060,00	1.143.905.344,00	-	-	-	1.143.905.344,00
Pessoal e Encargos Sociais	65.078.299,00	72.227.309,00	-	-	-	72.227.309,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	159.393.761,00	1.071.678.035,00	-	-	-	1.071.678.035,00
DESPESAS DE CAPITAL	2.820.350.289,00	3.873.484.191,00	-	-	-	3.873.484.191,00
Investimentos	2.820.350.289,00	3.873.484.191,00	-	-	-	3.873.484.191,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-

RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	3.044.822.349,00	5.017.389.535,00	-	-	-	5.017.389.535,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	3.044.822.349,00	5.017.389.535,00	-	-	-	5.017.389.535,00
SUPERÁVIT			89.651.160,11			-89.651.160,11
TOTAL	3.044.822.349,00	5.017.389.535,00	89.651.160,11	-	-	4.927.738.374,89

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS	INSCRITOS EM	INSCRITOS EM 31 DE	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
----------	--------------	--------------------	-------	------------	-------

ORÇAMENTÁRIAS	EXERCÍCIOS ANTERIORES	DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Quadro 8.3.8 Balanço Patrimonial- Todos os Orçamentos (530002)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530002 - MI/SE/DGE/ORÇAMENTO E FINANÇAS
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 23/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015

ATIVO CIRCULANTE	366.683.655,43	53.808.396,55	PASSIVO CIRCULANTE	664,62	356.557.663,64
Caixa e Equivalentes de Caixa	366.683.655,43	52.474.690,99	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	-	1.333.705,56	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	664,62	356.557.663,64
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	664,62	356.557.663,64
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-

Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Capital	-	-
Imobilizado	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Bens Móveis	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	-	-	Demais Reservas	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	-	-	Resultados Acumulados	366.682.990,81	-302.749.267,09
Acum. de Bens Móveis	-	-	Resultado do Exercício	561.577.661,12	1.749.510.918,56
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	-302.749.267,09	-
Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	107.854.596,78	2.052.260.185,65
Bens Imóveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	-	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	366.682.990,81	-302.749.267,09
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum.	-	-			
de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			
Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas,	-	-			
Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de	-	-			

Marcas, Direitos e Pat.					
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável	-	-			
Direito de Uso de Imóveis					
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	366.683.655,43	53.808.396,55	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	366.683.655,43	53.808.396,55

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	366.683.655,43	53.808.396,55	PASSIVO FINANCEIRO	664,62	356.557.663,64
ATIVO PERMANENTE	-	-	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SALDO PATRIMONIAL		302.749.267,09	SALDO PATRIMONIAL	366.682.990,81	

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS	-	-

Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	PASSIVOS	-	-
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	-	-

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	356.776.298,12
Recursos Vinculados	9.906.692,69
Seguridade Social (Exceto RGPS)	181.855,33
Operação de Crédito	9.650.445,97
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	74.391,39
TOTAL	366.682.990,81

Quadro 8.3.9 Demonstrações dos Fluxos de Caixa- Todos os Orçamentos (530002)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530002 - MI/SE/DGE/ORÇAMENTO E FINANÇAS
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 22/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	314.208.964,44	-62.076.207,51
INGRESSOS	20.135.876.707,31	17.773.417.291,42
Receitas Derivadas e Originárias	89.651.160,11	158.114.487,85
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	22.488,25	15.728,22
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	62,00	2.826,62
Remuneração das Disponibilidades	8.811.875,75	337.823,23
Outras Receitas Derivadas e Originárias	80.816.734,11	157.758.109,78
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	20.046.225.547,20	17.615.302.803,57

Ingressos Extraorçamentários	-	-664,62
Transferências Financeiras Recebidas	20.046.225.547,20	17.615.255.082,05
Demais Recebimentos		48.386,14
DESEMBOLSOS	-19.821.667.742,87	-17.835.493.498,93
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-

Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-19.821.667.742,87	-17.835.493.498,93
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-19.733.326.705,14	-17.652.875.634,69
Cancelamento de Direitos do Exercício Anterior		-25.664.301,92
Transferência de Arrecadação para Outra Unidade	-88.341.037,73	-156.953.562,32
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	314.208.964,44	-62.076.207,51
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	52.474.690,99	114.550.898,50
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	366.683.655,43	52.474.690,99

Quadro 8.3.10 Demonstrações das Variações Patrimoniais- Todos os Orçamentos (530002)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530002 - MI/SE/DGE/ORÇAMENTO E FINANÇAS
ORGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
EXERCÍCIO	2016
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	23/02/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	20.305.578.682,42	19.861.348.597,03
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-

Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	1.181,23
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	1.181,23
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	20.046.225.547,20	17.615.255.082,05
Transferências Intragovernamentais	20.046.225.547,20	17.615.255.082,05
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	258.043.012,84	2.244.932.589,45
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	258.043.012,84	2.244.932.589,45
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.310.122,38	1.159.744,30
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.310.122,38	1.159.744,30
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	19.744.001.021,30	18.111.837.678,47
Pessoal e Encargos	-	-

Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	19.733.326.705,14	17.652.875.634,69
Transferências Intragovernamentais	19.733.326.705,14	17.652.875.634,69
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	10.674.316,16	458.962.043,78
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	9.340.610,60	441.726.424,21

Desincorporação de Ativos	1.333.705,56	17.235.619,57
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	561.577.661,12	1.749.510.918,56

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

Quadro 8.3.11 Balanço Financeiro- Todos os Orçamentos (530025)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530025 - INTERAGUAS - 8074-BR
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 22/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	11.373.362,34	-
Ordinárias	-	-	Ordinárias	2.843.340,59	-
Vinculadas	-	-	Vinculadas	8.530.021,75	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Operação de Crédito	8.530.021,75	-
Transferências Financeiras Recebidas	474.365,91	1.123.550,66	Transferências Financeiras Concedidas	274.637,66	1.123.550,66
Resultantes da Execução Orçamentária	-	848.912,99	Resultantes da Execução Orçamentária	-	848.912,99
Sub-repasse Recebido	-	848.912,99	Repasse Concedido	-	848.912,99
Independentes da Execução Orçamentária	474.365,91	274.637,67	Independentes da Execução Orçamentária	274.637,66	274.637,67
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	474.365,91	274.637,67	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	274.637,66	274.637,67
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	11.373.362,34	-	Despesas Extraorçamentárias	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	11.373.362,34	-	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	-	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-

Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior	-	-	Saldo para o Exercício Seguinte	199.728,25	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	-	Caixa e Equivalentes de Caixa	199.728,25	-
TOTAL	11.847.728,25	1.123.550,66	TOTAL	11.847.728,25	1.123.550,66

Quadro 8.3.12 Balanço Orçamentário- Todos os Orçamentos (530025)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530025 - INTERAGUAS - 8074-BR
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 23/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-

Cont. Entidades Privadas de Serviço Social	-	-	-	-
Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-

Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DÉFICIT			11.373.362,34	11.373.362,34
TOTAL	-	-	11.373.362,34	11.373.362,34
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	11.373.362,34	-	-	-11.373.362,34
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	11.373.362,34	-	-	-11.373.362,34
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	11.373.362,34	-	-	-11.373.362,34
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	11.373.362,34	-	-	-11.373.362,34
TOTAL	-	-	11.373.362,34	-	-	-11.373.362,34

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-

Outras Despesas	-	-	-	-	-	-
Correntes	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Inversões	-	-	-	-	-	-
Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.142.500,00	-	-	1.142.500,00	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.142.500,00	-	-	1.142.500,00	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões	-	-	-	-	-
Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.142.500,00	-	-	1.142.500,00	-

Quadro 8.3.13 Balanço Patrimonial- Todos os Orçamentos (530025)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530025 - INTERAGUAS - 8074-BR
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 23/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO CIRCULANTE	4.089.728,25	3.890.000,00	PASSIVO CIRCULANTE	-	1.142.500,00
Caixa e Equivalentes de Caixa	199.728,25	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	3.890.000,00	3.890.000,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões de Curto Prazo	-	-
			Demais Obrigações a Curto Prazo	-	1.142.500,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	-	-	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões de Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-

Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	-	1.142.500,00
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	-	-			
Bens Móveis	-	-			
Bens Móveis	-	-			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
Bens Imóveis	-	-			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			

(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	4.089.728,25	3.890.000,00	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.089.728,25	3.890.000,00

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	199.728,25	-	PASSIVO FINANCEIRO	11.373.362,34	1.142.500,00
ATIVO PERMANENTE	3.890.000,00	3.890.000,00	PASSIVO PERMANENTE	-	-
SALDO PATRIMONIAL	7.283.634,09		SALDO PATRIMONIAL		2.747.500,00

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	16.335.789,57	4.962.427,23
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	16.335.789,57	4.962.427,23
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Rec.	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congêneres a Liberar	16.335.789,57	4.962.427,23
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	16.335.789,57	4.962.427,23

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-2.643.612,34
Recursos Vinculados	-8.530.021,75
Operação de Crédito	-8.530.021,75
TOTAL	-11.173.634,09

Quadro 8.3.14 Demonstrações dos Fluxos de Caixa- Todos os Orçamentos (530025)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530025 - INTERAGUAS - 8074-BR
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO Anual
 EMISSÃO 22/02/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	199.728,25	-
INGRESSOS	474.365,91	1.123.550,66
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	474.365,91	1.123.550,66
Ingressos Extraorçamentários	-	-

Transferências Financeiras Recebidas	474.365,91	1.123.550,66
DESEMBOLSOS	-274.637,66	-1.123.550,66
Pessoal e Demais Despesas	-	-
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-

Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-274.637,66	-1.123.550,66
Dispêndios Extraorçamentários	-	-
Transferências Financeiras Concedidas	-274.637,66	-1.123.550,66
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Aquisição de Ativo Não Circulante	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	199.728,25	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	-	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	199.728,25	-

Quadro 8.3.15 Demonstrações das Variações Patrimoniais - Todos os Orçamentos (530025)



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	530025 - INTERAGUAS - 8074-BR
ORGÃO SUPERIOR	53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
EXERCÍCIO	2016
PERÍODO	Anual
EMIÇÃO	23/02/2017
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.616.865,91	1.123.550,66
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-

Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	474.365,91	1.123.550,66
Transferências Intragovernamentais	474.365,91	1.123.550,66
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	1.142.500,00	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1.142.500,00	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-	-
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	274.637,66	1.123.550,66
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-

Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	-	-
Uso de Material de Consumo	-	-
Serviços	-	-
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	274.637,66	1.123.550,66
Transferências Intragovernamentais	274.637,66	1.123.550,66
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-
Tributárias	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-

Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	-	-
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	1.342.228,25	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

Quadro 8.3.16 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido- Todos os Orçamentos (530001)
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530001 - MI/SE/DGI/ADMINISTRACAO GERAL
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO DEZ(Encerrado)
 EMISSÃO 20/03/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	1.839.713.003,54	-	1.839.713.003,54
Variação Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	14.839.097,62	-	14.839.097,62
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	48.757,23	-	48.757,23
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	-11.309.789,74	-	-11.309.789,74
Constituição/Reversão de Reservas	-3.081.947,99	-	-3.081.947,99
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	1.840.209.120,66	-	1.840.209.120,66

Quadro 8.3.17 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido- Todos os Orçamentos (530002)
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530002 - MI/SE/DGE/ORÇAMENTO E FINANÇAS
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO DEZ(Encerrado)
 EMISSÃO 20/03/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	- 302.749.267,09	-	- 302.749.267,09
Variação Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	107.854.596,78	-	107.854.596,78
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	561.577.661,12	-	561.577.661,12
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	366.682.990,81	-	366.682.990,81

Quadro 8.3.18 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido- Todos os Orçamentos (530025)
MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS
 SUBTÍTULO 530025 - INTERAGUAS - 8074-BR
 ORGÃO 53000 - MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL
 SUPERIOR
 EXERCÍCIO 2016
 PERÍODO DEZ(Encerrado)
 EMISSÃO 20/03/2017
 VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Valor	Valor do Ajuste	Valor Total
Saldo Inicial do Exercício 2016	2.747.500,00	-	2.747.500,00
Variação Cambial	-	-	-
Ajustes de Exercício Anterior	-	-	-
Aumento/Redução de Capital	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-
Resultado do Exercício	1.342.228,25	-	1.342.228,25
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2016	4.089.728,25	-	4.089.728,25

8.3.1. Demonstrações contábeis e Notas Explicativas da Unidade confrontando realizações de 2015 com 2016.

1) Balanço Orçamentário – considerações sobre o demonstrativo: total de Receitas Realizadas na UG: 530001 foram de R\$ 166.346.453,48, equivalente ao total de Despesas Empenhadas, sendo: despesa liquidada e paga o valor de R\$ 112.038.796,79 e inscrito em Restos a Pagar, processados e não processados, o montante de R\$ 54.307.656,69. Observado montante relevante de inscrição de Restos a Pagar no exercício considerando o Orçamento Recebido.

2) Balanço Patrimonial – considerações sobre o demonstrativo: Relevância encontrada no Ativo Circulante, representado na UG: 530001 pela conta: Demais Créditos e Valores a Curto Prazo. Valor significativo observado na conta de Demais Créditos representando 99% do Ativo Circulante da Unidade, impactada principalmente pelos registros dos valores correspondentes a falta de documentação comprobatória da execução da despesa, inclusive as apresentações fora do prazo legal, bem como a inadimplência na comprovação de instrumentos de transferência ou ainda irregularidade na documentação apurados, com imputação da responsabilidade (quando for instaurada Tomada de Contas Especial).

3) Demonstrações da Variações Patrimoniais

3.1 – Relevância nas Variações Patrimoniais **Aumentativas** na seguinte conta:

- Outras Variações Patrimoniais Aumentativas (R\$ 207.435.659,43) – representa 52% do total das Variações Patrimoniais Aumentativas. Os valores são oriundos de restituições diversas, sendo que o maior impacto na conta é causado pelas apropriações decorrentes da instauração de Tomada de Contas Especial;

3.2 – Relevância nas Variações Patrimoniais **Diminutivas** na seguinte conta:

- Outras Variações Patrimoniais Diminutivas/Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas – conta motivada pelo registro proveniente de indenizações diversas, sendo que o maior impacto é devido à baixa de responsabilidade imputada em processo de Tomada de Contas Especial, face decisão do Tribunal de Contas da União.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

Quadro 9.1.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE				
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU				
Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 027.587/2015-0	395/2016-Plenário	b	Ofício 0452/2016-TCU/SECEX/RJ	11/04/2016
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional - Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil/SEDEC				
Descrição da Determinação/Recomendação				
Determinar ao Ministério da Integração Nacional, com fundamento no art. 20, inciso II, do RI/TCU, que, no prazo de 18 (cento e oitenta) dias, informe ao Tribunal de Contas da União as conclusões obtidas no âmbito do processo nº 59050.00014/2010-61, o qual trata do termo de compromisso nº 086/2010, firmado entre o município de Arroio Grande/RS e o Ministério da Integração Nacional.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Em 24/10/2016, foi emitido Parecer Técnico conclusivo quantificando uma glosa no valor de R\$ 569.018,91 a ser restituído a União devidamente corrigidos e os autos encaminhado para análise financeira pela CGCONV. Ato contínuo, a mesma em PARECER FINANCEIRO Nº 002/2017/DAN/CAPC/CGCONV/DGI/SECEX/MI, apurou a glosa técnica a ser recolhida e por meio do ofício nº 031/2017/DGI/SECEX/MI, informou o resultado da análise ao gestor faltoso e ao atual gestor estabelecendo prazo para que seja efetuado o recolhimento da importância de R\$ 1.097.727,33, já atualizada monetariamente e acrescida de juros legais, sem resposta positiva até o oferecimento destas informações, não consumado entretanto o prazo estabelecido para a devolução dos recursos. Oportuno registrar que a não adoção das providências assinaladas implicará no registro de inadimplência efetiva do Município no SIAFI, e ainda, o encaminhamento do processo para instauração de Tomada de Contas Especial, em consonância com a				

legislação vigente, razão pela qual foi notificado o atual gestor.

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 008.908/2013-3	978/2013-Plenário	1.8.1	Ofício 1643/2016-TCU/SECEX-BA	22/06/2016
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				

Ministério da Integração Nacional - Secretaria Executiva

Descrição da Determinação/Recomendação

Determinou ao Ministério da Integração Nacional que, no prazo de 60 (sessenta) dias, informasse ao TCU o resultado da análise das contas referentes ao Convênio nº 712806/2009 - Processo nº 59050.002026/2009-96 (firmado com o Município de Bom Jesus da Lapa/BA), com parecer definitivo pela aprovação, ou não, da prestação de contas do ajuste.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

em atendimento informamos que em procedimentos de análise das contas referente a transferência em questão registramos que encontra-se pendente de Avaliação Técnica Conclusiva pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, após o que terá lugar a avaliação dos aspectos contábeis e financeiros, Sob competência da Coordenação Geral de Prestação de Contas de Convenios , incumbido regimentalmente da Prestação de Contas Final, contudo dependente da avaliação técnica pela citada Secretaria, nos termos da portaria MI nº 88/2012.

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE				
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU				
Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 029.592/2014-3	1252/2015 - 2ª Câmara	1.7.1	Ofício 1616/2016-TCU/SECEX-AM	01/07/2016
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional - CGCONV				
Descrição da Determinação/Recomendação				
Determinou à SEDEC que efetuasse a análise das prestações de contas dos Termos de Compromisso nos 141/2012 (Processo 59050.001308/2012-71 - Município de Iranduba/BA) e 029/2013 (Processo 59050.000656/2013-11 - Estado do Amazonas) à luz das irregularidades noticiadas nos presentes autos, instaurando, se fosse o caso, as respectivas tomadas de contas especiais, e informasse ao TCU, no prazo de 90 (noventa) dias, o resultado da análise, bem como sobre o resultado das providências eventualmente adotadas”.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
informamos que, em 24/01/2017, a área técnica da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil não aprovou a execução física do Objeto, conforme Parecer nº 04/2017/SEDEC/CENAD/CGMO, fazendo-se necessária a devolução total dos recursos repassados, no montante de R\$ 1.575.017,00, a ser devidamente atualizado. Ato contínuo, os autos encontra-se na Coodenação Geral de Prestação de Contas de Convênios para a avaliação dos aspectos contábeis e financeiros da avença visando subsidiar conclusão quanto a prestação de contas final..				
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE				
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU				
Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência

TC 001.566/2016-4	8686/2016-TCU-2ª Câmara	1.7. 2	Ofício 2093/2016-TCU/SECEX- AM	11/08/2016
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional - Secretaria Executiva				
Descrição da Determinação/Recomendação				
Determinou ao Ministério da Integração que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contado a partir da notificação deste Acórdão, analisasse a documentação encaminhada a título de prestação de contas pelo Sr. Odivaldo Miguel de Oliveira Paiva referente ao Termo de Compromisso nº 148/2012, Siafi 672703, Processo nº 59010.000019/2015-74, firmado com o Município de Maués/AM, e emitisse parecer conclusivo.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A coordenação Geral de Prestação de Contas de Convênios comprovou a apresentação da prestação de contas no SIAFI e enviou o processo à SEDEC para manifestação quanto à execução física, entretanto pendente de parecer técnico conclusivo até o momento.				
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE				
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU				
Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 024.116/2015-7	5507/2016-TCU-1ª Câmara	a	Ofício 2453/2016-TCU/SECEX- BA	29/08/2016
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional - Secretaria Executiva				
Descrição da Determinação/Recomendação				
Fixou prazo de 90 dias para que o Ministério da Integração Nacional apresentasse parecer conclusivo sobre a aprovação ou não das contas relativas aos recursos do Convênio nº 723066/2009, Processo nº 59200.000338/2009-02, firmado com o Município de Itambé/BA.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				

em atenção informamos que foi aprovada parcialmente as contas referentes a transferência em questão, em virtude de Glosa Técnica apurada pela Secretaria de Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 257.298,73 sendo R\$247.735,16 de Recursos Federais e R\$5.055,82 de Contrapartida aplicados no Objeto e R\$4.507,75 de Rendimentos Financeiros recolhidos ao Tesouro Nacional, ao tempo em que foi imputada em desfavor de Ivan Fernandes do Couto Moreira, ex-Prefeito de Itambé - BA, o valor de R\$ 58.658,29, sendo R\$52.144,84 de glosa técnica ajustada e R\$ 6.513,45 de rendimento financeiro utilizado, a ser atualizada.

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE			
---	--	--	--

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU			
---	--	--	--

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
---	--	--	--	--

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 017.373/2015-8	5505/2016-TCU-1ª Câmara	1.7.1	Ofício 2490/2016-TCU/SECEX-BA	29/08/2016
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				

Ministério da Integração Nacional - Secretaria Executiva

Descrição da Determinação/Recomendação	
---	--

Fixou prazo de 90 (noventa) dias contados a partir da ciência, para que o Ministério da Integração Nacional apresentasse o parecer técnico conclusivo sobre a prestação de contas do termo de compromisso nº 82/2012, SIAFI 672354, Processo nº 59050.000599/2012-81, firmado com o Município de Ibiquera/BA.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
--

A Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC emitiu o Parecer nº 37/2016/CENAD/SEDEC, de 22/7/2016, concluindo por pela aprovação das ações desenvolvidas em conformidade com a legislação vigente, totalizando um montante de R\$ 135.999,90. A Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios - CGCONV realizou a análise financeira, corroborando a análise da SEDEC e sugerindo a aprovação da prestação de contas final no valor de R\$ R\$ 203.850,50 composto pelos recursos federais e rendimentos de aplicação, o processo encontra-se aguardando a aprovação do parecer pelo Ordenador de despesas da SEDEC.

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE			
---	--	--	--

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU				
Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 015.386/2016-3	9020/2016-TCU-2ª Câmara	b	Ofício 1217/2016-TCU/SECEX-PB	05/10/2016
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional - Secretaria Executiva				
Descrição da Determinação/Recomendação				
Determinou ao Ministério da Integração Nacional que no prazo de 15 dias, a partir da ciência da decisão, concluisse a análise dos Convênios (SICONV 745852 - Processo nº 59100.000161/2010-06), (SICONV 700853 - Processo nº 59100.000113/2008-95) e (SICONV 747919 - Processo nº 59050.002307/2010-82), firmados com o Município de São José da Lagoa Tapada/PB				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios - CGCONV emitiu a Nota Técnica nº 243/2016/DIAD/CGCONV, de 19/10/2016, prestando esclarecimentos acerca da situação de cada Convênio. Atualmente o Convênio nº 747919 foi analisado e o responsável notificado a apresentar esclarecimentos referente a ocorrências verificadas no extratos bancários, como não houve manifestação no prazo estabelecido está aguardando análise com vistas à solicitação de restituição de valores; o Convênio 700853 teve sua execução física reprovada integralmente pela Secretaria de Infraestrutura Hídrica - SIH e foi notificado pela CGCONV a devolver os recursos glosados, e como não houve manifestação do responsável, encontra-se aguardando análise com vistas a instauração de tomadas de contas especial, e o Convênio nº 745852 teve a tomada de contas especial instaurada e os autos encaminhados à CGU para emissão do certificado de auditoria.				
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE				
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU				
Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 018.162/2015-0	9439/2016-TCU-2ª Câmara	9.7	Ofício 1239/2016-TCU/SECEX-PB	10/10/2016

Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				
Recomendou ao Ministério da Integração Nacional que busque adotar providências com vistas a viabilizar tratativas com o Município de São Bentinho/PB no intuito de empreender as ações que se façam necessárias para a conclusão do Açude Comunitário na Comunidade de Forquilha, uma vez que a parcela da obra executada com recursos do Convênio 1.111/2008 - Processo 59050.001688/2008-68, firmado com o Município de São Bentinho/PB, não troxe os benefícios esperados para a coletividade administrada.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios - CGCONV emitiu o Despacho DIAD, de 19/10/2016 (SEI 0366337), esclarecendo que se tratava de Convênio com a Prestação de Contas já analisada por esta Pasta, cuja conclusão foi pela instauração da Tomada de Contas Especial em desfavor do Sr. Francisco Andrade Carreiro, a qual foi julgada pelo Tribunal de Contas da União – TCU como irregular através do Acórdão citado e que a recomendação dada pelo TCU diz respeito a assunto estritamente técnico da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil - SEDEC, já ciente da recomendação.				
CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE				
TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU				
Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 020.793/2016-2	3094/2013-TCU-Plenário	9.2.1	Aviso 932-Seses-TCU-Plenário	02/12/2016
Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação				
Ministério da Integração Nacional				
Descrição da Determinação/Recomendação				

Determinou ao Ministério da Integração Nacional que, no prazo de (60) sessenta dias após o recebimento da prestação contas do Convênio SICONV 747690/2010 - Processo nº 59050.002289/2010-39, firmado com o Município de Aracajú/SE, verificasse se a restituição mencionada no subitem 9.1.1 abrangeu a totalidade dos recursos repassados por força do Convênio 747690 e dos respectivos rendimentos relativos ao período compreendido entre 1/7/2016 e a data da devolução, bem como apurasse a responsabilidade individuais pelo fato de que recursos federais no valor de R\$ 853.107,69, repassados em 31/10/2012, permaneceram depositados na conta corrente específica do convênio até o momento da fiscalização promovida por este Tribunal, impedido que o concedente os alocasse de forma mais eficaz.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

A Coordenação-Geral de Prestação de Contas de Convênios - CGCONV emitiu a Nota Técnica 275/2016/DIAD/CGCONV, de 27/12/2016, prestando esclarecimentos acerca do Convênio 747690/2010, requerendo ao final dilação do prazo concedido. Tendo em vista que o Conveniente recolheu os recursos repassados, acrescidos dos rendimentos financeiros, no total de R\$ 1.096.152,01 as contas foram aprovadas por meio do Parecer Financeiro nº 014/2017/CAPC/CGCONV/DGI/SECEX/MI, em 20/02/2017.

CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Quadro - Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
TC 012.880/2013-2	12492/2016-TCU-2ª Câmara	9.4	Ofício 3668/2016-TCU/SECEX-RJ	21/11/2016

Órgão/Entidade/Subunidade destinatária da determinação/Recomendação

Ministério da Integração Nacional - SEDEC

Descrição da Determinação/Recomendação

Recomendou à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, órgão central do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, quanto ao planejamento e execução das licitações e contratos administrativos em situações de catástrofes climáticas, que seja implementada sistemática de prestação de contas tempestiva, compulsória e simplificada, de formato padronizado para todos os participantes do sistema, por intermédio de módulo informatizado aprimorado de amplo acesso no Sistema de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), ou similar, provido, nacionalmente, pelo Poder Executivo federal.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Não há providências a serem adotadas por esta Secex quanto à recomendação daquela egrégia corte de contas, em face de a matéria fugir às providências regimentais desta Secex.

9.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

A Secretaria Executiva, no que concerne às recomendações n°s: 56401, 109641, 163706, 163721, 163722, 161640, está providenciando os atendimentos necessários para que, na maior brevidade possível, sejam inseridas as devidas respostas no Sistema Monitor Web do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União..

9.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Secretaria Executiva

No exercício de 2016 não foram apuradas responsabilidades por danos ao erário.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2016

Quadro 9.3.1 Medidas administrativas para apuração e ressarcimento ao Erário

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
				Recebimento Débito	Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000		
4	0	0	0	0	0	1	0	3

Observação: Esclarecemos que compete à Caixa Econômica Federal, enquanto mandatária da UJ, a instauração e envio dos autos dos processos de TCE à Controladoria-Geral da União. Após esse envio, não dispomos de informações da tramitação dos processos.

9.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Este Ministério não possui um cronograma oficial para o pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços. A ordem observada para realização dos pagamentos é estritamente a chegada do processo na unidade responsável pelo pagamento com todos os seus documentos regulares.

Essa metodologia é utilizada face à impossibilidade de se observar o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993, uma vez que, por diversas vezes, as Notas Fiscais/Faturas contêm incorreções e o pagamento fica condicionado a sua retificação e também, por muitas vezes, as empresas deixam de apresentar a documentação necessária para o ateste e o pagamento da despesa. Ademais, há que se considerar ainda os casos em que, apesar de a instrução do processo encontrar-se precisa, não há a liberação de financeiro para realizar o pagamento no momento devido.

Em virtude do exposto, o pagamento é realizado assim que seja liberado o recurso financeiro pela STN, obedecendo a ordem de chegada dos processos com sua instrução regular, de tal forma que a cada mês a ordem se altera, tornando impraticável a elaboração e o acompanhamento de um cronograma.

Não obstante, é possível depreender que, satisfazendo as condições elencadas acima, a data de exigibilidade do pagamento é respeitada

9.5. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

1. Principais resultados das ações de Publicidade e Propaganda notadamente frente aos objetivos da unidade prestadora da conta.

O ano de 2016 foi marcado por diversas mudanças no Governo Federal. Dentre elas, o acolhimento de novos ocupantes para cargos de confiança do ministro - empossado em maio exigiu um período de ambientação para os dirigentes. Nesse período, por consequência, poucas demandas de publicidade de utilidade pública surgiram.

Além disso, em atendimento à orientação da Presidência da República para equilibrar as contas públicas, houve um rigoroso ajuste fiscal que resultou na drástica contenção orçamentária. Desta forma, algumas ações do Ministério, que usualmente contam com o apoio da publicidade, não foram atendidas, a exemplo da divulgação das primeiras etapas de seleção do Prêmio Celso Furtado.

Ainda assim, a nova gestão deu continuidade a uma demanda de grande relevância: as ações de divulgação do Projeto de Integração do Rio São Francisco nos quatro estados que serão receptores das águas do ‘Velho Chico’ - Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Para alcançar os objetivos da campanha, foi realizado um esforço de mídia com a veiculação de campanha e peças avulsas nos principais meios de comunicação. Estes propiciaram uma cobertura efetiva e eficaz, que buscou, ainda, contar e recontar a história do Projeto sob um novo olhar, valorizando os benefícios que as diversas ações transversais proporcionam e que já são reais. Todo o material buscou apresentar as obras do empreendimento, o aspecto de segurança hídrica, as ações de revitalização e a implantação das vilas produtivas.

A campanha, veiculada na televisão, no rádio e no cinema, apresentou histórias reais das pessoas, com relatos sobre os benefícios concretos em suas vidas ou sobre a percepção e importância para a região e lugares. Foram realizados três (3) filmes independentes entre si, com a narrativa de conto, para veiculação na TV e no cinema. A mídia de rádio foi utilizada para gerar fluxo de atenção aos filmes.

No segundo semestre de 2016 foi realizada uma campanha para a Defesa Civil apresentando à população o serviço de Carro-Pipa para áreas afetadas pela seca e estiagem. A campanha realizou a entrega de 1.200.000 mensagens por WhatsApp - GIF e de outras 1.600.000 via SMS, voltadas à população atendida pela Operação Carro-Pipa do Governo Federal. O público prioritário da campanha foram adultos, de todas as classes sociais, com Smartphone e WhatsApp ativo, nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio grande do Norte e Sergipe.

O regimento interno do Ministério da Integração Nacional prevê, em seu artigo 12, inciso IV, que cabe à Coordenação de Publicidade ‘planejar, produzir, distribuir e definir a veiculação de campanhas publicitárias institucionais e promocionais do Ministério’.

2. Tabela de Informações

Quadro 9.5.1 Publicidade e Propaganda

Publicidade	Programa / Ação Orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	Programa de Trabalho 04.131.2101.2017.0001 - Natureza de Despesa 33.90.39 -93	R\$ 100.000,00	R\$ 13.527,87
Legal ¹	-	-	-
Mercadológica	-	-	-
Utilidade Pública	Programa de Trabalho 04.131.2111.4641.0001 – Natureza de Despesa 33.90.39	R\$ 10.768.277,11	R\$ 6.946.148,11

¹ A publicidade legal é executada por meio do contrato com a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, gerido pela Coordenação-Geral de Serviços Logísticos.